

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

DENISE VIEIRA DEMETRIO

**FAMÍLIAS ESCRAVAS NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: SÉCULOS XVII E  
XVIII.**

NITERÓI

2008

DENISE VIEIRA DEMETRIO

**FAMÍLIAS ESCRAVAS NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: SÉCULOS XVII E XVIII.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIZA DE CARVALHO SOARES

Niterói  
2008

Ficha catalográfica

DENISE VIEIRA DEMETRIO

**FAMÍLIAS ESCRAVAS NO RECÔNCAVO DA GUANABARA: SÉCULOS XVII E XVIII.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

Aprovada em                      de 2008.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIZA DE CARVALHO SOARES (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA FERNANDA BAPTISTA BICALHO  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> ROBERTO GUEDES FERREIRA  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Departamento de História e Economia

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> PAULO KNAUSS (Suplente)  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

Niterói  
2008

Ao meu filho Danton pela **Revolução** que causou em minha vida.

## EPÍGRAFE

A farinha é feita de uma planta da família das  
euforbiáceas, euforbiáceas  
de nome *manihot utlíssima* que um tio meu apelidou de macaxeira  
e foi aí que todo mundo achou melhor!...  
a farinha tá no sangue do nordestino  
eu já sei desde menino o que ela pode dar  
e tem da grossa, tem da fina se não tem da quebradinha  
vou na vizinha pegar pra fazer pirão ou mingau  
farinha com feijão é animal!  
o cabra que não tem eira nem beira  
lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira  
a macaxeira é popular é macaxeira pr'ali, macaxeira pra cá  
e em tudo que é farinhada a macaxeira tá  
você não sabe o que é farinha boa  
farinha é a que a mãe me manda lá de Alagoas.  
(Djavan. Álbum: Milagreiro, 2001).

## AGRADECIMENTOS

Um mestrado, uma gestação. Uma dissertação, um parto. O Jogo das palavras não é mera ilustração. Conciliar os estudos e a maternidade só foi possível porque pude contar com pessoas que sempre foram fundamentais em minha vida, mas que durante 26 meses foram simplesmente imprescindíveis porque me garantiram estrutura física, emocional e financeira.

Agradeço a CAPES, pela bolsa;

À Lídia, advogada, que garantiu meu diploma de graduação e a permanência no programa;

A todos os funcionários do PPGHIS, pela solicitude;

À orientadora, Mariza, pela paciência, pelas dicas, pelas fontes, pelos conselhos sempre pertinentes;

Às professoras Hebe Mattos e Maria Fernanda Bicalho, que formaram a banca da qualificação e contribuíram de forma muito agradável para o crescimento do trabalho;

Ao professor Roberto Guedes e Fernanda Bicalho que aceitaram prontamente participar da defesa da qualificação;

A Maurício Abreu pela generosidade de ter cedido parte da documentação de sua pesquisa ainda por concluir;

A Antônio Lacerda do Arquivo Diocesano de Nova Iguaçu que me recebeu quando lá atuava como bolsista; a Nelson Aranha, que me ensinou paleografia;

Aos professores Nielson Bezerra e Alexandre Marques pelo incentivo e pela aprendizagem compartilhada e porque sempre acreditaram que o meu trabalho era possível;

Aos meus amigos, novos e velhos: Eliete, Nildo, Camila, Thiago, Gisele, Márcio, Fernanda, Alexandre, Bia, Michele, Edmar, que dividiram comigo as minhas angústias de mãe, esposa,

filha e estudante ou colaboraram indiretamente para o desenvolvimento da pesquisa me emprestando livros, discutindo idéias, dando dicas, fazendo pequenos valorosos favores. (sobretudo Camila). Obrigada, vocês são demais;

À Carmen Alveal pela confiança depositada desde o primeiro contato;

A meus sogros e sogras: Madalena e Marco Antônio, Socorro e Erasmo; à minha cunhada Ava Brenda. A meu cunhado Djeison César e à minha concunhada Thárcia por terem me proporcionado momentos de partilha em família com os quais aprendi a valorizar a união apesar das diferenças.

A meus pais Zilma e Demétrio, que sempre se resignaram pela condição de não poder me dar nada, mas que me deram a oportunidade de estudar sem nunca me cobrarem as ausências, o mau-humor, a impaciência e ainda me ofereceram o silêncio, o espaço, o tempo, itens fundamentais para um estudante; isso não tem preço; e porque, acima de tudo, me deram amor incondicional;

À Neide, minha “Assessora Para Assuntos Infantis”; mais que uma “babá”, a segunda mãe do meu filho. Sem palavras;

Ao Centro de Atividades Infantis Egon Frank pela acolhida do meu filho e em especial à “Tia Diana” pelo zelo demonstrado a ele.

A meu marido Allofs Daniel que aceitou o desafio de conviver com uma gestante-mãe-estudante, e ainda conseguiu imprimir meus textos, organizar minhas planilhas e filtrar os dados; que me deu toda a estrutura física sem se importar caso fosse excluído dela; que ficou com o Danton para que eu estudasse, cochilasse, pesquisasse e ainda arranjou tempo para me declarar o seu amor;

A meu filho Danton pelas minhas risadas, dores, emoções e crescimento sem dimensão;

A todos que eu possa ter esquecido

A Deus por ter colocado todas essas pessoas maravilhosas em minha vida.

## RESUMO

A dissertação trata da temática das relações familiares constituídas por escravos entre o final do século XVII e o começo do século XVIII no Recôncavo da Guanabara. O trabalho se baseia em fontes produzidas em duas freguesias (Santo Antônio de Jacutinga e Irajá) e também duas propriedades rurais jesuítas (Engenho Velho e São Cristóvão). O objetivo é analisar comparativamente a formação de famílias escravas no interior das duas propriedades eclesiásticas (fazendo uso de assentos de batizados) com as famílias escravas encontradas em áreas de produtores individuais para problematizar a constituição dessas famílias. O trabalho visa aprofundar essas relações enfatizando a constituição de redes de compadrio entre as elites locais e a população escrava. Estas redes mostram a ocorrência de interesses horizontais (entre elites e entre escravos) e verticais (entre senhores e escravos) interesses estes pautados pela lógica do Antigo Regime. Através do corpus documental analisado ficou patente que para além do rito católico, pelo apadrinhamento de seus escravos essas elites reforçavam e ampliavam suas alianças políticas e sociais no interior da própria elite.

**Palavras-chave:** escravidão, família, compadrio, elites coloniais, jesuítas.

## ABSTRACT

The thesis focuses on issues related to the slave family around Guanabara Bay from late the seventeenth century to early eighteenth century. The research is based on the documentation of two particular parishes (Santo Antonio de Jacutinga and Irajá) and two Jesuit's estates (Engenho Velho e São Cristóvão). The goal is to compare the slave family organization patterns within the ecclesiastical estates with those of the other estates to argue about the different networks involving slaves and members of the local elites (*compadrio*). The research strongly relies on ecclesiastical sources, in particular baptismal records to show how horizontal (within the local elite) and vertical (between masters and slaves) relationships allows the organization of social and religious networks according to the rules of the Ancient Regime. The documentation under analysis shows that, beyond the Catholic ritual the *compadrio* involving masters and godparents from the local elite was also a strategy to reinforce and improve social links among the elite itself.

**Key words:** slavery, family, catholic ritual, colonial elites, Jesuits.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| A MICRO-HISTÓRIA E O RECÔNCAVO DA GUANABARA                                       | 15  |
| 1-A “descoberta”: o nome do Rio de Janeiro  | 20  |
| 2-A fundação da cidade  | 24  |
| 3-A Capitania do Rio de Janeiro do final do século XVI à primeira metade do XVIII | 27  |
| CRÍTICA ÀS FONTES E METODOLOGIA   | 42  |
| 1-Crítica às fontes   | 42  |
| 2-A metodologia   | 47  |
| 2.1-As lacunas  | 47  |
| 2.2-A escrita dos nomes   | 50  |
| 2.3-Os números  | 51  |
| INTRODUÇÃO  | 53  |
| CAPÍTULO 1-A FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA                              | 63  |
| 1.1-A freguesia no final do XVIII   | 65  |
| 1.2-Os Engenhos do XVII   | 67  |
| 1.3-A Freguesia de Irajá  | 76  |
| 1.4-Irajá e Jacutinga: escravos e proprietários                                   | 79  |
| CAPÍTULO 2: IDENTIDADE E ETNICIDADE: SÉCULOS XVII E XVIII                         | 86  |
| 2.1.-Tráfico, batismo e escravidão: formas de inserção na sociedade colonial      | 89  |
| CAPÍTULO 3: A FAMÍLIA ESCRAVA E O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS                      | 110 |
| 3.1-Família escrava em Santo Antônio de Jacutinga                                 | 116 |
| 3.1.1-O caso de João Veloso de Carvalho   | 118 |
| 3.2-As relações de compadrio dos escravos de Jacutinga e Irajá                    | 120 |
| 3.3-Conectando historiografias  | 128 |
| CAPÍTULO 4: AS FAZENDAS JESUÍTICAS DE ENGENHO VELHO E SÃO CRISTÓVÃO               | 134 |
| 4.1-Os jesuítas no Rio de Janeiro   | 140 |
| 4.2-Os jesuítas e a escravidão  | 143 |
| 4.3-A escravidão nas propriedades jesuíticas do Rio de Janeiro                    | 145 |
| 4.3.1-A mobilidade  | 148 |
| 4.3.2-A família escrava   | 148 |
| 4.3.3-Enjeitados e expostos   | 150 |
| 4.3.4-O Compadrio   | 151 |
| 4.4-Os proprietários além dos jesuítas: Apolinário Cardoso e Amador de Aguiar     | 152 |
| 4.4.1- Apolinário Cardoso   | 152 |
| 4.4.2-Amador de Aguiar  | 153 |
| 4.5-Dos sobrenomes às relações  | 154 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 159 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA   | 165 |
| ANEXOS  | 174 |

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: Distribuição da produção de açúcar e aguardente. Santo Antônio de Jacutinga no final do século XVIII, f. 65.

Tabela 1.2: Engenhos de Jacutinga, século XVII e XVIII, f. 68.

Tabela 1.3: Engenhos de Irajá referidos pelo Marques de Lavradio, 1779, f. 77.

Tabela 1.4: Produção econômica de Irajá e Jacutinga no final do século XVIII, f. 78.

Tabela 1.5: Percentual de batismos e casamentos/ano. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721. Irajá. 1704-1707, f. 79.

Tabela 1.6: Posse de escravos. Santo Antonio de Jacutinga. 1686-1721. Irajá, 1704-1707, f. 81.

Tabela 1.7: Distribuição dos batizados de escravos por proprietários. Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721) e Irajá (1704-1711), f. 82.

Tabela 1.8: Distribuição dos batizados de escravos (registros) por tamanho de propriedade de cativos. Irajá (1750-59), f. 83.

Tabela 2.1: Distribuição dos batismos segundo a cor ou procedência dos batizados. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 92.

Tabela 2.2: Distribuição dos batismos segundo a cor ou procedência dos pais. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 92.

Tabela 2.3: Distribuição dos batismos segundo a cor ou procedência das mães. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 92.

Tabela 2.4: Distribuição das procedências africanas. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 97.

Tabela 2.5: distribuição de procedências por período. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 100.

Tabela 2.6: Interação entre os escravos de João Veloso de Carvalho. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 103.

Tabela 2.7: Interação entre os escravos do Coronel Salvador Correia de Sá. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 103.

Tabela 2.8: Interação entre os escravos de Tomé Correia Vasques. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 103.

Tabela 2.9: Uniões Matrimoniais Legítimas segundo a cor/condição e a procedência dos nubentes. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f. 105.

Tabela 2.10: Distribuição temporal e por proprietário dos batizados adultos. Jacutinga, Irajá, São Cristóvão e Engenho Velho, f. 106.

Tabela 3.1: Distribuição dos batismos segundo a presença dos pais nos registros. Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721, f.116.

Tabela 3.2: Frequência dos batizados segundo a presença/ausência dos pais. Santo Antônio

de Jacutinga: 1686-1721, f.117.

Tabela 3.3: Concentração de famílias escravas por proprietários. Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721, f. 118.

Tabela 3.4: Participação de João Veloso de Carvalho nos assentos de batismo e matrimônio de Jacutinga. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721, f.119.

Tabela 3.5: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721, f. 120.

Tabela 3.6: Discriminação de padrinhos e madrinhas livres segundo a presença de sobrenome. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721, f. 122.

Tabela 3.7: Referências de prestígio entre os padrinhos/madrinhas livres com sobrenome. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721, f. 122.

Tabela 3.8: Procedência/cor dos cativos-padrinhos. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721, f. 123.

Tabela 3.9: Profissão/títulos dos proprietários dos padrinhos e madrinhas escravos. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721, f. 124.

Tabela 3.10: Relação entre os proprietários dos pais e padrinhos dos batizados. Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721, f. 125.

Tabela 3.11: O compadrio em Irajá: situação dos Padrinhos. 1704-1707, f. 127.

Tabela 3.12: O compadrio em Irajá: situação das Madrinhas. 1704-1707, f. 127.

Tabela 4.1: Distribuição por proprietários dos escravos registrados no livro de São Cristóvão. São Cristóvão. 1645-1745, f. 146.

Tabela 4.2: Distribuição por proprietários dos escravos registrados no livro do Engenho Velho. Engenho Velho. 1642-1747, f. 146.

Tabela 4.3: Total dos escravos dos jesuítas. (Colégio, fazenda e engenho), f. 147.

Tabela 4.4: Composição Familiar dos batizados de São Cristóvão. São Cristóvão. 1645-1745, f. 149.

Tabela 4.5: Composição Familiar dos batizados de Engenho Velho. Engenho Velho. 1642-1747, f. 149.

Tabela 4.6: Composição Familiar das propriedades jesuítas, (Col. Faz. e Eng.), f. 150.

Tabela 4.7: Distribuição dos padrinhos de São Cristóvão segundo a situação jurídica. São Cristóvão. 1645-1747, f. 152.

Tabela 4.8: Distribuição dos padrinhos de Engenho Velho segundo a situação jurídica. Engenho Velho. 1642-1747, f. 152.

Tabela 4.9: Distribuição da propriedade escrava de Apolinário Cardozo, f. 153.

Tabela 4.10: Presença de sobrenomes nos escravos, f. 156.

Tabela 4.11: Percentual de escravos com o mesmo sobrenome dos padres, f. 157.

## **ABREVIATURAS**

ACDNI: Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

ACMRJ: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

BDGHRJ: Banco de Dados da Linha de Pesquisa e Geografia Histórica do Rio de Janeiro.

RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## MICRO-HISTÓRIA E O RECÔNCAVO DA GUANABARA

A primeira noção que se deve ter clara é que a micro-história italiana difere da história local. Na opinião de Giovanni Levi, apesar de muitos pensarem “que micro história é história local, devo dizer que isso é uma loucura total”.<sup>1</sup> Jacques Revel afirma que

“os historiadores relacionam instintivamente uma hierarquia das problemáticas históricas: na escala da nação, faz-se história nacional; na escala local, faz-se história local, o que em si não implica uma hierarquia de importância, especialmente do ponto de vista da história social”.<sup>2</sup>

Em outras palavras, a história local corresponde a um recorte de objeto e de problematização das experiências históricas humanas, integrando, tanto quanto as histórias nacionais, o campo da história social. Vemos então como uma possibilidade salutar a combinação do estudo de uma história local com um método de micro-análise, sem, entretanto, confundi-los. Para a micro-história, a consideração de pequena escala consiste em um modo de captar o funcionamento real de mecanismos que o nível “macro” deixa escapar. Ela parte de hipóteses e de problemas macro-históricos e vê no nível “micro” a chance de analisar aqueles problemas. Em realidade, não existe a divisão entre “macro” e “micro”. A redução da escala é uma divisão artificial. Em outras palavras, na micro-história, a redução da escala é empregada para entender a história. O uso deste procedimento parte do pressuposto de que a redução de grau de escala permite observar de forma mais acurada fenômenos ditos gerais. Para Levi, uma boa ilustração de tal procedimento ou de jogo entre “micro” e o “macro” é dada através do emprego microscópico. Através dele, podemos ver coisas que, a olho nu, não são visíveis, mas que existem e muitas vezes disseminam a morte. “É impossível

---

<sup>1</sup> Giovanni Levi, Entrevista concedida por G. Levi a Juan José Marin. *Revista de História*. Nº 41. Enero-Junio del 2000. EUNA-EUCR. (Heredia – Costa Rica), pp. 131-148. Apud: João Fragoso, *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600 – c. 1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCS, 2005, p. 20.

<sup>2</sup> Jacques Revel. “Microanálise e construção do social”. In: Jacques Revel (org). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 1998, p. 27-28.

estudar o micróbio sem o microscópio. (...) Ao perceber o micróbio pode-se generalizar e entender a enfermidade”.<sup>3</sup>

A segunda é de que a micro-história italiana deve ser tratada como uma prática histórica ou um procedimento de trabalho, e não como uma proposta acadêmica da dimensão dos *Annales*. Nas palavras de Levi, “não podemos comparar a *microstoria* com a historiografia marxista britânica, com os *Annales* ou com a *new economic history* simplesmente por que não são comparáveis”.<sup>4</sup> Segundo o autor, no estudo das instituições sociais, não é suficiente descrever leis e normas gerais que as definem, “porque seu funcionamento concreto e sua modificação são resultados de um conjunto de elementos entrelaçados que é necessário reconstruir, e que incluem respostas locais”.<sup>5</sup> Nesta mesma linha de interpretação o antropólogo Alban Bensa considera que a micro-história permite que se supere a visão estruturalista da sociedade, visto que ela estabelece uma relação processual entre o indivíduo e o contexto.<sup>6</sup>

Em realidade, parte do conjunto de cuidados acima vistos já pode ser encontrado em Fredrik Barth, antropólogo norueguês, cujas publicações ganharam fôlego no decorrer da década de 1970; este autor começou por criticar as abordagens estruturalistas, pois tais análises transformavam os agentes sociais em cópias ou robôs seriados, saídos do alto-forno de uma fábrica chamada sociedade. Ao contrário disto, Barth propunha discutir o conceito de sociedade, considerando-a, simultaneamente, fragmentada e aberta. Fragmentada, em razão de os atores envolvidos nas interações serem *personae* diferentes e, portanto, agirem conforme seus recursos e orientações valorativas. Suas ações resultavam de escolhas e de estratégias próprias, o que confere à interação um certo grau de tensão e, neste sentido, de incerteza ou de imprevisibilidade. Para ele, as sociedades seriam também abertas, porque as ações dos agentes se guiariam por valores de distintos mundos. Barth, estudando a sociedade de Bali (Indonésia), encontrou grupos influenciados pela moderna educação ocidental, outros pelo conhecimento islâmico, assim como segmentos instruídos pela prática hinduísta. Estas pessoas, apesar de diferentes entre si e de terem concepções de mundo distintas, viviam juntas, estabeleciam relações, numa palavra, formavam uma sociedade. Cabe dizer que esta

---

<sup>3</sup> Idem. Ibidem. Apud: Fragoso, op cit, p. 21.

<sup>4</sup> Idem. Ibidem. Apud: Fragoso, op cit, p. 23.

<sup>5</sup> Idem. “Problemas de Escala”, In: *Relaciones* 95, verano 2003, vol. 24, p. 285. Apud: Fragoso, op cit, p. 24.

<sup>6</sup> Alban Bensa, “Da micro-história à uma antropologia crítica”. In: Revel, op. cit. pp. 39-76.

natureza fragmentada e aberta da sociedade não é percebida apenas em realidades multiétnicas como as de Bali ou as de Sohar (Oman), com os seus cinco grupos étnicos e lingüísticos, mas também na fria e aparentemente uniforme Noruega.<sup>7</sup>

Por seu turno, tal abordagem parece-me igualmente útil na investigação das sociedades coloniais do Novo Mundo e em particular da capitania do Rio de Janeiro do seiscentos e setecentos. Nela, temos grupos com percepções de mundo influenciadas pelo Antigo Regime – e sua concepção corporativa da sociedade. Igualmente, segmentos sociais portadores de visões sobre parentesco e religiosidade, vindos de diferentes partes da África ou nascidos na colônia, uns ditos *negros*, outros *pardos*; a maioria escravos, mas muitos forros; sem falar dos demais grupos que compunham a sociedade colonial. Na verdade, não se trata de desconstruir a noção de sociedade ou algo semelhante, mas de perguntar, por exemplo, como os segmentos sociais, todos sujeitos históricos e, portanto, com orientações valorativas próprias, conseguiram viver juntos? Quais foram as instituições e os processos que realizaram a proeza de gerar a chamada sociedade escravista?

Ao iniciar uma pesquisa sobre uma região pouco estudada – relegada aos estudos regionais – e vista como uma área pouco relevante economicamente, percebi que, ao contrário do que podia imaginar, as freguesias do entorno da cidade do Rio de Janeiro, apresentavam autonomia e diversidade, quando comparadas à principal cidade da capitania. Assim, percebi que a partir do micro se pode chegar ao macro e melhor compreendê-lo. Para isso autores como Jacques Revel<sup>8</sup> foram muito importantes, pois contribuíram para minha escolha da região ao fundo da baía da Guanabara como área de pesquisa. Baseada neste autor pude notar as especificidades dessa área dentro da problemática concernente ao período em questão, ou seja, o Brasil colonial, moldado sobre a ótica do Antigo Regime português. Percebi que o contexto no qual o trabalho se insere é fundamental para o entendimento dos processos econômico-sociais dessa localidade, bem como, a partir de um olhar mais aprofundado sobre os atores sociais que constituem esse lugar, verificar que as práticas cotidianas são determinantes para a definição dos grupos sociais e para o melhor entrosamento da dinâmica social da capitania. Assim, o conceito de “jogos de escala”, difundido por Revel, possibilita que distintas localidades brasileiras sejam evocadas como importantes áreas de pesquisa,

---

<sup>7</sup> Fredrik Barth, *Process and form in social life*, vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981; \_\_\_\_\_ *Sohar, culture and Society in an Oman Town*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983; e \_\_\_\_\_ In: Tomke Lask (org) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000. Apud: Fragozo, op cit, p. 24.

<sup>8</sup> Revel, op. cit.

conferindo maior legitimidade às produções que analisam a capitania do Rio de Janeiro, ou a região sul do Brasil, nesse momento.

A interferência de Barth na micro-história italiana pode ser percebida quando os seus autores afirmam que os agentes sociais devem ser compreendidos como sujeitos posicionados para ação, entendendo-se como sujeitos: senhores, camponeses, patrões, clientes, negociantes, etc. Todos realizavam escolhas, frutos de estratégias. Estas eram condicionadas, obviamente, por obrigações, direitos e recursos a eles disponíveis. As interações seriam, assim, jogos atravessados por conflitos e tensões, onde os agentes procuram maximizar seus interesses. Por seu turno, isto implica em considerar cada grupo ou pessoa como ponto de encontro de várias relações, leia-se estrela de uma rede social. A partir de Barth, portanto, fica mais fácil entender como o estudo microanalítico das interações é vital para se compreender o funcionamento e as mudanças do que estamos acostumados a chamar de sistemas sociais, tendo a capacidade de redefinir suas regras e leis gerais. A partir dessa perspectiva a família escrava é, pois, entendida como *locus* privilegiado para pensar a micro-história e as interações entre indivíduos e grupos facilmente identificáveis, por exemplo, nas relações de compadrio que se agregam ao estudo da família e do parentesco. Neste momento, cabe perguntar como efetivamente proceder a uma análise como a aqui proposta e apreender os indivíduos e os grupos que permeiam as relações sociais.

Em um artigo, hoje clássico, Ginzburg e Poni escrevem sobre alguns procedimentos metodológicos possíveis em nosso ofício. Com isto, as relações sociais passaram a ser inquiridas sob seus diversos ângulos. As práticas culturais, parentais, econômicas, políticas etc. tornaram-se inseparáveis. Compunham as experiências e as estratégias de pessoas e grupos sociais. Por meio destes fenômenos, podia-se perceber a lógica da sociedade estudada, não mais petrificada, porém em movimento. Para isso o método a seguir seria o nome. Escolhido o objeto de estudo ou os agentes históricos a analisar, caberia segui-los nas múltiplas relações que os formavam, o que significava investigar tais sujeitos em vários tipos de fontes, ou melhor, em todas que retratassem os diversos aspectos — cultural, econômico, político etc. — do seu cotidiano. Esta técnica, inevitavelmente, leva a mais nomes, a se “afogar” em nomes, nas palavras de João Fragoso. Entretanto, com tal procedimento, poder-se-ia chegar às relações sociais vivenciadas pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, seria aberta uma porta para o entendimento de sua sociedade.<sup>9</sup> Desnecessário dizer que este método

---

<sup>9</sup> C. Ginzburg, C. & C. Poni, “O nome e o como”, In: *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1991, pp. 173-178.

implicou uma releitura das hierarquias sociais. Os grupos sociais deixaram de ser vistos apenas como resultado de relações de produção (em seu sentido mais estrito), para serem portadores de experiências socioculturais, das quais saíam estratégias de vida. Através delas, os diferentes grupos (camponeses, escravos, senhores etc.) entrariam em barganhas e disputas. Enfim, o estudo da reiteração das hierarquias e das relações sociais de produção adquiria mais refinamento.

Para os primeiros séculos da história colonial brasileira, o uso da micro-história italiana esbarra em obstáculos sérios, entre eles, a fragilidade dos arquivos. Por razões óbvias, a falta de *corpus* documentais que permitam o rastreamento “das pessoas” em suas múltiplas relações dificulta a análise das experiências sociais. Nestes casos, temos – nas palavras de João Fragoso – no máximo uma micro-história feia, tapuia, diferente da italiana.<sup>10</sup> Ter claro estes limites impede decepções e ciladas.

Nessa lógica, o local passou a ser entendido como uma das diversas escalas que o historiador poderia utilizar de acordo com seu interesse particular; é como se o historiador tivesse constantemente em suas mãos um microscópio, no qual suas lentes pudessem transformar moscas em monstros ou vice-versa em questões de segundo, sempre privilegiando as intenções prescritas por aquele que está fazendo a análise.<sup>11</sup> Talvez a opção pelos jogos de escalas e mais propriamente pela história local, também redunde da própria facilidade de visualização da pluralidade das relações de poder que nestas circunscrições de análise são possíveis. A formação dos grupos oligárquicos, a relação entre as instituições e a própria formação de uma identidade especificamente local são algumas das conseqüências quando optamos por uma análise vista por todos os ângulos.<sup>12</sup> E são indiscutivelmente estas temáticas que são fundamentais para o entendimento do papel desempenhado pela freguesia de Santo Antônio de Jacutinga no quadro sociedade escravista no Rio de Janeiro colonial. Antes de adentrarmos na escravidão, porém, faz-se necessário compreender o processo de desenvolvimento sócio-econômico da capitania do Rio de Janeiro e do seu recôncavo.

---

<sup>10</sup> João Fragoso, “Afogando em nomes”, *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro: UFRJ/7 Letras, n° 5, 2002, pp. 62-63.

<sup>11</sup> Haydeé Figueiredo, Luiz Reznik e Márcia de A. Gonçalves, “Entre Moscas e Monstros: Construindo Escalas, Refletindo sobre História Local” In: *Anais do IV encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, Coleção Trabalhos Acadêmicos-Científicos, Série Eventos Acadêmicos, 2000, p.544. Apud: Antonio Felipe Pereira Caetano, *Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003, p. 18.

<sup>12</sup> Idem. *Ibidem*.

## 1-A “descoberta”: O nome do Rio de Janeiro

Por ter sido a cidade que mais tempo permaneceu como capital do Brasil, a história do Rio de Janeiro tem uma importância ímpar. Situada na porção ocidental da baía da Guanabara, predomina ainda hoje a versão de que sua denominação tem origem no fato de ter sido descoberta no dia primeiro de janeiro de 1502 e por ter sido confundida com a foz de um rio. A foz do rio era, na verdade, a entrada da baía que veio a ser denominada Baía de Guanabara.<sup>13</sup> O nome guanabara, “seio do mar” ou “braço do mar” vem do tupi-guarani (*Iguaá-Mbara*: *iguaá* = enseada do rio, e *mbará* = mar).

O lugar foi assim descrito por alguns de seus primeiros visitantes europeus:

“Toda a terra deste rio he de montanhas e serras muy altas. As melhores águas há neste rio que podem ser”. (Pêro Lopes de Souza. Diário de Navegação. 1531)

“...dentro da barra tem uma baía que bem parece que a pintou o supremo pintor arquiteto do mundo, Deus Nosso Senhor”. (Padre Fernão Cardim, fins do século XVI)

“Este braço de mar e rio de Guanabara, assim chamado pelos selvagens, também dicto Geneure pelos lusos (que allegam tel-o descoberto no dia primeiro de Janeiro), fica aos 23 graus além da linha equinocial, sob o tropico de Capricornio; e como tenha sido um dos portos da terra do Brasil mais frequentados pelos francezes, julgo a proposito fazer delle summaria e particular descrição”. (Jean de Léry, Historia de uma viagem a terra do Brasil, Cap. VII.)

No 1º Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1914, o Dr. Morales de los Rios apresentou uma sugestiva tese, quanto a essa origem. O nome não teria uma razão geográfica, ligada à descoberta da terra, mas seria formado a partir da palavra indígena Guanabára que, segundo ele, significava água penetrante, rio largo, enseada, baía. Os franceses que teriam conhecido a região entre as viagens de Fernão de Magalhães e Martin Afonso de Sousa, no decênio de 1520, derivaram a palavra para Geneur bára. Os autores latinos do início do século XVI teriam traduzido por Flumen Geneure, surgindo a tradução francesa Rio de Geneure, raiz da expressão portuguesa que confundiu Geneure com o

---

<sup>13</sup> “Nota técnica nº 5: Região Centro”. *Rio Estudos*, nº 95, março – 2003. p. 8. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Pereira Passos. Diretoria de Informações Geográficas. Disponível em: [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/91\\_notat%C3%A9cnica%20-%20plano%20estrat%C3%A9gico%205.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/91_notat%C3%A9cnica%20-%20plano%20estrat%C3%A9gico%205.PDF)

primeiro mês do ano. A tese, sem dados de história e cartografia que a comprovassem se mostrou pouco convincente.<sup>14</sup>

Existem estudos de geografia de que há mais de 300 mil anos, a Baía de Guanabara era um rio, um estuário tão largo que ocupava toda a extensão entre o Pão de Açúcar e a Praia de Juruja (Niterói). As águas que formariam a Baía corriam para outras direções. A drenagem era dirigida, primitivamente, à bacia de Campos. O aparecimento de novas formações mudou o curso dos rios, separando bacias. O nível do mar, por sua vez, chegou a estar 120 metros abaixo e três a quatro metros acima do nível atual. Todos esses fenômenos produziram o que os cientistas chamam de “rio afogado”, ou seja, a atual Baía de Guanabara. É o que informa o professor emérito da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP e professor honorário do Instituto de Estudos Avançados/USP **Aziz Nacib Ab'Sáber**:

“Em seu estudo sobre a paleodrenagem subatual da Guanabara de 1944 Ruellan, ao noticiar para nós brasileiros, no início da década de 40, que, levando em conta os processos glacio-eustáticos, poderia se saber que o nível do mar esteve dezenas de metros abaixo de seu nível médio atual, no período do Pleistoceno Terminal. Daí se poder afirmar que existia toda uma bacia hidrográfica instalada na base da atual Guanabara, sendo que o antigo rio da Guanabara passava apertado entre o Pão de Açúcar e os pontões rochosos de Niterói. De onde se deduz que o nome Rio de Janeiro, cunhado pelos portugueses, tinha o vezo da intuição”<sup>15</sup>

Os portugueses não estavam errados, apenas atrasados.

A Baía de Guanabara permaneceu habitada exclusivamente pelos nativos até meados do século XVI. A região estava sob a égide de dois capitães donatários: Martim Afonso de Souza (capitania de São Vicente) e Pêro de Góis (capitania de São Tomé), mas não tinha sido efetivamente ocupada. Em 1555 foi ocupada pelos franceses que, sob o comando do calvinista Villegaignon, ai pretendiam fundar uma colônia que deveria se chamar *França Antártica*. Contando com a ajuda e aliança dos índios que ocupavam a Guanabara, os tamoios, os franceses conseguiram obter o controle de toda a baía da Guanabara, fundando inclusive uma nova vila, denominada Henriville, em homenagem ao rei de França. A dependência do escambo com o indígena, a presença de apenas alguns europeus no território conquistado e a prática do corso caracterizavam a ocupação francesa nos trópicos como uma *feitoria*, ponto

<sup>14</sup> Joaquim Veríssimo Serrão. *O Rio de Janeiro do Século XVI*. Vol. I, Lisboa, Edição da Comissão Nacional de Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, pág. 32.

<sup>15</sup> Aziz Nacib Ab'Sáber. “A Baía de Guanabara através dos tempos”. In: *Scientific American Brazil*, edição 56, jan. 2007. Disponível em: [www2.uol.com.br/sciam/artigos/a\\_baia\\_de\\_guanabara\\_atraves\\_dos\\_tempos.html](http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/a_baia_de_guanabara_atraves_dos_tempos.html)

inicial para a concretização de rotas clandestinas.<sup>16</sup> Em 1560 a França Antártica foi atacada por tropas enviadas pelo Governador-Geral Mém de Sá que obrigaram os franceses a se refugiarem nas matas que circundavam a baía. A 1º de maio de 1563 - acompanhado de quatro jesuítas - chegou à Bahia Estácio de Sá, sobrinho do então Governador-Geral Mem de Sá. Veio ele com a incumbência de ajudar o Governador a expulsar os invasores da Guanabara e ocupá-la, em definitivo, fundando uma povoação.

Em Janeiro de 1565, com uma tropa indígena comandada por Araribóia e auxiliado pelos jesuítas Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta chegou ao Rio de Janeiro e depois de enfrentar os franceses tomou posse da região onde logo se construíram os primeiros fortes e aldeias, além da fundação da cidade do Rio de Janeiro junto da entrada da barra. O entorno da baía passou a constituir um anel defensivo onde os indígenas do aldeamento de São Lourenço, de Araribóia, atendiam à defesa da barra da baía, através da guarnição da Fortaleza de Santa Cruz, (na estrada da barra); do aldeamento de São Barnabé, situado em Magé (no fundo da baía); do aldeamento de São Pedro (próximo a Cabo Frio, de onde se fazia a defesa do acesso oeste); e do aldeamento de São Francisco, em Itaguaí (para defesa do acesso leste). Para estes aldeamentos vieram índios de diversas “nações”, nem sempre tupi-guarani.<sup>17</sup>

Os tamoios e temininós viviam no Rio de Janeiro em guerras cruéis, destruindo-se uns aos outros muito antes da chegada do europeu. A guerra era elemento chave na organização social dos tupinambás, dando sentido e coesão social ao grupo. Sua principal motivação era o ritual da vingança contra os inimigos capturados, os quais passavam pela cerimônia antropofágica. O ato antropofágico, embora considerado bárbaro ou desumano pelas sensibilidades européias, cumpria uma importante função nas sociedades tupis, pois vingava a morte anterior, em idênticas condições, de guerreiros da aldeia, e resgatava a honra da comunidade. Apesar da guerra contínua e do constante aprisionamento de inimigos, inexistia entre os tupis a escravidão. Esse é um dos argumentos importantes de serem considerados na relação do indígena com o português, conflituosa sempre que envolvia a escravização indígenas.<sup>18</sup> A escravidão indígena em larga escala começou a ocorrer quando as relações de

---

<sup>16</sup> Sobre a França Antártica ver Paulo Knauss de Mendonça. *O combate pelo Fato – A França Antártica e a afirmação do domínio colonial lusitano na América*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1990. Publicada como *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, p. 7.

<sup>18</sup> Florestan Fernandes, *A Organização Social dos Tupinambás*. São Paulo: Progresso Editorial, 1949; \_\_\_\_\_, *A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo, *Revista do Museu Paulista*, s. n., vol. 6. 1964, e também Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura*

escambo tornaram-se inadequadas às novas exigências para o crescimento da colônia. A transição do escambo para a implantação da agroindústria canavieira em São Vicente, transformou radicalmente essa relação.<sup>19</sup> Para atender à demanda de mão-de-obra imposta pelo início do cultivo da cana-de-açúcar os portugueses incentivaram as guerras intertribais, substituindo a cultura do sacrifício e da antropofagia pela prática corrente da escravização dos prisioneiros. Se no início os tupiniquins viram os lusos como aliados para combater seus inimigos tupinambás, a partir de 1540 intensificaram-se as guerras indígenas contra eles, tendo os franceses como aliados.<sup>20</sup>

Para além dos franceses e dos conflitos entre os grupos indígenas, o fracasso da experiência das capitânicas hereditárias colaborou para que as terras inicialmente repassadas aos capitães donatários retornassem ao controle da coroa portuguesa, que as redistribuiu sob a forma de sesmarias.

De 1560 a 1575, através da guerra contra seus inimigos (franceses e tamoios), os portugueses conseguiram seus objetivos: expulsar os franceses, escravizar os índios que escaparam do extermínio, fundar a cidade do Rio de Janeiro e se estabelecer na região. Junto com as terras concedidas pela coroa, os tamoios aprisionados foram oferecidos como escravos aos combatentes da guerra, em recompensa pelos serviços prestados.<sup>21</sup> A partir da vitória portuguesa sobre os franceses o cenário a capitania experimentou uma mudança definitiva e a coroa portuguesa passou a controlar efetivamente essa parte do território brasileiro. Tal atitude repercutiu decisivamente na paisagem do Rio de Janeiro. Se antes da ocupação francesa, em toda a América Portuguesa, tinham sido distribuídos quinze grandes lotes de terra entre o Maranhão e Santa Catarina<sup>22</sup>, dez anos após a expulsão dos franceses, ou seja, entre 1565 a

---

*nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, pp. 45-51; e Abreu. “A luta pelo controle...” Op. cit. p. 11.

<sup>19</sup> Maurício de Almeida Abreu, “A luta pelo controle territorial da Baía de Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos”. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Rio de Janeiro. Formas, Movimentos, Representações. Estudos de geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Faperj/CNPq. 2005, p. 17, e John Manuel Monteiro. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, *passim*.

<sup>20</sup> Almeida. “Metamorfoses indígenas”, Op. Cit., p. 58.

<sup>21</sup> Idem. *Ibidem*, p. 72.

<sup>22</sup> Dídima de Castro Peixoto. *História Fluminense*. Rio de Janeiro: Subsídio à Cadeira de Estudos Sociais, 1969, pp. 25-26. Apud: Antonio Felipe Pereira Caetano. *Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Niterói, 2003. 240 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003, p. 33.

1575, a coroa portuguesa outorgou cerca de 111 sesmarias, distribuídas em toda a orla da baía de Guanabara.

## **2-A fundação da Cidade**

A fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565 foi uma estratégia portuguesa frente às pretensões francesas. Ao chegar à baía da Guanabara, em 28 de fevereiro de 1565, Estácio de Sá estabeleceu-se próximo a barra, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, conhecido como Vila Velha, que serviu de base os ataques contra os franceses. Em primeiro de março lança os fundamentos da cidade de que recebeu o nome de São Sebastião, em homenagem ao rei D. Sebastião. Não havia então uma política de povoamento e nos primeiros tempos ocupação se restringiu à exploração das riquezas comerciais da terra.<sup>23</sup> Em 1567, no mesmo ano da expulsão definitiva dos franceses da Baía Mem de Sá transfere a cidade para o alto do morro do Castelo. Embora a povoação de Vila Velha fosse apenas um acampamento militar, o Rio de Janeiro já nasceu como cidade, não recebendo anteriormente a denominação de povoado e vila. Contudo, considerando o contexto político-administrativo da época, a implantação de uma cidade exigia toda uma processualidade, ao que parece inexistente em relação ao Rio de Janeiro. Inicialmente, há de se considerar que a autorização para fundação de uma cidade era atribuição exclusivamente do rei, que emitia o foral correspondente, e não do Governador-Geral ou mesmo do capitão-donatário, a quem estava reservado o direito de fundar somente vilas. Sabemos ainda que Mem de Sá tinha autoridade expressa para fundar uma única cidade, a de São Salvador, na Capitania de Todos os Santos, já reincorporada aos domínios da Coroa. Como a Capitania de São Vicente foi reincorporada ao patrimônio da Coroa somente no século XVIII e não se encontrou nenhuma documentação desmembrando sua porção setentrional, sabemos que caberia a Estácio de Sá implantar somente um povoado com fim defensivo, o qual só poderia ser elevado à condição de vila, nunca à de cidade, pelo donatário desta capitania. No entanto, sabendo que a Coroa sempre respeitou os direitos dos donatários, temos conhecimento não só do surgimento da cidade

---

<sup>23</sup> Fania Fridman. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999, p.85.

como de uma nova capitania, igualmente denominada Rio de Janeiro, cuja delimitação nunca se soube ao certo, por nunca ter tido uma carta ou foral.<sup>24</sup>

Quanto à questão da “legalidade” da fundação da cidade do Rio de Janeiro, acreditamos que a cessão à Coroa do entorno da baía da Guanabara tenha sido estabelecido informalmente entre o rei D. Sebastião e o herdeiro da Capitania de São Vicente, Pero Lopes de Sousa, homônimo de seu tio. Como rei e herdeiro donatário morreram juntos em Alcacer-Quibir, o suposto acerto informal não teria sido devidamente legalizado. Assim, nem a cidade recebeu seu foral devido, nem foi emitido nenhum documento delimitando a Capitania do Rio de Janeiro. Julgamos que esta hipótese se confirma com a petição que Antonio Carneiro de Sousa, Conde da Ilha do Príncipe, encaminhou, em 1716, ao Conselho Ultramarino. Certamente por ter descoberto este lapso processual, requisita ele, como descendente herdeiro de Martim Afonso de Sousa, o pagamento de rendimentos como donatário da Capitania do Rio de Janeiro.<sup>25</sup> Só então, acreditamos, teria sido devidamente legalizada a incorporação da cidade e capitania do Rio de Janeiro, aos domínios da Coroa.<sup>26</sup> O historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Ondemar Dias partilha e renova essa idéia. Segundo ele:

(...) esta presença punha em risco as comunicações entre as partes que começavam a configurar o Estado do Brasil, de forma que foi necessário organizar uma campanha para o domínio da terra, conhecida como fundação da cidade do Rio de Janeiro, adentrando o século XVI. Na verdade, fundou-se uma cidade e organizou-se uma capitania, ainda que não existisse o documento formal de seus estabelecimentos.<sup>27</sup>

As questões relativas às dúvidas sobre a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro sempre mereceram a atenção do IHGB. Por ocasião de seu *Primeiro Congresso de História Nacional* (reunido no Rio de Janeiro entre 7 e 16 de fevereiro de 1914) Inauguraram no dia 20 de janeiro de 1915 um padrão comemorativo da fundação da cidade de São

<sup>24</sup> Renato Pereira Brandão. “As relações étnicas na conquista da Guanabara: índios e o domínio do Atlântico Sul”, p. 2. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RPBrandao.pdf>, p. 5.

<sup>25</sup> Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a petição em que o Conde da Ilha do Príncipe solicitava o pagamento da dízima, que lhe pertencia, das 100 léguas de terra de que era donatário na Capitania do Rio de Janeiro. Lisboa, 21 de junho de 1716. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, caixa 16, doc. N. 3450. Apud: Brandão, Op. Cit., p. 8.

<sup>26</sup> Brandão, Op. Cit., p. 8.

<sup>27</sup> Ondemar Dias. “Das aldeias aos engenhos – a ocupação humana no recôncavo da guanabara da pré-história ao século XVII” In: Laboratório de Análise do Processo Civilizatório. *II Jornada de Trabalho – Tempo e Espaço: A construção da História Regional (Anais)*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1997, p. 33. Apud: Antonio Felipe Pereira Caetano. *Entre a Sombra e o Sol*, Op. Cit. p. 32.

Sebastião do Rio de Janeiro na Península de São João, reconhecendo a fundação da cidade neste local, realizada por Estácio de Sá, em 1º de março de 1565. O mesmo assunto foi motivo de amplos debates realizados pelo IHGB em novembro e dezembro de 1965, promovido pela Comissão do Centenário do Rio de Janeiro, sob a presidência do sócio José Wanderley de Araújo Pinho, dela tendo participado muitos estudiosos e especialistas.<sup>28</sup>

Portanto, o sítio original da fundação da cidade foi escolhido claramente por motivos militares, ou seja, defender o território como já citado. Após a morte de Estácio de Sá e com a derrota dos franceses, Mem de Sá resolveu transferir a povoação mais para o interior da baía em 1567. Diante da função eminentemente defensiva e de acordo com a própria tradição portuguesa, foi instalado um sítio em acrópole, ou seja, em uma elevação que favorecesse a vigília e a defesa<sup>29</sup>.

No novo sítio as condições de sobrevivência eram mais propícias com boa oferta de água e sopro de bons ventos. Logo no primeiro ano de ocupação, o Morro ganhava suas primeiras construções. Para a defesa, foi construído um conjunto de três fortes: o Forte de São Januário rebatizado mais tarde de São Sebastião, o Baluarte da Sé e a Bateria de Santiago, na ponta da Piaçava que apontava para o mar, dividindo as praias de Santa Luzia e da Piaçava, além de fossos, muros e baluartes (murallas). Construíram também a Casa da Câmara, a Cadeia e a Igreja de São Sebastião, o primeiro templo religioso do Rio, que se assemelhava a uma fortaleza. Além da função religiosa, a igreja matriz também possuía função militar. Por estar localizada na parte mais alta da Colina, as duas torres eram usadas para vigia da costa. Ao lado dessa construíram a igreja e o Colégio dos jesuítas (1567-1573), além de armazéns, casas para os primeiros moradores.<sup>30</sup>

O conselho Municipal ou Câmara era um dos órgãos mais importantes da vida colonial e, com variações por época e local, era habitualmente constituído de “dois juízes ordinários, três conselheiros ou vereadores, e um procurador”.<sup>31</sup> No Rio de Janeiro o primeiro

---

<sup>28</sup> Os Debates estão documentados na Revista do IHGB: *Fundação da Cidade do Rio de Janeiro: Debates*. 276: 227-306. jul/set 1967. A data de 16 de julho de 1565, referenciada, é a data em que Estácio de Sá doou à municipalidade sua sesmaria.

<sup>29</sup> Paulo César de Barros. “Onde nasceu a cidade do Rio de Janeiro? (um pouco da história do Morro do Castelo). *Revista geo-paisagem* (on line) Vol. 1, número 2, 2002 Julho/dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/origem%20do%20Rio%20de%20Janeiro.htm>.

<sup>30</sup> Idem. *Ibidem*, e Fridman, “Donos do Rio em nome do rei”, p. 87.

<sup>31</sup> Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. Da USP, 1973, p. 45.

Conselho foi constituído no ano de 1566,<sup>32</sup> com a ocupação portuguesa ainda restrita ao morro Cara de Cão. Foi criado pelo capitão-mor Estácio de Sá ao prover os cargos de alcaide-mor, de alcaide-carcereiro, de provedor da Fazenda Real, escrivão das sesmarias, porteiro, pregoeiro e outros.<sup>33</sup> A Câmara foi constituída de forma mais definitiva com a provisão de novos cargos por Mem de Sá em 1568 e instalada no Morro do Castelo. Essa instância local do poder encontrava-se naquele ano, em condições de legislar e exercer o controle administrativo sobre as futuras freguesias que começariam a ser criadas a partir de 1569 em função dos interesses da época.<sup>34</sup>

A recém criada cidade não demorou a se espalhar em direção às planícies que circundavam a Colina. Com atividades econômicas voltadas para o porto, a cidade não poderia ficar confinada no alto do Morro. Para Fridman, a descida do Morro do Castelo foi decorrente também de interesses dos principais produtores de riqueza: donos de engenho, produtores agrícolas, donos de armazéns e dos mercados. Estes preconizavam o crescimento da cidade na várzea a fim de expandirem os seus negócios. Se fizermos uma abordagem sobre os “donos” da nova cidade, para usar o termo de Fridman, verificamos que os grandes proprietários das terras do Rio de Janeiro eram a coroa portuguesa, um pequeno número de portugueses e as ordens religiosas. Ainda segundo a autora, as ordens religiosas, assim como irmandades e confrarias ocuparam uma parcela significativa do espaço urbano. Essa dominação tinha uma base econômica através da produção (agropastoril e serviços), além da acumulação de propriedades e uma base ideológica, através da influência da religião católica. Assim, a geopolítica colonial estava assentada numa relação Estado/Igreja.

### **3-A Capitania do Rio de Janeiro do final do século XVI à primeira metade do XVIII.**

No cenário fluminense Paulo Knauss destaca que, após 1565, a submissão dos índios tamoios aos portugueses está relacionada à expulsão dos franceses e também à distribuição de terras. A política de distribuição de sesmarias servia como escudo que protegia a cidade do

---

<sup>32</sup> Idem. Ibidem.

<sup>33</sup> Idem, p. 46.

<sup>34</sup> Joaquim Justino Moura dos Santos, *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1997. 313 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 6.

Rio de Janeiro seja do ataque estrangeiro, seja do ataque dos nativos.<sup>35</sup> Segundo Regina Celestino essa conjuntura contribuiu para a formação de aldeamentos indígenas que facilitavam a catequização pelos jesuítas e a exploração escrava pelos senhores de engenho.<sup>36</sup> Voltaremos aos indígenas no segundo capítulo.

A título de comparação, cabe mencionar a existência de duas tabelas construídas por Francisco Carlos Teixeira da Silva<sup>37</sup> e Antonio Felipe Pereira Caetano<sup>38</sup>, (Anexo II) respectivamente, uma baseada nos dados do Arquivo Nacional e outra em Monsenhor Pizarro. Apesar da disparidade em relação aos totais as duas tabelas apontam para um aumento visível no número de sesmarias. Tal aumento marcava uma política clara da coroa portuguesa de controlar o território, fixar a população e colocar em prática a conquista dos trópicos fluminenses. Por isso, a distribuição das sesmarias obedeceu ao critério de povoamento de toda a orla da baía de Guanabara. Segundo Francisco Carlos Teixeira a distribuição das terras fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro concentrou-se em “quatro eixos principais, constituídos pelos rios que deságuam na Baía da Guanabara”:

1) a área dos rios Inhaúma e Irajá e Meriti até o litoral da baía na altura da Ilha do Governador;

2) a área do rio Sarapuí, incluindo os rios Cachoeira e Bangu (hoje no município de Duque de Caxias);

3) a área do rio Iguaçu, incluindo o rio Inhomerim, (hoje entre Nova Iguaçu e Magé), o rio Suruí (hoje Magé), os rios Guapy e o Macacu, que davam acesso ao amplo Sertão (hoje municípios de Macacu e Itaboraí); e, por fim,

4) a área do rio Guaxindiba, via de penetração na região dos tabuleiros de São Gonçalo.<sup>39</sup>

Para Antônio Carlos Jucá Sampaio a conquista da terra através da concessão de sesmarias incentivava a formação de uma hierarquia social, pois as terras eram geralmente concedidas àqueles homens que prestavam serviço à coroa portuguesa e colaboravam para a

<sup>35</sup> Paulo Knauss. Op. Cit., p. 98.

<sup>36</sup> Almeida. “Metamorfoses indígenas”, 2003.

<sup>37</sup> Francisco Carlos Teixeira da Silva. *A Morfologia da escassez: Crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Niterói, 1990. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990, p. 324.

<sup>38</sup> Caetano, “Entre a Sombra e o Sol”, Op. Cit., p. 33.

<sup>39</sup> Silva. “A Morfologia da escassez”, p. 326.

formação de um grupo específico que dominará o cenário político ultramarino: a elite colonial.<sup>40</sup> O outro lado da construção da hierarquia seria oriundo da conquista do gentio, que fora auxiliado pela formação dos diversos aldeamentos indígenas. O gentio formaria a mão-de-obra necessária para ser utilizada de forma abundante na economia agrária e corroborava para a formação de estruturas sociais demarcadas por distinções de *status*.<sup>41</sup> Assim, terra e mão-de-obra seriam os meios de produção básicos para alicerçar a consolidação da sociedade colonial fluminense, garantindo que “o Rio de Janeiro entrasse no século XVII com uma paisagem rural dominada pela grande propriedade.”<sup>42</sup> Entretanto, era necessário que a capitania se inserisse nos eixos mercantis do império ultramarino português e é exatamente a forma como se dá essa inserção que vai definir a sua evolução nos diversos períodos da história colonial que será influenciada por sua posição estratégica e por acontecimentos do outro lado do Atlântico.<sup>43</sup>

Um dos principais acontecimentos foi a União Ibérica. Entre 1580 a 1640 o cenário da região fluminense ganharia um novo tônus em que a América portuguesa tornou-se parte integrante da conjuntura atlântica mais ampliada e não regionalizada, e a capitania do Rio de Janeiro veria sua importância nas estratégias coloniais metropolitanas crescerem de uma forma bastante significativa não só para a coroa, como para os próprios interesses da capitania. Por isso Joaquim Veríssimo Serrão nos ensina que nesse período da união ibérica “fundam-se povoados, abrem-se linhas de comércio, criam-se cargos públicos e aumentam os interesses privados, cristianiza-se o gentio, descobrem-se novas riquezas e defende-se a terra com heroísmo para que ela permaneça fiel à coroa dos Filipes.”<sup>44</sup>

O período da união das Coroas favoreceu na América o estreitamento das trocas comerciais com a bacia do Prata, na América espanhola. O século XVII significa o sucesso e o auge da conquista portuguesa nos mercados platinos, tanto através do Alto Peru quanto pela

---

<sup>40</sup> Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 51.

<sup>41</sup> Almeida, “Metamorfoses indígenas”, op. cit. p. 52.

<sup>42</sup> Idem. *Ibidem*, p. 52.

<sup>43</sup> Sampaio. *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>44</sup> Joaquim Veríssimo Serrão. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, pp. 1-2.

presença na rota comercial de Buenos Aires.<sup>45</sup> Segundo Charles R. Boxer, o contato com a região do Prata e com Potosí estimulava o comércio triangular entre Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires ao final do XVI<sup>46</sup> que na opinião de Alencastro era responsável pela autonomia econômica da América Portuguesa.<sup>47</sup> Apesar do Rio de Janeiro não ter tido a exclusividade deste comércio triangular, ele possibilitou o acesso aos metais hispânicos (prata) e o maior contato com a mão-de-obra africana, mesmo que não inibindo a utilização do gentio, preponderante na região fluminense até pelo menos o final do século XVII.<sup>48</sup> Ao açúcar e à prata somaria-se o tráfico negreiro com a África. No próximo capítulo tratarei com maior destaque os escravos africanos e também indígenas.

De acordo com Antônio Felipe P. Caetano, a consequência direta dessa realidade associa-se ao aumento da concessão de terras. Segundo ele, entre 1565 e 1575 foram concedidas por volta de 111 sesmarias. Durante o período filipino (1540-1680) houve uma queda no número de concessões, mas se manteve uma média de 51 sesmarias distribuídas a cada dez anos. Ou seja, durante a união ibérica foram concedidas 308 sesmarias, suficientes para a manutenção da estabilidade da ocupação de terras.<sup>49</sup> Em um segundo momento, a intensa distribuição de terras possibilitou o crescimento do número de engenhos na capitania do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento da região beneficiou-se de diferentes estímulos, sobretudo graças à tendência de alta do preço do açúcar que teve significativa expansão até 1600. A esse respeito C. R. Boxer assinala: “Quaisquer que pudessem ter sido os números exatos, não pode haver dúvida de que a rápida expansão da indústria do açúcar brasileiro nos anos de 1575-1600 era um dos maiores acontecimentos do mundo atlântico desse tempo.”<sup>50</sup> Dentro da região que

<sup>45</sup> Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. (1640-1769)*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 3.

<sup>46</sup> Cf. Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973; Luis Felipe Alencastro. *O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, e Sampaio, Op. Cit.

<sup>47</sup> Luis Felipe de Alencastro. Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700, Unicamp, Campinas, 1994. Tese de livre docência, p. 45. Apud: Sampaio, op. cit. p. 63.

<sup>48</sup> Sampaio. Op. Cit., pp 55-56; Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. Capítulo 1 – O Casamento com a Espanhola.

<sup>49</sup> Caetano, *Entre a Sombra e o Sol*, Op. Cit., p. 38.

<sup>50</sup> Charles R. Boxer. *O Império colonial português (1415 – 1825)*. Portugal: Edições 70, 1981, p. 115.

compreendia capitanias como as do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo, assistiu-se, na virada do século XVI para o XVII, o rápido crescimento da economia açucareira no Rio de Janeiro, em detrimento de São Vicente<sup>51</sup>. Esse período presenciou as dificuldades decorrentes da invasão holandesa a Pernambuco, e o modo como isso afetou a produção açucareira dessa capitania. Nesse quadro o Rio de Janeiro assumiu papel de destaque, cabendo-lhe o mais acelerado índice de crescimento<sup>52</sup>. De acordo com avaliação coeva, do ano de 1699:

“Ocupado Pernambuco dos holandeses buscou a necessidade do comércio este porto [Rio] e o trato com as comodidades tão vantajosas que a experiência lhes mostrou, convidou tanto em breve aos navegantes e moradores que muito à pressa cresceu em povoação, (...). era esta povoação do Rio de Janeiro [pequena] poucos anos atrás nada; hoje [é] a segunda praça daquele Estado, na estimação vulgar; e primeira para os interesses desta Monarquia”<sup>53</sup>

No esforço de reconstituir histórica e geograficamente os engenhos fluminenses do século XVI e XVII, Maurício Abreu apresenta um total de 156 engenhos cuja existência conseguiu identificar (ANEXO IV). O autor segmentou o território da capitania do Rio de Janeiro em oito áreas produtoras, que foram individualizadas a partir de critérios de configuração geomorfológica e, principalmente, da constância de sua designação toponímica nos documentos consultados (ANEXO V). Ao analisar o número de moendas em funcionamento em cada década, verifica-se que os totais a que chegou são bastante próximos daqueles relatados por autores coevos. Assim, as 35 moendas identificadas como unidades produtivas, ao final da terceira década do século XVII, se aproximam bastante dos 40 engenhos que Frei Vicente do Salvador afirmou estarem em funcionamento em 1627. A sintonia é ainda maior em relação aos totais apresentados por Antonil: apesar de não ter estendido a análise até o século XVIII, é muito provável que os 131 engenhos que identificou para a última década do século XVII estejam incluídos nos 136 relatados pelo jesuíta para

---

<sup>51</sup> Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, 2 Volumes, Volume I, 1997, p. 258.

<sup>52</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>53</sup> Códice da Ajuda, 1669. ABNRJ, v. 57, p. 162-3. Apud: Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa*, p. 3.

1711.<sup>54</sup> Os números de outras fontes também coincidem com relação à esse aumento, sentido tanto pela América portuguesa quanto pela Capitania do Rio de Janeiro. (Anexo III).

Segundo Frédéric Mauro, de todas as regiões américo-lusitanas a capitania do Rio de Janeiro foi a que melhor aproveitou o surto do aumento do número de engenhos no seiscentos.<sup>55</sup> O crescimento da economia açucareira no século XVII elevou a capitania do Rio de Janeiro à terceira colocação na produção açucareira no ultramar lusitano.<sup>56</sup> A se tomar pela expansão dos engenhos açucareiros, a região fluminense aproveitara-se de maneira oportuna da pressão holandesa sobre o Nordeste. O ritmo de crescimento da produção açucareira fora, nas palavras do historiador Luciano Figueiredo, frenética. Se no início da União Ibérica em toda a capitania do Rio de Janeiro existiam cerca de três engenhos, em 1639, o número aumentara 36 vezes, chegando a 110 fábricas de fazer açúcar em toda a Guanabara.<sup>57</sup>

O aumento da presença humana, aliada à conquista da terra e ao crescimento da produção foi a grande responsável pela viragem econômica e dinamização da capitania. Normalmente constituídos em torno de uma capela os núcleos populacionais expandiram-se pela região, seja em campos de cultivo ou áreas de criação. A coroa portuguesa amplia o número de freguesias da capitania. Da mesma forma que a política de distribuição de sesmarias, após a expulsão dos franceses, demonstrava uma intenção clara da coroa em povoar o entorno da baía de Guanabara, a criação de freguesias fora outro recurso para o cumprimento de tais objetivos, além de amparar almas desprovidas de proteção espiritual. É com base na importância da Igreja Católica nas diferentes instâncias do poder metropolitano e colonial, que deve ser entendida a participação direta e o papel desempenhado nas administrações locais, no recôncavo da Guanabara, através da atuação de suas paróquias. Com atribuições administrativas diferentes, o Estado e a Igreja se complementavam, de modo a garantir a manutenção das funções a serem desempenhadas pelas paróquias/freguesias e, conseqüentemente, atender às exigências e interesses da Coroa portuguesa.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> Mauricio de Almeida Abreu. Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (32).

<sup>55</sup> Mauro. “Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)”, p. 257.

<sup>56</sup> Caetano, Op. cit. p. 39

<sup>57</sup> Figueiredo, Op. cit. pp. 1-2

<sup>58</sup> Justino, Op. Cit., p. 7.

A primeira freguesia criada no Rio de Janeiro foi a de São Sebastião, por provisão do bispado da Bahia, datada de 20 de fevereiro de 1569. Sua matriz foi instalada na ermida dedicada ao mesmo Santo, padroeiro da cidade em homenagem ao rei D. Sebastião de Portugal, levantada por Salvador Correa de Sá, o velho, no Morro do Descanso, depois São Januário e mais tarde Morro do Castelo.<sup>59</sup> Da freguesia de São Sebastião, em 1634 foi desmembrada a freguesia da Candelária que abrangia a várzea e a região portuária da cidade. Ficava na Freguesia de São Sebastião o restante da cidade, especialmente a parte velha que incluía o Morro. As duas freguesias repartiam entre si tanto “ao chãos da cidade”, quanto seu termo e as terras do chamado “sertão”.<sup>60</sup> Mas já então havia uma população dispersa em torno do recôncavo cujo atendimento ficava dificultado pela distancia. Assim em 1644 a Coroa cria mais quatro freguesias, confirmadas em 1647: Irajá, São Gonçalo, Santo Antônio de Cassarabu e Trairaponga.<sup>61</sup> Como se pode constatar, a criação de uma freguesia era, de um lado, o resultado da ocupação da terra, mas também auxiliava na política de controle territorial e incentivava a ocupação pelos colonos.

Todos esses fatores conjuntamente, além do contato com a região do Prata e o aumento da produção açucareira, transformaria radicalmente a paisagem da capitania do Rio de Janeiro, a começar pelos portos. Como mostra a historiadora Maria Eulália Lahmeyer Lobo os portos adquiriram importância se tornando “os principais pontos de referência do comerciante metropolitano, na medida em que permitiam a centralização da produção e garantiam o direito de exclusividade comercial”.<sup>62</sup> A via fluvial assumiu um importante papel para o escoamento e para a ocupação, pois com o assentamento estimulado, a penetração em direção ao sertão no século XVII ocorreu subindo o curso dos rios Magé (ou Magepe), Iguazu, Pilar, Inhomirim, Meriti, Suruí, Sarapuí, Saracuruna, Guapimirim, Macacu, Guaxindiba e Guasunhão (ou São Gonçalo). Inúmeros pontos de embarque de açúcar surgiram nesses rios, especialmente nos mais facilmente navegáveis, como os portos

---

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*, p. 12.

<sup>60</sup> Francisco Agenor de Noronha Santos, *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1965. p. 7.

<sup>61</sup> “Alvará e mercê que Sua Majestade faz como governador e perpétuo administrador que é do mestrado Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo para que nesta capitania do Rio de Janeiro se erija quatro vigaiarias do novo”. *Arquivo Nacional*. Códice 61, Volume I, fls. 216v-219v. Apud: Caetano, *Op.cit.* p. 40.

<sup>62</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro – da capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, Volume I, 1978, p. 19.

denominados Grande Magepe, Velho da Piedade (ou de Iguaçu), Pilar, Inhomirim, Suruí, Sarapuí e dos Saveiros (ambos no Rio Sarapuí), Iri e das Caixas.<sup>63</sup>

Como já foi dito, a expansão do setor agro-exportador favoreceu o deslocamento do centro de gravidade, no sul da América portuguesa, de São Vicente para a Praça do Rio de Janeiro na virada do século XVI para ao XVII. Esse deslocamento também fica claro com a migração de famílias vicentinas para a baía de Guanabara: pelo menos 17 das 26 famílias de conquistadores do Rio vieram daquela capitania e, ao longo do século XVII, deram origem a 48 famílias de senhores de engenho do recôncavo da Guanabara.<sup>64</sup>

Antônio Pereira Caetano destaca outro termômetro para medir o aumento da importância da capitania do Rio de Janeiro: a produção de alimentos para abastecimento e consumo interno. Para Francisco Carlos Teixeira da Silva, a cultura de abastecimento era pautada obrigatoriamente pela necessidade e oportunidade, com que se leva a concluir que não houve um planejamento específico para o desenvolvimento da produção de alimentos para consumo, caso absolutamente distinto do que ocorreria com a cultura açucareira, minuciosamente planejada.<sup>65</sup> Segundo Caetano a intervenção da coroa na política da produção interna para abastecimento somente ocorrerá no século XVIII.<sup>66</sup> Em sua monumental obra sobre a Guanabara Alberto Ribeiro Lamago afirmou que tanto do lado ocidental quanto do oriental as terras da baía não auxiliavam em nada no desenvolvimento produtivo de qualquer gênero nos primeiros momentos da conquista do Rio de Janeiro, seja pela baixa fertilidade, seja pela quantidade de regiões permeadas por mangues, pântanos e morros.<sup>67</sup> Por outro lado, ao contrário da Bahia, que tinham uma baixíssima produção de alimentos e dependia da capitania de Porto Seguro para fornecimento de farinha,<sup>68</sup> a capitania do Rio de Janeiro

---

<sup>63</sup> Fridman, *Donos do Rio em nome do rei*. p. 87-88. Muitos desses portos só perderiam importância no final do século XIX com a construção das estradas de ferro.

<sup>64</sup> João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”, João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Fátima Gouvêa (orgs.) *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001, p. 39.

<sup>65</sup> Silva, Op. Cit., pp. 122-123.

<sup>66</sup> Caetano, Op. Cit., p. 42.

<sup>67</sup> Alberto Ribeiro Lamago. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1964, Parte I – A terra.

<sup>68</sup> Stuart Schwartz. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

produzia alimentos em boa quantidade e próximo a cidade do Rio de Janeiro. De todos, de longe a mandioca era o principal produto, seguido do milho, arroz e feijão.<sup>69</sup>

No seiscentos, entretanto, a capitania do Rio de Janeiro também se especializou em outros produtos como o algodão e frutas. Estas últimas renderam prestígio junto aos visitantes estrangeiros. Segundo Jucá Sampaio, quando de sua passagem pela região no início do século XVII, os irmãos Bartolomé Garcia e Gonçalo de Nodal chamaram atenção para os “frutos da terra”.<sup>70</sup> Em pelo menos duas ocasiões a capitania enviaria seus alimentos a Bahia: em 1639 no contexto das guerras contra os holandeses e em 1648 durante os preparos da expedição de reconquista de Luanda. Além disso, a farinha de mandioca e o tabaco eram utilizados como moeda de troca no tráfico de escravos, pois a cachaça só ganhou este atributo na segunda metade do século XVII.<sup>71</sup>

Em síntese o conjunto de mudanças ocorridas ao longo da União Ibérica promoveram o crescimento da economia do recôncavo em meados do XVII. Nas palavras de Antônio Carlos Jucá:

Ao final da primeira metade dos seiscentos, portanto, a capitania fluminense já despertava um papel de considerável importância na América Portuguesa. Regionalmente adquiria a primazia política e, sobretudo, econômica. Em termos mais amplos, acresceu sua importância estratégica para a coroa lusitana. Por um lado, desempenhava um papel importante para o Brasil e as colônias espanholas, através do rio da Prata. Por outro lado, a sua atuação na reconquista de Angola foi grande significado para a consolidação do controle de Bragança sobre as colônias em parte ainda ocupadas pelos holandeses, além de permitirem a retomada das relações com Buenos Aires, interrompidas pela restauração. Por fim, o Rio de Janeiro já se destacava como terceiro pólo açucareiro do Brasil.<sup>72</sup>

Dentre as medidas adotadas por D. João IV para garantir o controle efetivo do trono a criação da Companhia Geral do Comércio, em 1649, foi a que mais diretamente atingiu a capitania do Rio de Janeiro. Seu principal objetivo era evitar saques, piratarias e contrabando, como da mesma maneira conceder privilégios comerciais de produtos como a farinha, o azeite, o bacalhau e o vinho, cujos preços eram determinados por ela. Além disso, previa a

---

<sup>69</sup> Silva, Op. Cit., p. 124.

<sup>70</sup> Sampaio, Op. Cit., p. 65-66.

<sup>71</sup> Luis Felipe de Alencastro, Op. Cit., Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (Orgs.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999;., Op. Cit.

<sup>72</sup> Sampaio, op. Cit., p. 67

restrição da atividade extrativista do pau-brasil em todos os seus níveis, do corte à comercialização, à Coroa portuguesa<sup>73</sup> e controlavam a entrada daqueles que podiam ou não ser responsáveis pela exclusividade da mercancia.<sup>74</sup>

Dentre os produtos citados acima, de longe, o vinho era o que mais possuía a possibilidade de alta lucratividade. Ao longo de todo o século XVII assiste-se um uso extensivo do vinho português no comércio atlântico, tanto para consumo quanto para o comércio de escravos. Foi a partir da retomada de Angola que o vinho português passou a ser progressivamente substituído pela cachaça, negociada por comerciantes vindos do Brasil que instalaram casas comerciais em Luanda para negociar escravos. Segundo Mariza Soares, que parte dos argumentos de José C. Curto e Roquinaldo Ferreira, “a cachaça mais barata e de teor alcoólico superior ao vinho e as bebidas locais, teve grande aceitação nas feiras angolanas onde era usada na compra de escravos, alterando assim a participação do vinho nesse negócio”.<sup>75</sup> A grande derrota que a geribita proporcionou ao vinho fez com que a coroa portuguesa tomasse urgentes medidas. Enquanto a cachaça não afetou o comércio do vinho a coroa não se preocupou em implementar restrições à sua produção. Quando o quadro se inverteu os desdobramentos da disputa entre a Companhia do Comércio e os produtores do Rio de Janeiro deram origem um conjunto de restrições, os efeitos se fizeram sentir, dentre eles a eclosão da chamada Revolta da Cachaça (1660).<sup>76</sup>

Faz-se necessário salientar o contexto em que a cachaça ganha importância na Capitania do Rio de Janeiro. O deslocamento dos holandeses do Brasil para o Caribe, levando com eles não apenas a tecnologia do beneficiamento do açúcar, mas também os capitais aí investidos, fez surgir no circuito comercial uma forte concorrência ao açúcar do Brasil, especialmente as Antilhas francesas. A concorrência despencou o preço do açúcar no mercado europeu e forçou os produtores do Brasil a buscarem produtos que compensassem os

---

<sup>73</sup> Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944, p. 57.

<sup>74</sup> Caetano. Op. Cit., p. 49-51.

<sup>75</sup> Mariza de Carvalho Soares. “O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII”. 2007, manuscrito. Para maiores detalhes sobre a cachaça em Angola ver José C. Curto, *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África central ocidental*. Prefácio de Alfredo Margarido. Lisboa. Editora Vulgata. 2002.

<sup>76</sup> Sobre a Revolta da cachaça ver: Luciano Raposo de Almeida figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. (1640-1769)*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1996, Capítulo 1 e Antonio Felipe Pereira Caetano. *Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFF, 2003.

prejuízos. Ao longo do século XVII a aguardente foi se configurando como esse produto compensador para a economia fluminense. Mesmo estando a capitania do Rio de Janeiro em fins do século XVII em terceiro lugar na exportação da aguardente para a costa africana (12,5%), ficando atrás da Bahia (61%) e de Pernambuco (26%) esse gênero proporcionava um aumento de 25% da lucratividade de qualquer engenho, suficiente para controlar intempéries do preço do açúcar.<sup>77</sup> Um senhor de engenho mencionado por Stuart Schwartz afirmou que “o açúcar permitia-lhes cobrir as despesas e a cachaça proporcionava-lhes o lucro”.<sup>78</sup>

Segundo Maurício Abreu apesar da discordância entre os autores sobre o impacto da crise geral do século XVII na economia do recôncavo da Guanabara é importante destacar que a maior parte deles associa os problemas da economia açucareira à crise geral do século XVII, um período de crise generalizada da agricultura com reflexos na Europa e no Brasil.<sup>79</sup> Mais recentemente, Jucá de Sampaio argumenta que a crise na capitania do Rio de Janeiro estaria restrita à lavoura canavieira e teria sido mais curta no tempo que a crise geral, tendo ficado restrita às décadas de 1660 e 1670. Sem negar a importância fundamental das culturas de exportação para a economia colonial, ele alega uma autonomia da economia da capitania em relação ao quadro geral da economia mostrando que ela teria crescido mesmo em plena crise.<sup>80</sup>

No caso do Rio de Janeiro, essa autonomia teria a ver com o surgimento de uma economia mercantil de alimentos capaz de amenizar os efeitos da grande crise econômica que Sampaio acredita ter afetado menos a colônia do que geralmente se afirma. Em sua argumentação Jucá de Sampaio segue a historiografia recente segundo a qual as realidades econômicas da colônia não devem ser explicadas exclusivamente pelas conjunturas externas. Essa historiografia ganhou fôlego com os trabalhos de João Fragoso e Manolo Florentino, por exemplo.<sup>81</sup>

---

<sup>77</sup> Roquinaldo Ferreira, “Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)” In: *O antigo regime nos trópicos*, op. cit. pp. 349.

<sup>78</sup> Schwartz, “Segredos internos”, op. cit, p. 186.

<sup>79</sup> Maurício Abreu. “Um quebra cabeça (quase) resolvido”. Op. Cit, Maurício Abreu não cita os autores.

<sup>80</sup> Sampaio, Op. Cit., p. 23.

<sup>81</sup> Ver: Manolo Garcia Florentino. *Em costas negras: Um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, c.1790 - c.1830*. Niterói: UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Curso de Pós-Graduação em História, 1991, 466 p. (Tese de Doutorado). Publicada com o mesmo título: São Paulo: Companhia das Letras, 1997. João Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. João Fragoso e Manolo

Como já mencionamos anteriormente, o crescimento do número de moedas, demonstrado por Maurício Abreu, também ocorreu nas décadas que a historiografia considera como “de baixa do açúcar” (pós-1640) ou “de crise aguda” (1660 e 1670), o que nos leva a concluir, reforçando o que já disseram outros autores, que as teses que atrelam o desempenho das economias coloniais exclusivamente aos preços externos do açúcar e que apregoam uma decadência generalizada da agricultura canavieira na segunda metade do século XVII precisam, efetivamente, ser melhor discutidas.<sup>82</sup> Se pensarmos na importância assumida pela aguardente na economia fluminense durante o seiscentos, talvez possamos compreender porque na segunda metade do século XVII os engenhos crescem apesar da “crise do açúcar”.

Mas nem só de cachaça e açúcar viviam os homens coloniais. Em texto inédito, Mariza Soares quebra esse silêncio historiográfico mostrando que já na segunda década do século XVII, pelo menos um ano após a fundação de Benguela, e provavelmente antes disso, já existe um comércio regular de farinha entre o Rio de Janeiro e Angola. A autora desenvolve o argumento dando como exemplo os *Diálogos das grandezas do Brasil* onde a farinha foi tema de destaque em suas duas dimensões: como alimento e como produto comercializado.

Ainda segundo a autora, embora a primeira dimensão seja privilegiada pela historiografia, com a segunda ocorre o contrário.<sup>83</sup> Em 1620, segundo Vivaldo Coaracy, as embarcações que partiam do porto do Rio de Janeiro e seguiam para Angola nem sempre traziam de volta os escravos que aí compravam. Muitas vezes faziam escala nas capitânicas do Norte (Bahia e Pernambuco) onde vendiam os escravos por melhor preço. Nesse ano a Câmara do Rio de Janeiro determinou que nenhum navio pudesse carregar farinha de mandioca na partida para Angola sem deixar fiança garantindo que traria na volta escravos para serem vendidos naquela praça.<sup>84</sup> Tal medida mostra na época o produto que a capitania tinha para oferecer era a farinha e que era com ela que fazia-se dinheiro para comprar escravos. Esse período destacado por Soares para o comércio da farinha é o mesmo apontado

---

Garcia Florentino. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

<sup>82</sup> Maurício Abreu. “Um quebra cabeça (quase) resolvido”. Op. Cit.

<sup>83</sup> Segundo a autora, com base no texto de Rodolpho Garcia “Aditamento” os *Diálogos das grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão, datado de ca. 1618, tem dois interlocutores: Brandônio e Alviano. Brandônio é o próprio Brandão, identificado por Rodolpho Garcia como feitor do rico cristão-novo Bento Dias de Santiago, portanto um bom conhecedor da economia baiana. Soares, “O vinho e a farinha.”, p. 14.

<sup>84</sup> Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro do século XVII*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1965. p. 54. Apud: Soares, “O vinho e a farinha.” Op. Cit., p. 18.

por Fragoso para o estabelecimento da economia açucareira por ele datado entre 1612 e 1629.<sup>85</sup>

Em trabalho inédito, Antônio Caetano cita um documento da Câmara do Rio de Janeiro, de 1646, onde argumenta a dificuldade de encontrar farinha para sustentar as tropas e obrigando ao plantio da mandioca em condições especificadas, de modo a prover a população de alimento.<sup>86</sup> Para Mariza Soares isso não significava que não haviam roças de mandioca, mas que a produção já não conseguia atender ao aumento da demanda, não havendo disponibilidade comercial do produto. Como a reclamação refere-se ao suprimento das tropas deve-se ainda levar em conta as dificuldades de negociação com pagamentos oficiais e com a preferência dos plantadores em colocar seu produto no mercado e não nas mãos dos representantes da coroa. Assim, o que a Câmara tenta impor é que aqueles que plantam cana também plantem mandioca para poderem suprir a demanda das tropas que precisam ser alimentadas. Portanto, para Soares, mais uma vez o problema está no modo de comercialização da farinha e não, ou não apenas, no volume da produção.<sup>87</sup>

Em um artigo sobre a escassez de moeda metálica no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVII, Jucá de Sampaio mostra que ela fez surgir “moedas substitutas”, ou seja, produtos de grande circulação que, na falta de dinheiro, entravam no circuito comercial no lugar do dinheiro sonante. Segundo ele dentre as moedas substitutas a mais importante era o açúcar e, em menor escala, os tecidos de algodão. Ainda segundo Jucá de Sampaio, a farinha e a cachaça foram utilizadas como moeda substituta no comércio atlântico, mas alega não ter encontrado seu uso como meio de pagamento na capitania do Rio de Janeiro.<sup>88</sup> Comentando esta assertiva Mariza Soares explica que

“Não é difícil entender que aquilo que muitos produziam não pudesse ser transformado em moeda substituta. Ao que parece, a distância na procedência de certos produtos ou a dificuldade de acesso a eles, combinada a uma ampla demanda,

---

<sup>85</sup> João Fragoso “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: “O antigo regime nos trópicos”, op. cit. p. 41. Fora do Recôncavo, Campos ao norte da capitania do Rio de Janeiro, onde no século XVII a família Sá e seus aliados tinham muitas terras é também importante produtor de mandioca. Ver Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1998.

<sup>86</sup> Caetano, “Entre a sombra e o sol” p. 53-54.

<sup>87</sup> Soares, “O vinho e a farinha”, p. 19.

<sup>88</sup> Sampaio, “Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750”. ABPHE (org.) *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*. Belo Horizonte, ABPHE. 2003. p. 5-7, 12, 15.

faz de certos produtos moedas substitutas. O açúcar produzido por poucos e os panos vindos de fora melhor aplicavam-se a essa demanda. Assim, não é de estranhar que a farinha e a cachaça fossem moeda no Atlântico e não no Recôncavo da Guanabara, onde eram fartamente produzidas e de fácil acesso. Cabe aqui pensar em que medida até meados do século XVII o vinho português teria sido uma das moedas substitutas e, se o foi, porque teria ele pedido terreno para a farinha e a cachaça. A resposta para isso pode estar justamente nas características desses três produtos. Enquanto o vinho tinha uma durabilidade reduzida, azedando com frequência devido ao calor e às más condições de transporte e armazenagem, a cachaça e a farinha eram produtos de grande durabilidade e fácil estocagem.”<sup>89</sup>

A autora identifica, portanto, quatro circuitos da farinha: o consumo local e também sua distribuição na colônia; o sustento das tropas portuguesas; o abastecimento das frotas e o comércio com Angola.<sup>90</sup> Se avançarmos para o final do século XVIII, para as relações parciais enviadas ao Marquês de Lavradio pelos Mestres de Campo a cujo cargo estavam os distritos milicianos, compreendendo as freguesias do recôncavo do Rio de Janeiro em 1778, fica evidente a vocação da região para o cultivo de mandioca, que (à exceção de Marapicu, que apresenta baixa produção de alimentos como um todo) sobrepunha o de outros produtos.<sup>91</sup> As conclusões da autora se coadunam à afirmação de Jucá de Sampaio segundo o qual a economia colonial em geral e a agricultura em particular não podem ser pensadas a partir do ritmo da economia açucareira.<sup>92</sup>

Na virada do século XVII para o XVIII o impacto do *rush* mineiro se fez sentir de forma mais perversa no setor açucareiro na primeira metade do setecentos, devido à demanda pela mão-de-obra escrava que ocasionou a elevação dos preços dos cativos, entre outras coisas. Paralelamente, apesar de experimentar momentos desfavoráveis, a agricultura permanece dinâmica quanto à produção de alimentos a qual se amplia desde a primeira metade do seiscentos (em que a capitania atua como abastecedora das frotas, da própria capitania e das capitanias do Norte) e no início do século XVIII devido a formação de um cinturão abastecedor em torno da cidade do Rio de Janeiro impulsionada pelo crescimento da

---

<sup>89</sup> Mariza, “O vinho e a farinha”, p. 20

<sup>90</sup> Idem. Ibidem, p. 19.

<sup>91</sup> “Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. *RIHGB*, Tomo (76), Parte 1, 1913. pp. 289-360. Segundo este relatório Marapicu produzia (sacas) Farinha 150, Feijão 800, Milho 300, Arroz 1500. Tinham ainda anil e caixões.

<sup>92</sup> Sampaio, Op. Cit., p. 33.

população no entorno da baía de Guanabara, descoberta do ouro e crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Acrescente-se a isso o baixo custo de tal produção.<sup>93</sup>

Os últimos anos dos seiscentos iriam testemunhar a promessa de riquezas e uma outra força que atrairia o Rio de Janeiro para longe do mar, em direção ao sertão, sem, no entanto ferir seu estatuto de praça comercial e marítima, conferindo-lhe, ao contrário, maior importância e centralidade no interior da colônia e do próprio Império português. Com a exploração do ouro em Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro passou a ganhar importância como o principal porto de embarque do metal para Portugal. O ouro centralizava os circuitos mercantis na capitania; na busca por ele convergiam para o Rio embarcações de toda a América portuguesa em troca do abastecimento da cidade e da capitania.

A descoberta do ouro mineiro inauguraria o novo século e também uma nova fase, constituindo-se em marco fundador de um longo período de prosperidade, provocando o deslocamento administrativo, fiscal e militar da metrópole para aquela região da América, multiplicando os sentidos e alargando o raio das rotas percorridas pelos navios e frotas que se faziam ao mar a partir - e com destino - ao porto do Rio de Janeiro. E atraindo, igualmente, a ambição e a cobiça de reis, comerciantes, armadores, contrabandistas e corsários das demais nações européias, o que iria representar novas ameaças para a cidade e seus habitantes.

O ouro atraiu duas expedições francesas, a de Duclerc em 1710, mal sucedida, e a de Duguay-Trouin, no ano seguinte, que saqueou a cidade e tornou urgente a revitalização dos fortes e a melhoria da defesa da cidade. Segundo Jucá de Sampaio a capitania respondeu bem ao ataque se considerarmos a destruição causada na cidade.<sup>94</sup> De acordo com suas palavras “A economia fluminense era, na primeira metade do XVIII, muito menos dependente das frotas do que na centúria anterior, quando o ritmo econômico da capitania era em grande parte marcado pela chegada dos navios da metrópole”.<sup>95</sup> O autor demonstra a existência de um avantajado comércio interno com diversas outras regiões que superava, em muito, o que era feito com a metrópole, sem, no entanto, minimizar a sua importância. As conexões se processavam entre todas as regiões do atlântico<sup>96</sup> ao lado de um comércio interno que transformava o Rio de Janeiro numa das principais encruzilhadas do Império.

---

<sup>93</sup> Sampaio, Op. Cit., capítulo 2, *passim*.

<sup>94</sup> Sampaio, “Na encruzilhada do Império”, p. 88.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 155.

<sup>96</sup> Norte e Sul fluminenses, Região dos Lagos, Espírito Santo, porto de Santos, Colônia do Sacramento, Angola, Luanda, Benguela e Mina, Pernambuco, Bahia, Nordeste e Oriente. *Idem*, Capítulo 3.

## CRÍTICA ÀS FONTES E METODOLOGIA

### 1 - Crítica às fontes

Os registros paroquiais de óbitos, casamentos e batizados, regulamentados pelo Concílio de Trento segundo prescrições de 11 de novembro de 1563<sup>97</sup> ocupam lugar central no desenvolvimento da demografia histórica, pois foi a partir de seu tratamento sistemático que os fundadores deste ramo da ciência social<sup>98</sup> chegaram a formular a técnica da reconstituição das famílias, um dos instrumentos básicos para o estudo do comportamento das variáveis demográficas no período pré-censitário.

Embora no Brasil ainda não se tenha tornado possível – dada a ausência de uma regra unívoca para a formação dos sobrenomes durante os períodos colonial e monárquico<sup>99</sup> – a generalização das técnicas desenvolvidas em França por Louis Henry e Michel Fleury, estas fontes documentais impõem-se como das mais relevantes para o estudo e caracterização de nossas populações pretéritas. Possibilitam, além do estabelecimento das linhas gerais do nosso evoluir demográfico, avançar em temas ainda pouco conhecidos de nossa história social, econômica e administrativa; lançam luz, ademais, sobre aspectos da vivência quotidiana, hábitos, costumes e práticas diversas.

A documentação analisada nesta dissertação segue a preocupação com essa temática clássica da demografia histórica e pretende com isso contribuir para uma melhor compreensão da organização das escravarias nas áreas rurais do recôncavo da Guanabara. Os livros de assento aqui analisados ganham relevo ainda maior se lembrarmos que apresentam grau de cobertura máximo, pois, abrange toda a população das áreas estudadas, sem exclusão de qualquer espécie que não a do sub-registro, eventualidade da qual não estão isentos mesmo os registros recentes.

---

<sup>97</sup> Costa, Iraci del Nero da. Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamentos e óbitos. Disponível em: [http://historia\\_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar50.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/iddcosta/pdfs-ira/ar50.pdf)

<sup>98</sup> Remetemos o leitor interessado aos trabalhos clássicos: Louis Henry & Michel Fleury, *Nouveau Manuel de dépoulement et d'exploitaLion de l'etat civil ancien*. Paris, INED, 1965. Louis Henry, *Manuel de démographie historique*. Paris, Droz, 1967.

<sup>99</sup> Sobre este e outros óbices veja-se Maria Luiza Marcilio, *A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973, p. 70 e seguintes. Sobre a possibilidade de obviar tais dificuldades ver Louis Henry, *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977, p. 82 e seguintes; Maria Luiza Marcilio, *Caiçara: terra e população, estudo de demografia histórica e de história social de Ubatuba*. São Paulo, PaulinasI/CEDHAL, 1986, p. 125 e seguintes.

Passemos, pois, à consideração das fontes primárias em tela, as quais dizem respeito ao período total que vai de 1635 a 1747, incluindo quatro áreas diversas: São Cristóvão: 1635-1745; Engenho Velho: 1642-1747; Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721 e Irajá: 1704-1707, a totalidade daquelas em que pude encontrar documentação referente a segunda metade do século XVII.

A maior ou menor riqueza de informações, contidas nas várias categorias de assentos, apresentou-se como resultante de dois elementos. Em primeiro, observam-se diferenças devidas ao arbítrio dos eclesiásticos responsáveis pela feitura dos registros; assim, cada pároco ou coadjutor revelou-se mais ou menos rico em pormenores ao descrever os eventos considerados. Também, a depender da idiossincrasia de cada clérigo, aparece o realce deste ou daquele aspecto particular: cor, condição social, idade, etc, como também seu aparecimento em algumas dessas informações em certos registros e não em outros, quando uma mesma pessoa é mencionada duas ou mais vezes. Como se tratam de áreas rurais de baixa densidade demográfica, a repetição dos nomes em várias circunstâncias é um indício de que os registros devem efetivamente cobrir a população residente em cada uma das áreas estudadas, ou pelo menos o segmento daquela população que atende regularmente ao calendário e aos ritos católicos. Para exemplificar consideramos o caso de Verônica e Gonçalo de Marins, ambos gentio da terra e casados, pertencentes a Santo Antônio de Jacutinga, nomeados de diversas formas por párocos diferentes.

Marta// Aos trinta de novembro de mil seiscentos e oitenta e sete batizei e pus os Santos Óleos a Marta do gentio da terra filha de Verônica do mesmo gentio do serviço de Bartolomeu de Araújo e de Gonçalo de Marins moço forro do gentio da terra. Foram padrinhos Pedro Gato e Vitória Ribeira mulher de Francisco da Costa.// Antônio Cardoso da Silva. (grifo nosso)

Maria// Em os quinze dias do mês de Agosto de mil seiscentos e noventa e dois batizei e pus os santos óleos a Maria filha legítima de Verônica do gentio da terra e Gonçalo de Marins também do gentio da terra. Foram padrinhos Domingos Francisco Maciel e Isabel Cabral, escravos de Bartolomeu de Araújo. // O Padre Luis de Lemos Pereira. (grifo nosso)

Enquanto no assento de Marta Verônica é mencionada como do serviço de outrem, no de Maria é o estado civil dos pais que é realçado, ou seja, dados para a mesma pessoa que não se repetem. E ainda, sabendo que Gonçalo é índio forro, não foi importante declarar esta informação nos quatro assentos em que ele aparece como padrinho:

(...) Foram padrinhos Gonçalo de Marins e Urbana escrava de Francisca de Araújo.// Padre Manoel de Souza Cassão.  
 (...) foram padrinhos Gonçalo de Marins e Florêncio de que fiz este termo 9 de maio de 695 em Santo Antônio de Jacutinga.// O Padre Luis de Lemos Pereira.  
 (...) Foram padrinhos Gonçalo de Marins e Isabel da Costa de que fiz este assento. // O Padre Luis de Lemos Pereira.  
 (...) Foram padrinhos Gonçalo de Marins e Maria de que fiz este assento em Santo Antônio de Jacutinga dia ut supra.// O Padre Luis de Lemos Pereira.(grifos nossos)

O segundo fator a determinar a concisão ou prolixidade dos vários registradores refere-se ao posicionamento social e/ou faixa etária das pessoas envolvidas nos registros. Destarte, escravos, forros e inocentes, via de regra, receberam tratamento sucinto. Por outro lado, os dignitários da Igreja ou da vida administrativa colonial, bem como as pessoas com alguma posse – ainda que alforriadas – tiveram seus privilégios consubstanciados em assentos minuciosos. No caso dos escravos as informações eram pouco detalhadas porque o que lhes dizia respeito não era considerado relevante. Assim enquanto alguns religiosos, por exemplo, anotam a procedência dos escravos africanos outros não o fazem; enquanto alguns distinguem entre africanos e crioulos outros anotam apenas “escravo”. A distinção entre registros de brancos e escravos do mesmo período é gritante, como fica explícito abaixo:

(era branco, passou a outro livro)// Aos vinte e três de junho de mil seiscentos e oitenta e oito, eu, o padre Carlos Pereira de Aguirre nesta Igreja de Santo Antônio, com licença do diretor Vigário Geral João Pimenta de Carvalho a batizar um menino por nome Inácio filho legítimo do Capitão Inácio de Madureira Machado e de D. Águida Faleira. Foram padrinhos o juiz dos órfãos Luis Teles Barreto e D. Bárbara de Madureira filha do Capitão Luis de Barcelos. E por verdade fiz este assento dia e era acima e assinei.//O padre Carlos Pereira de Aguirre. (grifo nosso)

A questão da legitimidade foi um fator complicador, uma vez que à exceção de Irajá, e das propriedades jesuítas em que o termo sempre aparece, em Jacutinga não. O caso de Gonçalo e Verônica é elucidativo a esse respeito. O critério aqui adotado foi designar como legítimo apenas os filhos nascidos de pais cujos nomes eram seguidos de expressões “mulher de”, “sua mulher”, “seu marido” e consideramos “não declarado” o estado civil dos pais e a legitimidade dos batizados que não obedeciam a este critério. Mas as dúvidas continuaram afinal, a ausência das expressões acima para caracterizar a legitimidade podiam ser apenas lacunas. Para amenizar esta dúvida agrupamos os assentos de batismos por padres, a fim de verificar o modo como se referiam aos pais dos batizados. Dos 61 registros feitos pelo padre Manoel de Souza Cassão todos os 25 que se referem a pai e mãe são legítimos segundo o critério acima, ao contrário dos outros padres cujos registros

podem ou não informar a legitimidade. Um outro dado importante é que dentre todos os casais presentes no livro de batismo, três são designados como solteiros.

Conclusão: se era importante designar os pais solteiros, e só temos três casos desse tipo, acreditamos que aqueles casais que os padres não declaravam serem ou não casados, o eram de fato, já que nota-se uma preocupação maior em declarar que eram solteiros do que casados. Para a sociedade católica era mais interessante não deixar que pais solteiros passassem por casados do que o contrário, no caso dos escravos. Já para os brancos a legitimidade devia ser ressaltada, pois fazia parte da manutenção e afirmação de seus valores. Uma outra maneira de verificar se os pais eram casados foi agrupando cada proprietário e seu grupo de casais, por onde constatamos que o mesmo casal aparece como casado ou sem menção à legitimidade. Para esses casos os pais foram denominados como casados no banco e seus filhos como legítimos.

Até meados do século XVIII havia livros de óbitos especiais para livres e escravos. A partir de então os registros foram lançados em códices comuns a cativos e livres. Os assentos de casamentos e batizados aparecem, muitas vezes, num mesmo livro, incluindo livres e escravos, como no caso de Jacutinga, Engenho Velho e São Cristóvão. Ressalte-se que, para as quatro regiões constam assentos de batismos tanto de inocentes como de adultos. Por inocentes entendiam-se as crianças – com menos de sete anos que ainda não comungavam; os adultos eram em sua quase totalidade africanos recém chegados, alguns deles ainda bem jovens, mas geralmente com mais de 12 anos. Geralmente não há menção aos pais dos adultos. Mas como toda regra tem exceção, nos registros dos jesuítas encontramos uma inocente africana (em São Cristóvão) e um adulto africano com os pais (em engenho Velho).

Os assentos de batismo apresentavam uma fórmula estabelecida no Concílio de Trento e depois adaptada pelas *Constituições Primeiras* que incluem:

- data e local do batismo com indicação da freguesia. Até meados do século XVIII não se anota a data do nascimento, dificultando assim a avaliação da idade das crianças e adultos batizados.
- nome do escravo a receber o batismo e geralmente algum complemento que melhor o caracterize. No caso dos nascidos na colônia aparecem crioulos, pretos, pardos. No caso dos africanos é anexada sua procedência (Antonio do gentio de Guiné)

- estatuto jurídico: escravo ou forro. A ausência dessa informação pode resultar de omissão ou indicar ser o batizando livre.
- no caso do batismo de inocentes costuma ser informado o nome dos pais se a criança é filha natural ou legítima.

Além dessas informações outras são com maior ou menor regularidade agregadas ao assento.

- quando o proprietário é homem importante, por exemplo; pode aparecer ser o escravo pertencente a um engenho ou casa. Pode ainda ser indicado o local de moradia ou o cargo ou profissão ocupada pelo escravo e por seu senhor.
- nos batismos aparece também o nome dos padrinhos, quando escravos, ou nome e sobrenome quando livres ou forros que tem sobrenome. Sobre os padrinhos, costumam também aparecer informações complementares como cor, procedência, estatuto jurídico, local de residência, filiação.
- a assinatura e a qualificação do padre que ministrou o batismo fizeram-se sempre presentes.

Lidar com as diferentes informações contidas em cada livro/fragmento de livro de batismos fez com que se abrissem planilhas específicas para cada uma das 4 localidades (Jacutinga, Irajá, E. Velho e S. Cristóvão) . Algumas informações aparecem regularmente em apenas um dos livros, outras estão concentradas em certos períodos, o que complica sua quantificação. Isso porque, no tocante às fontes paroquiais de batismos não encontramos uma regularidade nas informações muito menos padrões de registros. Mesmo depois das *Constituições Primeiras* os assentos permaneceram marcados pela particularidade e memória dos padres que os produziram – uns mais detalhistas, outros nem tanto. De forma geral, o que é comum aos quatro livros de batismos é: data do batismo, nome do batizando, dos pais e padrinhos e assinatura do padre. Por exemplo, o caso dos pais que são nomeados pelas mães só ocorreu em Irajá e a data dos nascimentos (raríssima no século XVIII como já dissemos) ocorreu algumas vezes apenas em Engenho Velho.

Por fim é importante lembrar que ate meados do século XVIII os assentos apresentam escassas informações e nem de longe podem ser comparados aos assentos encontrados no século XIX, cuja riqueza de detalhes, mesmo sobre os escravos impressiona. A título de comparação apresento três exemplos que seguem o padrão de cada época para a freguesia de Santo Antônio de Jacutinga:

### Assento de Jacutinga no final do XVII:

Em dezasseis de janeiro de mil e seis centos e oitenta e seis baptizei e pus os S. S. Oleos a Maria mulata filha de Úrsula do gentio de guiné escrava de Manuel Francisco. Foram padrinhos Antônio da Fonseca e Adriana mulata escrava de Francisca de Araújo.

An.<sup>to</sup> Cardoso da Silva.

### Assento de Jacutinga no final do XVIII:

Aos desenove dias do mês de Setembro de mil sete centos e noventa annos, nesta Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, baptizei e pus os Sanctos óleos a Christovão nascido aos oito dias do dito mês filho natural de Catharina Angola solteira escrava de Manoel Ignacio de Faria. Forão Padrinhos Felipo escravo dos Erdeiros de Agostinho Alves, e Francisca crioula escrava de Donna Simplicia viúva, de que para constar fis este asento, que asigney.

O Vig.<sup>ro</sup> Manoel Pinto de Pinhos. (*grifo nosso*)

### Assento de Jacutinga no início do XIX:

Aos trinta e hum dias do mês de janeiro de mil oito centos e sete annos nesta Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga o Reverendo Vigario Marianno Joze de Mendonça baptisou, e pos os Sanctos Oleos em Vitorino, nascido aos vinte e quatro dias do mez de Dezembro de mil oito centos e seis próximo passado, filho legítimo de Joaquin e Maria engollas, escravos de Maria Joaquina, forão Padrinhos Gregorio Antonio, e Felisberta, escrava de Joaquina Gertrudes, do que fis este asento.

O Coadj.<sup>or</sup> João Baptista da Silva (*grifo nosso*)

Fica claro pelas transcrições acima que apenas lentamente as informações são acrescidas enriquecendo de detalhes os registros, o que vai influenciar diretamente a coleta e organização dessas informações no banco de dados. Em função dos problemas apresentados optamos por construir quatro bancos de dados separados. Um único banco exigiria um conhecimento técnico mais sofisticado para elaborar um sistema que atendesse às particularidades de cada livro e ao mesmo tempo pudesse quantificá-los juntos.

## 2-A metodologia

### 2.1 – As lacunas

Lidar com a ausência de informações é a tarefa mais árdua quando se trata de assentos de batismos e casamentos. Existem duas situações: 1) quando o próprio pesquisador transcreve os assentos ou 2) quando essa tarefa é legada a terceiros e o pesquisador não tem contato com os manuscritos. Dependendo do caso as lacunas se transformam em abismos. Nesse trabalho vivenciei ambas as situações. O único manuscrito que tive contato foi o livro de batismos de Jacutinga. Engenho Velho e São Cristóvão foram transcritos manualmente e passados para Word pela bolsista Giselle Meneses Tavares que integrou o projeto no âmbito da Cúria metropolitana do Rio de Janeiro. E o fragmento de Irajá é uma transcrição da Biblioteca Nacional disponível *on line* em seu sistema de busca virtual.

Nos assentos transcritos por terceiros o problema é que não sabemos se as lacunas são de quem fez o assento ou do transcritor. Se o transcritor deixa uma lacuna entre colchetes ou diz que tal palavra/nome está *ilegível* a gente sabe que tinha um nome ali. Mas se o transcritor omite os colchetes e/ou *ilegível* essa ausência pode indicar uma ausência no próprio documento, produzida pelo religioso que procedeu ao registro ou mesmo porque a informação não lhe foi fornecida. Isso interfere sobremaneira na hora de alimentar os campos do banco de dados/planilha. Adotei como critério preencher os campos sem informação da seguinte maneira: quando diante de uma ausência de informação consta um espaço entre colchetes e/ou a palavra *ilegível* registrei no banco como *ilegível*, e essa informação foi quantificada. Para as ausências de informação ou informações não qualificadas preenchi o campo com a um “x”. No entanto é bom salientar que isso só ocorreu para Irajá, Engenho Velho e Engenho Novo, pois foram transcritos por terceiros e foram os que suscitaram maiores dúvidas.

Por fim, quando a ausência é do próprio religioso que deixa um espaço em branco, como acontece algumas vezes, considere *não informado*. Então, *não informado* corresponde à lacuna deixada por quem produziu o assento e “x” aquela deixada por quem o transcreveu. Seguem três assentos de Jacutinga em que o religioso deixou um espaço em branco no registro, o que comprova que eles eram anotados algum tempo depois da cerimônia:

[        ]// Em quinze do mês de julho de mil setecentos e sete batizei e pus os santos óleos a [        ] escravo de Antônio Ferreira filho de uma sua escrava por nome [        ] foram padrinhos Asenso Pereira e para constar fiz este assento nesta paroquial Igreja de Santo Antônio de Jacutinga dia e era ut supra.  
O Padre Manoel Martins Columbeiro.

João// Hoje que se contam nove de agosto de mil setecentos e sete batizei e pus os santos óleos a João filho de [        ] forra foram padrinhos Bernardo Barbosa de Sá, forro e Marcela Antunes e para constar fiz este assento hoje dia e era ut supra.  
O Padre Manoel Martins Columbeiro.

Juliana// Em dez do mês de setembro de mil setecentos e oito batizei a Juliana filha de [ ] da terra, foi padrinho Antônio Maris de Menezes e D. [ ] mulher do Capitão Bartolomeu, digo mulher do Capitão Miguel de Araújo Caldeira a qual pus os santos óleos nesta paroquial igreja de Santo Antônio de Jacutinga e para constar fiz este assento dia e era ut supra. O Padre Manoel Martins Columbeiro.

Ao que tudo indica esse pároco tinha problemas com os nomes das pessoas. Também num assento de casamento ele deixa lacuna ao invés de registrar o nome de um dos nubentes:

Manoel com Joana e [ ] com Marcela// Eu o Padre Manoel Martins Columbeiro Cura desta paroquial Igreja de Santo Antônio de Jacutinga de tarde nesta Igreja tendo primeiro corrido as três canônicas admoestações na forma do Sagrado Concílio Tridentino se receberam com minha presença e das testemunhas abaixo declaradas Manoel com Joana e [ ] com Marcela escravos de João Alvares Pereira e declaro que os conferi primeiro foram testemunhas Domingos Alvares e Francisco e Alexandre escravos do dito João Alvares Pereira e para constar fiz este assento hoje 2 de novembro de mil setecentos e quatro.

O Padre Manoel Martins Columbeiro.

Acontece que os campos possuem uma interdependência entre si. Se um nome está ilegível (do pai, por exemplo) o que eu vou colocar no campo do proprietário, ou da procedência, desse indivíduo? Nesse caso as informações sobre este indivíduo não estão lá, portanto *não-informada*.

Quando não aparece o nome dos pais e/ou padrinhos do batizando no campo dos proprietários é colocado um x porque não houve menção a nenhum indivíduo. De outro modo se o nome dos pais e/ou padrinhos está legível ou ilegível o campo do proprietário recebe o registro de *não informado* caso não venha menção a nenhum indivíduo. A mesma regra se aplica aos padrinhos/madrinhas. Portanto o número de proprietários somados se refere aos *ilegíveis* mais os legíveis.

Os proprietários *não informados* sugerem que os indivíduos poderiam não ser escravos, a menos que haja alguma informação explícita de seu estatuto jurídico (escravo, forro, livre). No caso dos forros o campo do proprietário é preenchido com um x. Mas mesmo quando a condição jurídica é explícita, ainda nos geram dúvidas. Há dois assentos muito significativos em São Cristóvão: uma forra escrava e um escravo branco do gentio de guiné. Em Engenho Velho têm-se brancos libertos corroborando que existiam brancos escravos.

(São Cristóvão)

Aos 28 de Mayo de 671 bautizei nesta Igreja de São Christovão com os stos oleos e mais solenidades da Igreja a Joseph innocent filho de Brizida forra escrava [ ] Bras de Souza. forão padrinhos Christovão [Gilho ] e M.a de Souza. (grifo nosso)

(São Cristóvão)

20/08/1706

Pais: [ ] [ ] e Maria da Costa (ambos do Colegio e do Gentio de Guine)

Padrinhos: Thomas Gabriel (escravo branco) e Joana Pereira Cazada (ambos do Colegio e do Gentio de Guine)

Pe: Manoel frz. (grifo nosso)

(Engenho Velho)

26/11/1701

Pais: Jozeph da Silva e Juliana da Costa (brancos e libertos)

Padrinhos: Hieronimo Monteiro e Joanna da Costa

Padre: Miguel Cardozo (grifo nosso)

Para efeito de contagem, esses casos, como são minoria, são tratados separadamente e a situação jurídica desses indivíduos não foi dividida em campos diferentes (como cor ou condição). Em outros casos a condição escrava é caracterizada com outros termos como “servo de” e “sujeitos de” que no banco de dados são agregados aos “escravos de” e depois somados todos juntos. Há também os “da casa de” e “do serviço de”, que merecem uma análise mais detida, já que são diferentes dos escravos. Em alguns casos *casa* é uma referência à construção, habitação, local de moradia. Pode ser o local do batizado de uma criança que corre risco de morte ou onde se deixa um enjeitado. Em outros o sentido é mais próximo de parente que envolve consangüinidade e alianças. Para o que interessa aqui é importante salientar que essas formas de sujeição a um domínio senhorial ocupam campos específicos no banco de dados e será analisado mais profundamente no capítulo 3.

## **2.2 - A escrita dos nomes**

A escrita dos nomes variava muito (Apolinário, Appolinario, apollinario, Apolinar...) então se optou por reescrevê-los na grafia atual para uniformizá-los e melhor identificar os indivíduos. Outra tarefa foi cruzar os nomes dos pais e mães com os dos padrinhos e madrinhas, além de seus proprietários, no caso dos escravos. Ao colocá-los numa mesma lista, dividida por sexo, também em ordem alfabética, foi possível identificar lacunas de referência a esses indivíduos e completá-las como num quebra-cabeça de nomes, sobrenomes, profissões, estados conjugais, etc., desvendando esposas, maridos, proprietários. Assim temos uma idéia melhor dos indivíduos e dos grupos familiares que habitaram as localidades.

No caso dos nomes dos casais que aparecem mais de uma vez ao colocá-los em ordem alfabética e considerando-se seus sobrenomes e proprietários temos duas situações em que podemos obter: a) seus próprios nomes e sobrenomes e b) o nome de seus proprietários.

Exemplo: o casal Jerônimo de Souza e Joana Soares aparece cinco vezes. Em duas delas o sobrenome de Joana é omitido e foi acrescentado no banco. Em três delas o casal pertence ao Colégio dos Jesuítas que também foi acrescentado no banco completando as duas lacunas do campo proprietário.

É importante frisar que as deduções só foram possíveis porque os sobrenomes e o nome do proprietário apareceram mais de uma vez. Em casais que só aparecem uma vez sem nenhuma variante que os individualize diante dos demais, esse método não foi aplicado. Outro exemplo: casais com nome João e Maria somam seis ocorrências, incluindo três proprietários diferentes e outras três sem a referência do senhor. Nesse caso no campo correspondente ao proprietário ficou como *não informado* e assim foram quantificados como casais diferentes.

Em outros casos o sobrenome é um fator complicador. O escravo João Gandolti aparece em três registros com uma esposa de nome Lauriana que, entretanto é registrada com sobrenomes diversos (de Souza, Soares e sem sobrenome). Nos três registros o casal pertence ao Colégio. Provavelmente a esposa é a mesma, mas apareceu nomeada de forma diferente.

### 2.3 – Os números

Todos esses esclarecimentos partem de uma preocupação de que os leitores compreendam que os registros paroquiais servem como uma amostra de uma realidade maior e não expressam uma totalidade acabada. Por isso é importante tomar consciência de seus limites e o quanto eles interferem nas interpretações do trabalho. Para isso alguns números podem ajudar. Primeiro que o número de batismos analisados não expressa o total de batismos de cada livro, posto que se excluem aqueles total ou parcialmente ilegíveis.

Segundo que alguns números são impossíveis de mensurar, em especial aqueles que se referem a pessoas, pois podem existir centenas de Maria, homônimas, ou dois ou três João Carvalho, heterônimos. A solução encontrada foi filtrar os dados, tomando como limite o número de registros válidos. O único quantitativo nominal que não se repete é o número de batizados, já que ninguém era batizado duas vezes. As outras categorias (pai, mãe, padrinhos, madrinhas e proprietários) se repetem e assumem diversos papéis durante o período tratado. Então os números aos quais nos referimos no trabalho dizem respeito à quantidade de registros e não de pessoas.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> Segui aqui a opção adotada por Soares, Mariza de C. *Devotos da cor*, Introdução e capítulo 3.

Estamos colocando ao leitor todas estas ressalvas para demonstrar que ao nos debruçarmos sobre os assentos eclesiásticos podemos, através deles, compreender não só as dificuldades impostas por este tipo de fonte, mas também ver refletida a própria estrutura da Igreja Católica neste período. Talvez assim possamos melhorar nossa maneira de tratar e de trabalhar com este tipo de fonte atentando para suas falhas e ponderando, portanto, nossos resultados. Tomando o devido cuidado com a leitura dessas informações tivemos que estabelecer alguns critérios para que o banco de dados funcionasse da melhor maneira possível em função da imprecisão dos dados com os quais estamos lidando. Durante a alimentação do banco surgiram inúmeras dúvidas que tiveram de ser elucidadas da forma como achamos conveniente, sem tendenciar, é claro, os resultados. Continuaremos expondo problemas e soluções nos próximos capítulos.

## INTRODUÇÃO

Há quase cinco anos iniciei na pesquisa histórica quando obtive uma bolsa de Iniciação Científica financiada pela FAPERJ sob orientação da Professora Hebe Maria Mattos. Tratava-se dos projetos “*Populações Negras no Estado do Rio de Janeiro: História, Memória e Identidade*” e *A escravidão Africana nos Arquivos Eclesiásticos* desenvolvidos desde 2002, numa parceria entre as professoras Mariza de Carvalho Soares e Hebe Maria Mattos, no âmbito do Laboratório de História Oral e Imagem, vinculado ao Departamento de História da UFF. A longo prazo o projeto (ainda em desenvolvimento) tem como objetivo disponibilizar a documentação referente ao período da escravidão (1530-1888) disponível nos arquivos eclesiásticos.

Devido à sua amplitude o mesmo foi concebido em três segmentos independentes: a) a digitalização dos documentos; b) a transcrição completa das principais séries documentais; c) a criação de um banco de dados para assentos de batismo, casamento e óbito de escravos. Com isso o projeto pretende não apenas facilitar o acesso a essa documentação, como também incentivar pesquisas sobre a importância da compreensão da escravidão africana nas Américas, a partir da sua inserção no universo cristão.<sup>101</sup>

O primeiro arquivo contemplado pelo projeto foi o da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (município onde resido) e minha atuação em particular referiu-se ao segundo segmento do projeto, ou seja, a transcrição; logo me foi apresentado o livro mais antigo ali depositado, o de Batismos e Matrimônios de escravos, datado de 1686 até o ano de 1721 que pertenceu à Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Além de sua transcrição trabalhei na alimentação do banco de dados e na digitalização do acervo do referido arquivo e também, posteriormente, dos acervos das dioceses de Niterói e Magé. Este era o meu desafio.

Ainda na graduação, por ocasião da disciplina Brasil II ministrada pela professora Magali Engel, tive contato com a bibliografia sobre família escrava, algo totalmente novo para mim, apesar de já bastante debatido pela historiografia na década de 90 e coroado com o livro de Robert Slenes, *Na senzala uma flor*. Até aquele momento já havia optado por estudar escravidão e interessava-me, sobretudo, pelas formas de resistência escrava. Mas o tema da família me chamou a atenção justamente por que eu vinha do ensino fundamental e médio

---

<sup>101</sup> Mariza Soares. In: [www.historia.uff/curias](http://www.historia.uff/curias)

sem nunca ter ouvido falar nisso (como ainda acontece nos dias de hoje, já que os livros adotados para estes segmentos escolares encontram essa defasagem).

Uma outra trajetória ligada à pesquisa também se faz necessária mencionar: a opção pela espacialidade. A freguesia de Santo Antônio de Jacutinga faz parte do conjunto de freguesias que deram origem aos municípios da Baixada Fluminense, e em especial a Nova Iguaçu. O interesse por estudar esta região já era alimentado desde o pré-vestibular e foi definido a partir do contato com os Professores Alexandre dos Santos Marques e Nielson Rosa Bezerra, ambos da FEUDUC, por intermédio de minha amiga de turma Gisele Martins, a qual já enveredava por esse caminho muito antes de mim. Nossas participações nos eventos científicos da instituição tornaram-se rotineiras e sedimentaram nossas formações teórico-metodológicas acerca da região como um todo.

A partir de então a documentação do Arquivo de Nova Iguaçu *caiu como uma luva*. Sob sugestão da professora Hebe aquele livro do século XVII seria trabalhado em minha monografia, a qual discutiria (como de fato discutiu) a formação de famílias escravas naquela freguesia desde então.<sup>102</sup> Às vezes chego quase a acreditar no destino quando recorro que foi durante uma prova de História Moderna, quando saí da sala por alguns minutos para tentar relaxar, vi fixado na parede do elevador uma chamada para seleção de uma bolsa de IC no Labhoi. Voltei à prova e tão logo a finalizei corri com os papéis da seleção, sem deixar de avisar outros colegas, inclusive a mencionada Gisele. Por vontade de Deus fomos selecionadas dentre vinte candidatos. É como se diz: *juntou a fome com a vontade de comer*, ou seja, pude iniciar na pesquisa no município onde resido estudando recortes temáticos, regionais e temporais de minha preferência e ainda ao lado de uma amiga. Quase um luxo, para não abrir mão da modéstia.

Voltando ao projeto de monografia faz-se necessário salientar, primeiramente, que em toda a bibliografia que aborda a família escrava é flagrante perceber que os autores, em quase sua totalidade, se restringem a análises que privilegiam o século XIX, não podendo, sem restrições, serem admitidas de imediato numa análise referente aos séculos XVII e XVIII, razão inicial deste trabalho. Para o período colonial onde na época predominavam os engenhos de açúcar, a produção de alimentos e principalmente as engenhocas de cachaça uma análise mais detida das condições da escravatura e suas relações familiares e de compadrio entre escravos e com a população livre local se faz necessária.

---

<sup>102</sup> Denise Vieira Demetrio. Família escrava na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga (1686 – 1721). Verticalidade e Horizontalidade. Monografia de Bacharelado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

Nesse sentido a primeira leitura bibliográfica que me orientou a compor um projeto de pesquisa acerca de família escrava que extrapolasse a simples afirmação de sua existência e deslocasse a questão do século XIX para o período colonial foi um artigo de Ronaldo Vainfas no qual o historiador reclama que “a imensa maioria das pesquisas sobre família escrava no Brasil se encontra baseada em fontes do século XVIII – via de regra o tardio XVIII – e, sobretudo, do século XIX, e *jamaís* (grifo meu) do século XVII, tempo em que a escravidão africana passou a ser dominante no litoral brasílico, e tempo em que a estrutura organizativa da Igreja – incluindo a rede paroquial – era acanhadíssima”.<sup>103</sup> Para o século XVII o autor coloca dois impedimentos para o casamento escravo: a fragilidade da Igreja e a má vontade dos senhores frente à ação missionária, impedimentos que, segundo o autor, tendem a diminuir no século XVIII na medida em que melhora a organização da Igreja na Colônia. Além disso, Vainfas critica os estudos que não contemplaram essa organização, afinal os sacramentos eram regulados por ela.<sup>104</sup> Assim se lançavam as bases de minha pesquisa: analisar o problema dos impedimentos nos registros paroquiais do século XVII e XVIII associando a eles as leituras do Concílio baiano e as visitas pastorais de Monsenhor Pizarro.

Durante o período de tratamento dos dados do livro de Jacutinga (transcrição e alimentação em banco de dados) foi confeccionada a primeira das listas nominais: as de proprietários, com as quais foi possível obter um quadro da elite local daquela freguesia, composta majoritariamente por indivíduos que possuíam cargos/títulos de prestígio precedendo seus nomes. Foi nesta etapa que a leitura de um artigo de João Fragoso se fez de grande utilidade para compreender, segundo as palavras do autor, “os aspectos do funcionamento da economia colonial seiscentista do Rio de Janeiro, tomando como eixo as práticas de acumulação de riqueza da primeira elite senhorial da capitania (...)”.<sup>105</sup> Para tanto: “as relações de reciprocidade via compadrio parece que eram fundamentais. Nesse sentido o engenho deixava de ser apenas uma fábrica para se transformar numa ‘capela’, onde batizados e casamentos se consumavam (...), um espaço de sociabilidade para as pessoas da cercania e, portanto, um local onde o dono da moenda podia estabelecer bases para seu prestígio local”.

---

<sup>103</sup> Ronaldo Vainfas. “Jesuítas, escravidão colonial e família escrava: a especificidade do Nordeste seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001, p. 220.

<sup>104</sup> Idem. *Ibidem* p. 222

<sup>105</sup> João Fragoso. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001. p.: 248.

<sup>106</sup> Ou seja, não bastava que o prestígio social que acompanhava a hierarquia vigente fosse dado pelo monarca, mas legitimado frente às outras camadas da sociedade. De fato, na amostra analisada, é grande o número de padrinhos livres e que possuíam distintivos sociais antes do nome, por exemplo. Encontrava-se assim um embasamento para compreender porque as elites apadrinhavam escravos, mas faltava a contrapartida, ou seja, como os escravos entendiam essa relação ou o que esperavam desses padrinhos. E é aí que a leitura da terceira autora se somou à dos demais e esclareceu as listas nominais de padrinhos e madrinhas livres.

Em sua tese de doutorado Silvia Brügger faz uma discussão, com autores clássicos e recentes, acerca do patriarcalismo, entendido, a princípio, como domínio masculino sobre a família extensa (escravos e agregados). A autora prefere utilizar o termo *familismo*, pois entende o patriarcalismo não como o poder absoluto do “patriarca indivíduo”, mas do poder da família e seu universo de valores <sup>107</sup>. Portanto, acreditamos que ao se tratar de uma sociedade patriarcal os laços familiares poderiam ser reforçados pelo compadrio, tornando-se mais sólidos e neste residia boa parte da força política dos homens que apoiavam outros. O compadrio foi um importante instrumento de constituição do caráter patriarcal da sociedade <sup>108</sup>.

Por fim, já que estamos tratando de uma sociedade de Antigo Regime não poderíamos deixar de lado uma outra importante discussão apresentada pelos três autores supra citados: a da relação entre os poderes metropolitanos e as elites coloniais, sobretudo os senhores de engenho. Não entendemos esta relação como antagônica, mas complementar. Todo poder emana do rei, mas as contingências locais o limitam; por outro lado os poderes locais também o legitimam, quer dizer, o acesso às instâncias de poder não era alcançado apenas através da concessão real, mas como conquista através de alianças ou da força de sua influência no nível local.<sup>109</sup>

Três anos depois o projeto de monografia, como quase sempre acontece, se desdobrou no de mestrado. Os mesmos recortes acima continuaram privilegiados, mas é claro que depois de todo esse tempo lidando com eles, várias e novas questões se impuseram à pesquisa.

---

<sup>106</sup> Idem. *Ibidem*. pp. 251-252.

<sup>107</sup> Silvia Maria Jardim Brügger. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. UFMG, Tese de doutorado, 2002.

<sup>108</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>109</sup> Brügger. *Op. cit.* (introdução).

Um fator importante para o desenvolvimento desta foram os créditos realizados no programa PPGHIS-UFF. No curso da orientadora Mariza Soares intitulado *Identidade étnica: pressupostos teóricos e linhas de pesquisa* o objetivo foi discutir a literatura histórica e antropológica recente que contribuisse para uma discussão sobre as alternativas metodológicas no tratamento da questão das identidades, especialmente a étnica, temática que se faz necessária desenvolver dentro de um projeto que se propõe a tratar os casamentos de escravos, sobretudo os casamentos entre africanos, indígenas e europeus, recorrentes na documentação até aqui explorada.

O curso inicialmente propôs um conjunto variado de leituras enfocando em seguida a obra do antropólogo Fredrik Barth<sup>110</sup> que aborda a questão da identidade étnica e seus processos de configuração; suas propostas teóricas e metodológicas para a abordagem da etnicidade foram discutidas. Basicamente o curso se apoiou nas discussões sobre micro-história a partir dos textos da obra *Jogos de Escala*<sup>111</sup> organizada por Jacques Revel, que mostra como é possível, através da redução da escala de observação, compreender o processo de etnicidade tomando como exemplo algumas biografias. Nesse sentido as fronteiras que definem uma etnia, um grupo, uma comunidade não estão engessadas no tempo e no espaço, pelo contrário, são móveis, flexíveis e se alternam em função da experiência do indivíduo. A partir daí elucidaram-se alguns arranjos matrimoniais e de compadrio inter-étnicos encontrados nas fontes, ou seja, basicamente explicados em função do tráfico e da experiência do cativo.

Além dos arranjos matrimoniais acrescentam-se outras duas contribuições da disciplina: primeiramente tratar metodologicamente a região estudada (a freguesia de Jacutinga) como uma redução da escala de observação, tentando mostrar suas configurações econômicas, sociais e políticas para se compreender, em segundo lugar, as características da escravidão e, conseqüentemente, da família escrava no Recôncavo. Como proposta de trabalho final optou-se por construir um quadro/cenário da região em que escravos, livres e elites locais atuaram, dialogando com as fontes e algumas produções bibliográficas sobre o Recôncavo guanabarrino nos seiscentos e setecentos. O objetivo principal foi tratar de um estudo de caso, recortando, dentro das fontes estudadas, as famílias escravas dos Correia Vasques, partindo do princípio de que as ligações pessoais e políticas entre seus membros

---

<sup>110</sup> Tomke Lask (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

<sup>111</sup> Jacques Revel (org). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

permeavam as relações entre seus escravos, posto que, como será demonstrado mais adiante, estes se casam e se apadrinham dentro dos limites destas ligações.

As disciplinas *As Monarquias Ibéricas e o Atlântico: poder, cultura e práticas políticas*, ministrada pela professora Maria Fernanda Bicalho e *Honra e Privilégio* ministrada pelo professor Ronald Raminelli contemplaram a dinâmica dos Impérios Ultramarinos Ibéricos (centrando-se no caso português) a partir da discussão do conceito de Antigo Regime e de sua operacionalização por meio de práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, pela lógica do serviço, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício dos poderes locais, este último de fundamental importância para este projeto.

Na amostra do livro de batismos analisado até o momento (Jacutinga: 1686-1721) é grande o número de padrinhos e madrinhas livres e que possuíam patentes militares, por exemplo. Encontra-se assim uma problematização maior para se compreender a família escrava que extrapola a simples afirmação de sua existência, ou seja, minha preocupação passou a ser por que os livres/elites apadrinhavam escravos e como os escravos entendiam e/ou o que esperavam desses padrinhos e madrinhas. De fato pude perceber um forte caráter político nos compadrios de escravos pelos potentados locais, cujos membros aparecem freqüentemente apadrinhando escravos entre si, ou seja, suas relações políticas também apareciam nas relações com suas escravarias.<sup>112</sup>

Assim, essa aproximação entre elites locais e escravos pode ser explicada pela lógica do Antigo Regime sob a qual se pautavam as reciprocidades entre as próprias elites e entre estas e seus escravos. Na verdade o que ambas as disciplinas mostraram foi que o *ethos* do Antigo Regime perpassava todas as camadas sociais. O trabalho de final de curso tomou essa questão como objeto principal e procurou associar à historiografia sobre escravidão e família escrava e às fontes deste projeto as leituras pertinentes trabalhadas no curso - sobretudo os

---

<sup>112</sup> Sobre esse apoio político Ver João Fragoso. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: *Revista Tempo*, vol. 08, nº 15. Rio de Janeiro: Sete Letras, Julho 2003. pp. 11-36. \_\_\_\_\_ . “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. *Revista Topoi*, vol. 7. Rio de Janeiro, 7 letras, setembro de 2002. pp. 41-70. \_\_\_\_\_ . “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. *Revista Topoi*, vol.1. Rio de Janeiro, 7 letras, setembro de 2000. pp. 45-122. \_\_\_\_\_ . “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI E XVII)”. In: *O antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 30-71. \_\_\_\_\_ . “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista” In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Leite Linhares*. Faperj, Mauad, 2001. pp. 247-288.

trabalhos de Antônio Manuel Hespanha<sup>113</sup>, Maria Fernanda Bicalho<sup>114</sup> e João Fragoso<sup>115</sup> - que focam o Antigo Regime (nos Trópicos).

Por último, a disciplina de *Metodologia* apresentou as principais linhas no campo da história da cultura, mapeando posições, tendências e escolas (no que pese a dificuldade conceitual do termo) e discutiu o uso de fontes históricas não tradicionais, fundamentais para a redefinição dos campos e canteiros da História da Cultura. Dentre esses a ênfase recaiu sobre as fontes visuais e orais, mas não deixou de tratar (também e mais uma vez) a micro-história e os jogos de escala através das leituras de Giovanni Levi<sup>116</sup>, Edoardo Grendi<sup>117</sup> e Carlo Ginzburg<sup>118</sup>, o que só reforçou o propósito de se trabalhar com a Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga dentro desta perspectiva de análise.

Optou-se, portanto, por um recorte temporal em que o tema da família escrava é ainda pouco explorado (que são os séculos XVII e XVIII) e por um recorte regional pouco freqüentado pela historiografia, sobretudo pela carência de fontes para o século XVII. Tanto Vivaldo Coaracy, em sua célebre obra *O Rio de Janeiro no século XVII*, quanto Antônio Carlos Jucá de Sampaio em seu recente trabalho *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: Hierarquização social e estratégias de classe na produção de exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650-1750)* destacaram a dificuldade documental no que se refere ao Rio de Janeiro quinhentista e seiscentista. Vivaldo Coaracy chegou a mencionar que a História seiscentista era obscura e normalmente relacionada com as glórias das conquistas do período quinhentista.<sup>119</sup> Antônio Sampaio, em seu trabalho se preocupa analisar a relação entre a

<sup>113</sup> Antonio Manuel Hespanha. “As Redes Clientelares”. In: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Vol. 4, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

<sup>114</sup> Maria Fernanda Bicalho. “Centro e Periferia. Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial”. In: *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, nº 6, abril-outubro de 2000. \_\_\_\_\_ “Conquistas, mercês e poder local”. In: *Almanack Brasiliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005. www.almanack.usp.br

<sup>115</sup> João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI E XVII)”. In: \_\_\_\_\_, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 30-71.

<sup>116</sup> Giovanni Levi. “Sobre micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-161.

<sup>117</sup> Edoardo Grendi. “Repensar a micro-história?” In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998, pp. 253-262.

<sup>118</sup> Carlo Ginzburg. Prefácio à edição italiana. In: Carlo Ginzburg. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987, pp. 15-34.

<sup>119</sup> Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965, p.5

concessão de terras e a reprodução de uma hierarquia social estabelecida a partir de estratégias de exclusão, nada mais do que reafirma a hipótese de seu antecessor, demonstrando a escassez de fontes tanto no Brasil como em Portugal.<sup>120</sup>

As dificuldades são semelhantes quando tratamos das representações gráficas do Rio seiscentista: a imagem mais antiga que conhecemos da paisagem da cidade é de autoria do viajante francês François Froger e foi produzida em 1695, ou seja, cento e trinta anos após a sua fundação; a planta urbana mais recuada é a do Brigadeiro Massé, levantada em 1713, e, se quisermos trabalhar na escala regional, não contamos com bases cartográficas confiáveis anteriores a 1767, ano em que foi produzido a conhecida “Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro”, de autoria do Sargento-mor Manoel Vieira Leão (ANEXO I). Esse mapa também é o documento cartográfico mais antigo que possuímos do Rio canavieiro, pois indica, claramente, os engenhos que então estavam em funcionamento na capitania. Todavia, o geógrafo Maurício de Almeida Abreu nos alerta que ele nos serve pouco quando queremos discutir o século XVII: nada nos garante que as moendas ali representadas já estivessem erguidas na centúria anterior e o documento, obviamente, nada nos informa sobre os engenhos seiscentistas já então desaparecidos.<sup>121</sup> Sendo assim este trabalho também não foge a esses empecilhos e impedimentos.

A busca por novos documentos do seiscentos trouxe a grata contribuição de minha orientadora que me favoreceu enormemente com dois livros de batismos do século XVII que pertenceram à duas fazendas dos jesuítas: Engenho Velho e São Cristóvão. Optou-se, mais recentemente, por adicionar a Freguesia de Irajá, para estabelecer um contraponto com Jacutinga e para dar destaque aos cristãos-novos proprietários de engenhos e escravos. A partir de então o projeto passou a focar as famílias escravas em dois ambientes: um religioso (as fazendas jesuítas) e outro laico (Jacutinga e Irajá) ou metaforizando, um ambiente onde prevalecia a ação da *cruz* e outro da *espada*. Acredito que tais ações fazem toda a diferença no que tange à formação daquelas famílias escravas, devido a sua maior ou menor proximidade com a rede paroquial.

---

<sup>120</sup> Antônio Carlos Jucá de Sampaio. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: Hierarquização social e estratégias de classe na produção de exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650-1750)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2000, p. 43.

<sup>121</sup> Maurício de Almeida Abreu. “Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII”. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (32). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>

Uma outra documentação importantíssima para a pesquisa é a que diz respeito aos engenhos do recôncavo no século XVII e pude contar com a generosidade do Professor/Geógrafo Maurício de Almeida Abreu<sup>122</sup> que gentilmente compartilhou parte da documentação de sua pesquisa sobre os engenhos fluminenses dos séculos XVII e XVIII. Sua pesquisa agrega dados fornecidos pelos livros cartoriais, inventários, verbas testamentárias, livros de tomo das ordens religiosas, autos de medição de terras, autos de demandas judiciais, etc., de diferentes instituições, e nas preciosas genealogias das famílias fluminenses dos séculos XVI e XVII, obra de Carlos G. Rheingantz.

Em relação às fontes e às bibliografias que serão utilizadas nesta dissertação acreditamos que responderam de forma coesa às necessidades e objetivos aqui vislumbrados. Ao conhecimento da trajetória dos personagens das localidades do recôncavo utilizou-se como fontes primárias impressas as obras genealógicas de Carlos G. Rheingantz e Elycio de O. Belchior, como também a listagem de sesmarias elaboradas por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. Tais obras serviram enormemente para a composição das famílias livres em que privilegiamos o cruzamento de dados relativos a casamento, propriedade de terras e ocupação de cargos na capitania.

No âmbito bibliográfico, a começar pela historiografia portuguesa sobre o pensamento do Antigo Regime destacam-se as importantes contribuições de Antonio Manuel Hespanha, Nuno Gonçalo Monteiro e outros. Sobre os Jesuítas é referência obrigatória a obra de Serafim Leite associada à de Edgard Leite e Joaquim Justino dos Santos. Inclui-se também, apesar de enfocar um período posterior, a dissertação de Carlos Engemann sobre os escravos da fazenda de Santa Cruz *Os servos de Santo Inácio à serviço do Imperador* posto que remonta ao período em que a fazenda pertencia aos jesuítas, servindo para compreender o tratamento destinado aos escravos.

Quanto à história do Rio de Janeiro e da região fluminense, procurou-se mesclar obras clássicas como as de Charles R. Boxer, Vivaldo Coaracy e Eulália Maria Lahemeyer Lobo, com teses e trabalhos mais recentes de João Fragoso, Francisco Carlos Teixeira da Silva,

---

<sup>122</sup> Professor Titular e Coordenador do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica do Departamento de Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do CNPq. Para conhecimento das fontes e metodologia empregadas pelo autor Cf. Maurício de Almeida Abreu. “Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII”. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (32). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>

Maria Fernanda Baptista Bicalho, Luis Felipe de Alencastro, Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Maria Regina Celestino, Paulo Knauss de Mendonça e Antônio Felipe Pereira Caetano. No que concerne à Baixada Fluminense optou-se pelo pouco que existe entre o produzido pelos memorialistas e pela academia: Matoso Maia Forte, Ney Alberto, Afrânio Peixoto, de um lado, e Marlúcia dos Santos, Nielson Bezerra, Vânia Fróes e Walter Prado de outro. Sobre a escravidão fluminense nos séculos XVII e XVIII o silêncio historiográfico é enorme. Numa busca por teses e dissertações no portal da CAPES, um dos principais órgãos de fomento às pesquisas acadêmicas do país, o pouco encontrado é sobre o século XIX. Para o Rio de Janeiro colonial ainda prevalecem os trabalhos de Sheila de Castro Faria, Manolo Florentino e José Roberto Góes, destinados ao final do século XVIII, portanto quase um século na frente do nosso recorte temporal.

Desse modo foram construídos o objeto e os objetivos desta dissertação que não pretende somente contribuir com a historiografia de família escrava, mas também da Igreja Católica Colonial, do comportamento das elites coloniais e do compadrio no Recôncavo Guanabará. Acreditamos que o significado da família escrava extrapolava os limites das senzalas e chegava à casa grande, como também o contrário, pois foi em torno do compadrio que senhores e escravos negociaram a escravidão de forma a garantir o lugar de cada um naquela sociedade. Procuraremos, seguindo as linhas recentes da historiografia, devolver ao escravo sua potencialidade enquanto sujeito histórico capaz de pensar e agir por conta própria, mesmo encerrado num sistema que lhe privava qualquer tipo de direito. Tal potencialidade fica evidenciada nas lutas, negociações e direitos conquistados dentro da escravidão, dos quais vale citar a constituição de quilombos, o pertencimento às Irmandades, as roças, as fugas reivindicatórias, o acúmulo de bens e a constituição de famílias, esta última, nosso foco privilegiado.

A questão que se impõe antes de avançarmos é saber o papel desempenhado pelas freguesias rurais do recôncavo da Guanabara na virada do século XVII para ao XVIII. Para levantar algumas questões sobre o tema o capítulo que se segue apresenta uma análise da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, uma área de economia canavieira na perspectiva da micro-história para em seguida colocar os engenhos dessa freguesia frente a uma outra região do recôncavo (São Cristóvão e Engenho Velho), onde os jesuítas possuíam propriedades de grande importância econômica.

## Capítulo 1: A freguesia de Santo Antônio de Jacutinga

*A jacutinga é uma das aves mais impressionantes da Floresta Atlântica. Espécie pertencente à família Cracidae, caracteriza-se por possuir a plumagem negra brilhante, com manchas brancas nas asas. Igualmente, as penas do alto da cabeça (píleo) são brancas, além de bastante alongadas e eriçáveis. Possui a face toda emplumada de negro, com região perioftálmica nua, branco-gesso. Ainda, possui a base do bico azulada. A barbela, provida de pouquíssimas penas é vermelha em sua porção posterior, enquanto que a anterior é dividida em uma área lilás superior e outra azul brilhante, inferior. O colorido da barbela torna-se bastante acentuado durante o período reprodutivo, enquanto que fora deste, as cores ficam esmaecidas e mesmo a barbela encolhe<sup>123</sup>.*

Santo Antônio de Jacutinga foi uma das freguesias do Recôncavo da Guanabara criadas no século XVII, e cuja economia estava voltada para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Nas margens dos rios Iguaçu e Meriti habitavam os índios Jacutingas, que chamavam esta região de Trairaponga. Em 1503, Gonçalves Coelho e o navegador Américo Vespúcio levaram para Portugal quarenta escravos indígenas, mais da metade deles eram mulheres da aldeia Jacutinga.<sup>124</sup> Segundo as cartas do padre José de Anchieta de 1584 havia cerca de sete a oito beneditinos franceses que vestiam os meninos gentios com seus hábitos brancos, realizando um trabalho de catequização e de plantio nas margens do rio Iguaçu. A atuação francesa, porém, foi interrompida durante a guerra contra os portugueses, o que acarretou a morte ou a fuga desses indígenas para o interior.<sup>125</sup> No *Auto de São Lourenço* escrito por Anchieta em 1587 consta o seguinte trecho, esclarecedor da posição que os índios Jacutingas ocupavam durante o conflito

*Também São Sebastião valente santo soldado, que aos tamoios rebelados deu outrora uma lição hoje está do vosso lado E mais — Paranapucu, Jacutinga, Morói, Sariguéia, Guiriri, Pindoba, Pariguaçu, Curuça, Miapei E a tapera do pecado, a de Jabebiracica, não existe. E lado a lado a nação dos derrotados no fundo do rio fica. Os franceses seus amigos, inutilmente trouxeram armas. Por nós combateram Lourenço, jamais vencido, e São Sebastião flecheiro.<sup>126</sup> (grifo nosso)*

<sup>123</sup> H. Sick, *Ornitologia brasileira: uma introdução*. Brasília: Editora UnB, 1985, 2 vols.

<sup>124</sup> Marlúcia Santos de Souza. *Economia e Sociedade Iguaçuana*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Mestrado em História (Mimeo), 2000. p. 28.

<sup>125</sup> Cartas Jesuíticas III. *Cartas de Joseph de Anchieta S. J.* Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira. Coleção Afrânio Peixoto, p. 313.

<sup>126</sup> José de Anchieta. *Auto representado na Festa de São Lourenço*, Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro - Ministério da Educação e Cultura, 1973. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000145.pdf>

Ao lado da invocação mariana na formação de todas as demais capelas e freguesias do recôncavo Jacutinga foi a única a incorporar o nome de uma aldeia indígena. Santo Antônio de Jacutinga compunha os territórios de partes dos atuais municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias, hoje conhecidos como compondo a Baixada Fluminense. Já em 1686 a Igreja de Santo Antônio da (Aldeia) Jacutinga constava como Paróquia e segundo cálculos de monsenhor Pizarro teria sido criada em 1657.<sup>127</sup> A ela pertenciam as seguintes capelas: N. S. do Rosário, na fazenda que pertenceu à Ordem de São Bento, fundada depois de 1600; N. S. da Conceição de Sarapuí, construída por Afonso de Gaya; N. S. do Livramento, construída por João Ferreira; N. S. da Conceição da Cachoeira, construída antes de 1731 por Manoel Correa Vasques, em substituição a capela Manoel de Marins construída na fazenda de Maxambomba; N. S. da Madre de Deus, construída antes de 1743 por João de Veras Nascente na fazenda da Posse; N. S. da Conceição do Pantanal, fundada por Antonio Ferreira Quintanilha, antes de 1753.<sup>128</sup>

A importância econômica desta freguesia pode ser ressaltada pela presença de seus rios: Cachoeira de Santo Antonio do Mato, D'ouro e Riachão que, engrossados por outros, desde as serras da Cachoeira e de Tinguá, despejam volumosas águas nos rios Iguaçu, Sarapuí, Meriti, importantes vias de transporte e comunicação que cortavam o território de Jacutinga. É a partir dos rios que se inicia a ocupação dessa região com as doações de sesmarias. A primeira sesmaria foi dada a Cristóvão Monteiro em 1565, no mesmo ano da fundação da cidade do Rio de Janeiro, o que mostra a ligação entre a cidade e seu entorno.

A partir do final do século XVII a região inseriu-se mais fortemente no contexto colonial quando o eixo econômico do Brasil e de Portugal se voltou para a descoberta do ouro em Minas Gerais, tornando-se uma área de passagem estratégica, por conta de seus rios e das estradas que foram abertas serra acima para que o trânsito de mercadorias fosse dinamizado. Além do rio Iguaçu, outros eixos de transporte muito contribuíram para a prosperidade da região, pois, apesar das primeiras ocupações serem evidenciadas com a introdução da cana-de-açúcar, no início de século XVII a ocupação se efetivou a partir da transição entre o século XVII e XVIII, graças ao posicionamento privilegiado que o Recôncavo possuía, pois se

---

<sup>127</sup> José de Souza e Azevedo Pizarro de Araújo, *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000, p. 26-27.

<sup>128</sup> José Mattoso maia Forte, *Memória da Fundação de Iguaçu*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1933, pp. 28-29.

encontrava entre o porto do Rio de Janeiro e a região aurífera de Minas Gerais, acarretando assim a emergência da criação de caminhos que aproximassem o ouro mineiro do porto da cidade do Rio de Janeiro<sup>129</sup>. Em “Os Caminhos do Ouro” Guilherme Peres registra:

“Durante o século XVIII, três eram os caminhos oficialmente reconhecidos entre o Rio de Janeiro, através da Baixada Fluminense e a região das Gerais. Descritos em ordem cronológica de abertura, tínhamos: “Caminho Novo do Pilar” ou do “Guaguassu” ou ainda de Garcia Rodrigues Pais, aberto entre 1699 e 1704; “Caminho Novo do Inhomirim” ou “Caminho de Bernardo Soares de Proença” ou “Caminho do Proença”, aberto em 1724; “Caminho do Mestre de Campo Estevão Pinto” ou “Caminho Novo do Tingá”, aberto em 1728.”<sup>130</sup>

### 1.1-A freguesia no final do XVIII.

Na ausência de fontes para os séculos XVII nos valem das estatísticas realizadas no final do século XVIII entregues ao Marquês de Lavradio onde podemos visualizar dados referentes à distribuição de engenhos, escravos e produção de açúcar/aguardente, população e produção agrícola desta freguesia. Mesmo bem avançadas no tempo em relação ao período aqui tratado essas informações mostram o perfil da freguesia e dão uma vaga idéia de como poderia ter sido um século antes. Segundo este relatório datado entre 1769 e 1779 Jacutinga tinha sete engenhos,<sup>131</sup> nos quais estavam empregados aproximadamente 236 escravos (uma média de 39 escravos em cada propriedade), produzindo 163 caixas de açúcar e 77 pipas de aguardente, assim distribuídos:

---

<sup>129</sup> Rafael da Silva Oliveira. “O Ouro e o Café na região de Iguaçu: Da abertura de caminhos à implantação da estrada de ferro”. In: *Revista Pilares da História* – maio/2004.

<sup>130</sup> Guilherme Peres, *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Duque de Caxias: Consórcio de Edições, 1996. Citado em: Tânia Amaro. “Rio de Janeiro: Desenvolvimento e retrocesso”. In: *Revista Pilares da História* – maio/2004, p. 55.

<sup>131</sup> Ainda não foi possível precisar o número de engenhos em Jacutinga no século XVII.

**Tabela 1.1: Distribuição da produção de açúcar e aguardente. Santo Antônio de Jacutinga no final do século XVIII.**

| Engenho            | Proprietário  | Açúcar       | Aguardente   | Escravos     |
|--------------------|---|--------------|--------------|--------------|
| Madureira          | Manoel Luiz de Oliveira                               | 40           | 30           | 70           |
| Posse              | Herdeiros de Cap. Francisco de Veras Nascente         | 20           | 5            | 25           |
| Maxambomba         | Sargento-Mor Martim Correia Vasques                   | 15           | 4            | 12           |
| Brejo              | Cap. Apolinário Maciel e seu irmão Pe. Antonio Maciel | 25           | 8            | 35           |
| Cachoeira          | Cap. Manoel Correia Vasques                           | 60           | 30           | 80           |
| S. Antonio do Mato | Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rendom  | S/ registro. | S/ registro. | S/ registro. |
| N. Conceição       | S. Herdeiros de Inácio Gomes                          | 3            | 1/2          | 14           |
| Total              |   | 163          | 77           | 236          |

Fonte: “Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. *RIHGB*. Tomo (76), 1ª Parte, 1913, pp. 327-328.

O Engenho Santo Antônio do Mato pertenceu ao Sargento Mor Francisco Sanchez de Castilho e foi à ruína por conta da sua morte. Em decadência no ano de 1771 foi à Praça e arrematado pelo Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rendom em 1778; segundo o relatório voltaria a moer no ano de 1779. Já o Engenho seguinte, de Nossa Senhora da Conceição, consta que produzia mais mandioca do que açúcar e aguardente.<sup>132</sup>

A produção anual de gêneros alimentícios da freguesia constava de 25.000 sacas de farinha, 1.000 de milho, 1.000 de feijão e 10.000 de arroz num total de 37.000 sacas por alqueire destacando-se entre as demais freguesias (Marapicu com 2.750; Meriti com 4.190; Pilar com 19.963 e Iguaçu com 20.800 sacas, por alqueire).<sup>133</sup> Em síntese podemos afirmar que, comparada às demais freguesias do entorno do Iguaçu citadas acima, Jacutinga se sobressaía na produção de gêneros alimentícios e de açúcar e quanto à sua população. No mesmo relatório a mesma foi calculada em 3.540 almas, sendo que 1.404 eram livres (39,6%) e 2.138 eram escravos (60,4%).<sup>134</sup>

Outro dado que merece destaque é sua produção de farinha (25.000 alqueires). Enquanto isso outras freguesias produziam bem menos: Guaratiba/Itaguaí (5.440 alqueires), Campo Grande (2.500 alqueires), Jacarepaguá (2.888 alqueires), Piedade de Iguaçu (10.000

<sup>132</sup> Idem. Ibidem. p. 328.

<sup>133</sup> Flávio dos Santos Gomes, “Quilombos do Rio de Janeiro”. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras 1996, p. 265.

<sup>134</sup> Ídem. Ibidem.

alqueires) e Marapicu (150 alqueires). Jacutinga perdia apenas para Angra dos Reis da Ilha Grande (25.736 alqueires), mas cuja diferença não é tão significativa, ou seja, as duas se equiparam na dita produção.<sup>135</sup> Aliás é marcante em todo o relatório destinado ao Vice Rei Marquês do Lavradio a produção de farinha, superior à de outros alimentos. Apenas em Inhomirim e Marapicu ela é menor do que outros gêneros.<sup>136</sup> Este dado torna-se importante para que se tenha uma idéia da diversificação do emprego da mão-de-obra escrava e de como essa economia interferia na organização do trabalho e da vida dessa população, especialmente no que diz respeito a sua fixação na região e a constituição de laços duradouros como casamento e constituição de família.

A partir da comparação com as demais freguesias do Recôncavo da Guanabara, Jacutinga não pode ser considerada uma grande produtora de exportação (açúcar e cachaça), mas destaca-se como a mais importante no contexto local devido a sua importância para o abastecimento da região.<sup>137</sup> Infelizmente não dispomos de dados sócio-econômicos para o século anterior, mas acreditamos que esse perfil já estava presente desde seu surgimento, como foi mostrado acima, no ano da fundação da cidade.

## 1.2-Os Engenhos do XVII

Quanto aos engenhos de Jacutinga no século XVII pude contar com a generosidade do professor Maurício de Almeida Abreu, que gentilmente compartilhou parte da documentação da Base de Dados da Linha de Pesquisa de Geografia Histórica, coordenada por ele no Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica do Departamento de Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Base de Dados agrega livros cartoriais, inventários, verbas testamentárias, livros de tomo das ordens religiosas, autos de medição de terras, autos de demandas judiciais, etc., de diferentes instituições, e nas preciosas genealogias das famílias fluminenses dos séculos XVI e XVII, obra de Carlos G. Rheingantz e tem por objetivo a identificação e a localização dos engenhos fluminenses dos séculos XVI e XVII.

---

<sup>135</sup> “Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. *RIHGB*. 1ª Parte, Tomo (76), 1913, pp. 289-360.

<sup>136</sup> “Relatório do Marquês do Lavradio”, op. cit.

<sup>137</sup> Nielson Rosa Bezerra, “Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga”. *Revista Pilares da História*. Ano II – Nº 02 – Maio de 2003, p. 9.

De acordo com a documentação cedida referente ao século XVII foram identificados oito engenhos em Jacutinga, que, de acordo com a invocação, foram assim resumidos:

**Tabela 1.2: Engenhos de Jacutinga, século XVII e XVIII**

| Ano  | Nome                               | Localização           | Proprietários                |
|------|------------------------------------|-----------------------|------------------------------|
| 1641 | N. S. do Rosário e S. Antônio      | Jambuú, Jacutinga     | Manoel da Guarda             |
| 1652 | N. S. da Conceição dos Gaias       | Sarapuú, Jacutinga    | Alonso de Gaya               |
| 1652 | São Miguel                         | Taitimana, Jacutinga  | Francisco de Araújo Caldeira |
| 1652 | N. S. da Batalha                   | Jacutinga             | João Coelho                  |
| 1669 | N. S. da Conceição da Cachoeira    | Gericinó, Jacutinga   | Martim Correia Vasques       |
| 1679 | Sem identificação                  | Moquetá, Jacutinga    | Manoel de Mariz              |
| 1685 | N. S. do Bonsucesso                | Maxambomba, Jacutinga | Martim Correia Vasques       |
| 1697 | N. S. da Conceição e São Francisco | Marapicu, Jacutinga   | Inácio de Madureira          |
| 1718 | Santo Antônio de Jacutinga         | Jacutinga             | Antônio de Azeredo           |

Fonte: Maurício Abreu. Base de Dados da Linha de Pesquisa de Geografia Histórica do Rio de Janeiro. BDGHRJ.

Como dito anteriormente, segundo cálculos de Monsenhor Pizarro, o templo original havia sido elevado em Jambuú, em data desconhecida, e será transferido, em 1733, para o sítio denominado “Calhamaço”, próximo ao rio Santo Antonio, há mais de setenta ou oitenta anos do primeiro (Jambuú)<sup>138</sup> donde se deduz que a Capela de Santo Antônio de Jacutinga transforma-se em Paróquia entre 1653-63. Em 1641 o Capitão Manoel Homem Albernaz e sua mulher Maria Cubas vendem ao Capitão Bento do Rego Barbosa um engenho “de invocação de Santo Antônio, sito em Jacutinga, com uma ermida de taipa de mão coberta de telhas havido por títulos de herança e de compra”. Tudo indica terem sido Manoel e Maria os que ergueram a primitiva ermida de Santo Antônio de Jacutinga que deu origem à sede da futura freguesia.<sup>139</sup> Entretanto o casal não foi encontrado na genealogia de Rheingantz; há indícios de que sejam parentes das famílias Albernaz e Cubas, já que ambas receberam sesmarias no século XVI e XVII na região do rio Iguaçu.<sup>140</sup> No livro de Batismos de Jacutinga

<sup>138</sup> Araújo, op. cit, p. 26-27.

<sup>139</sup> Maurício Abreu. Base de Dados da Linha de Pesquisa de Geografia Histórica do Rio de Janeiro. BDGHRJ.

<sup>140</sup> Elysio de Oliveira Belchior. Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora. 1965, pp. 28-30 e 142-151.

consta de um Manoel Cardoso Albernaz que serviu de padrinho em dois registros, mas para o qual não foi encontrada nenhuma informação nas obras de genealogia.

Em 1668 Salvador Mendes e Vicente Rodrigues vendem este engenho ao coronel Manoel Martins Quaresma, que junto com sua esposa Domingas do Amaral vende-o novamente em 1679 ao capitão Custódio Coelho Madeira. Em 1681 a metade do engenho é vendida Manoel de Pontes de Labrit para estabelecimento de parceria e sociedade, transação que será cancelada, de comum acordo, em 1683. Entre 1681 e 1685 o mesmo engenho volta às mãos do Capitão Manoel Martins Quaresma que o vende ao Capitão Manoel da Guarda Muniz em 1685.<sup>141</sup> Em 1698 a filha de Manoel da Guarda, Brígida da Guarda, casa-se, em Jacutinga, com João Maciel da Costa que em 1709 hipoteca a metade do engenho. Este casal teve seis filhos, todos nascidos em Jacutinga.<sup>142</sup>

João Maciel da Costa nasceu no arcebispado de Braga, por volta de 1668 e faleceu no Rio em 1723. Ao todo somam 68 registros em que aparece como proprietário de escravos. Há três registros de padrinho (1688, 1712, 1710) com o nome João Maciel sendo um deles (1710) acrescido do termo “o mosso”, indicando ser provavelmente seu filho de mesmo nome, nascido em Jacutinga em 1701, então com nove anos. Já o registro de 1688 é anterior ao seu nascimento, portanto, deve ser o próprio João Maciel da Costa, que apadrinha um escravo de Antonio Gonçalves Freire. Outro filho seu, de nome José Maciel da Costa, nascido em Jacutinga em 1705, também foi padrinho escravo, pertencente Manoel Alves de Góis, em 1714. João Maciel da Costa serviu ainda como testemunha de três uniões entre cativos.<sup>143</sup>

O engenho de São Miguel pertence em 1652 a Francisco de Araújo Caldeira. Durante sua trajetória ocorreram duas hipotecas de um partido de canas sito no engenho: em 1685 e 1690. Em 1694 é vendida a metade do mesmo pela viúva de Francisco (falecido em 1681) Francisca de Araújo a João Gonçalves Viana e a outra metade passa para seus filhos Bartolomeu de Araújo Caldeira e Miguel de Araújo Caldeira. Há outra hipoteca de um partido de canas em 1697, na metade que coube aos filhos. Bartolomeu de Araújo Caldeira casa-se no Rio em 1647 com Ana Cabral de Melo (proprietária em Jacutinga) e não deixam geração; o mesmo falece em 1701.<sup>144</sup> Já em 1718 seu irmão o capitão Miguel de Araújo Caldeira e sua

---

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> Carlos G. Rheingantz. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. op. cit., pp. 495-497.

<sup>143</sup> ACDNI. Livro de Batismos e Matrimônios de escravos de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

<sup>144</sup> C. G. Rheingantz. Primeiras Famílias, op. cit. p. 130.

mulher Brizida da Guarda vendem terras e um engenho “velho e desfabricado” ao Alcaide-Mor Tomé Correia Vasques.<sup>145</sup> Todos esses personagens freqüentam a paróquia de Jacutinga para batizar escravos. Francisca de Araújo possuía 29 escravos; seu filho Bartolomeu 33, e sua nora Ana Cabral 3; seu outro filho Miguel 33.

O Engenho Nossa Senhora da Batalha é vendido em 1652 por João Coelho e sua mulher Bárbara de Brito, a Estevão de Vasconcelos. O mesmo Estevão, para comprar o engenho de João Coelho, se endividou com o Capitão Gaspar de Mariz de Almeida, que em 1670 vende o engenho a Bento Garcez de Araújo que ainda em 1676 continua fazendo pagamentos a Gaspar Mariz de Almeida. Bento Garcez falece em 1676 e em 1685 é vendido um partido de canas no dito engenho que nessa ocasião já pertencia a outro proprietário, João Rodrigues do Vale. Este aparece como padrinho de um escravo de D. Catarina Colaça em 1691 em Jacutinga. É seu único registro. No inventário de João informa que ele possuía um engenho em Jacutinga que fora vendido a Domingos da Costa, lavrador. João e a mulher Leonor Guterres foram presos pela Inquisição.<sup>146</sup> Segundo Lina Goreinstein em Jacutinga haviam três senhores de engenho cristãos-novos: Diogo de Lucena Montarroio e Bento de Lucena, além de João Rodrigues do Vale.<sup>147</sup> Os Lucena não registram nenhum escravo na freguesia.

O engenho de Nossa Senhora da Conceição dos Gaias pertencia a Alonso de Gaia e sua mulher Maria de Aguiar, que o comprara a Jordão Homem da Costa em 1668. Este por sua vez havia comprado o dito engenho em 1652 de Antônio de Aguiar e sua mulher Marcelina da Costa. Consta em Monsenhor Pizarro que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição [dos Gaias] sita em Sarapuí, fora ereta por Afonso de Gaia e criada como Capela Curada em 1674. Desde 1691 a Capela já necessitava ser reedificada e em 1736 a mesma fora extinta por sentença, pela qual o bispo D. Antônio de Guadalupe a aniquilou e uniu seu território ao da Matriz de Santo Antônio de Jacutinga, de quem se havia desmembrado em 1674.<sup>148</sup> Após a morte de Alonso de Gaia o engenho é passado a vários proprietários dentre eles ao casal o capitão Manoel Cabral de Melo e sua mulher Vitória de Azedias Machado que

---

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> A. Novinsky, *Inventários*. pp. 148-149. E Lina Goreinstein, 1999, I, 129. (referência dada por Maurício de Almeida Abreu na Base de Dados... ). op. cit.

<sup>147</sup> Lina Goreinstein. *Heréticos e Impuros*. “Capítulo 3: Os engenhos, os partidos, os negócios”, pp. 59-80. Disponível em: <http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br/node/838>

<sup>148</sup> Araújo, *Livro de Visitas Pastorais*. op. cit., pp. 36-37.

o possuía em 1696. Manoel era irmão de Ana Cabral de Melo, casada com Bartolomeu de Araújo Caldeira, donos do engenho São Miguel. No Livro de Batismos de Jacutinga há vários indivíduos com o sobrenome Cabral e Azedias Machado, mas que ainda não puderam ser considerados parentes pela quantidade de homônimos nas duas famílias. Importa dizer apenas que dois engenhos de Jacutinga pertenciam a parentes consangüíneos.

Na capela de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira foram realizados onze batismos e três casamentos de escravos entre 1708 e 1720 que ora são registrados como pertencentes ao Alcaide Mor Tomé Correia Vasques, ao Sargento Mor Martim Correia Vasques (filho natural do Alcaide com Ana Soares de Matos), a D. Guiomar (filha do Alcaide com D. Antonia Tereza Maria Pais), a D. Antônia Tereza Maria Pais (viúva de Tomé Correia Vasques, falecido em 1718), ao Capitão Salvador Correia de Sá (irmão de Tomé C. Vasques; aqui aparece o apelido de Sá, acrescentado por analogia com os parentes do primeiro matrimônio de Gonçalo Correia, tronco da família)<sup>149</sup> e ainda simplesmente “escravos da Cachoeira”, o que dificulta identificar claramente a quem pertencia o engenho.

Em 1692 o Sargento Mor Martim Correia Vasques, herdeiro de Pedro de Souza Pereira, recebe terras e sobejos entre seus engenhos da Cachoeira e Maxambomba, o que sinaliza que ambos lhe pertenciam antes desta data. Já em 1731, segundo Pizarro, uma Provisão do bispo D. Fr. Antônio de Guadalupe, autoriza o Dr. Manoel Correia Vasques, senhor e possuidor que foi desta fazenda e engenho, a demolir a capela de Nossa Senhora da Conceição, arruinada, para construir outra, junto à sua casa de vivenda, por ser mais cômoda.<sup>150</sup> Ainda sobre esta Capela, Pizarro informa que foi construída antes de 1731 para substituir outra dedicada a Nossa Senhora do Bonsucesso na Fazenda de Maxambomba, pouco distante da Cachoeira<sup>151</sup> que segundo Matoso Maia Forte seria fundada por Manoel de Mariz [de Brito]<sup>152</sup>, mas não podemos afirmar com base na documentação disponível que o engenho Machambomba pertencera a Manoel de Mariz de Brito, antes de passar para Martim Correia Vasques.

---

<sup>149</sup> C. G. Rheingantz, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*, op. cit, p. 374-375.

<sup>150</sup> Araújo, *Visitas Pastorais*, op. cit. p. 34.

<sup>151</sup> Araújo, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 vol. 3, pp. 145-46.

<sup>152</sup> Matoso Maia Forte. *Memória da fundação de Iguassu*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1933, p. 28.

É importante destacar aqui a importância da família Correia Vasques tanto para a Capitania quanto para a região. Os Correia Vasques tinham influência e projeção política e social no Rio de Janeiro. O sargento-mor Martin Correia Vasques foi provedor da Santa Casa de Misericórdia (1662-63), bem assim seu pai Manoel Correia (1629-32); igualmente seu irmão Tomé Correia de Alvarenga, por três vezes (1641-55; 1656-60; 1671-74) e também seu filho o Dr. Manoel Correia Vasques (bacharel, laureado em Coimbra) por duas vezes, (1732-35 e 1737-42)<sup>153</sup>. Pela documentação dos engenhos reunida por Maurício Abreu em sua Base de Dados, dos nove engenhos aqui tratados, os únicos que permanecem com seus proprietários originais ou membros da mesma família são os engenhos da Cachoeira e Maxambomba. Além desses, em 1718 o alcaide-mor Tomé Correia Vasques compra do Capitão Miguel de Araújo Caldeira o engenho São Miguel.<sup>154</sup>

Manoel de Mariz de Brito nasceu no Rio por volta de 1637. Bisneto de Antônio de Mariz ou Marins e Isabel Velha; faleceu em sua fazenda em Moquetá em 1722 onde recebeu uma sesmaria e uns sobejos em 1679. Era casado com D. Jerônima Correia Ximenes, cristã-nova. Em 1714 seu engenho, de invocação de Nossa Senhora do Bonsucesso, é confiscado pelo Fisco Real a mando da Inquisição<sup>155</sup>. D. Maria de Mariz, sua filha, casou-se com Antônio da Cunha Falcão em 1703 em Jacutinga e deste casal a única filha, D. Micaela Arcângela, nasceu também em Jacutinga em 1704. Antônio possuía 29 registros de escravos.

Esta filha do casal casou-se em 1726 com Henrique Alfradique de Souza, nascido em Meriti por volta de 1690. Membros da família Alfradique aparecem também no livro de batismos de Jacutinga, como o próprio capitão Inácio Alfradique, patriarca da família, cuja primeira esposa, Bárbara de Araújo era filha de Francisco de Araújo Caldeira e Francisca de Araújo, donos do engenho São Miguel, com a qual teve Antônio Alfradique. Este tinha filha e neta nascida em Jacutinga.<sup>156</sup> E também teve com a segunda esposa, Margarida de Mendonça, Manuel Alfradique. Inácio e Antônio Alfradique possuíam, respectivamente, quatro e dezenove registros de escravos em Jacutinga e Manuel aparece duas vezes como padrinho de escravos.

---

<sup>153</sup> José Vieira Fazenda. Os provedores da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. 1960.

<sup>154</sup> Maurício Abreu. Base de Dados da Linha de Pesquisa de Geografia Histórica do Rio de Janeiro. BDGHRJ.

<sup>155</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>156</sup> C. G. Rheingantz. *Primeiras Famílias*, op. cit. pp. 32-33.

Em 1720 são realizados dois batismos de escravos de Manoel de Mariz na Capela de Nossa Senhora do Bonsucesso (seu engenho) na Freguesia de Jacutinga.<sup>157</sup> Os outros registros somam 91 escravos na paróquia de Jacutinga. Após sua morte, em 1722, seu filho Manoel Correia de Mariz vende terras e o engenho a Nicolau de Bittencourt Heredia em 1735, que, no mesmo ano, vende a Manoel Martins Margaça.

O Capitão Inácio de Madureira Machado e sua esposa Águida Faleiro possuíam em 1697 seu engenho no Cabuçu, indo para Marapicu, na estrada que hoje recebe o nome de Estrada de Madureira. Em 1728 o engenho pertencia a seu filho João de Madureira Machado, que fora hipotecado em dois momentos: em 1708 e 1714, primeiro pelo pai, depois pelo filho. O capitão Inácio de Madureira era filho de Bárbara de Madureira e José de Barcelos Machado, nascido no rio em 1647 e casado com Agueda Faleiro em 1668, filha do capitão Fernão Faleiro Homem e Inês de Andrade. Inácio de Madureira possuía 28 registros de escravos na paróquia de Jacutinga; sua esposa oito e seu filho João quinze.

Sobre o engenho de Antônio de Azeredo Coutinho sabe-se apenas que em 1718 já era senhor de engenho posto que os limites de suas terras confrontavam com as compradas pelo Alcaide-Mor Tomé Correia Vasques ao Capitão Miguel de Araújo Caldeira. Monsenhor Pizarro, ao relatar os bens patrimoniais da Paróquia de Jacutinga, diz que a mesma possuía apenas cinquenta braças de terras em quadra doadas por José de Azeredo, senhor e possuidor delas no Engenho chamado Santo Antonio, no lugar do Calhamaço, quando ali existiu a Freguesia. Depois de transferida para o segundo lugar que ocupou, Antônio de Azeredo, seu filho, comutou por aquelas cinquenta braças, sitas no morro ao pé do Rio de Santo Antônio, outra igual porção no lugar em que se fundou de novo a Matriz.<sup>158</sup> Infelizmente tanto a doação quanto a comutação não possuem documento algum, baseando-se monsenhor Pizarro apenas na tradição oral dos mais antigos.

De fato é marcante a presença de membros da família Azeredo Coutinho em Jacutinga, que pode ser vista também pelos registros de batismo e matrimônio da freguesia. O próprio Antônio de Azeredo apadrinhou escravos em seis ocasiões entre 1686 e 1718 e serviu como testemunha em quatro registros de casamento entre 1713 e 1720.<sup>159</sup> Outros membros da

---

<sup>157</sup> ACDNI. Livro de Batismo e Matrimônio de escravos de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

<sup>158</sup> Araújo, *Visitas Pastorais*, op. cit. pp. 31-32.

<sup>159</sup> Sobre os Azeredo Coutinho e o Morgadio de Marapicu, Cf. Gisele Martins Ribeiro. *Família escrava e a decretação da liberdade dos ventres. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. 1871-1888.* (monografia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Niterói: UFF. 2006.

família aparecem ocasionalmente: Luiz de Souza Coutinho, Luiz Matoso de Azeredo, Úrsula de Azeredo, Joana de Azeredo e Luiz de Azeredo, como padrinhos de escravos, e Baltazar de Azeredo e João de Azeredo como proprietários de escravos.<sup>160</sup>

No dizer de Sheila Faria a família exerceu fundamental importância na montagem e funcionamento das atividades econômicas coloniais, em particular as ligadas ao mundo agrário. É pela família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consanguinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação, incluindo relações rituais.<sup>161</sup> Pelo que expusemos até aqui, Jacutinga não fugiu a esta regra.

O que é importante observar é que o número de engenhos até o momento encontrados para Jacutinga não difere muito dos que foram relatados no final do século XVIII pelo Marquês do Lavradio, nem os de Monsenhor Pizarro, contemporâneo do vice-rei. E também fica claro pela documentação da Base de Dados que os engenhos foram passando de mão em mão, sendo divididos, provavelmente reagregados, vendidos ou hipotecados. Essas transferências de titularidade parecem ser um indícios de que a implantação da economia canavieira no século XVII na região era dificultada por algum fator, seja financeiro ou até mesmo geográfico, que necessita ser analisado mais detidamente. O principal a ser destacado aqui é que tudo indica que essas transferências podem estar indicando a realização efetiva de negócios cuja proporção no conjunto das atividades econômicas precisa ser avaliada. Se os proprietários estavam constantemente comprando e vendendo terras e engenhos é possível que os negócios com os créditos imobiliários garantissem pelo menos parte da sustentabilidade econômica desse segmento da elite local, ao lado da produção de açúcar, aguardente, fonte da renda dessas famílias já consagrada por trabalhos anteriores.

Apesar de passarem adiante seus engenhos essas famílias continuam na região batizando e casando seus escravos, como já demonstrado. Caberia então perguntar o que os mantinha ali? Volto a chamar a atenção para o que foi discutido no início deste capítulo, ou

---

<sup>160</sup> ACDNI. Livro de Batismo e Matrimônio de escravos de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721. Como a descendência dos Azeredo é numerosa e existem muitos homônimos, ainda não foi possível identificar genealógicamente o grau de parentesco desses indivíduos.

<sup>161</sup> Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 21.

seja, a produção de alimentos e os circuitos da farinha na capitania do Rio de Janeiro. Não é demais lembrar que no Relatório do Marquês do Lavradio é pujante a capacidade da freguesia de Jacutinga, no final do século XVIII, para a produção desses produtos, o que também já demonstramos. De fato essa capacidade provavelmente venha desde o século XVII, já que o açúcar não parece ser o seu forte, ou melhor, o principal produto.

Um outro fator que permite defender esta hipótese é que com a descoberta do ouro, provavelmente ficou mais interessante para esses proprietários investir no abastecimento das minas já que os caminhos que ligavam Rio e Minas cortavam parte do território de Jacutinga, entre outras freguesias do recôncavo. O próprio Alcaide-mor Tomé Correia Vasques, citado anteriormente, era casado com uma filha de Garcia Rodrigues Paes, que abriu o chamado “Caminho Novo” entre 1698 e 1705. No roteiro do dito caminho constante no livro de André João Antonil *Cultura e opulência do Brasil*, de 1711, o mesmo é dividido em quatro jornadas, partindo do Rio de Janeiro “a primeira jornada se vai a Irajá; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé Correia; a terceira ao porto do Nóbrega no rio Iguaçu, onde há passagem de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam de Manuel do Couto”.<sup>162</sup> Impõem-se admitir que dessas relações de parentesco faziam também parte, interesses econômicos comuns entre as duas famílias.

Outro exemplo importante é o próprio governador da capitania. Por ocasião da abertura do dito caminho era governador o General Artur de Sá e Meneses. Mesmo ocupando o cargo na cidade do Rio de Janeiro esteve presente em Jacutinga onde batizou nove escravos inocentes, filhos de um total de 28 escravos adultos que possuía na região, o que indica seus interesses e presença na economia local. Esse caso reforça a hipótese que defendo de que muitas famílias abastadas que estão batizando escravos em Jacutinga transitam entre o centro e a periferia da capitania. São essas famílias que vão garantir a interiorização dos poderes metropolitanos, pois participam da vida política no centro e assentam parte de seus investimentos financeiros no recôncavo. Daremos continuidade a essa discussão ao final do capítulo.

### 1.3-A Freguesia de Irajá

---

<sup>162</sup> André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). “Capítulo XII: Roteiro do caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas.”

Com o fim de viabilizar a administração dos sacramentos, bem como ampliar o controle do Estado metropolitano sobre a capitania do Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1643 foi criada a prelazia do Rio de Janeiro por D. João IV, rei de Portugal, que nomeou para dirigi-la o padre Antonio Marins Loureiro. Após sua posse como prelado do Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1644, tomou ele a iniciativa de “multiplicar as igrejas matrizes” ou paróquias na Capitania do Rio de Janeiro, visando com isso melhor administrá-la e corrigir desmandos que vinham ocorrendo no território, então colocado sob sua jurisdição.<sup>163</sup>

Nos “sítios aquém e além da cidade cujas paróquias abrangiam mais de 20.000 almas” e cuja administração era dificultada, dentre outros problemas, “pela aspereza de caminhos perigosos, intransitáveis e retalhados de rios caudalosos”, o prelado Marins Loureiro aproveitou a capela dedicada à Nossa Senhora da Apresentação, no Campo de Irajá, elevando-a à categoria de Paróquia, em 30 de dezembro de 1644.<sup>164</sup> A nova matriz, seguindo os procedimentos legais foi confirmada pela Coroa portuguesa em Alvará de 10 de fevereiro de 1647, que a erigiu em paróquia colada. Na mesma data, com a apresentação do primeiro pároco, o padre Gaspar da Costa, Irajá finalmente iniciou-se como paróquia e freguesia autônoma, sendo desmembrada da freguesia da Candelária.<sup>165</sup> Com território próprio, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá ocupou de início todo o recôncavo do município do Rio de Janeiro, excluídas daí as zonas central, e sul e sudoeste da cidade, que se mantiveram por algum tempo divididas entre as freguesias da Candelária e de São Sebastião ou Sé. Seus limites abrangiam as terras que, posteriormente, através de sucessivos desmembramentos, vieram formar as freguesias de Jacarepaguá, (em 1661), de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (em 1673), de São Tiago de Inhaúma (em 1743), de São Salvador de Guaratiba (em 1755) e a de São Francisco Xavier do Engenho Velho (em 1795).<sup>166</sup>

Segundo Pizarro e Araújo, a freguesia de Irajá no final do século XVIII limitava-se:

“Ao norte com as freguesias de São João de Meriti, em pouco mais de 1 ½ léguas, na ponte do rio Meriti, próximo ao mar; a leste, chega com 2 léguas, mais ou menos, de distância ao mar, compreendendo a ilha de Marçal de Lima, sita na boca do rio

<sup>163</sup> Araújo, *Memórias Históricas*. V.3, p. 7 e 10.

<sup>164</sup> Idem. p. 10.

<sup>165</sup> Idem, p. 10 e 11.

<sup>166</sup> Santos, *De freguesias rurais a subúrbio*. Op. cit., p. 18.

Meriti; ao sul, finaliza com a freguesia de São Tiago de Inhaúma, 1 ½ léguas; noutra extensão semelhante, se encontra, ao sudoeste, com a freguesia de Nossa Senhora do Loreto e Santo Antonio de Jacarepagua; e no rumo oeste, ou oessudoeste, termina em duas léguas com a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande.”

A Salvador de Sá coube fazer a doação em 1568 a Antônio de França em Irajá, que fundou o Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, o primeiro a ser instalado na área da freguesia. Com 1500 braças esse engenho parece ter se estendido da foz do rio Escorrimão, na divisa de Irajá com Inhaúma a sudeste, à foz do rio São João de Meriti, hoje no bairro de Parada de Lucas. Desse modo, sua testada acompanhava a princípio a totalidade das terras de Irajá banhadas pela Baía de Guanabara, ou situadas de nordeste para sudeste da freguesia, confrontando respectivamente com os limites do termo do Rio de Janeiro e com terras do Engenho da Pedra (hoje situadas nos bairros de Olaria, Ramos e Bonsucesso), em Inhaúma.<sup>167</sup>

Como consta no relatório do Marquês de Lavradio instalaram-se treze engenhos de açúcar em Irajá em 1779, a saber:

**Tabela 1.3: Engenhos de Irajá referidos pelo Marques de Lavradio, 1779.**

| Engenho             | Proprietário                       | Açúcar     | Aguardente | Escravos   |
|---------------------|------------------------------------|------------|------------|------------|
| Engenho de Inhomucu | Antônio Roiz Paiva                 | 14         | 8          | 36         |
| Engenho de Nazaré   | Cap. Bento Luiz de Oliveira Braga  | 40         | 22         | 55         |
| Engenho do Campinho | Padre Miguel Antunes               | 11         | 8          | 40         |
| Engenho do Botafogo | Viúva do Dr. Inácio de Souza       | 22         | 14         | 40         |
| -                   | Luiz Manoel de Oliveira            | 38         | 30         | 68         |
| Sacopemba           | D. Ana Maria de Jesus              | 35         | 37         | 80         |
| Engenho dos Afonsos | Cap. Antônio de Oliveira Durão     | 18         | 10         | 34         |
| -                   | Dr. Francisco Cordovil de Siqueira | 18         | 13         | 50         |
| Engenho do Portela  | Viúva Tereza Maria                 | 50         | 30         | 35         |
| -                   | Antônio Correia Pereira            | 60         | 6          | 40         |
| <b>Total</b>        |                                    | <b>306</b> | <b>178</b> | <b>478</b> |

Fonte: “Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. *RIHGB*. Tomo (76), 1ª Parte, 1913, pp. 318-320.

O Engenho de Brás de Pina apesar de possuir a fábrica de moer, na falta de lenhas, bois e escravos não estava produzindo no momento do relatório. E o engenho do Juiz da

<sup>167</sup> Idem, p. 72.

Alfândega Antonio Muniz Brito não quis dar conta dos rendimentos. Resta ainda na descrição dos engenhos o Engenho Novo, que não consta no relatório acima, mas que foi descrito nos anexos dos originais manuscritos desse documento por Vieira Fazenda. Na ocasião o Engenho Novo pertencia ao Capitão Antônio de Oliveira Durão, mesmo dono do Engenho dos Afonsos na época.<sup>168</sup> Além da produção de açúcar e aguardente produzia-se nas terras de Irajá mantimentos (feijão 800; milho 850 e arroz 850) e farinha: 3. 500 alqueires.<sup>169</sup> Aqui também a produção de farinha é superior a dos outros gêneros e neste ponto podemos traçar um paralelo com a freguesia de Jacutinga no final do XVIII. Não pretendemos reduzir a diversidade da produção do recôncavo, que também produzia carvão e telhas, entre outros produtos.

**Tabela 1.4: Produção econômica de Irajá e Jacutinga no final do século XVIII.**

|           | Engenhos | Açúcar | Aguardente | Alimentos | Farinha |
|-----------|----------|--------|------------|-----------|---------|
| Jacutinga | 7        | 163    | 77         | 12.000    | 25.000  |
| Irajá     | 13       | 306    | 178        | 2.500     | 3.500   |

Fonte: Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79". *RIHGB*. Tomo LXXVI (76), 1ª Parte, 1913, p. 318-320 e 327-328.

Quanto ao número de engenhos e a produção de açúcar e aguardente Irajá se sobressai, mas Jacutinga é superior na produção de alimentos e farinha. Outro dado que as diferencia é quanto a população de escravos: 478 empregados nos engenhos de Irajá e 236 nos de Jacutinga. Ora, tais números correspondem exatamente à vocação agrícola das duas freguesias: uma voltada para a produção dos engenhos (Irajá) possuía mais escravos que a outra, voltada para a produção de alimentos (Jacutinga).

Outro dado relevante que merece ser levantado é que das oito áreas produtoras (ANEXO IV) levantadas por Maurício Abreu (já comentadas no início deste trabalho) a área por ele chamada de Irajá/Meriti constituiu, sem dúvida alguma, a maior zona açucareira da capitania no século XVII, seguida de perto pela Banda d'Além. Segundo a definição do autor essa área engloba terras que hoje pertencem aos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Mesquita.<sup>170</sup>

Com efeito, a concentração de engenhos nessas duas áreas produtoras se afirma desde a década de 1630. Observe-se, por outro lado, que o crescimento de moendas ocorreu aí de

<sup>168</sup> José Vieira Fazenda, *RIHGB*. *IHGB*. Tomo 88, v. 142, p. 224.

<sup>169</sup> "Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79". *RIHGB*. 1ª Parte, Tomo (76), 1913. pp. 318-320.

<sup>170</sup> Maurício de Almeida Abreu. *Um quebra cabeça (quase) resolvido*, op. cit.

forma constante. Ao final do século XVII, localizavam-se em Irajá/Meriti e na Banda d'Além mais da metade dos engenhos fluminenses, a primeira concentrando 38 dos 131 engenhos em funcionamento (29% do total) enquanto que a Banda d'Além congregava outras 30 moendas (22,9%).<sup>171</sup>

#### 1.4 – Irajá e Jacutinga: escravos e proprietários

Na expectativa de construir um quadro sócio-econômico das freguesias, aliamos aos dados até aqui explorados a quantidade de escravos e proprietários encontrados nos seus respectivos livros de batismos e matrimônios de escravos com o objetivo de obter uma amostra da posse de escravos na região, considerando a ausência de fontes mais específicas. Primeiro tomamos o número de batismos e casamentos ocorridos em Jacutinga no período que vai de 1686 a 1721; depois partimos para o total de escravos (adultos e crianças) de cada proprietário. Assim poderemos analisar se Jacutinga pode ser considerada uma freguesia de pequeno, médio ou grande porte, utilizando como parâmetro a freguesia de Irajá, para a qual contamos com um fragmento de livro de batismos que vai de 1704 a 1707 e que aqui também será pensada a partir do volume de batismos e da concentração de escravos por proprietários.

**Tabela 1.5: Percentual de batismos e casamentos/ano.  
Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721. Irajá. 1704-1707.**

| Ano          | Total<br>Bat/Cas. | Ano  | Total<br>Bat/Cas. | Ano  | Total<br>Bat/Cas. | Ano  | Total<br>Bat/Cas. |
|--------------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|
| 1686         | 15/8              | 1695 | 16/0              | 1704 | 27/10             | 1713 | 16/3              |
| 1687         | 21/9              | 1696 | 19/0              | 1705 | 5*/0              | 1714 | 15/1              |
| 1688         | 16/3              | 1697 | 17/0              | 1706 | 17/0              | 1715 | 26/7              |
| 1689         | 21/2              | 1698 | 19/0              | 1707 | 11/0              | 1716 | 13/3              |
| 1690         | 19/1              | 1699 | 33/4              | 1708 | 12/1              | 1717 | 27/2              |
| 1691         | 24/4              | 1700 | 29/0              | 1709 | 20/6              | 1718 | 13/1              |
| 1692         | 24/2              | 1701 | 25/0              | 1710 | 19/2              | 1719 | 16/5              |
| 1693         | 21/0              | 1702 | 27/0              | 1711 | 13/3              | 1720 | 24/3              |
| 1694         | 30/0              | 1703 | 19/0              | 1712 | 22/1              | 1721 | 5**/3             |
| <b>Total</b> | <b>191/29</b>     | -    | <b>204/4</b>      | -    | <b>146/23</b>     | -    | <b>155/28</b>     |
| <b>Média</b> | <b>21,2/3,2</b>   | -    | <b>22,6/0,4</b>   | -    | <b>16,2/2,5</b>   | -    | <b>17,5/3,1</b>   |

Fonte: ACDNI. Livro de Batismo e Matrimônio de escravos de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721. PINTO, Bartolomeu Homem d'El-Rei. Registro de Batismos de pretos pertencentes à Freguesia de Irajá. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 108: 129-173, 1998. DiMss II, 32, 10, 17.

\* (maio a setembro)    \*\* (janeiro a março)

<sup>171</sup> Idem. Ibidem.

É notável pela tabela acima que o batismo é o principal sacramento oferecido aos escravos de Jacutinga em detrimento do matrimônio, para o qual chega a haver intervalos longos sem a realização de nenhuma união legítima. Como a nossa discussão aqui possui um teor mais econômico e quantitativo deixaremos as reflexões sobre as famílias escravas para os próximos capítulos. No total contamos com 696 registros de batismos e apenas 84 de casamentos. Os batismos estão melhor distribuídos no tempo do que os matrimônios; apesar de alguns altos e baixos a média total é de 19,3 batismos/ano. Em Irajá foram realizados 222 batizados de escravos: 33 em 1704, 69 em 1705, 73 em 1706 e 47 em 1707, numa média de 55 batismos/ano, número significativamente superior ao mesmo período em Jacutinga onde só ocorreu batismo no ano de 1704 (10).

Quanto à procedência dos escravos de Jacutinga 14 registros de batismo são de adultos sendo 6 africanos e 8 sem procedência declarada. Dentre as 612 escravas que batizaram seus filhos no período 222 eram africanas e 26 índias. Homens africanos batizando filhos foram 81 e 15 do gentio da terra de um total de 261 escravos. Dos 156 padrinhos escravos 24 eram africanos e 2 do gentio da terra e das 221 madrinhas declaradas escravas 15 eram africanas sendo apenas 1 da terra. No caso dos matrimônios foram 84 registros em que 77 noivos eram escravos e destes 28 africanos e 2 índios, assim como das 80 noivas escravas 47 eram africanas e somente 2 do gentio da terra. Já as testemunhas destes matrimônios perfizeram um total de 73 declarados escravos e destes 24 eram africanos. Portanto de uma população escrava estimada em 2.112 almas 453, ou seja, 21% eram provenientes da África e 38 ou 1,7 da terra. A forma como tais indivíduos de diversas etnias interagiram será explorada no próximo capítulo.

Percebe-se que Jacutinga se trata de uma região de pouco fluxo de africanos, cuja mão-de-obra era essencialmente de escravos já nascidos no âmbito da sociedade colonial, marcando a antiguidade da escravaria e sua reprodução natural. Chama a atenção que no cômputo dos africanos adultos, se divididos por sexo, encontramos 157 homens e 290 mulheres. Poderíamos pensar que o emprego da mão-de-obra da freguesia de Jacutinga constituía-se de algum tipo de ocupação a qual eram destinadas mais mulheres africanas do que os homens. Analisando a freguesia de Piratininga no mesmo período, Camila Baptista Dias, em sua monografia de bacharelado, constatou que as escravarias eram compostas majoritariamente por mulheres africanas. Ela argumenta que, de acordo com o tipo de economia predominante na região, essas mulheres deviam ser empregadas no cultivo de alimentos, entre eles a farinha. Esse trabalho, ao lado dos dados encontrados para Jacutinga,

reforçam a hipótese já levantada por Soares do uso de mão-de-obra escrava africana nos engenhos do século XVII no recôncavo da Guanabara para a produção de farinha para fins comerciais e não apenas consumo local e regional.<sup>172</sup> Verificamos também que na freguesia de Irajá os africanos são minoria. Entre os batizados adultos oito provinham da África, somados a quatorze africanas mães, oito pais, um padrinho e nenhuma madrinha. O que chama a atenção em Irajá é a presença significativa de pretos e pardos, tema abordado no próximo capítulo.

Por fim construímos um quadro da posse de escravos entre os diversos proprietários de Irajá e Jacutinga. Agregamos nesse quadro (de cada freguesia) todos os indivíduos que aparecem como proprietário do batizando, do pai, da mãe, da madrinha e/ou do padrinho. Sabemos que aqui temos um problema que é o fato de alguns escravos desempenharem mais de um papel no assento e por isso podem aparecer mais de uma vez. De outro modo é muito difícil eliminar homônimos, pois se tratando de escravos nada mais do que o nome os diferenciava diante dos demais. Mas acreditamos, em contrapartida, que aqueles que possivelmente se repetem poderiam cobrir outros cujos registros de batismos não cobrem; teríamos um equilíbrio. Nesse caso estamos considerando nessa amostragem o número de registro que tal ou tais pessoas apareceram.

**Tabela 1.6: Posse de escravos. Santo Antonio de Jacutinga. 1686-1721. Irajá, 1704-1707.**

| Nº registros<br>(faixa) | Nº Proprietários |            | Nº de escravos |             |
|-------------------------|------------------|------------|----------------|-------------|
|                         | Jacutinga (%)    | Irajá(%)   | Jacutinga(%)   | Irajá(%)    |
| 1 a 3                   | 92 (47,1)        | 116 (65,9) | 177 (9,4)      | 222 (31,17) |
| 4 a 6                   | 38 (19,4)        | 32 (18,1)  | 176 (9,35)     | 154 (21,6)  |
| 7 a 9                   | 19 (9,4)         | 10 (5,6)   | 141 (7,4)      | 76 (10,6)   |
| > 10                    | 20 (10,3)        | 15 (8,5)   | 284 (15)       | 189 (26,5)  |
| > 20                    | 9 (4,6)          | 3 (1,7)    | 225 (11,9)     | 71 (9,9)    |
| > 30                    | 7 (3,5)          | -          | 250 (13,2)     | -           |
| > 40                    | 4 (2,0)          | -          | 174 (9,2)      | -           |
| > 50                    | 2 (1,0)          | -          | 115 (6,1)      | -           |
| > 60                    | 1 (0,5)          | -          | 68 (3,6)       | -           |
| > 70                    | 1 (0,5)          | -          | 77 (4,9)       |             |
| > 90                    | 1 (0,5)          | -          | 91 (4,8)       |             |
| > 100                   | 1 (0,5)          | -          | 104 (5,5)      |             |
| Total                   | 195 (100)        | 176 (100)  | 1.882 (100)    | 712 (100)   |

<sup>172</sup> Camila Baptista Dias. Escravos e Senhores: as relações sócio-econômicas no interior da Freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso de Piratininga (1670 – 1730). (Monografia). Niterói: Universidade Federal Fluminense: 2006, pp. 38-39. Mariza de Carvalho Soares, “O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII. Texto apresentado em seminário no Real Gabinete Português de Leitura, 2006 (manuscrito)

Fonte: ACDNI. Livro de Batismo e Matrimônio de escravos de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721. PINTO, Bartolomeu Homem d'El-Rei. Registro de Batismos de pretos pertencentes à Freguesia de Irajá. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 108: 129-173, 1998. Di\Mss II, 32, 10, 17.

Para não cometermos anacronismo é importante distinguir que os números de Jacutinga estão distribuídos por um período de 36 anos e Irajá por apenas quatro. Mas tomando cada localidade como uma amostra, uma escala menor em relação ao número total de escravos de cada propriedade, fica patente que a concentração da propriedade cativa estava nas mãos de alguns indivíduos e que a grande maioria deles se situa, primeiro, na faixa com até 9 registros e em segundo lugar na faixa com >10. Em ambas as amostras há um súbito aumento na faixa >10 sendo a partir da faixa >20 que o número de proprietários cai consideravelmente. Já em relação ao número de escravos apesar de Irajá representar apenas o período de 4 anos, seu percentual de escravos é considerável (712), equiparando-se ao de Jacutinga (1.003) situados na mesma faixa (de 1 a 20).

Não chegou a diferentes conclusões João Fragoso ao analisar a distribuição da propriedade cativa da Freguesia de São Gonçalo entre 1651 e 1668, mesmo considerando apenas os batizados, excluídos dos seus percentuais os adultos (pai, mãe, padrinhos). Dos 864 batismos de cativos feitos por 197 senhores, 124 (66,9% do total) registraram somente de um a três cativos, somando 240 batismos ou 27% do total. Segundo Fragoso estes dados sugerem uma certa dispersão da propriedade cativa e o peso dos donos de pequenos plantéis. Em contrapartida mais de 40% dos registros foram realizados por 22 senhores, ou apenas 11,2% dos proprietários. Portanto, além daquela multidão de senhores, há algum razoável grau de concentração da escravaria em algumas mãos.

Se considerássemos também, como João Fragoso, apenas os índices relativos aos batismos, encontraríamos situação semelhante para as duas localidades:

**Tabela 1.7: Distribuição dos batizados de escravos por proprietários. Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721) e Irajá (1704-1711).**

| Nº registros<br>(faixa) | Nº de proprietários |            | Nº de batizados |            |
|-------------------------|---------------------|------------|-----------------|------------|
|                         | Jacutinga (%)       | Irajá (%)  | Jacutinga (%)   | Irajá (%)  |
| 1 a 3                   | 112 (71,7)          | 120 (92,3) | 117 (18,5)      | 165 (75,3) |
| 4 a 6                   | 15 (9,6)            | 8 (6,1)    | 71 (11,2)       | 38 (17,35) |
| 7 a 9                   | 10 (6,4)            | 2 (1,5)    | 78 (12,3)       | 16 (7,3)   |
| > 10                    | 15 (9,6)            |            | 177 (28)        |            |
| > 20                    | 3 (1,9)             |            | 94 (14,8)       |            |
| > 30                    | 1 (0,6)             |            | 35 (5,5)        |            |
| Total                   | 156 (100)           | 130 (100)  | 632* (100)      | 219* (100) |

Fonte: ACDNI. Livro de Batismo e Matrimônio de escravos de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721. PINTO, Bartolomeu Homem d'El-Rei. Registro de Batismos de pretos pertencentes à Freguesia de Irajá. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 108: 129-173, 1998. DiMss II, 32, 10, 17.

\*restringe-se aos batizados para os quais foram declarados proprietários

O mesmo autor também analisou registros de batismos das freguesias de Irajá, Campo Grande e Jacarepaguá na segunda metade do século XVIII e encontrou uma conformação diferente em relação ao que encontrara no século XVII para São Gonçalo, para o qual o autor não contara com registros do setecentos.

**Tabela 1.8: Distribuição dos batizados de escravos (registros) por tamanho de propriedade de cativos. Irajá (1750-59)**

| Nº de registros | Nº de proprietários | %    | Nº de escravos | %    |
|-----------------|---------------------|------|----------------|------|
| 1 a 3           | 157                 | 79.3 | 276            | 45.1 |
| 4 a 6           | 24                  | 12.1 | 114            | 18.6 |
| 7 a 9           | 7                   | 3.5  | 59             | 9.6  |
| > de 10         | 10                  | 5.0  | 163            | 26.6 |
| Total:          | 198                 | 99.9 | 612            | 99.9 |

Fonte: Livro de Batismo de escravos da freguesia de Irajá. (1750-1759). Apud: João Fragoso. *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600 – c. 1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCS, 2005, p. 192.

Em meados do século XVII em São Gonçalo, na faixa situada entre aqueles com mais de dez registros, 11,2% dos proprietários possuíam 41,8% dos registros de cativos. Cem anos depois Fragoso encontrou (na mesma faixa de registros) em Jacarepaguá 2,8 dos proprietários os quais detinham 28,4 do total da escravaria; nas terras de Irajá, 5% dos proprietários respondiam por 26,6% do total dos cativos; e para Campo Grande apenas 2% dos senhores possuíam em suas senzalas quase 20% dos escravos.<sup>173</sup> Assim, a princípio, observa-se uma tendência disseminada nas freguesias rurais da cidade, de maior concentração da população escrava em pouquíssimas mãos, algo, portanto, diferente do que ocorria nos seiscentos. Ou, sendo mais clara, no setecentos tende a diminuir o número de proprietários que concentram escravos, apesar da concentração permanecer.

<sup>173</sup> João Fragoso. *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600 – c. 1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCS, 2005, p. 191.

Esta nova conformação da distribuição da propriedade cativa é também verificada nas menores faixas de registros onde ocorre uma dispersão da propriedade cativa em pequenos plantéis. No século XVII, os donos de pequenas escravarias, os identificados com o estrato de um a três registros, respondiam por cerca de 28% dos proprietários e retinham pouco mais ou menos de 30% dos cativos. Cem anos depois, nas três freguesias acima mencionadas e analisadas por Fragoso, cerca de 80% dos proprietários possuíam entre 40 e 45% do total de escravos. Tal dispersão se confirma quando se agregam as faixas de 1 a 3 às de 4 a 6. Nesse caso chega a 90% o número de senhores que detinham cerca de 65% da população escrava.<sup>174</sup> Isto quer dizer que aumentou o número de pequenos proprietários em relação ao século anterior.

Entretanto o quadro da posse de escravos das freguesias estudadas por João Fragoso é incompleto, apesar de não diminuir seu esforço nem invalidar suas conclusões. A fim de melhor visualizar este quadro e as conclusões até aqui esboçadas caberia encontrar registros da virada do XVII para o XVIII das regiões de Campos e Jacarepaguá e da segunda metade do século XVIII para São Gonçalo que o autor não computou em sua análise. Por coincidência, sorte ou providência, possuímos esses registros, graças aos frutos do Projeto da Professora Mariza Soares, do qual já comentamos no início deste trabalho. Os registros de Jacutinga para a segunda metade do XVIII encontram-se no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, assim com outros fragmentos da mesma freguesia. Inclusive foram encontradas duas páginas avulsas que pertenciam ao livro aqui trabalhado, cujo original está sob a guarda da Cúria de Nova Iguaçu.

O objetivo em comparar essas localidades em dois momentos diferentes se justifica no esforço de complementar e solidificar as conclusões até aqui desenvolvidas para Santo Antônio de Jacutinga, nosso foco principal. Apesar de se tratar de fragmentos de livros de batismos, alguns com dezenas de registros somente, acreditamos não invalidar os resultados da pesquisa, pois como já afirmamos, estes servem como amostragem de uma realidade maior e não como uma totalidade. Dentro da perspectiva da micro-história os pequenos detalhes, nesse caso, números, valem muito, pois revelam assimetrias quase não perceptíveis em séries quantitativas de maior abrangência.

Podemos daí concluir, segundo indicações de Fragoso que no ápice da estrutura de posse, houve a concentração de escravos em poucas mãos e a base de tal estrutura se alargou

---

<sup>174</sup> João Fragoso. *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600 – c. 1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCS, 2005, p.192.

expressivamente. Segundo o autor, vários devem ter sido os fatores que contribuíram para este fenômeno como o enriquecimento de pequenos lavradores e forros, chegada de comerciantes na lavoura de base escrava<sup>175</sup>, e arriscaria acrescentar, a multiplicação dos senhores de engenho descendentes dos proprietários do século XVII. Já demonstramos no início deste capítulo como cada engenho até agora encontrado pelo professor Maurício Abreu, agrega gerações que vão se estabelecendo em Jacutinga, cuja fonte de renda precisa ser ainda melhor analisada. Não esgotamos aqui o trabalho genealógico dessas famílias em tampouco suas atividades econômicas, investigações essas, previstas para pesquisa futura.

Acreditamos que tenha ficado claro, pelos números aqui expostos, que no século XVII a economia canavieira começa a se instalar no recôncavo, não sem dificuldades, e a propriedade escrava está concentrada em poucas mãos. Ao lado desses donos de engenhos estão os arrendatários e “partidistas”, que também possuíam escravos em uma escala menor ou igual, e que também estão procurando seu lugar ao sol. A descoberta do ouro enseja novos rumos para esta economia alimentando o fôlego desses homens para o investimento em áreas destinadas a economia de subsistência, ou melhor, voltada para o abastecimento de duas Capitanias: Rio de Janeiro e Minas Gerais. Dentre as culturas a que se dedicavam suas propriedades a farinha ocupou lugar de destaque até o final do XVIII, pelo menos. Se considerarmos o baixo custo para a montagem de um engenho de farinha, talvez compreendamos porque ao longo do XVIII a base dos proprietários de escravos se alarga e o topo tende a afinar cada vez mais. Há também a presença majoritária de mulheres dentro das escravarias que poderiam estar sendo empregadas nesta produção enquanto aos homens eram reservadas outras ocupações. São hipóteses, indícios, repito, que pesquisas mais acuradas acredito irão confirmar.

---

<sup>175</sup> Idem. Ibidem, p. 193

## CAPÍTULO 2 - IDENTIDADE E ETNICIDADE: SÉCULOS XVII E XVIII

*... Em primeiro lugar, a cor dos negros apresenta-se, de início, como um traço característico digno de destaque na imagem do país: em segundo lugar, os hábitos e o caráter particular dos negros oferecem também, a despeito da cor e da fisionomia, lados realmente dignos de serem observados e descritos...*

*Com efeito, o destino singular dessas raças de homens traz aqui num mesmo mercado, membros de quase todas as tribos da África. Num só golpe de vista pode o artista conseguir resultados que, na África, só atingiria através de longas e perigosas viagens a todas as regiões dessa parte do mundo.<sup>176</sup>*

Preocupação bastante antiga dos fundadores da antropologia no Brasil, como Nina Rodrigues, Artur Ramos, Roger Bastide e diversos folcloristas (estes últimos os grandes construtores da idéia da existência de uma identidade cultural brasileira), pouca atenção, até recentemente, havia sido dada pelos historiadores às questões acerca das diferenças (e/ou aproximações) étnicas entre os escravos e de sua relação com a criação de identidades sociais, africanas, ou não. Sem dúvida, este interesse está ligado ao aprofundamento de determinadas temáticas, como a família escrava, o protesto escravo e a organização de quilombos, que não poderiam mais avançar sem a necessária reflexão sobre os arranjos e/ou conflitos entre as diferentes etnias africanas, bem como entre elas e os escravos e libertos nascidos na terra. As clássicas e esquemáticas oposições de classe, escravos contra senhores, resistência e/ou dominação, não eram mais suficientes para a compreensão de todos os matizes e dimensões das lutas sociais presentes na sociedade escravista.<sup>177</sup>

Em meados da década de 70, Mintz e Price defendiam que o impacto do tráfico atlântico havia sido capaz de destruir identidades preexistentes, enfatizando a importância de uma nova cultura, afro-americana, cujas sementes teriam sido lançadas nos porões dos navios negreiros.<sup>178</sup> Não por acaso, tal interpretação levou muitos historiadores a negligenciar as diferenças entre os africanos escravizados e escravos nascidos no cativeiro, considerando que a experiência da escravidão (e do racismo) sobrepuja-se à diversidade cultural ou mesmo a anulava. Mais recentemente, a presença de africanistas no debate vem colocando a questão em outros termos. Thornton, por exemplo, ataca o problema de frente, perguntando-se a respeito

<sup>176</sup> João Maurício Rugendas. *Viagem Pitoresca através do Brasil*, p. 111.

<sup>177</sup> Martha Abreu, “Etnia e identidades”. In: *Tempo*, Vol. 3 - n.º 6, Dezembro de 1998: 1-2.

<sup>178</sup> Sidney W. Mintz & Richard Price – *The birth of African-American Culture*. (1976) Boston, Beacon Press, 1992. Apud: Silvia Hunold Lara “Mulheres escravas, identidades africanas”. Disponível em: [www.desafio.ufba.br/gt3-006.html](http://www.desafio.ufba.br/gt3-006.html)

das relações entre África e América durante parte significativa do período de vigência da escravidão. Recusa-se a pensar a história de um ponto de vista meramente “continental” para verificar como os africanos participaram ativamente do *mundo atlântico* (África, Europa, América), incluído aí o tráfico de escravos.<sup>179</sup> Em seus textos, encontramos não mais a imagem congelada de uma vítima impotente diante da escravização, mas a história de sujeitos históricos social e culturalmente diversos em contextos históricos específicos.

Na historiografia brasileira, o redimensionamento destas reflexões esteve estreitamente associado à incorporação das questões apresentadas pelos historiadores da história social da cultura, que apontam para a perspectiva de que, apesar de todos os mecanismos de dominação e exploração, homens e mulheres são agentes de sua própria história e cultura. Neste sentido, em meio às políticas de controle e às práticas culturais e religiosas da sociedade escravista, antigos temas da pesquisa histórica assumem uma nova dimensão: a cultura é reinterpretada do ponto de vista de suas transformações, os grupos sociais são vistos como redes interligadas entre si, as identidades são repensadas como construídas (e até inventadas) e a vida social é analisada a partir de diferentes perspectivas (os laços familiares, a religiosidade, a vadiagem, a festa, a sexualidade e tantos outros temas da historiografia contemporânea).

Considerando que o estabelecimento de identidades é tido como uma construção historicamente determinada, a valorização das possíveis continuidades africanas, base importante para a criação de identidades, passa a ser vista como mais uma possibilidade, dentre outras. Se as heranças são constantemente redefinidas e recriadas com diferentes significados e sentidos cai por terra a defesa de uma pretensa pureza africana ou a existência de “sobrevivências” passivas do passado. Ao mesmo tempo, os estudos sobre a experiência dos africanos escravizados na América têm se preocupado cada vez mais com o tema das identidades, tanto as de origem ou procedência como aquelas advindas do modo como estes elementos foram incorporados e/ou transformados sob a escravidão.<sup>180</sup> Ultrapassando a opacidade das fontes para este tipo de informação, os estudiosos têm conseguido recompor diversos caminhos percorridos pelos africanos e seus descendentes nas Américas, sempre

---

<sup>179</sup> John Thornton, *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1992. Apud: Lara op. cit

<sup>180</sup> Maria Inês Cortes de Oliveira - “Quem eram os 'negros da guiné'? A origem dos africanos na Bahia” *Afro-Ásia*, 19/20 (1997): 37-73; Mariza de Carvalho Soares - “Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de janeiro setecentista”. *Tempo*, 6 (1998): 73-93. Apud: Silvia Hunold Lara, “Mulheres escravas, identidades africanas” Disponível em [www.desafio.ufba.br/gt3-006.html](http://www.desafio.ufba.br/gt3-006.html)

levando em conta as relações sociais e culturais entre os diferentes grupos nos dois lados do Atlântico.<sup>181</sup> Exemplo deste esforço são os trabalhos de Mariza de Carvalho Soares sempre mostrando que a organização dos africanos pode resultar de rearranjos étnicos estabelecidos no próprio cativo. Segundo a autora, a maioria dessas identidades estava baseada em categorias mais abrangentes (como os “angola” e “mina” do Rio de Janeiro) que reuniam, no seu interior, uma grande diversidade de grupos étnicos.<sup>182</sup>

No concernente aos estudos sobre o tráfico Atlântico e os grupos étnicos africanos, mais uma vez a análise do antropólogo Fredrik Barth sobre cultura e identidade, em muito contribuem para este trabalho.<sup>183</sup> Os questionamentos que norteiam essa problemática dizem respeito ao debate sobre a continuidade ou a mudança quando esses africanos passam a pertencer a um “*sistema social abrangente*”<sup>184</sup> distinto ao que estavam inseridos, bem como, no entendimento da permanência ou reorganização de sua formação grupal. Para Barth, as identidades étnicas são configuradas a partir das relações interpessoais, sendo assim, os contatos com outros grupos étnicos e outras culturas não são negativos, mas podem influenciar a organização social do indivíduo. Desse modo, é muito difícil definir se os africanos que chegam ao Brasil, e mais especificadamente, aos engenhos do Rio de Janeiro, mantêm a sua identidade ou incorporam uma nova, se adequando às circunstâncias vividas. É importante destacar que esses grupos ditos “não-organizados” não foram privilegiados nos estudos de Barth que se dedica a grupos estabelecidos territorialmente a longo prazo e não a casos de imigrantes, escravos ou populações deslocadas e fragmentadas. Segundo o autor, os grupos étnicos não podem ser definidos por sua cultura, haja visto, que esta pode pertencer a diferentes grupos étnicos, embora os traços culturais sejam importantes para marcar as identidades étnicas.<sup>185</sup>

---

<sup>181</sup> Ver entre outros, Gwendolyn Midlo Hall, “The creole slaves: origin, family, language, folklore” *Africans in Colonial Louisiana*. Baton Rouge, Louisiana State Univ. Press, 1992, pp. 156-200; Maria Inês Cortes de Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades de africanos no século XIX”. *Revista da USP*, 28 (dez95/fev96): 174-193. Apud: Lara, op. cit.

<sup>182</sup> Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000; da mesma autora: “Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 161 (407), abr./jun. 2000; “Mina, Angola e Guiné, nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”. *Revista Tempo*, vol. 3 - nº 6, Dezembro de 1998; e “A nação que se tem e a terra de onde se vem”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, mai-ago 2004: 303-330.

<sup>183</sup> Fredrik Barth. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa. 2000.

<sup>184</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>185</sup> *Ibidem*.

Seguindo a lógica da “micro-história barthiana”, cada indivíduo se posiciona de modo diferente de acordo com as redes em que estão inseridos, portanto, apesar dos africanos não se verem como africanos (porque esta é uma construção dos pesquisadores), mas também quem sabe não se viam todos como angolas ou moçambiques antes de serem assim identificados no quadro do Império português, mas certamente incorporaram essa identidade e passaram a operar a partir dela tanto frente às agências coloniais quanto entre eles.<sup>186</sup> Da mesma forma, senhores e comerciantes de escravos, irão promover essas identificações em conformidade com as relações e redes sociais específicas de interesses. Nesse sentido a temática das identidades levantada por Barth ultrapassa as questões das identidades étnicas e abre para a questão das identidades sociais de modo geral.

Este capítulo pretende participar deste esforço, analisando o tema da identidade escrava em fins do século XVII e início do XVIII no Recôncavo da Guanabara a partir da exploração dos diferentes grupos étnicos e de procedência declarados nas fontes eclesiásticas (batismo e matrimônio) da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

## **2.1-Tráfico, batismo e escravidão: formas de inserção na sociedade colonial.**

Como já demonstramos no início deste trabalho nos primeiros 150 anos da colonização portuguesa, o Rio de Janeiro destacou-se mais pela importância geopolítica do que por seu papel econômico. O grau de inserção do Rio na economia atlântica cresceu após a bem-sucedida tomada de Pernambuco pelos holandeses em 1630. Antes disso, em algum momento da segunda metade do século XVI, a quantidade de escravos Índios foi superada pela de africanos, os quais eram reexportados em parte para Buenos Aires, em troca da prata vinda de Potosí (na atual Bolívia). Parcela substancial dessa prata era dirigida para a aquisição de negros na África, em especial na área do golfo da Guiné, para o que também concorria o escambo de farinha de mandioca, aguardente e tabaco. Com a mineração, cresceu a importação de escravos da costa centro ocidental (Congo, Angola e Benguela) e já por volta da década de 1730, essa região se tornou a principal fornecedora de escravos para o Sudeste brasileiro e o porto da cidade do Rio de Janeiro se firmou como o principal receptor dos cativos vindos daquela região. Isso é comprovado pela distribuição dos escravos exportados para o Brasil, de 1720 a 1770, por Luanda (Angola), maior porto negreiro africano ao sul do

---

<sup>186</sup> Mariza de Carvalho Soares. “A nação que se tem e a terra de onde se vem”, Estudos Afro-Asiáticos, nº 2, 2004, pp. 303-330.

Equador: 42% destinavam-se ao Rio de Janeiro, 32% ao Recife e 23% a Salvador. Durante a segunda metade do século XVIII, a ligação da costa angolana com o Rio era tão estreita que as letras cariocas levadas por traficantes de escravos brasileiros circulavam como dinheiro na cidade de Benguela.<sup>187</sup>

Com a escravização, milhares de negros das mais variadas culturas acabaram se misturando e tiveram de passar a conviver juntos, criando laços de comunicação e de socialização. A historiadora Marina de Mello e Souza, em seu artigo "Destino impresso na cor da pele", relata que

"ao serem arrancados de suas aldeias e transportados pelo continente africano rumo às feiras regionais e aos portos costeiros, os escravos de diferentes etnias misturaram-se, aprenderam a se comunicar, criaram novos laços de sociabilidade que se consolidaram durante os horrores da travessia atlântica, e se institucionalizaram no seio da sociedade escravista colonial, à qual foram inseridos à força, acabando por encontrar formas de integração".<sup>188</sup>

No contexto do catolicismo, o batismo era a principal maneira de tornar qualquer indivíduo, escravo ou livre, membro da sociedade cristã. Não obstante, os escravos tinham diversos meios de criar elos de associação ou formas de parentesco, tanto dentro das estruturas da sociedade predominante quanto fora delas. Os laços criados pela etnia, pela língua, pela religião e pela política africanas continuaram a funcionar no Brasil, como demonstraram as rebeliões etnicamente organizadas do início do século XIX. Até a viagem da África gerava condições para a formação de parentesco fictício (compadrio). Esses laços étnicos e culturais gerados pela vivência em comum e pela condição de escravidão, às vezes eram incorporados às instituições e às associações da sociedade brasileira. Havia congregações religiosas, como as irmandades de Nossa Senhora do Rosário, espalhadas por todo o Brasil, e elas representavam um dos principais meios de associações e expressão

---

<sup>187</sup> Manolo Florentino, "O Tráfico negreiro e os padrões de parentesco na família escrava". *Ciência Hoje*, vol. 27, n° 157, jan/fev. 2000: 45-46.

<sup>188</sup> Gabriela G. "Desconhecimento cria a idéia de uma só África". In: O Brasil negro. (Reportagem) Disponível em: [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)

cultural acessíveis aos negros, reservada aos que ingressaram na comunidade cristã por intermédio do rito do batismo.<sup>189</sup>

Considerava-se responsabilidade de todos os senhores o batismo dos escravos, já que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas. A principal legislação do império português, as *Ordenações Filipinas* (1603), exigiam que todos os senhores batizassem seus escravos africanos adultos com mais de sete anos de idade no máximo em seis meses, as crianças de menos de sete anos deveriam ser batizadas no máximo um mês após a compra, caso contrário a Coroa os confiscaria. Os arquivos das paróquias brasileiras registravam tanto o batismo dos africanos recém-chegados, geralmente adultos, e também o das crianças nascidas na escravidão.<sup>190</sup>

Assim podemos distinguir os escravos entre os nascidos no âmbito da sociedade colonial e os nascidos fora dela. Os primeiros organizados segundo o critério da cor e os segundos com base no critério da procedência.<sup>191</sup> No mais antigo livro de batismos de escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (1686-1721) constam 696 registros de batismos e 84 de casamentos. As tabela 2.1, 2.2 e 2.3 distribuem os registros de batismos segundo os dois critérios acima assinalados. Cada tabela corresponde a três papéis (entre outros) que poderiam ser assumidos pela população escrava: batizando, pai e mãe.

---

<sup>189</sup> Stuart. B. Schwartz, “Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001: 267. De acordo com Mariza Soares “na cidade do Rio de Janeiro, a Matriz de São Sebastião inaugurada em 1583 é uma das poucas igrejas da cidade a permitir a presença de irmandades de pretos e pardos. Ao longo do século XVII aí se organizam quatro devoções: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Domingos e Nossa Senhora da Conceição. (...) ao longo do século XVIII essas e outras irmandades se espalham pela cidade, mostrando a firme determinação de seus membros no sentido de se reagruparem com base numa nova rede de alianças estabelecida entre as diferentes nações africanas”. Mariza de Carvalho Soares, “Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé”. In: Manolo Florentino (org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005: 136.

<sup>190</sup> Stuart. B. Schwartz, op cit, pp. 268-269.

<sup>191</sup> O conceito é utilizado por Mariza de Carvalho Soares e inspira-se nos trabalhos de Fredrik Barth que, ao discutir grupos étnicos, aponta a existência de sistemas sociais abrangentes, nos quais interagem indivíduos de diferentes grupos étnicos. Ver: Fredrik Barth, “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: Tomke Lask (org) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000, pp. 25-67.

**Tabela 2.1: Distribuição dos batismos segundo a cor ou procedência dos batizados.  
Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Condição      | N° de Registros |           |           |           |          |           |          |            |            |
|---------------|-----------------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|----------|------------|------------|
|               | Ind.*           | Africanos | Índios    | Crioulos  | Pardo    | Mulato    | Mestiço  | Total      | %          |
| Escravo       | 557             | 8         | 4         | 26        | 4        | 21        | 1        | 621        | 89,2       |
| Do serviço de | -               | -         | 3         | -         | -        | -         | -        | 3          | 0,4        |
| Familiar de   | -               | -         | 1         | -         | -        | -         | -        | 1          | 0,1        |
| Sujeito de    | -               | -         | 4         | -         | -        | -         | -        | 4          | 0,5        |
| Não declarada | 53              | -         | 10        | -         | -        | -         | -        | 63         | 9,0        |
| Servo de      | 1               | -         | -         | -         | -        | -         | -        | 1          | 0,1        |
| Da casa de    | 3               | -         | -         | -         | -        | -         | -        | 3          | 0,4        |
| <b>Total</b>  | <b>614</b>      | <b>8</b>  | <b>22</b> | <b>26</b> | <b>4</b> | <b>21</b> | <b>1</b> | <b>696</b> | <b>100</b> |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\*Indeterminados quanto à cor/procedência

**Tabela 2.2: Distribuição dos batismos segundo a cor ou procedência dos pais.  
Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Condição      | N° de Registros |           |           |          |          |          |            | Total      | % |
|---------------|-----------------|-----------|-----------|----------|----------|----------|------------|------------|---|
|               | Ind.*           | Africanos | Índios    | Crioulos | Pardo    | Mulato   |            |            |   |
| Escrava       | 182             | 75        | 2         | 1        | 5        | 2        | 267        | 77,8       |   |
| Livre         | 3               | -         | -         | -        | -        | -        | 3          | 0,8        |   |
| Familiar de   | -               | -         | 1         | -        | -        | -        | 1          | 0,2        |   |
| Do serviço de | 1               | -         | 2         | -        | -        | -        | 3          | 1,7        |   |
| Não declarada | 53              | 2         | 6         | -        | -        | -        | 61         | 17,7       |   |
| Forro         | -               | 2         | 3         | -        | 1        | -        | 6          | 0,1        |   |
| Liberto       | 1               | 1         |           |          |          |          | 2          | 0,5        |   |
| <b>Total</b>  | <b>240</b>      | <b>80</b> | <b>14</b> | <b>1</b> | <b>6</b> | <b>2</b> | <b>343</b> | <b>100</b> |   |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\*Indeterminados quanto à cor/procedência

**Tabela 2.3: Distribuição dos batismos segundo a cor ou procedência das mães.  
Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Condição      | N° de Registros |            |           |          |           |           |          | Total      | %          |
|---------------|-----------------|------------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|------------|------------|
|               | Ind.*           | Africanas  | Índias    | Crioulas | Pardas    | Mulatas   | Cabra    |            |            |
| Escrava       | 330             | 198        | 4         | 3        | 31        | 22        | 1        | 589        | 88,7       |
| Da casa de    | 1               | -          | -         | -        | 2         | -         | -        | 3          | 0,4        |
| Do serviço de | 1               | -          | 2         | -        | -         | -         | -        | 3          | 0,4        |
| Não declarada | 34              | 6          | 11        | -        | -         | 1         | -        | 52         | 7,8        |
| Servo de      | 1               | -          | -         | -        | -         | -         | -        | 1          | 0,1        |
| Familiar de   | -               | -          | 1         | -        | -         | -         | -        | 1          | 0,1        |
| Forra         | 5               | -          | 4         | -        | -         | 1         | -        | 10         | 1,5        |
| Livre         | -               | -          | -         | -        | 1         | -         | -        | 1          | 0,1        |
| Sujeito de    | -               | -          | 4         | -        | -         | -         | -        | 4          | 0,6        |
| <b>Total</b>  | <b>372</b>      | <b>204</b> | <b>26</b> | <b>3</b> | <b>34</b> | <b>24</b> | <b>1</b> | <b>664</b> | <b>100</b> |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\*Indeterminados quanto à cor/procedência

Entre os batizados no âmbito da sociedade colonial quase 90% possuem apenas a designação de “escravos” indicando ausência de qualquer indicativo nominal que os situe por sua ancestralidade e os “crioulos” representam apenas 3,9% do total de batismos. Se considerarmos que “crioulo” é uma condição provisória que afeta apenas a geração seguinte a das mães africanas, ou seja, filhos de mãe africana nascidos na colônia,<sup>192</sup> poderíamos concluir que: a) poucas mães africanas estão batizando seus filhos, ou poucas mulheres africanas estão tendo filhos; b) os batizados designados apenas como “escravos” podem pertencer a uma primeira ou segunda, ou qualquer outra geração nascida na colônia. Há uma informação que talvez explique melhor esta diferença. A designação “crioulos” só está registrada entre os anos de 1686 a 1692 quando os registros eram feitos pelo pároco Antônio Cardoso da Silva e simplesmente desaparece entre 1692 até 1721. Entretanto as mães africanas continuam batizando sua prole até 1721. Dos 664 registros em que a mãe está presente as africanas totalizam 205 (30,7%). Disso podemos concluir que a escassa presença de crianças “crioulas” entre os batizados decorre do modo como o assento foi redigido e da ausência da informação e não de uma mudança no perfil dos escravos.<sup>193</sup>

Uma outra denominação que sofre uma inflexão temporal é o termo “mulato”. Assim como “crioulo” ele é restrito aos batismos realizados no século XVII (1686-1694) e ao pároco Antônio Cardoso da Silva. Dos 21 registros de filhos mulatos em 19 não há menção ao pai e em um não há menção à mãe, indicando possivelmente uniões ilegítimas com indivíduos de *status* superior (branco). Entre essas dezenove mães, sete são do Gentio de Guiné e sete são “mulatas”. Mais duas informações a respeito do termo merecem destaque: a) as mães “mulatas” (24 no total – 3,6%) são provavelmente solteiras já que nos registros não aparece o nome do pai; b) ao contrário do que ocorre para os batizados, para as mães essa denominação não desaparece no século XVIII, sendo do ano de 1719 o último registro de uma mãe mulata. De qualquer forma - tanto para os filhos quanto para as mães - o termo “mulato” parece trazer nele indício de ilegitimidade.

Os pardos batizados perfazem 0,5% dos inocentes e são todos escravos. Entre os pais cinco são escravos e um é forro, totalizando seis registros (0,9%). Já entre as mães pardas (34 no total – 5,1%) 31 são “escravas”, duas são “da casa de” e uma “livre”. O termo “mestiço” só

---

<sup>192</sup> Estou aplicando aqui a interpretação de Mariza Soares para o termo crioulo. Ver: Soares, *Devotos da cor* p. 100.

<sup>193</sup> Problema semelhante foi encontrado por Mariza Soares nos livros de batismo da cidade do Rio de Janeiro. Ver *Devotos da Cor*, Capítulo 3, *passim*.

aparece uma vez, assim como “cabra”. A situação das mães pardas é bastante interessante. Dessas 34 mães pardas de Jacutinga, todas escravas, apenas oito são casadas sendo sete com livres. Na freguesia de Irajá as dezesseis pardas possuíam marido em nove registros. Desses nove somente três eram escravos. O que pretendo mostrar é como essas mulheres tinham uma proximidade maior com homens livres, inclusive, no caso de Irajá, com cristãos-novos.<sup>194</sup>

O último grupo é composto pelo “Gentio da Terra” que, nascido “na terra”, entretanto, nasceu fora dos limites sociais da sociedade colonial e por isso, é “gentio”, como também o é o gentio de Guiné.<sup>195</sup> O que mais chama a atenção nos registros em que estão presentes são as diferentes designações associadas à seus nomes: “da casa de”, “familiar de”, “do serviço de” e, inclusive, “escravos de”. Segundo Stuart Schwartz o termo “serviço” é uma forma diminutiva do termo clássico “servo”, porém não escravo. Na região de Santa Catarina, estudada pelo autor, o diminutivo é substituído pelo termo “servo” e depois pelo termo “administrado”. Este termo expressava as restrições legais impostas à escravização dos índios, que eram, então, postos sob “administração temporária” de um senhor.

A designação “escravo” aparece mais tardiamente naquela região e muito raramente. Essa mudança de terminologia indica que quando começou a aumentar o número de escravos africanos ou seus descendentes na região, os índios passaram a ser vistos, cada vez mais, como escravos.<sup>196</sup> Tais denominações, portanto, só fazem sentido se situadas no tempo, em comparação com a maior/menor presença de africanos e consideradas as particularidades locais.

Como o número de índios em Jacutinga é proporcionalmente baixo não foi possível avançar muito na compreensão das suas diferentes modalidades de enquadramento. Os 22 registros de batismo de índios se deram entre 1687 a 1701; os pais e mães aparecem nos registros neste mesmo período, o que já abre uma discussão: onde estão os pais e mães, os índios adultos, nos vinte anos que se seguem? Também no livro de casamentos os dois registros de índios se fazem no final do século XVII, quando também é registrada a única testemunha indígena.

---

<sup>194</sup> Cf. Luciana Leite Gonçalves. *Cristãos-novos, negras pardas e seus filhos ilegítimos*. Monografia de Bacharelado. Niterói: UFF, 2001.

<sup>195</sup> Mariza Soares, “Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 161 (407), abr./jun. 2000, p. 78.

<sup>196</sup> Schwartz, “Segredos internos”, op cit., p. 278.

No livro de batismos, os índios na condição de padrinhos/madrinhas (que somam 3 registros) também não são mais mencionados no século XVIII. Se compararmos o número de registros em que indígenas e africanos foram batizados, no século XVII os gentios da terra superam os Africanos: 22 (3,3%) contra oito (1,2%) respectivamente, mas o percentual de informação é muito baixo em relação ao total de casos e qualquer conclusão definitiva é arriscada. O que é certo é a constatação do “sumiço” do “gentio da terra” ao longo do tempo o que indica que, como no caso de Santa Catarina, esse desaparecimento deve estar associado ao crescimento do tráfico negreiro e à substituição da mão-de-obra indígena pela africana.

Mas antes de chegarmos nos africanos, voltemos às categorias até aqui trabalhadas. Em todo o livro de Jacutinga, chama a atenção o uso da expressão “da casa de”. Ao todo foram dezesseis registros: duas forras; quatro gentias da terra; uma liberta; uma mulata; quatro pardas ; cinco parentes consangüíneos e uma mulher com sobrenome. A “casa” de Brás da Silva de Menezes é bastante ilustrativa. Analisemos os registros em que os membros de sua “casa” aparecem:

Em o mesmo dia [nove] de março de mil seiscentos e oitenta e seis batizei e pus os Santos Óleos a Antônia e Bárbara, crioulas, gêmeas, filhas de Andresa e Gonçalo do gentio de guiné escravos de Pantaleão Duarte. Foram padrinhos de Antônia, Hilário da Silva (sobrenome da casa) e Sebastiana (quem seria?), e de Bárbara, Pascoal da Silva (sobrenome da casa) e Francisca Colaça (sobrenome de uma parente consangüínea da casa, Catarina Colaça), todos da casa de Brás da Silva de Menezes.// Antônio Cardoso da Silva. (grifo nosso)

Em seis de fevereiro de mil seiscentos e oitenta e sete batizei e pus os Santos Óleos a Amador mulato filho de Maria mulata escrava de dona Catarina Colaça. Foram padrinhos Salvador Moreira e Cristina da Silva da casa de Brás da Silva de Menezes.// Antônio Cardoso da Silva. (grifo nosso)

Aqui novamente o vínculo entre a casa Silva e a casa Colaça. Nesse caso a casa é a referência para os padrinhos, parente do patriarca.

Em dezoito de março de mil seiscentos e oitenta e sete batizei e pus os Santos Óleos a José mulato escravo de Antônio Moutinho filho de Bárbara mulata. Foram padrinhos Jorge Colaça, filho de Brás da Silva de Menezes e Cristina mulata (seria a mesma Cristina acima, só que aqui faltaria o sobrenome Silva) da casa de Brás da Silva.// Antônio Cardoso da Silva. (grifo nosso)

Aqui a prova de que as casas Silva e Colaça são consangüíneas. Nesse caso a casa é a referência para os padrinhos dentre eles uma mulata.

João// Em vinte e cinco de outubro da era acima [1687] batizei e pus os Santos óleos a João índio filho de Paulo do gentio da terra do serviço de Luis Ferreira. Foram padrinhos Pascoal da Silva (sobrenome da casa) e Beatriz ambos de casa de Brás da Silva de Meneses// Antônio Cardoso da Silva. (grifo nosso)

Nesse caso a casa é a referência para os padrinhos. A casa, mais uma vez, é de um parente.

Ângelo// Em os doze dias do mês de maio de mil seiscentos e noventa e nove batizei e pus os santos óleos a Ângelo filho de Beatriz, liberta de casa de Brás da Silva. Foram padrinhos Bento Antunes e Tomázia de Oliveira de que fiz este assento em Santo Antônio de Jacutinga dia ut supra. // O Padre Luis de Lemos Pereira. (grifo nosso)

Já aqui a casa é de uma liberta.

Joana// Aos dezessete de maio de mil setecentos e três batizei e pus os santos óleos a Joana filha de Beatriz Tavares de casa de Brás da Silva. Foram padrinhos José Leitão e Ana de Oliveira de que fiz este assento em Santo Antônio de Jacutinga dia ut supra.// O Padre Luis de Lemos Pereira. (grifo nosso)

A casa é de uma mulher com sobrenome, sem indicação se é escrava.

Esse Brás da Silva é casado com D. Maria Colaça, que não aparece no livro de Jacutinga porque é falecida em 1679; Já Catarina Colaça é irmã de Maria Colaça, portanto, cunhada do Brás da Silva, que por sua vez é pai do Jorge Colaço, que aparece como um dos padrinhos.<sup>197</sup> Nesse caso, “a casa” é a parentela, à princípio, e é consangüínea. Mas por que os pardos, forros, mulatos, índios e até escravos estariam incluídos nela? Nas palavras de Hespanha:

A casa é a grande unidade cimentada pelo poder doméstico ou econômico, encabeçada pelo pai de família (...) a qual se prolongava na sua mulher e filhos, na sua parentela (branca ou índia, como acontece nas elites gaúchas do Brasil), na sua criadagem, nos seus “servos” (na Europa Centro-Oriental; mas com expressão na linguagem, mesmo na Europa Ocidental, como equivalente a “criado”) e, no Brasil, na sua escravaria. Sendo o apadrinhamento o equivalente a uma paternização espiritual, os afilhados aproximam-se da casa, ficando obrigados às fidelidades, deveres, mas também aos benefícios que essa inclusão comporta. Nem a escravidão modifica a estrutura do modelo da casa. Os escravos, assim como os outros

<sup>197</sup> C. G. Reingantz. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. op. cit., t II, p.106.

membros da família, estavam sujeitos ao poder doméstico do pater, praticamente absoluto do poder civil, e apenas moderado pela piedade e pela misericórdia que, naturalmente, tinham gradações, distinguindo as várias categorias de pessoas dentro da casa. Nessa medida, como muito bem salientou Hebe Mattos a escravidão apenas quantitativamente marca uma diferença, pois, no plano das representações da sociedade corporativa, encontrava já a justificação doutrinal e o lugar institucional.<sup>198</sup>

Acredito que esses indivíduos estariam melhor situados junto aos senhores de engenhos e de escravos do que aqueles que são denominados escravos apenas, sobretudo africanos. “Casa” não é utilizado para africano. Quanto mais próximos da liberdade, mais próximos da casa do senhor, mais próximo dos brancos, mais próximos de uma situação de não-escravos. Assim as classificações sociais marcavam o lugar de cada um nesta sociedade.

Passemos então a analisar os africanos mais de perto. Entre os nascidos fora da sociedade colonial contabilizamos oito (1,1%) batizando, 204 (30,7%) mães e oitenta (23,3%) pais. Dentre as treze procedências registradas os escravos do “Gentio de Guiné” respondem pela maioria delas: 87,6%. Com o intuito de explorar ao máximo esse grupo a Tabela 2.4 distribui os registros segundo a procedência de todos os africanos envolvidos no rito do batismo: além do batizando, pai e mãe, incorporamos também padrinhos e madrinhas africanos.

**Tabela 2.4: Distribuição das procedências africanas.  
Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Procedências    | N° de Registros |     |     |       |       |       | %    |
|-----------------|-----------------|-----|-----|-------|-------|-------|------|
|                 | Batizando       | Pai | Mãe | Padr. | Madr. | Total |      |
| Gentio de Guiné | 3               | 68  | 191 | 13    | 15    | 290   | 87,6 |
| Mina            | 5               | 2   | 6   | 6     | -     | 19    | 5,7  |
| Congo           | -               | 3   | 4   | 1     | -     | 8     | 2,4  |
| Benguela        | -               | 2   | -   | 3     | -     | 5     | 1,5, |
| Trombeta*       | -               | 1   | -   | -     | -     | 1     | 0,3  |
| Quissamã        | -               | 1   | -   | -     | -     | 1     | 0,3  |
| Pumbo           | -               | 1   | -   | -     | -     | 1     | 0,3  |
| Camondongo      | -               | 1   | -   | -     | -     | 1     | 0,3  |
| Massango        | -               | -   | -   | 1     | -     | 1     | 0,3  |
| Bandara         | -               | 1   | -   | -     | -     | 1     | 0,3  |
| Sosso           | -               | -   | 1   | -     | -     | 1     | 0,3  |
| Monjola         | -               | -   | 1   | -     | -     | 1     | 0,3  |
| Luanda          | -               | -   | 1   | -     | -     | 1     | 0,3  |

<sup>198</sup> Antonio Manuel Hespanha. Prefácio. In: João Luiz Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida e Antonio Carlos Jucá de Sampaio (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. America Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007, p. 15.

|       |   |    |     |    |    |     |     |
|-------|---|----|-----|----|----|-----|-----|
| Total | 8 | 80 | 204 | 24 | 15 | 331 | 100 |
|-------|---|----|-----|----|----|-----|-----|

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\* Denominação desconhecida. Não há na literatura pesquisada nenhum grupo ou localidade africana denominada Trombeta.

Se atentarmos para o fato de o Rio de Janeiro ser tradicionalmente considerado uma cidade de concentração de escravos da costa centro ocidental<sup>199</sup> temos aqui um problema: não há nenhum registro referente a Angola, Congo ou Benguela, as mais conhecidas procedências dessa parte da costa. Já os minas, sempre estimados como minoritários ultrapassam os cinco por cento. Quanto aos guiné, o que surpreende não é o fato de serem majoritários (o mesmo também ocorre para a cidade do Rio de Janeiro<sup>200</sup>), mas a sua composição, afinal, como já questionou Soares, o que significa ser “escravo de Guiné”?

Segundo a autora, no século XV, na crônica de Zurara, a Guiné correspondia à costa ocidental africana do atual Senegal – a "Terra dos negros", onde se estabeleceu o primeiro comércio regular de escravos – e aos desconhecidos territórios a serem conquistados ao longo da costa até a então chamada Etiópia Oriental. Ainda no século XV o termo é estendido à costa do Congo, Angola e a Benguela. Também esta parte do continente africano vai ser genericamente denominada Guiné devido à importância assumida pela costa ocidental no conjunto das possessões portuguesas. Ainda segundo a autora:

“com a descoberta da extensa costa africana até o Cabo da Boa Esperança e a passagem para a contra-costa, deixa de ter sentido a antiga denominação “Guiné” que faz parte de uma geografia já superada. Entretanto, seu uso permanece e é freqüente na documentação do século XVI, se estendendo até o século XVIII. Ao longo deste período o termo "Guiné" pode corresponder à terra dos guinéus mencionada por Zurara, às terras a partir do atual Senegal (atuais Gâmbia, Guiné Bissau e Guiné); à costa centro-ocidental (Congo, Angola e depois Benguela); ou ainda, de forma genérica, à toda costa ocidental. (...) Assim sendo, no século XVI, excetuados os escravos especialmente designados como procedentes de determinado ponto da África atlântica, como os vindos da Costa da Mina, todos os demais procedem de uma das configurações da Guiné e são chamados "escravos de Guiné".<sup>201</sup>

<sup>199</sup> Mariza de Carvalho Soares, “Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 161 (407), abr./jun. 2000, p. 87.

<sup>200</sup> Idem. *Ibidem*. p. 87.

<sup>201</sup> Idem. *Ibidem*. pp 71-78.

Uma outra consideração importante quanto ao “Gentio de Guiné” destacada pela autora é que o termo “gentio” corresponde aos povos almeçados pela catequese missionária. No século XVIII o termo cai em desuso sendo substituído por “nação”. Assim, enquanto “nação” é usado desde o século XV ao XIX porque seu uso está associado ao campo da política e do comércio, o termo “gentio” vinculado ao campo religioso e catequético, cai em desuso quando a catequese perde espaço para o tráfico. Nos registros que analisei o termo “gentio” só aparece para os escravos de guiné e o termo “nação” não é utilizado. Mariza Soares explica que, de um ponto de vista mais secularizado, o escravo passa a ser identificado não por sua contribuição ao projeto de expansão cristã, mas por sua importância no quadro dos conflitos em território africano e das rotas e portos de embarque do tráfico negreiro.<sup>202</sup> Cabe frisar que uma “nação” não corresponde necessariamente à uma etnia; em alguns casos, nações, grupos étnicos, reinos, vilas, regiões e grupos linguísticos podem coincidir, em outros não.<sup>203</sup>

Os livros analisados por Mariza Soares mostram que o gentio de Guiné desaparece progressivamente ao longo do século XVIII. E na primeira metade deste século as mulheres designadas como do “gentio de Guiné” são, em sua grande maioria, mães que estão registrando seus filhos e desaparecem na segunda metade do XVIII. As escravas de Guiné são antigas na cidade e já socializadas no mundo colonial.<sup>204</sup> A autora não tem dados para o século XVII, mas mostra que os minas na primeira metade do século XVIII são, em sua grande maioria, adultos recém-chegados. Trata-se basicamente da mesma configuração por mim encontrada em Jacutinga: os cinco escravos minas são batizados entre 1708 e 1715, já adultos; já dos três guinés batizados todos no século XVIII um é adulto e os outros inocentes. Há ainda seis adultos sem menção à cor ou procedência.

O interessante é que os escravos que pertencem às outras procedências minoritárias não estão sendo batizados; cumprem a função de pais, mães e padrinhos demonstrando também sua antiguidade. Para termos uma idéia mais exata distribuimos essas procedências temporalmente, como mostra a Tabela 2.5, a partir do primeiro e último ano em que aparecem e dividimos os registros de batismos entre adultos e inocentes e os adultos de modo geral (pais, mães e padrinhos).

---

<sup>202</sup> Idem. *Ibidem*. p. 80.

<sup>203</sup> Soares, “A nação que se tem e a terra de onde se vem”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, mai-ago 2004, p. 319.

<sup>204</sup> Idem. “Descobrimo a guiné...”. p. 92.

**Tabela 2.5: distribuição de procedências por período.  
Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Procedências        | Batizados |           | Outros*   |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|
|                     | Inocentes | Adultos   |           |
|                     | Período   | Período   | Período   |
| Gentio de Guiné     | 1692-1695 | 1689      | 1686-1720 |
| Mina                | -         | 1708-1715 | 1701-1720 |
| Congo               | -         | -         | 1702-1714 |
| Benguela            | -         | -         | 1706-1714 |
| Camondongo          | -         | -         | 1704      |
| Quissamã            | -         | -         | 1709      |
| Trombeta            | -         | -         | 1711      |
| Bandara             | -         | -         | 1714      |
| Massango/Massangano | -         | -         | 1714      |
| Pumbo               | -         | -         | 1715      |
| Sosso               | -         | -         | 1715      |
| Luanda              | -         | -         | 1716      |
| Monjola             | -         | -         | 1721      |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\*Pais, mães e padrinhos.

O quadro parece indicar que essa grande variedade de procedências corresponde ao perfil do tráfico no período anterior a década de 1690. No século XVIII, esses escravos apresentam uma denominação mais detalhada que os batizados mas isso não significa que os registros do século XVIII são mais detalhados, ao contrário, essas denominações detalhadas são justamente aquelas que foram registradas em data anterior a 1690, indicando que na verdade, os registros da segunda metade do XVII foram mais detalhados e que os escravos batizados nesse período mantiveram essa identificação.

No século XVIII o tráfico destinado ao Brasil parte de duas grandes áreas fornecedoras: a costa ocidental (chamada da Mina) e a costa centro-ocidental (chamada Angola).<sup>205</sup> As nações mina e angola abarcam uma grande variedade de grupos étnicos. Entre os escravos procedentes da costa ocidental estão os “minas” e os “caboverdes”, havendo ainda menção a cacheos, calabares, xambás, couras, cabus e a outros pequenos grupos. Na costa centro-ocidental é grande a variedade de nações com alusão a portos de embarque. Do reino

<sup>205</sup> Idem. Ibidem. p. 71.

do Congo vêm, além dos ditos congos, os muxicongos, loangos, cabindas e monjolos; de Angola vêm os massanganos, cassanges, loandas, rebolos, cabundás, quissamãs e embacas; mais do sul, os de Benguela.<sup>206</sup> Deste modo, no século XVIII, os grupos minoritários congo, monjolo, benguela, massangano, luanda e quissamãs procederiam da costa centro-ocidental, assim como os do gentio de Guiné como é o caso de João Massango de Guiné que batiza seu filho em 1695.<sup>207</sup> Há ainda que mencionar o fato de que muitos podem ter sido batizados antes do embarque, como prescrevia a norma.<sup>208</sup> Essas denominações diferenciadas reforçam a importância da procedência como componente da identificação do escravo africano.

Uma vez aqui chegados, os africanos interagem em várias esferas da vida, criando formas de sociabilidade que – com base na procedência comum – lhes possibilitam compartilhar diversas formas de organização, passando a constituir um grupo social de caráter profissional, religioso ou de parentesco.<sup>209</sup> Os registros de casamento são uma ótima oportunidade para a análise dessas formas. Dos 84 casamentos realizados entre 1686-1721 em 45 (53,5%) as uniões se deram entre escravos do “gentio de Guiné”, revelando uma endogamia no gentio majoritário. Além do “gentio de guiné” há apenas um registro da união de uma escrava luanda com um escravo sem denominação de cor ou procedência. Este dado também pode ser observado nos registros de batismo em que das 191 mães do gentio de Guiné que batizaram seus filhos, 68 eram casadas com homens também do “gentio de guiné”. Esse padrão também ocorre nas freguesias do Rio de Janeiro estudadas por Mariza Soares.<sup>210</sup>

Ainda assim, esses dados precisam ser relativizados. Como vimos, do “gentio de Guiné” partiram africanos de diferentes pontos do território, portanto, encobrendo diferentes grupos étnicos; assim a endogamia de um grupo de procedência não significa a de um grupo étnico. Certamente os escravos do “gentio de Guiné” não estão se unindo somente por pertencerem ao “gentio de guiné”; digo isso porque à primeira vista tendemos a homogeneizá-los pelas suas definições tornando-nos reféns desta miragem da etnicidade.<sup>211</sup> De acordo com

<sup>206</sup> Idem. “Mina, Angola e Guiné...”, p. 6.

<sup>207</sup> *Livro de batismo e matrimônio de escravos* – Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu.

<sup>208</sup> Soares, “Mina, Angola e Guiné...”, nota 20, p. 7.

<sup>209</sup> Idem. *Ibidem*, p. 8.

<sup>210</sup> Idem. *Ibidem*, p. 11.

<sup>211</sup> Paul E. Lovejoy, “Identidade e a miragem da etnicidade”. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002: 9-39.

Fredrik Barth “a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas a existência de critérios e sinais de identificação, mas também uma estruturação das interações que permita a persistência de diferenças culturais”.<sup>212</sup>

A dita “miragem” (que não é só étnica) que nós projetamos em nossos objetos também ocorre no estudo da própria África. Segundo Joseph Miller uma maneira convencional de entender a África no contexto histórico do Atlântico é entendê-la como uma “instituição”, ou parte de uma estrutura mais ou menos estática, ou ainda de um sistema equilibrado formado por açúcar, escravos e engenhos; é preciso romper com esta imagem generalizada para revelar as dimensões cronológicas de um processo contínuo, ou seja, histórico.<sup>213</sup> Paul Lovejoy alerta para o fato de que a migração forçada, por meio da qual milhares de indivíduos foram transplantados da África para as Américas, pode ter tido como resultado o surgimento de identificações étnicas mais inclusivas que fazem emergir esferas de solidariedade entre diferentes grupos étnicos, mesmo quando não existem condições previamente determinadas para isso.<sup>214</sup>

Daí ser tão crucial a diferenciação e as fronteiras entre procedências e etnias. Para isso temos que partir da perspectiva de que o tráfico e os rearranjos que dele decorrem reconfiguram a composição dos segmentos dos grupos étnicos africanos traficados; nas palavras de Mariza Soares “as ‘nações’ possuem, sim, um componente étnico e cultural, mas também redefinem as fronteiras entre os grupos étnicos: a “nação” acaba sendo incorporada pelos grupos organizados no cativeiro e servindo como ponto de referência tanto para o reforço de antigas fronteiras étnicas e territoriais, como para o estabelecimento de novas configurações identitárias, sejam elas étnicas, ou não.”<sup>215</sup>

O que os registros paroquiais mostram para além de sistemas de classificação dos escravos nascidos ou não no âmbito da sociedade colonial, é exatamente como eles se apropriam desse sistema em benefício próprio, cuja evidência maior é a socialização entre indivíduos de diferentes “nações”, procedências, grupos étnicos, engendrada pelo cativeiro. O fato de alguns escravos sempre serem padrinhos de muitas crianças pode ser um exemplo

---

<sup>212</sup> Barth, op. cit. p. 35.

<sup>213</sup> Joseph C. Miller, “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia* n. 19/20, 1997: 9-36.

<sup>214</sup> Citado por Soares em “A nação que se tem e a terra de onde se vem”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, maio 2004, pp. 307-308.

<sup>215</sup> Idem. *Ibidem*. p. 308.

desta socialização. Selecionamos três escravarias: a de João Veloso de Carvalho, a de Salvador Correia de Sá e a de Tomé Correia Vasques, cujos proprietários possuíam 35, 21 e 20 batizados respectivamente para representar a interação, dentro de uma mesma fazenda, dos escravos de cada um.

**Tabela 2.6: Interação entre os escravos de João Veloso de Carvalho. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Situação dos batizados           | Registros de Madrinhas | Procedências | Registros de Padrinhos | Procedências   |
|----------------------------------|------------------------|--------------|------------------------|----------------|
| Escravos de outros proprietários | 7                      | 1 é Guiné    | 6                      |                |
| Escravos do próprio              | 1                      | 1 é Guiné    | 2                      | 1 é Guiné      |
| Não possuem proprietários        | 21                     | 1 é da Terra | 25                     | 2 são da Terra |
| Não tiveram pad/mad              | 6                      |              | 2                      |                |
| Total de batizados               | 35                     |              | 35                     |                |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

**Tabela 2.7: Interação entre os escravos do Coronel Salvador Correia de Sá. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Situação dos batizados           | Madrinhas | Procedências | Padrinhos | Procedências |
|----------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| Escravos de outros proprietários | 4         |              | 4         | 1 é Mina     |
| Escravos do próprio              | 3         |              | 3         |              |
| Não possuem proprietários        | 8         |              | 14        |              |
| Não tiveram pad/mad              | 3         |              | -         |              |
| Total de batizados               | 21        |              | 21        |              |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

**Tabela 2.8: Interação entre os escravos de Tomé Correia Vasques. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Situação dos batizados           | Madrinhas | Procedências | Padrinhos | Procedências                      |
|----------------------------------|-----------|--------------|-----------|-----------------------------------|
| Escravos de outros proprietários | 1         | De Guiné     | 3         | 1 é Massango e o outro é do Congo |
| Escravos do próprio              | 5         |              | 7         | 1 é Mina                          |
| Não possuem proprietários        | 11        |              | 10        |                                   |
| Não tiveram pad/mad              | 3         |              | -         |                                   |
| Total de batizados               | 20        |              | 20        |                                   |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

A questão que se impõe aqui a partir dos dados das tabelas acima é que padrinhos/madrinhas africanos são minoria nos três casos. Ou melhor, padrinhos/madrinhas escravos, independente da procedência, são minoria. Reparem que as três escravarias se relacionaram pela via do compadrio muito mais com pessoas de fora, sem designação alguma de procedência, cor ou condição jurídica, indicando que talvez fossem livres, ainda que de camadas menos favorecidas.

Se tomarmos a procedência dos pais dos batizados como fator explicador dessas escolhas não fica difícil compreender porque eles buscam padrinhos/madrinhas de fora para seus filhos: retomando as três escravarias temos:

a) a de João Veloso de Carvalho possuía dez casais em que seis eram do gentio de Guiné e nove mães solteiras das quais seis eram africanas também de Guiné; ou seja possuía doze africanas;

b) Salvador Correia de Sá, além dos quatro Minas adultos que foram batizados, possuía três casais sendo um de africano e três mães solteiras, nenhuma africana;

c) e Tomé Correia Vasques possuía nove casais sendo quatro africanos de quatro procedências diferentes (Guiné, Pumbo, Benguela e Congo) e quatro mães solteiras todas de Guiné, ou seja, uma escravaria diversificada quanto às procedências.

Ser africano nas três propriedades acima, portanto, significava construir suas relações de parentesco ritual fora do âmbito da senzala, já que dentro dela a procedência poderia funcionar como limitador dessas relações. Os africanos quase não eram chamados para apadrinhar crianças, nem escolhiam outros africanos para padrinhos/madrinhas. É essa variedade de etnias que marca a escravidão no recôncavo da Guanabara, forçando relações entre estrangeiros, recém-chegados e os mais antigos e também entre grupos com características étnicas totalmente diferentes.

Para melhor compreender a complexidade da inserção do africano na sociedade colonial podemos agregar aqui os dados referentes aos casamentos dos africanos, tanto aqueles encontrados no registro de casamento quanto no livro de batismo. Os casamentos legítimos se deram majoritariamente entre escravos do gentio de guiné (28) seguidos de perto pelas uniões entre escravos crioulos (25). Os dois grupos (guiné e crioulos) se uniram em dezessete registros. Os demais casamentos se deram entre indivíduos de diferentes condições, cor e procedência, relacionados abaixo:

**Tabela 2.9: Uniões Matrimoniais Legítimas segundo a cor/condição e a procedência dos nubentes. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.**

| Noivo    |                 | Noiva    |                 | Total |
|----------|-----------------|----------|-----------------|-------|
| Condição | Procedência/cor | Condição | Procedência/cor |       |
| Da casa  | Índio           | Da casa  | Índia           | 1     |
| Escravo  |                 | Escrava  | Luanda          | 1     |
| Escravo  | Pardo           | Forra    | Guiné           | 1     |
| Escravo  |                 | Forra    | Índia           | 1     |
| Escravo  |                 | Escrava  | Parda           | 1     |
| Escravo  | Pardo           | Escrava  | Pardo           | 2     |
| Escravo  |                 | Forra    | Pardo           | 1     |
| Forro    |                 | Escrava  |                 | 1     |
| Forro    | Pardo           | Escrava  |                 | 1     |
| Forro    | Índio           | Escrava  |                 | 1     |
| Livre    |                 | Escrava  |                 | 2     |
| Livre    | Pardo           | Escrava  | Parda           | 1     |
| Total:   |                 |          |                 | 14    |

ACDNI. Livro de batismos e matrimônio de escravos. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

Mesmo a tendência de se unir a indivíduos do mesmo grupo de procedência como no caso do grupo dos Guiné não expressam uma endogamia simplesmente, haja visto que existiam hierarquias, disputas e conflitos dentro de um mesmo grupo; até porque os “guinés” também se uniram com outras etnias (minas, benguelas, congos, índios) e com indivíduos de condição jurídica diferente da sua. O casamento é uma forma deixar de ser estrangeiro.

Quando olhamos para as outras etnias minoritárias podem até parecer irrelevantes numericamente, mas quando pensamos na sociedade como um todo são elas que vão imprimir a marca da miscigenação, tão cara à nossa historiografia, e que vão, muitas vezes, aproximar o mundo livre e o escravo. Aliás esse é um outro aspecto da sociabilidade escrava que é a interação com indivíduos pertencentes à outros níveis hierárquicos, próprios do Antigo Regime, notadamente a elite branca e livre. Mas este será o tema do próximo capítulo.

Antes de avançarmos, porém, resta-nos ainda inserir em nossa análise um grupo que, apesar de pequeno, merece também destaque: o dos escravos adultos. Para estes contamos com os batismos realizados nas quatro localidades aqui estudadas: Jacutinga, Irajá, São Cristóvão e Engenho Velho. São poucos registros, 25 no total, mas que nos instiga a investigar as formas como os recém-chegados, no caso dos africanos, e os recém-batizados foram inseridos nesta sociedade, sobretudo pela via do compadrio. Construimos o seguinte quadro:

**Tabela 2.10: Distribuição temporal e por proprietário dos batizados adultos. Jacutinga, Irajá, São Cristóvão e Engenho Velho.**

| <b>Localidades</b> | <b>Data</b> | <b>Procedências</b> | <b>Proprietário</b>          |
|--------------------|-------------|---------------------|------------------------------|
| Jacutinga          | 1689        | Guiné               | Pedro Martins Filgueiras     |
|                    | 1693-       | Não declarada       | Suzano de Lima               |
|                    | 1704        | Não declarada       | Antônio Ferreira             |
|                    | 1705        | Não declarada       | Francisco de Campos da Silva |
|                    | 1706        | Não declarada       | Manuel Correia Vasques       |
|                    | 1706        | Não declarada       | Manuel Correia Vasques       |
|                    | 1706        | Não declarada       | Salvador Correia de Sá       |
|                    | 1706        | Não declarada       | Salvador Correia de Sá       |
|                    | 1706        | Não declarada       | Salvador Correia de Sá       |
|                    | 1708        | Mina                | Salvador Correia de Sá       |
|                    | 1708        | Mina                | Salvador Correia de Sá       |
|                    | 1708        | Mina                | Salvador Correia de Sá       |
|                    | 1708        | Mina                | Salvador Correia de Sá       |
|                    | 1715        | Mina                | João Maciel da Costa         |
| Irajá              | 1705        | Mina                | João Ribeiro de Meneses      |
|                    | 1705        | Mina                | Inácio Pereira de Leão       |
|                    | 1705        | Mina                | Francisco Paes Correia       |
|                    | 1706        | Mina                | João Bernardes               |
|                    | 1706        | Mina                | Antonio da Costa             |
|                    | 1707        | Luanda              | Lourenço da Silva Borges     |
|                    | 1707        | Mina                | Maria da Assumpção           |
| S. Cristóvão       | 1644        | Angola              | Colégio                      |
|                    | 1654        | Não declarada       | Colégio                      |
|                    | 1655        | Não declarada       | Colégio                      |
|                    | 1655        | Não declarada       | Juraci da Maia               |
|                    | 1655        | Não declarada       | Juraci da Maia               |
|                    | 1666        | Não declarada       | Colégio                      |
|                    | 1667        | Não declarada       | Colégio                      |
|                    | 1706        | Não declarada       | Colégio                      |
|                    | 1731        | Não declarada       | Bernardo Pereira             |
| E. Velho           | 1649        | Não declarada       | Colégio                      |
|                    | 1650        | [Moleana]           | Domingos da B[ ]             |
|                    | 1696        | Não declarada       | Colégio                      |
|                    | 1721        | Não declarada       | Gaspar Roiz dos Santos       |
|                    | 1724        | Guiné               | Inácio Dias                  |
|                    | 1742        | Não declarada       | Colégio                      |

Fonte: ACDNI. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, 1686 a 1721. ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745. PINTO, Bartolomeu Homem d'El-Rei. Registro de Batismos de pretos pertencentes à Freguesia de Irajá. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 108: 129-173, 1998. Di\Mss II, 32, 10, 17.

Primeiramente quanto às procedências chama a atenção o predomínio do grupo Mina. Em trabalho bastante sugestivo e já citado aqui, Mariza Soares indica que o termo “mina” foi usado no Rio de Janeiro desde os anos iniciais do século XVIII quando instala-se um

comércio regular entre a Capitania do Rio de Janeiro e a Costa da Mina.<sup>216</sup> A autora explica ainda que os primeiros anos da década de 1720 são os de maior número de batismos de escravos de procedência mina, porque é nesse momento que ocorre a grande expansão do reino do Daomé.<sup>217</sup> Daí não é de se estranhar seu pequeno percentual nas freguesias de Irajá e Jacutinga, porque se referem a período anterior. Um outro grupo, dos não identificados, podem ser simplesmente adultos e não africanos.

Há dois registros singulares na documentação referente aos batismos feitos pelos jesuítas: em São Cristóvão, em 1644, foi batizada uma criança africana “alma negrinha de Angola”. O nome dela e de seu pai estavam ilegíveis, mas a mãe era Catarina forra. A data é ainda anterior ao período de reconquista de Angola (1648) da qual os jesuítas participaram, mostrando suas interferências na região. Se este não for o único caso, pode ser que os jesuítas trouxessem/importassem escravos que nasceram na África acompanhados de seus pais, ou seja, ao contrário do que ocorria para a maioria deles, separados dos entes consangüíneos no momento da venda. Em Engenho Velho, no registro de batismo de João adulto em 1696 não aparece referência a procedência, mas aos pais: João Soares e Josefa. Ao que parece a forma como os africanos dos jesuítas se inseriam na sociedade colonial era um pouco diferenciada daqueles encontrados em Irajá e Jacutinga. Em síntese, excetuando-se os adultos africanos, um guiné e uma [moleana], que pertenciam a Inácio Dias e Domingos da B[ ], respectivamente, os demais são apenas adultos e não africanos.

Quanto ao apadrinhamento de escravos adultos a escolha por padrinhos escravos tem sido interpretada pela historiografia como sinal de que a escolha seria feita pelo proprietário, que, normalmente, indicava um outro cativo seu, já antigo na escravaria, como padrinho, objetivando que este ajudasse o afilhado a se ambientar no cativeiro. Roberto Guedes Ferreira, citando o viajante Debret, destaca o costume dos senhores escolherem escravos mais “velhos” ou “virtuosos” para apadrinharem africanos adultos; bem como a responsabilidade dos padrinhos para com os afilhados em sua adaptação ao cativeiro<sup>218</sup>.

Os escravos adultos em Mariana, na primeira metade do XVIII, preferiram tecer relações com outros companheiros de cativeiro, como mostrou Moacir Rodrigo de Castro Maia. Segundo

---

<sup>216</sup> Mariza Soares. *Devotos da cor*. op. cit., p. 71-72.

<sup>217</sup> Idem, *Ibidem*, p. 78-79.

<sup>218</sup> Roberto Guedes Ferreira. “O parentesco ritual na Freguesia de São José no Rio de Janeiro (séc. XIX)” In: *Sesmaria: Revisa do Núcleo de Estudos Históricas e Pesquisas Sociais*. Rio de Janeiro: NEHPS/FEUC, ano I, nº 1, 2001, pp. 53-54.

o autor os 1.351 homens escravos foram acompanhados no batismo por 1.227 padrinhos com o mesmo *status* social, representando mais de 90% dos batizados. As 280 batizadas também seguiram o padrão encontrado para o sexo masculino, estabelecendo vínculos com 180 cativos (64,28%).<sup>219</sup> Esses dados superam os números encontrados por Stephen Gudeman e Stuart Schwartz para o Recôncavo Baiano de 1723 a 1816, que constataram que em 70% dos casos os padrinhos pertenciam ao universo do cativo e em 10% eram ex-escravos.<sup>220</sup> Em trabalho posterior, Stuart Schwartz encontrou dados que reforçaram as relações entre padrinhos e afilhados cativos, em 1835. Segundo o autor, “está claro que, na integração à Igreja e ao mundo secular dessa sociedade escrava, outros escravos assumiam ou recebiam um papel importante na integração dos africanos recém-chegados”.<sup>221</sup>

Ao contrário dessa tendência, Maria de Fátima Neves apontou que na cidade de São Paulo, do final do período colonial, os padrinhos eram em sua maioria (60,5%) homens livres. Para a autora, a reduzida população escrava paulistana e as aproximações sociais entre forros, livres e escravos que, o núcleo urbano possibilitava, poderiam explicar a realidade do compadrio na cidade de São Paulo.<sup>222</sup> Vamos às nossas fontes.

Dos quatorze adultos de Jacutinga, um não teve padrinho. Dos restantes, quatro eram escravos sendo dois do mesmo proprietário que o batizando e dois diferentes, ou seja, os outros eram livres e foram identificados como proprietários. Assim suas ligações com os donos dos adultos fica evidente. No caso das madrinhas a situação quase se inverte: sete eram escravas, seis livres e um não declarada. A madrinha Lucrecia Correia foi madrinha de um escravo adulto de Salvador Correia de Sá e de outro adulto de Manuel Correia Vasques (parentes), demonstrando que possivelmente fosse ela também parente de ambos. O único caso em que padrinhos e madrinhas pertenciam ao mesmo proprietário do batizando se referia a João Maciel da Costa. Cabe a ressalva que nenhum padrinho ou madrinha era africano.

---

<sup>219</sup> Moacir Rodrigo de Castro Maia. “Por uma nova abordagem da solidariedade entre escravos africanos recém-chegados a América (Minas Gerais, século XVIII)”. In: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis. *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007, p. 6. Disponível em: [www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/51.51.pdf](http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/51.51.pdf).

<sup>220</sup> Stephen Gudeman & Stuart B. Schwartz. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 43.

<sup>221</sup> Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001, p. 289.

<sup>222</sup> Maria de Fátima R. Neves. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e População: estudos sobre a América Latina*. Belo Horizonte: SEADE/ABEP/IUSPP, 1990. p. 242-243.

Em Irajá dos sete registros um não contou com a presença nem do padrinho nem da madrinha. O restante seguiu a tendência de Jacutinga: dois padrinhos escravos do mesmo proprietário que o batizando e quatro madrinhas escravas, sendo três de proprietários diferentes do escravo adulto. Aqui também em um único caso todos pertenciam ao mesmo dono: Inácio Pereira Leão. Novamente nenhum africano ganhou afilhado.

São Cristóvão registrou oito padrinhos livres, sendo um deles um padre, Caetano Teixeira, Procurador do Colégio. E dentre as seis madrinhas presentes, nenhuma era escrava. Em Engenho Velho os seis adultos batizados contaram com dois padrinhos escravos do Colégio e três livres e quatro madrinhas, dois do Colégio e dois livres. Retomando o estudo de Moacir Maia ele constatou que cativos identificados como *minas* foram levados à pia batismal da Matriz de Mariana por 174 padrinhos e madrinhas da mesma procedência dos afilhados. Isso significa que, em mais de 71% dos batismos, o cativo se fazia acompanhar por outro africano da mesma procedência. Já nas quatro localidades aqui estudadas essa realidade não foi verificada e pode ser explicada em função do baixo número de africanos, o que já foi comentado, que reduziria as opções do compadrio dentro de um mesmo grupo de procedência.

De uma maneira geral, constata-se um predomínio de pessoas de fora da escravaria atuando no apadrinhamento de escravos adultos, africanos ou não. Também chegou a esta conclusão Silvia Maria Jardim Brügger estudando a escravaria de São João Del Rei.<sup>223</sup> Primeiramente precisamos considerar que o pequeno número de adultos no cômputo geral dos batismos indica que a economia das regiões aqui tratadas não estavam potencialmente em expansão o que corrobora a nossa discussão no primeiro capítulo acerca das pequenas e médias propriedades. Em segundo, podemos conjecturar que, se o grupo dos recém-chegados da África possuíam padrinhos fora das suas senzalas, talvez explique porque, no futuro, quando fossem escolher padrinhos para seus filhos, também seguissem o mesmo critério, valendo-se de contatos estabelecidos desde que foram batizados. Por outro lado também significa que os contatos de seus proprietários com outros facilitava essa situação. No entanto, uma melhor compreensão dessas vivências no cativeiro requer que sejam abordadas as teias constituídas no interior de cada escravaria. Para isso avançaremos para o próximo capítulo.

---

<sup>223</sup> Silvia Maria Jardim Brügger. “O apadrinhamento de escravos adultos (São João Del Rei, 1730-1850)”. XXIII Simpósio Nacional de História. *Anais*. 2005. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/anaistitulo.htm>

### CAPÍTULO 3- FAMÍLIA ESCRAVA E O ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS

*O apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentado em relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias forma simbólicas (gesto de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados. É assim que conseguem transformar riqueza em poder.*<sup>224</sup>

A família tem sido abordada sob diferentes enfoques e definições e suscitado muitas discussões em torno de seu referencial teórico e métodos de análise. Todos coincidem, porém com ênfases diferentes, na idéia de família como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, submetida às condições econômicas, sociais, culturais e demográficas, mas que também tem, por sua vez, a capacidade de influir na sociedade. O estudo da família brasileira está vinculado a dois posicionamentos conceituais específicos: um primeiro, que projeta-se a partir do modelo de família patriarcal e um segundo, onde esse modelo é revisto. Num primeiro momento a família patriarcal foi tomada como civilizadora ao impor sua ordem e sua solidariedade a uma ordem social que seria, de outra maneira, desorganizada e anômica, sendo as outras organizações familiares possíveis apêndices e complementos daquela estrutura patriarcal. Esta idéia acabou ocupando também todos os espaços possíveis de compreensão da sociedade brasileira e marcou todo um período de produção acerca do tema, inclusive, é claro, sobre a família escrava.

As representações costumeiras relacionadas ao escravo eram rodeadas de promiscuidade. O desequilíbrio existente entre os sexos e o paradigma que associava o devir histórico à racionalidade econômica da escravidão diminuía a possibilidade de formar família. Assim o escravo estaria sempre fadado a ser um estrangeiro, e sinônimo de desregramento<sup>225</sup>. Quanto à vida íntima na senzala, estava submersa na promiscuidade sexual; uniões conjugais instáveis e filhos crescendo na ausência do pai. Os escravos estavam condenados a viver sozinhos – “perdidos uns para os outros” – e eram tidos como incapazes de “fazer a

---

<sup>224</sup> Peter Burke. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 104.

<sup>225</sup> Manolo Florentino e José Roberto Góes, “Parentesco e família entre os escravos de Vallim”. In: *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. 1995. p. 143.

história”<sup>226</sup>; vistos como vítimas do cruel sistema escravista, eram desinteressados em formar uma família, instituição associada ao patriarcalismo.

Os anos sessenta e setenta foram marcados pela entrada em cena dos historiadores, agora munidos de métodos específicos de análise, questionando o modelo hegemônico e revelando, através de suas pesquisas, a diversidade de arranjos familiares em todas as épocas e lugares. A França proporcionou marcadamente duas grandes linhas de pesquisa sobre a família: uma linha metodológica concentrada na análise demográfica e outra linha teórica influenciada por Ariès e pelas tradicionais Antropologia e História Social francesa, ligadas à história das mentalidades. A técnica de reconstituição de famílias desenvolvidas pela demografia histórica permitiu aos historiadores analisar processos vitais relativos à vida e morte de populações do passado a partir de informações obtidas nos registros paroquiais. No Brasil, os historiadores cuidaram de guardar as nossas especificidades buscando repensá-las para o nosso contexto histórico adaptando metodologias que pudessem abarcar a qualidade da documentação disponível, como os censos de domicílios para muitas cidades e regiões para os séculos XVIII e XIX. Em síntese os novos rumos da pesquisa sobre família no Brasil colonial prometem a imagem de uma sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa, rompendo com a descrição tradicional quanto ao estreitamento de personagens e de relações participantes da organização da casa e da família na colônia brasileira.

Segundo Robert Slenes<sup>227</sup> esta mudança historiográfica se relaciona a um contexto político diverso (a queda quase simultânea da ditadura militar no Brasil e da União Soviética, no plano internacional), bem como à influência da historiografia estrangeira. Por um lado, emergiam por toda parte estudos inspirados por E. P. Thompson, destacando a necessidade de resgatar o papel histórico de vários grupos “subalternos”, por outro lado eram publicadas obras, principalmente nos Estados Unidos, mas também no Caribe, que davam um novo enfoque a família cativa. A partir da década de 1970, através dos trabalhos de Eugene D. Genovese (1974) e Hebert Gutman (1976), passou-se a considerar que cativo e família não eram situações excludentes, e que a família era uma instituição forte e valorizada pelos escravos; que havia estabilidade nos laços parentais; que a figura paterna tinha grande importância – não prevalecia uma matrilinearidade – e que as normas da organização familiar

---

<sup>226</sup> Sigo aqui a análise crítica de Robert Slenes em *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 29.

<sup>227</sup> Idem. *Ibidem*, pp. 40-42.

iam além do controle senhorial. Assim os estudos sobre família escrava inserem-se num contexto mais amplo de renovação teórica e metodológica sofrido pelo campo da história.

Aos poucos, com o surgimento de vários estudos sobre o tema, a descrença em relação à viabilidade da constituição de famílias escravas foi caindo por terra. Os novos estudos sobre família escrava tem priorizado, em grande parte, as regiões de *plantation* do Sudeste – de porte médio e grande – no século XIX, por serem áreas importadoras de cativos. Nestes estudos, consideram-se a existência de laços de parentesco como uma estratégia de sobrevivência para aqueles cativos. A maior parte dos estudos desenvolvidos se concentram no século XIX e alguns deles focalizam a segunda metade do século XVIII, mas pouco se sabe sobre as práticas familiares escravas antes disso, como vou mostrar.

De acordo com Florentino e Góes a importância dos laços parentais como estratégia de sobrevivência está relacionada à manutenção da paz<sup>228</sup>. Isto era necessário devido às divergências existentes no interior das senzalas entre crioulos e africanos, pois o cativo era um espaço que fora dividido pelos senhores – a animosidade dos negros era a segurança dos brancos – e em que havia disputas por recursos limitados. No entanto, as vivências, os valores comuns, a criação de “esperanças e recordações” fizeram com que se conseguisse formar uma identidade na senzala, antagônica à do senhor e difundida entre a maioria dos cativos<sup>229</sup>. Um dos veículos utilizados para estabelecer essa identidade fora o parentesco; a inexistência desses laços significava a guerra, ou seja, conflitos entre aqueles que dividiam o espaço da senzala, daí a sua importância tanto para a sobrevivência dos negros quanto do cativo.

O casamento ou outro tipo de relação de caráter familiar era a condição para o estabelecimento de laços; através destas relações firmadas, deixava-se de ser um estrangeiro ou um estranho à comunidade, e ainda permitia algum tipo de mobilidade espacial, pois segundo Hebe Mattos

“a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativo parece ter dependido, em grande parte das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região. Mesmo para o estabelecimento de laços de solidariedade vertical mais permanentes, a formação de uma família ou o pertencimento a uma já existente era pré-condição, na medida em que as relações de

---

<sup>228</sup> Florentino e Góes, *A paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>229</sup> Slenes, op cit. p. 49.

solidariedade vertical culturalmente sólidas, e não simplesmente táticas, eram em geral estabelecidas entre famílias e não entre indivíduos”.<sup>230</sup>

Tendo em vista a capacidade do papel da família de estabelecer vínculos comunitários, e daí pacificar os escravos, os senhores se viam obrigados a abdicarem parcialmente de seu poder de tê-los livremente à sua disposição; logo, a formação das famílias era vista por estes senhores como uma concessão de sua autoridade, fruto de seu sentimento humanitário e interesses<sup>231</sup>. É o que mostra Robert Slenes em um de seus trabalhos, argumentando a contribuição da família cativa para a criação de uma comunidade escrava unida apesar da política de divisão senhorial.<sup>232</sup>

Ao afirmar que a família era uma instituição importante na vida dos escravos, não queremos dizer que tinham uma vida doce e bucólica. Pelo contrário, a relação entre escravos e senhores era tensa, pois a família significava, para os primeiros, um espaço de autonomia; e para os últimos, um espaço de dominação, o que contrariava o símbolo de autonomia para os escravos. No tocante aos conflitos originários dessa autonomia Hebe Mattos considera que a política de negociação desenvolvida por escravos e senhores por um lado potencializava a autoridade destes e por outro podia gerar insubordinações daqueles, por conta da frustração nos acordos. Para Mattos a família quase sempre foi pressuposto básico da possibilidade de escapar da escravidão, uma vez que a alforria raramente aparecia como um projeto individual e quase sempre como uma estratégia familiar.<sup>233</sup>

Ciente desta importância, não podemos deixar de considerar que tal empreendimento também os deixava vulneráveis a seus senhores. Tentativas de fugas ou insubordinações poderiam custar-lhes o afastamento de entes queridos, e estes poderiam se tornar vítimas de represálias senhoriais. Nesse sentido, a possibilidade de construir uma “vida dentro do cativeiro”, se tornava terrível mediante à sempre presente ameaça de desmembramento das famílias em decorrência da venda de parte de seus membros; ou ainda, incitava a competição por recursos de sobrevivência no cotidiano, o que contribuía para a criação de conflitos dentro

---

<sup>230</sup> Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade do Sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 72.

<sup>231</sup> Martha Abreu, “Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno da Lei do Ventre-Livre. Rio de Janeiro, 1871”. In: *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: EDUSU, 1997. p. 119.

<sup>232</sup> Slenes, op. cit., passim.

<sup>233</sup> Mattos, op. cit. Capítulo 3.

da senzala. Diante disso, os laços de compadrio funcionavam como tecedores de redes de solidariedade, “mas também demarcavam fronteiras entre grupos, opondo-se, em princípio, os excluídos de um grupo aos que haviam sido incluídos nele”.<sup>234</sup>

Constatar a existência da família escrava é, atualmente, redundante. Vários estudiosos tentam, agora, ir além na interpretação dos dados empíricos, questionando-se sobre seus mecanismos de viabilização, em que a observação de costumes africanos, o parentesco e a linhagem aparecem como objetos privilegiados. Condições específicas do Brasil escravista, ainda não exploradas, devem ser pesquisadas para entendermos o quanto as heranças culturais e condições materiais de vida podem, respectivamente, explicar a formação e os interesses na organização familiar dos cativos.

É necessário frisar que os estudos sobre a família escrava centram-se no século XIX e no Sudeste não podendo, sem restrições, serem admitidas de imediato numa análise referente aos séculos XVII e XVIII. Estudos sobre períodos anteriores existem, mas são poucos. Para o século XVIII merecem destaque *Families of planters, peasants and slaves* de Alida Metcalf (1720-18) e Sheila de Castro Faria, que dedica um capítulo de seu livro *A Colônia em movimento*, a família escrava.<sup>235</sup> Em relação a áreas que não eram significativas em termos econômicos, o silêncio historiográfico é ainda maior, para qualquer parte do Brasil. O tema não foi abordado para o século XVII, nem tampouco para outras áreas que não a *plantation* exportadora onde se concentraram os estudos feitos até agora. Para o período aqui estudado (1690-1730) e mais especificamente para a Freguesia de Jacutinga, uma região onde havia engenhos de açúcar, mas onde predominavam as engenhocas de cachaça e o plantio de alimentos, uma análise mais detida das condições da escravatura e suas relações familiares e de compadrio entre escravos e com a população livre local, se faz necessária.

Há ainda uma outra questão que precisa ser considerada pelos novos estudos da família escrava dedicados aos séculos XVII e XVIII: o fato dessa família estar inserida numa

---

<sup>234</sup> Slenes, op. cit. p.115.

<sup>235</sup> Cito, entre outros: Alida C. Metcalf, *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*, Texas, University Microfilms International, 1983; Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. Cito ainda de Metcalf “A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo”, *História e População. Estudos sobre a América Latina*. São Paulo, Abep, 1990; Stuart Schwartz; Robert Slenes; Iraci Del Nero da Costa, “A Família Escrava em Lorena (1801)”, *Revista de Estudos Econômicos*, Número 17 (2), São Paulo, IPE/USP, 1987; Maria Luiza Marcilio, *A cidade de São Paulo. Povoamento e população 1750-1850*, São Paulo, Pioneira-Editora da Universidade de São Paulo, 1973; Horacio Gutiérrez, “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”, *Escravidão*, Revista Brasileira de História, vol. 8, Número 16, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1988;

sociedade colonial, bem diferente da que sustenta as relações familiares no século XIX. Dessa maneira, o capítulo baseia-se nos questionamentos apresentados por Silvia Lara em seu artigo “Conectando historiografias”,<sup>236</sup> onde a autora nos remete a uma reflexão sobre a carência de produções historiográficas destinadas à observação das práticas sociais realizadas tanto pelos detentores de um *status* social privilegiado, quanto os excluídos dessas redes de relações sociais, ou melhor, os que se inserem nessas redes através de um prisma de subordinação e ausência de privilégios. Segundo Silvia Lara é preciso conectar as duas historiografias, pois

“se os estudos sobre os modos de governar só tem a ganhar se passarem a incorporar em suas reflexões as ações e os valores daqueles que aparentemente eram excluídos das redes do poder, também as pesquisas sobre a escravidão serão beneficiadas se voltarem a olhar mais cuidadosamente para o comportamento dos senhores e das autoridades coloniais”.<sup>237</sup>

Tomo para minha pesquisa as perguntas da autora:

“Quais seriam as especificidades das relações entre senhores e escravos numa sociedade em que as hierarquias sociais eram tão marcadas? Como relacionar as disputas entre as elites locais, coloniais e metropolitanas com relação ao controle dos escravos?”<sup>238</sup>

Lara nos instiga ainda a verticalizar os estudos, de forma tal que todas as categorias sociais sejam ressaltadas, mas não dentro de uma oposição de pares, e sim, inseridas em redes políticas, econômicas e sociais que se complementam e se viabilizam, configurando esse “Antigo Regime em perspectiva atlântica”,<sup>239</sup> onde as práticas cotidianas determinavam a condição social do indivíduo e seu reconhecimento deveria ser estabelecido mesmo em localidades pouco conhecidas pela Coroa. Desse modo, a relação senhor-escravo também era pautada em noções de obrigação e privilégio que faziam da escravidão uma instituição regente

---

<sup>236</sup> Silvia Hunold Lara, “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, p. 37.

<sup>237</sup> Idem. Ibidem.

<sup>238</sup> Idem. Ibidem.

<sup>239</sup> Hebe Mattos. “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In: O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

da sociedade fluminense, principalmente nos séculos XVII e XVIII em que “... a presença maciça da escravidão diferenciava a experiência colonial da metropolitana, redimensionando e dando novo significado às práticas hierárquicas que ordenavam a sociedade no Antigo Regime”.<sup>240</sup>

Podemos citar um trabalho recente de João Fragoso em que o autor estuda “as estratégias empregadas pelas famílias, ditas conquistadoras, na produção de privilégios que lhe garantissem o estatuto de nobreza principal da terra” o autor se dedica às relações do grupo com seus escravos. Segundo ele “o estudo das chamadas elites, como a aristocracia européia, ou da nobreza principal da terra dos trópicos lusos pressupõe sempre a cuidadosa análise da interação de tais grupos com as chamadas camadas subalternas. E, nisto, deve-se considerar que as frações envolvidas nestas interações tinham orientações valorativas e, portanto, estratégias próprias”.<sup>241</sup> Assim sendo, partimos também na tentativa de conectar a família escrava às redes de reciprocidades/solidariedades que se formavam no Império português entre distintos segmentos sociais, em que pesem as relações de compadrio entre livres e escravos, objetivo deste capítulo.

### 3.1-Família escrava em Santo Antônio de Jacutinga

Para o estudo da família escrava de Jacutinga os dados aqui apresentados foram levantados a partir do livro de batismos de escravos mais antigo da Freguesia que pertence ao Arquivo da Cúria de Nova Iguaçu e que vai de 1686-1721 (livro misto de batismo e matrimônio). O mesmo conta com 696 registros de batismos, distribuídos segundo a tabela abaixo.

**Tabela 3.1: Distribuição dos batismos segundo a presença dos pais nos registros. Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721.**

| <b>Categoria</b>      | <b>Nº de Registros</b> | <b>%</b> |
|-----------------------|------------------------|----------|
| Somente a mãe         | 333                    | 48,0     |
| Somente o pai         | 2                      | 0,3      |
| Pais e mães presentes | 343                    | 49,2     |
| Pais e mães ausentes  | 18                     | 2,5      |

<sup>240</sup> Idem. pp. 38.

<sup>241</sup> João Fragoso, *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600 – c. 1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCS, 2005, p. 23.

|       |     |     |
|-------|-----|-----|
| Total | 696 | 100 |
|-------|-----|-----|

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

À princípio este quadro serve apenas para que fique clara a proporção entre escravos batizados dentro ou fora de uma família, seja ela resultado de casamento ou união estável.<sup>242</sup> O número de batismos com pais e mães presentes equipara-se ao de pais ausentes, chegando próximo dos cinquenta por cento cada. Não é de se estranhar, portanto, que no mesmo período apenas 84 casamentos oficializados foram realizados.

A tabela começa a ganhar sentido quando distribuímos esses registros segundo a frequência dos batismos, ou seja, quantas vezes, cada um dos quatro grupos, foi à pia batismal ou segundo a concentração de cada um deles por proprietários.

**Tabela 3.2: Frequência dos batizados segundo a presença/ausência dos pais.  
Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721.**

| Faixa de registros | Somente a mãe | Somente o pai | Pais e mães presentes | Pais e mães ausentes* | Total de registros | %   |
|--------------------|---------------|---------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|-----|
| 1                  | 161           | 2             | 202                   | 9                     | 374                |     |
| 2                  | 41            |               | 42                    | 1                     | 84                 |     |
| 3                  | 14            |               | 9                     |                       | 23                 |     |
| 4                  | 4             |               | 4                     |                       | 8                  |     |
| 5                  | 2             |               | -                     |                       | 2                  |     |
| 6                  | 1             |               | 2                     |                       | 3                  |     |
| 7                  | -             |               |                       | 1                     | 1                  |     |
| 8                  | -             |               |                       |                       |                    |     |
| 9                  | 1             |               |                       |                       | 1                  |     |
| Total              | 224           | 2             | 259                   | 11                    | 496                | 100 |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721

Os números da tabela 3.2 indicam que os maiores índices de batismos nos quatro grupos estão situados na faixa entre um e dois registros. Há ainda um equilíbrio entre o número de registros onde somente a mãe ou onde pais e mães estavam presentes, com os maiores índices na faixa de um registro e os menores na faixa de seis e nove. Isso pode indicar que as condições para um e outro grupo inserirem seus filhos no mundo cristão através do batismo estavam também equilibradas. Acreditamos que o tamanho das propriedades estava diretamente ligado a esse fator. Distribuímos, à seguir, os registros de famílias escravas pelos seus proprietários, segundo a tabela 3.3.

<sup>242</sup> Stuart Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 65.

**Tabela 3.3: Concentração de famílias escravas por proprietários.  
Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721.**

| Nº de casais*<br>(registros) | Nº de proprietários | %          | Nº de casais (registros) por faixa | %          |
|------------------------------|---------------------|------------|------------------------------------|------------|
| 1 a 3                        | 76                  | 82,5       | 99                                 | 48,0       |
| 4 a 6                        | 8                   | 8,5        | 34                                 | 16,5       |
| 7 a 9                        | 5                   | 5,5        | 39                                 | 19,0       |
| > = 10                       | 3                   | 3,5        | 34                                 | 16,5       |
| <b>Total</b>                 | <b>92</b>           | <b>100</b> | <b>206</b>                         | <b>100</b> |

Fonte: Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

\*apenas considerou-se os casais cujos proprietários de ambos foram declarados no assento.

De um total de 156 proprietários declarados nos registros, 92 ou 58,9% possuíam pelo menos um casal de cativos, além do que, isso também significa que são uniões formais, sacramentadas pela Igreja e cujos filhos são considerados legítimos. Fica claro pela tabela acima que há uma concentração de famílias nas mãos de poucos proprietários, mas, por outro lado, uma distribuição – em menor número, claro – de uma a três famílias para 83% de donos, o que indica que a instituição familiar não era estranha à maioria dos cativos da região. Já vimos que as mães sozinhas e os casais são os responsáveis pelos maiores índices de filhos batizados.

No capítulo 1 demonstramos que prevalecia na região os pequenos proprietários. Em alguns casos eles não chegam a registrar o batismo de nenhuma criança escrava. Dos 196 proprietários declarados trinta possuía apenas um escravo adulto; quatro deles, apenas dois; um possuía três; três possuíam quatro e um possuía seis adultos. Por alguma razão que desconhecemos a formação de famílias não encontrava lugar nessas propriedades. Outros sessenta proprietários batizaram apenas uma criança. Nas propriedades com um total superior a dez escravos é que o número de batismos começa a aumentar e existem propriedades em que o número de crianças é igual ou superior ao total de adultos. Caberia aqui neste momento um estudo de caso que pode ilustrar o comportamento dos dois grupos mencionados acima (solteiros e casados) dentro de escravarias maiores, com maiores opções de casamento e compadrio. O critério de escolha foi o número de batismos e matrimônios registrados, sendo João Veloso de Carvalho o campeão de realização de tais sacramentos: 35 batismos e sete matrimônios. Passemos a ele.

### 3.1.1-O caso de João Veloso de Carvalho

Primeiramente, cabe esclarecer que nenhuma referência a este proprietário foi encontrada nos livros de genealogia nem na documentação dos engenhos. Sabe-se apenas, por informação do próprio livro de batismo, que já era falecido em 1715, posto que a partir daí há menção a seus herdeiros. No Arquivo Nacional seu nome aparece como ex-proprietário de uma sesmaria localizada no sertão de Brás Cubas em Jacutinga num processo de apresentação de título de Custódio de Souza Araújo, novo proprietário, em 1771.<sup>243</sup> Mas ele estava lá, em Jacutinga, aparecendo freqüentemente como se quisesse ser notado. Realizemos o pedido do ilustre desconhecido. A tabela abaixo resume suas participações no mundo cristão, primeiro como proprietário e depois como compadre.

**Tabela 3.4: Participação de João Veloso de Carvalho nos assentos de batismo e matrimônio de Jacutinga. Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721**

|                |    |
|----------------|----|
| Batizados      | 35 |
| Madrinhas      | 4  |
| Padrinhos      | 5  |
| Mães solteiras | 9  |
| Casados        | 10 |
| Noiva          | 7  |
| Noivo          | 7  |
| Testemunha     | 8  |

Os dados desta pequena amostra parece traduzir algumas considerações já feitas até aqui. Na escravaria de João Veloso é proporcional o número filhos de casais e mães solteiras. Os casamentos ocorreram entre seus próprios escravos, sete deles tiveram mais de um filho. Cruzando os dados dos matrimônios aos de batismos foi possível localizar o registro de casamento de dois deles: João e Maria e Manuel e Mônica. João e Maria se casaram em 1687 e de 1692 data o batismo de seu primeiro filho. Manuel e Mônica se casaram em 1691 e registram o batismo do primeiro filho em 1692. Além desses, Afonso e Catarina tiveram 6 filhos sendo o registro de batismo do primeiro deles de 1687, ou seja, supomos que eles também fossem casados na Igreja em anos anteriores a 1686 e portanto não constam neste livro de Jacutinga. Vale lembrar que todos esses casais são do gentio de guiné e expressam também a preferência endogâmica do grupo, já explorado no capítulo anterior.

<sup>243</sup> Arquivo Nacional. Sesmarias – Estado do Rio de Janeiro/Inventário. Vol. 2, séculos XVIII e XIX, pág. 513.

Quanto ao compadrio este se revelou bastante complexo. Dos 35 registros de batismos apenas seis padrinhos e sete madrinhas eram escravos e pertenciam a outros proprietários. Dois padrinhos e uma madrinha eram seus próprios escravos. Os demais, todos livres. Porquê? Nesse caso específico a grande concentração de africanos pode explicar. Dos dez casais apenas três não eram africanos e das nove mães solteiras apenas três também não eram. Ou seja, para estes escravos era mais interessante garantir o casamento dentro da senzala e buscar o compadrio fora dela. O interessante é que ao buscar encontraram. E mais: o fato de pertencerem à mesma procedência não garantiu que eles escolhessem “seus iguais” na hora do compadrio, pois também tinham esta opção. É aqui que a análise do compadrio na freguesia se torna imprescindível.

Os números aqui apresentados ganharão projeção e movimento quando a eles acrescentarmos os “nomes” e o “como” esses escravos e suas famílias foram inseridos na dinâmica do império ultramarino português. Para isso a próxima parte deste trabalho trata das relações de compadrio.

### 3.2 - As relações de compadrio dos escravos de Jacutinga e Irajá.

Gostaria de ressaltar que apesar do pequeno percentual de famílias escravas é fundamental estudar cada caso e aprofundar a dimensão qualitativa da análise. Vamos então trabalhar com dois grupos sociais mais significativos dentre os que exerceram a função de padrinhos e madrinhas: os livres e os escravos, respectivamente, e ao final comparar a situação encontrada em Jacutinga com a freguesia de Irajá, a mesma que tratamos no primeiro capítulo.

**Tabela 3.5: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas.  
Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.**

| <b>Condição<br/>assento</b> | <b>no</b> | <b>Padrinhos</b> | <b>%</b> | <b>Madrinhas</b> | <b>%</b> |
|-----------------------------|-----------|------------------|----------|------------------|----------|
| Livres*                     | 520       | 73,5             | 378      | 54,0             |          |
| Escravos                    | 156       | 22,6             | 221      | 32,0             |          |
| Forros                      | 3         | 0,5              | 6        | 0,7              |          |
| Criado                      | 1         | 0,2              | -        | -                |          |
| Ausente                     | 23        | 3,2              | 91       | 12,5             |          |
| Total de registros          | 702**     | 100              | 696      | 100              |          |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\*são considerados livres aqueles sem menção à proprietários.

\*\* houve seis registros de padrinhos duplos (696+6=702)

Se dissesse apenas que na amostra analisada para os batismos é grande o número de padrinhos e madrinhas livres em relação aos escravos – como mostra o quadro acima – não haveria nessa afirmativa nenhuma novidade, se comparada a outros trabalhos que se dedicaram ao tema no século XVII e que constataram a mesma situação.<sup>244</sup> Outra informação significativa deste mesmo quadro é que o número de assentos em que não houve madrinhas é maior que o de padrinhos e os casos de assentos duplos (que foram seis para os homens), ou seja, em que houve dois padrinhos, não ocorre para as madrinhas, ou seja, os homens têm uma presença muito forte nas escolhas dos escravos. Mas isso não é exclusividade de Jacutinga: Silvia Brügger também encontra a mesma situação para São João del Rei no século XVIII o que, segundo ela, reforça a importância dos padrinhos naquela sociedade.<sup>245</sup> A ausência de padrinhos e/ou madrinhas, assim como os assentos duplos não eram permitidos pelas *Constituições do Arcebispado da Bahia*<sup>246</sup> que regulavam os sacramentos da Igreja Católica no Brasil. Segundo Stuart Schwartz essas irregularidades só aconteciam nos batismos de escravos<sup>247</sup> Mas em São João Del Rei ela também ocorre entre os livres.<sup>248</sup>

Porém o que torna o compadrio em Jacutinga algo singular é que esses padrinhos livres se dividem entre os aqueles que possuem ou não sobrenome e referências de prestígio social antes do nome (padres, capitães, alferes, donas, tenentes, coronéis, etc) como mostram as Tabelas 3.6 e 3.7, respectivamente.

---

<sup>244</sup> Refiro-me especialmente aos trabalhos de Silvia Maria Jardim Brügger. *Minas Patriarcal – Família e sociedade*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, Stuart B. Schwartz. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988 e Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

<sup>245</sup> Silvia Maria Jardim Brugger, *Minas Patriarcal – Família e sociedade*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 330.

<sup>246</sup> Sebastião Monteiro da Vide (Dom), *Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Tip. Dois de Dezembro, 1853, Livro Primeiro, Tít. XVI. No Quadro 7 temos ainda um outro descumprimento canônico que é em relação aos padres-padrinhos.

<sup>247</sup> Schwartz, op. cit., p. 65.

<sup>248</sup> Brügger, op. cit. *passim*.

**Tabela 3.6: Discriminação de padrinhos e madrinhas livres segundo a presença de sobrenome. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.**

| <b>Discriminação no assento</b> | <b>Padrinhos</b> | <b>%</b>   | <b>Madrinhas</b> | <b>%</b>   | <b>Total</b> | <b>%</b>   |
|---------------------------------|------------------|------------|------------------|------------|--------------|------------|
| livres com sobrenome            | 422              | 81,7       | 215              | 57,0       | 637          | 72,0       |
| livres sem sobrenome*           | 98               | 18,3       | 163              | 43,0       | 256          | 28,0       |
| <b>Total</b>                    | <b>520</b>       | <b>100</b> | <b>378</b>       | <b>100</b> | <b>893</b>   | <b>100</b> |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\*Os livres foram subdivididos entre os que possuíam sobrenome e os que não possuíam, pois estes últimos podem representar tanto uma população de livres pobres (brancos ou não) quanto de forros. Os forros mais antigos poderiam perder essa referência, Cf. Sheila de Castro Faria, op. cit.

**Tabela 3.7: Referências de prestígio entre os padrinhos/madrinhas livres com sobrenome. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.**

| <b>Títulos/profissão dos livres</b> | <b>Nº de registros em que aparecem</b> |
|-------------------------------------|--|
| Alferes                             | 1                                      |
| Alcaide Mor                         | 3                                      |
| Capitão                             | 8                                      |
| Dona                                | 25                                     |
| Licenciado                          | 1                                      |
| Oleiro                              | 2                                      |
| Padre                               | 16                                     |
| <b>Total</b>                        | <b>55</b>                              |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

Há ainda outra característica desses padrinhos/madrinhas livres que merece referência: o fato de serem proprietários de escravos. De um total de aproximadamente 195 proprietários em todo o livro (incluindo-se os proprietários de padrinhos, madrinhas, batizando, pais e mães) 89 (45,6%) serviram como padrinhos/madrinhas em 180 registros (26,6%). E, o que pode ser surpreendente se comparado a outros trabalhos e regiões, é que desses 89 padrinhos que possuíam escravos doze (13,4%) serviram como padrinho/madrinha de seus próprios escravos.<sup>249</sup> Sendo assim, os outros 77 padrinhos-proprietários (86,5%) apadrinharam escravos de outros proprietários, demonstrando indícios das possíveis relações entre proprietários e entre escravos. Interessante que a maioria desses doze (dez indivíduos ou 83,3%) exerceu esta função nos registros dos filhos de pais incógnitos, indicando uma

<sup>249</sup> Na Bahia Stuart Schwartz não encontra sequer 1 registro em que o padrinho é o próprio proprietário do batizando.

possível paternidade ilícita, mas algum prestígio por parte da mãe escrava, de seu proprietário ou do pai incógnito.

Enquanto no Recôncavo baiano estudado por Stuart Schwartz não houve casos em que os padrinhos livres de um escravo desfrutassem de *status* social igual ou superior ao do proprietário do cativo,<sup>250</sup> o que ocorre aqui é exatamente o contrário: os escravos estão buscando para padrinhos em maior medida pessoas livres e com prestígio. No caso dos escravos só o fato de terem os livres como compadres/comadres já representava uma aliança para cima.<sup>251</sup> Também em Minas Silvia Brügger afirma que em primeiro lugar estão os padrinhos livres, brancos e de prestígio social, mas não para os escravos: mães escravas foram as que, proporcionalmente, menos tiveram filhos apadrinhados por livres.<sup>252</sup> Fosse para livres ou para escravos, o importante é que o compadrio representou sempre uma aliança vertical.

Retomando a Tabela 3.6 vimos que em relação ao compadrio os cativos ficaram em segundo lugar na preferência de seus iguais. Para compreendermos tais escolhas devemos levar em consideração dois fatores: a cor/procedência e os proprietários dos cativos que foram escolhidos para padrinhos/madrinhas, conforme as Tabelas 3.8 e 3.9 respectivamente.

**Tabela 3.8: Procedência/cor dos cativos-padrinhos.  
Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.**

| <b>Cor/procedência</b> | <b>Padrinhos</b> | <b>%</b>   | <b>Madrinhas</b> | <b>%</b>   |
|------------------------|------------------|------------|------------------|------------|
| Sem denominação        | 142              | 82,0       | 192              | 84,5       |
| Africanos              | 22               | 13,0       | 12               | 5,5        |
| Outros*                | 7                | 5,0        | 23               | 10,0       |
| <b>Totais</b>          | <b>171</b>       | <b>100</b> | <b>227</b>       | <b>100</b> |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

\* crioulos, mulatos e pardos.

Como se percebe por esta tabela, o grupo que se sobressai é o dos “sem denominação”; poderia considerá-los crioulos, mas as fontes indicam a designação “crioulos” apenas para os filhos de africanas, o que foi respeitado. Estes “sem denominação” poderiam ser aqueles há mais tempo estabelecidos, ou uma segunda geração, filha de crioulos que

<sup>250</sup> Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 334.

<sup>251</sup> Schwartz, *Idem*, *ibidem*. p. 324

<sup>252</sup> Brügger, *op. cit.* p. 321 e 342.

teriam perdido a referência africana ainda presente na denominação “crioulo”. Africanos vêm em segundo lugar, mas são minoria se comparados ao total de padrinhos/madrinhas, o que pode indicar além de seu pequeno número no total dos batismos, disputas dentro do cativo (entre os antigos e os recém-chegados), como já demonstrado no capítulo 2. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes o tráfico gerava uma forte tensão política no mundo das senzalas. Em outras palavras, na época de chegada intensa de cativos, a rivalidade inter-étnica aumentava, colocando em risco a sobrevivência de grupos crioulos e africanos rivais. Uma resposta a essa situação de crise consistia na intensificação de alianças entre os cativos. Isso se refletiria nas relações de compadrio, que se tornariam mais intensas entre escravos na mesma proporção que a intensidade do tráfico.<sup>253</sup>

Não posso admitir, de imediato, as explicações dos autores, pois não tenho dados sobre o tráfico de africanos na Freguesia de Jacutinga; prefiro considerar que por ser uma região de economia periférica, marcada por entrepostos comerciais e de grande movimentação devido à seus rios, não recebia fluxos intensos de africanos, ou seja, estes deveriam ser minoria entre a população escrava como um todo. Assim sendo, esta população era marcada pela presença de escravos mais antigos provenientes de uma segunda ou terceira geração. Como mostra a tabela abaixo, o que dá uma nova tônica a esses dados são os proprietários.

**Tabela 3.9: Profissão/títulos dos proprietários dos padrinhos e madrinhas escravos. Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721.**

| Profissão/títulos dos proprietários | Nº de registros    |                    |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
|                                     | Padrinhos escravos | Madrinhas escravas |
| Alcaide Mor                         | 17                 | 11                 |
| Capitães                            | 10                 | 23                 |
| Padres                              | 7                  | 13                 |
| Donas                               | 7                  | 9                  |
| Coronel                             | 6                  | 5                  |
| Doutor                              | 2                  | 1                  |
| General                             | 5                  | 5                  |
| Marquês                             | 9                  | 8                  |
| Mestre de Campo                     | 3                  | 4                  |
| Licenciados                         | 1                  | 2                  |
| Total                               | 67                 | 71                 |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

<sup>253</sup> Florentino e Góes, *A paz das senzalas*. Op. cit.

Como se vê pela tabela acima alguns proprietários se destacam não só pela posição de prestígio que ocupam, como pelo número de vezes em que aparecem como senhores de padrinhos e madrinhas escravos: em 156 registros de padrinhos escravos 65 (41,6%) pertenciam a indivíduos de prestígio como também em 221 registros de madrinhas escravas 67 (30,3%) deles o eram. De acordo com Silvia Brügger estar ligado pelo compadrio a um grande número de famílias se tornava um poderoso mecanismo de ampliação de redes clientelares, ou seja, era um recurso político, pois, para os padrinhos era extremamente interessante contar com as famílias de seus afilhados em suas redes clientelares.<sup>254</sup> Eu acrescento que esse interesse se aplica tanto às famílias livres quanto às escravas; e mais o interesse nessas conexões não é apenas dos padrinhos, mas também de seus proprietários, também eles beneficiários de uma extensa rede clientelar.

Assim poderíamos pensar no parentesco e nas redes clientelares como uma das explicações para as estratégias de escolha de padrinhos para crianças escravas, por parte de seus pais e/ou proprietários. Finalmente, para termos uma idéia da movimentação dos escravos em função do compadrio, a Tabela 3.10 expressa as relações entre as diferentes propriedades rurais que envolviam escravos de senhores distintos para mostrar como o compadrio dos escravos também aproxima os proprietários entre si.

**Tabela 3.10: Relação entre os proprietários dos pais e padrinhos dos batizados. Santo Antônio de Jacutinga: 1686-1721.**

|                        | <b>Padrinhos</b> | <b>%</b> | <b>Madrinhas</b> | <b>%</b> |
|------------------------|------------------|----------|------------------|----------|
| Mesmo proprietário     | 64               | 41,5     | 87               | 41,0     |
| Proprietário diferente | 90               | 58,4     | 125              | 58,9     |
| Totais                 | 154              | 100      | 212              | 100      |

Fonte: ACDNI. Livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. 1686-1721.

Para compreendermos este quadro é preciso considerar que o tamanho das escravarias pode ter influências diversas nas escolhas dos cativos. Teoricamente em escravarias pequenas os escravos tendem a formar alianças fora da escravaria a qual pertencem com livres, escravos ou forros. Esse quadro reforça a nossa hipótese de que predominava na região as pequenas propriedades. Já nas escravarias de médio e grande porte tendem a buscar padrinhos no interior da própria escravaria, reforçando os laços internos. Laços esses que, como foi visto

<sup>254</sup> Silvia Brügger. Op. cit. pp. 346-349.

estão sempre em risco devido aos conflitos decorrentes da constante chegada de africanos, como já foi explorado acima no caso dos escravos de João Veloso de Carvalho.

É interessante notar que mesmo as madrinhas escravas – geralmente preferidas dentro do cativeiro estão sendo buscadas fora dele. Talvez a importação de mais homens que mulheres explique a dificuldade de encontrar mulheres no interior das escravarias. Entretanto, nos 335 registros de filhos nascidos de pai e mãe presentes em apenas dois os escravos pertenciam a proprietários diferentes e só batizaram um filho cada. Isso significa que, lembrando ainda a constante endogamia de nação, geralmente entre os casados, era possível encontrar não apenas mulheres, mas mesmo mulheres no interior das escravarias e da mesma nação do cônjuge, em especial no caso das médias e grandes escravarias. A carência de mulheres então parece se aplicar às mulheres solteiras e, assim mesmo, apenas na geração das africanas já que na geração seguinte o equilíbrio entre crianças nascidas no cativeiro se equilibra. Já a escolha de homens vindos de fora para servir como padrinho pode ter como objetivo garantir o matrimônio com os escravos da mesma escravaria. Essa situação expressa, mais uma vez, o tamanho relativamente pequeno das propriedades rurais da região e também a capacidade dos escravos de formar laços além de seus limites.

Em síntese este seria o critério de escolha de padrinhos/madrinhas pelos escravos de Jacutinga: em primeiro lugar os homens e mulheres livres com sobrenome (tomado o nome/título como indicativo de distinção social), depois os livres sem sobrenome e em terceiro os escravos, dentre estes os considerados “sem denominação”, talvez aqueles mais velhos que deviam já ter acumulado alguns privilégios (não sem negociação<sup>255</sup>) dentro do cativeiro.

A escolha de um padrinho/madrinha pode ultrapassar alianças entre escravos dentro ou fora do cativeiro e estar ligada também à posição social dos proprietários, dos futuros compadres e comadres; e que essas alianças podem ser explicadas em função do grau de reciprocidade/solidariedade entre os proprietários dos compadres/comadres. Com essa análise acredito ter mostrado que o compadrio escravo era um importante componente da construção das alianças no interior da elite local, cujas redes clientelares ultrapassavam suas propriedades e se ampliavam numa intrincada malha que em muito contribuía para a construção da legitimidade social do grupo. Através dessa estratégia, ampliavam-se a um só tempo o espaço social de senhores e escravos, assim como os benefícios e privilégios que cada um deles podia

---

<sup>255</sup> Faço aqui menção ao trabalho de João Jose Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

obter conectando senhores e escravos e, em menor grau, pessoas livres não proprietárias de terras e escravos.

É possível dizer que a pirâmide social que resulta das relações de compadrio é composta por alianças entre cativos, seguida de alianças entre cativos e livres sem especial distinção e no topo alianças entre cativos e livres de maior distinção, autoridade e riqueza, reforçando, portanto, a lógica da estratificação do Antigo Regime. Pelo que pude explorar das fontes de Jacutinga é possível afirmar que esses cativos conseguiram - com melhor desempenho que o dos livres com os quais estabeleceram parentesco ritual - a proeza de chegar ao topo dessa pirâmide e ter como compadres membros das famílias dos grandes potentados locais. O que mais chama a atenção neste trabalho é justamente essa grande proximidade entre dois segmentos supostamente tão distantes no universo colonial e esta realidade não ficou restrita a Jacutinga e também foi verificada para Irajá. Tomada aqui neste estudo como uma redução de escala, Irajá apresentou os seguintes dados relativos ao compadrio:

**Tabela 3.11: O compadrio em Irajá: situação dos padrinhos. 1704-1707.**

| Padrinhos         |                     |                           |                |
|-------------------|---------------------|---------------------------|----------------|
| Livres:           | Escravos:           |                           |                |
| Pardos: 6         | Cor/procedência:    | Prof./tít. Proprietários: | Proprietário   |
| Coronel: 1        | Sem denominação: 60 | Alferes: 2                | = mãe bat.: 19 |
| Capitão: 6        | Africanos: 1        | Capitão: 6                | ≠ mãe bat.: 47 |
| Padre: 3          | Preto: 2            | Dona: 3                   | 66             |
| Do serviço: 1     | Pardo: 1            | Doutor: 3                 | = pai bat.: 10 |
| 11                | Do serviço: 1       | Licenciado:               | ≠ pai bat.: 56 |
| S/ sobrenome: 4   | Crioulo: 1          | Padre: 4                  | 66             |
| C/ sobrenome: 147 | 6                   | Sargento-mor: 1           |                |
| 151               | 66                  | 19                        |                |

Fonte: PINTO, Bartolomeu Homem d'El-Rei. Registro de Batismos de pretos pertencentes à Freguesia de Irajá. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 108: 129-173, 1998. Di'Mss II, 32, 10, 17.

**Tabela 3.12: O compadrio em Irajá: situação das Madrinhas. 1704-1707.**

| Madrinhas        |                     |                           |               |
|------------------|---------------------|---------------------------|---------------|
| Livres:          | Escravas:           |                           |               |
| Pardas: 3        | Cor/procedência:    | Prof./tít. Proprietários: | Proprietário  |
| Dona: 3          | Sem denominação: 89 | Alferes: 2                | = mãe bat. 30 |
| C/ sobrenome: 89 | Africanas: 0        | Capitão: 8                | ≠ mãe bat. 70 |
| S/ sobrenome: 4  | Parda: 4            | Coronel: 1                | 100           |
|                  | Do serviço: 1       | Deão: 1                   | = pai bat. 17 |
|                  | Preta: 6            | Dona: 1                   | ≠ pai bat. 83 |
|                  |                     | Doutor: 5                 | 100           |
|                  |                     | Licenciado: 1             |               |

|    |     |                 |  |
|----|-----|-----------------|--|
|    |     | Padre: 12       |  |
|    |     | Sargento-mor: 1 |  |
| 93 | 100 | 32              |  |

Fonte: PINTO, Bartolomeu Homem d'El-Rei. Registro de Batismos de pretos pertencentes à Freguesia de Irajá. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 108: 129-173, 1998. Di\Mss II, 32, 10, 17.

Primeiro quanto aos padrinhos e madrinhas livres a presença dos livres e com sobrenomes é marcante, sobretudo no grupo dos padrinhos em que alguns indivíduos possuíam distintivos sociais em seus nomes, seguida dos escravos sem denominação de cor/procedência e cujos proprietários pertencem a donos diferentes que o dos pais dos afilhados, reafirmando o que já dissemos para Jacutinga sobre suas possíveis alianças. É neste ponto que os estudos sobre as elites locais se tornam fundamentais para compreendermos alianças verticais e horizontais entre senhores e escravos.

### 3.3 - Conectando historiografias

Assim como a historiografia da escravidão, os estudos que dão conta das elites e dos poderes locais também têm passado por constantes renovações. A historiografia brasileira, aliada à portuguesa, vem trazendo para a discussão novos parâmetros para se entender as relações metrópole/colônia, centro/periferia e a colônia passou a ser entendida como parte integrante do império português,<sup>256</sup> com destaque para o papel das Câmaras, instituições fundamentais na construção de vínculos com o poder central.<sup>257</sup> A partir dessa leitura tem-se dado destaque à especificidade da elite colonial que com isso ganhou uma nova inserção no quadro geral do Império.<sup>258</sup> Também fazem parte dessa renovação historiográfica uma

<sup>256</sup> Russel-Wood, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.36, p.187-250. Bicalho, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.36, p.251-580. Gouvêa, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.36, p.297-330.

<sup>257</sup> Já analisado por Charles Boxer e outros, o tema foi retomado por Maria Fernanda Bicalho em “Centro e Periferia. Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial” In *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, nº 6, abril-outubro de 2000.

<sup>258</sup> Segundo Stuart Schwartz “A escravidão da grande lavoura no Brasil transformou e ampliou as categorias tradicionais – transformou em pessoas de qualidade alguns indivíduos que nunca sonhariam em obter essa condição em Portugal, e criou um novo estado de plebeus, formado pelos escravos. Entretanto, ao mesmo tempo, desenvolveu novos princípios de hierarquia baseados na raça, aculturação e condição social. A sociedade escravista não foi uma criação do escravismo, mas o resultado da integração da escravidão da grande lavoura com os princípios sociais preexistentes na Europa”. Schwartz, op cit. p. 214.

reconceituação do termo “colono”<sup>259</sup> e duras críticas ao conceito de pacto colonial.<sup>260</sup> A conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias eram critérios de formação e de definição das elites, tanto aqui como em Portugal. A noção da constituição de redes imperiais – comerciais, políticas, parentais, em suma, clientelares – que uniam as diversas partes do império português ultramarino vem se impondo e norteando os recentes estudos sobre as elites coloniais, sejam elas mercantis, administrativas ou agrárias.<sup>261</sup> Em suma a conquista ultramarina abriu um novo e alargado campo de possibilidades de prestação de serviços à monarquia e de remuneração dos mesmos pela coroa.<sup>262</sup>

Só recentemente o tema do poder local tem sido partilhado pela historiografia brasileira que vem discutindo os mecanismos de comunicação centro-periferia, as articulações entre o poder municipal e outros pólos de autoridade e sociabilidade locais, as estratégias de formação e atuação das elites locais, o que reforça a idéia da relativa autonomia dos poderes municipais face aos dispositivos institucionais de controle por parte da coroa.<sup>263</sup> Trata-se, portanto, de uma situação de mútuo equilíbrio, na qual aparentemente todo poder emana do rei, mas que, na prática social, as contingências locais o limitam. Por outro lado, os poderes locais reconhecem na Coroa a instância para a resolução de seus conflitos e na busca de reconhecimento e legitimidade, oferecem a própria coroa sua sujeição e reconhecimento.<sup>264</sup> Recorro a essas considerações mostrar que graças à essa renovação historiográfica está sendo

---

<sup>259</sup> Maria Verônica Campos. *Governo dos mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado. 1693 a 1737*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2002.

<sup>260</sup> J. Fragoso; M. F. S. Gouvêa e M. F. B. Bicalho. “Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade no império”. In: *Penélope. Revista da História e de Ciências Sociais*, nº 23, 2000, pp. 67-88.

<sup>261</sup> Maria Fernanda B. Bicalho, “Elites Coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: Nuno G. F. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005. p. 94.

<sup>262</sup> Maria Fernanda B. Bicalho, “Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime” In: *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005. Disponível em: [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br) e Nuno Gonçalo Monteiro, “O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime” in *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005. Disponível em: [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br)

<sup>263</sup> Maria Fernanda B. Bicalho, “Centro e Periferia. Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial” in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, nº 6, abril-outubro de 2000, p. 25-26.

<sup>264</sup> Brugger, op. cit. p. 68.

possível olhar a Freguesia de Jacutinga por esse prisma fugindo a uma análise simplista limitada a descrição dos antagonismos entre senhores e escravos.<sup>265</sup>

O estudo da Freguesia de Jacutinga sua através de seus escravos e das conexões por eles estabelecidas através de suas relações familiares e de compadrio são uma via privilegiada para entender a especificidade da situações coloniais e as diversidade de situações locais encontradas nas várias partes do império colonial. Nas palavras do historiador Xavier Gil Pujol: “É o microcosmo local ou os casos individuais que melhor permitem captar a variedade e complexidade destas relações [centro-periferia]”. E acrescenta: “a percepção num âmbito local das formas políticas próprias dos novos Estados territoriais constituem um dos melhores campos para conhecer a realidade variada do Estado Moderno na sua totalidade”.<sup>266</sup>

Para Silvia Brügger os arranjos políticos imiscuíam-se nas teias familiares ou, talvez, dizendo melhor, partiam delas. Pessoas de importante participação política na região estavam entre os que tinham maior número de afilhados.<sup>267</sup> A partir dos dados de Jacutinga quero problematizar a questão das relações entre os escravos e as elites locais, num esforço de ir além da simples afirmação da existência desses já demonstrados vínculos verticais. Minha preocupação é entender melhor os motivos que levavam membros das elites locais a apadrinhar escravos e, em contrapartida, quais as expectativas dos escravos em relação a esses seus compadres e comadres.

Dentre os proprietários identificados no livro de batismos de Jacutinga é feita menção a vários nomes de destaque da época como o governador Arthur de Sá Meneses, o Coronel Salvador Correia de Sá, a outros membros de suas famílias assim como membros das famílias Correia Vasques (como o Mestre-de-Campo Martim Correia Vasques, o Doutor Manoel Correia Vasques e o Alcaide Mor Tomé Correia Vasques).<sup>268</sup> Os membros da família Correia

---

<sup>265</sup> Segundo Maria Fernanda Bicalho: “por intermédio de uma intrincada teia de relações econômicas, político-administrativas, clientelares e parentais ligando os mais remotos rincões da colônia entre si a outras partes do império e ao centro do poder e dos negócios na Corte, se constituiu (...) uma elite que pode ser entendida (...) como colonial ou (...) imperial”. Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Elites Coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: Nuno G. F. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005. p. 96.

<sup>266</sup> Xavier Gil Pujol, “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII”, In: *Penélope: Fazer e Desfazer História*, N. 6, Lisboa, 1991, p. 137-139.

<sup>267</sup> Brugger, op. cit. p. 369.

<sup>268</sup> Sobre cada um deles ver Rheingantz, Carlos Grandmasson, *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Livraria Brasileira Editora, 1965, vol. 1 - pág. 374.

Vasques aparecem apadrinhando escravos entre si e de outros proprietários, notadamente aqueles que pertenciam a seus circuitos políticos na capitania, ou seja, escravos de pessoas que ocupavam cargos na governança.<sup>269</sup> Os Vasques batizaram 68 escravos cujos padrinhos/madrinhas eram seus próprios escravos em 33 registros, livres em 72, e escravos de outros donos em 21 registros; não houve padrinhos/madrinhas em dez registros. Também participaram nos batismos de escravos de outros proprietários em 23 registros, sendo três como padrinhos/madrinhas e vinte como proprietários de padrinhos/madrinhas.

Essa aproximação entre elites locais e escravos pode ser traçada na documentação e reforça a lógica do Antigo Regime sob a qual se pautavam as reciprocidades coloniais e sua operacionalização não só por meio de práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, pela lógica do serviço, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício dos poderes locais, mas também pelas reciprocidades que não se processavam apenas entre metrópole/coroa/rei e conquistas/conquistadores/vassalos ultramarinos, mas também entre estes e os grupos sociais menos privilegiados, que aqui são os escravos, ou melhor, as famílias escravas. Segundo João Fragoso,

“a maneira pela qual o Rio de Janeiro fora conquistado deu margem a fenômenos que esclarecem alguns dos traços da sociedade colonial da região e de sua elite: a formação de redes políticas entre segmentos das elites regionais; a constituição de uma ‘nobreza da terra’ baseada na conquista; e a sua interferência no governo da cidade (...)”.<sup>270</sup>

Para pertencer à elite econômica da época era fundamental ter acesso aos postos de comando da cidade. Para tanto a primeira condição era pertencer ou estar ligado às melhores famílias da terra, além de possuir engenhos. Segundo Antônio Carlos Jucá de Sampaio a reprodução econômica na sociedade colonial se dava fora do mercado e mesmo naquelas ditas

---

<sup>269</sup> Sobre os ‘bandos’ políticos na capitania do Rio de Janeiro ver: Fragoso, João. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001.

<sup>270</sup> João Fragoso. “Knights, ‘Archer Indians’ and the Atlantic World. Rio de Janeiro in the 17th century”. Apud: Maria F. B. Bicalhao, “Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime” in *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005, p. 26. Disponível em: [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br)

“de mercado” não cessavam de interferir relações sociais mais amplas, como as políticas e familiares, entre outras, ou seja, formas não-mercantis de reprodução social.<sup>271</sup>

Entretanto, essas condições, por si só, não garantiam o acesso ao poder, que pressupunha outras condições. Entre elas, ter legitimidade social, ou seja, ter sua qualidade reconhecida pela sociedade. Portanto, alianças com seus pares e negociação com outros estratos sociais eram duas estratégias da nobreza da terra na manutenção de seu poder, ao menos no âmbito local.<sup>272</sup> Nas palavras de João Fragoso:

“Uma das condições para se preservar a qualidade diante da sociedade era tê-la sancionada pelos chamados grupos subalternos: lavradores, pequenos comerciantes, etc. E isto, primeiramente, nas freguesias. Para tanto, **as relações de reciprocidade via compadrio parece que eram fundamentais**. Nesse sentido o engenho deixava de ser apenas uma fábrica para se transformar numa ‘capela’, onde batizados e casamentos se consumavam (...), um espaço de sociabilidade para as pessoas da cercania e, portanto, um local onde o dono da moenda podia estabelecer bases para seu prestígio local”.<sup>273</sup> (*grifo nosso*)

Na passagem acima o autor está se referindo ao compadrio entre livres, mas logo adiante afirma que:

“A frequência de passagens do tipo com ‘**meus criados, escravos e índios**’ demonstra que a geração do poder diante das camadas ditas subalternas não se limitava, por exemplo, às paredes das capelas. Neste momento da pesquisa, infelizmente, sou incapaz de mapear os mecanismos sociais que levavam os escravos e índios a ‘acompanharem seus senhores’. Porém, uma coisa é certa: apenas a violência não produzia tais fenômenos. (...) Portanto, **deviam existir práticas de reciprocidade eficientes entre os senhores e aqueles ‘acompanhantes’**(...)”<sup>274</sup> (*grifo nosso*)

---

<sup>271</sup> Antônio Carlos Jucá de Sampaio, “A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750) In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, vol. 4, n° 7, jul-dez, 2003, p. 304-305.

<sup>272</sup> Idem. Ibidem. p. 27.

<sup>273</sup> João Fragoso, “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001, p. 248.

<sup>274</sup> Idem. Ibidem., p. 253 e João Fragoso “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: *Revista Tempo*, vol. 8, n° 15, julho-dezembro de 2003, pp. 30-32.

Resta-nos indagar: o que estas alianças representavam para os escravos e suas famílias? Em trabalho posterior o mesmo autor reitera a importância das alianças com os escravos, pois segundo ele:

“a legitimidade das hierarquias era garantida pela escravidão através da contínua negociação entre senhores e escravos. Estas barganhas se traduziriam nas *plantations*, **em famílias escravas estáveis, em terrenos e em equipamentos a elas concedidos pelos senhores**. Além disto, **as freguesias podiam ser atravessadas por redes de solidariedades escravas, como os compadrios entre cativos de distintos senhores**. Com certeza, estes fenômenos podem ser interpretados de diversos modos: conquistas dos escravos tiradas de seus donos; estratégias senhoriais, procurando evitar problemas nas senzalas; recompensa senhorial pela subserviência de frações da população cativa, etc. (...) Desnecessário dizer que reciprocidade não era sinônimo de igualdade, assim como as negociações estavam ligadas a tensões.”<sup>275</sup> (*grifos nossos*)

Sejam eles ganhos materiais ou subjetivos carecem ainda de demonstração. São necessárias as fontes adequadas para que se possa explicitá-los, se é que eles existiram de fato. Esse é o esforço dessa dissertação: entender como essa relação efetivamente se estabelece para demonstrar que essas alianças tem uma dinâmica própria que muitas vezes foge ao controle, seja das elites, seja dos escravos. Há que se reforçar, portanto, o peso da negociação. Este é, como já foi dito, o campo da micro-história.

Como uma forma de complementar as conclusões até aqui levantadas, torna-se comparar esta região, de pequenos proprietários e do final do século XVII à escravarias maiores e mais antigas no recôncavo. Passaremos a analisar no próximo capítulo as propriedades dos jesuítas, cuja documentação felizmente chegou aos nossos dias e se constitui de dois livros de batismos de escravos que remetem à primeira metade do século XVII. Este é o próximo passo.

---

<sup>275</sup> “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos.” In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs). *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005. p. 137.

## CAPÍTULO 4: AS FAZENDAS JESUÍTICAS DE ENGENHO VELHO E SÃO CRISTÓVÃO

*“os Jesuítas sentiram, desde o início, nos senhores de engenho, seus grandes e terríveis rivais. Os outros clérigos e até mesmo frades acomodaram-se, gordos e moles, às funções de capelães, de padres-mestres, de tios-padres, de padrinhos de meninos: à confortável situação de pessoa da família, de gente da casa, de aliados e aderentes do sistema patriarcal, no século XVIII muitos deles morando nas próprias casas grandes”.*<sup>276</sup>

A Companhia de Jesus foi criada pelo Papa Paulo III, a 27 de setembro de 1540 e no mesmo ano introduzida em Portugal.<sup>277</sup> Nove anos depois - liderados pelo padre Manoel da Nóbrega - desembarcaram na Bahia, trazidos pelo primeiro governador-geral Tomé de Souza. O primeiro bispado foi instalado da Bahia em 1551 quando os jesuítas já missionavam no Brasil há dois anos. Comparando-se com a Igreja na América Espanhola, percebe-se como foi tardia a fixação da estrutura eclesiástica na colônia portuguesa. Em 1565 os domínios espanhóis já tinham quatro arcebispados instalados: São Domingos, México, Lima e Bogotá.<sup>278</sup> Essa diferença fica ainda mais flagrante quando se acrescenta o fato de que as dioceses que sucederam a da Bahia foram criadas bem mais tarde: Pernambuco e Rio de Janeiro (1676), Maranhão (1677), Pará (1719), Mariana e São Paulo (1745). Devido à instituição do padroado os bispos do Brasil estavam diretamente subordinados aos reis de Portugal:

<sup>276</sup> Gilberto Freyre. *Casa Grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, p. 364, v. 1.

<sup>277</sup> C. R. Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. Da USP, 1973, p. 23.

<sup>278</sup> Ronaldo Vainfas, *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 15. Em 1511 foram criadas três dioceses (São Domingos, Conceição de la Vega e São João de Porto Rico), todas submetidas a Sevilha. Em 1546 foram criadas três províncias eclesiásticas, também ligadas a Sevilha, mas com autonomia jurídica: São Domingos (incluindo as Antilhas, a costa do Caribe, Venezuela e Colômbia), México (do norte da Guatemala ao Mississipi) e Lima (todo o sul da Nicarágua e Panamá até a Terra do Fogo). Por este breve resumo pode-se dimensionar o grau de estruturação da Igreja na América Espanhola. Ver Elisa Luque Alcaide e Josep-Ignasi Saranyama, *La Iglesia católica y America*. Madri: Mapfre, 1992, p. 141-42. Apud: Celia Cristina da Silva Tavares. *Entre a cruz e a espada: os jesuítas e a América portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Niteroi: UFF, 1995, p. 40.

“os bispos não podiam corresponder-se diretamente com Roma e só podiam encontrar-se com o papa por ocasião da visita 'ad limina'. Ora, por causa da distância e dos custos, esta viagem tomou-se impraticável. Não houve comunicação entre Roma e a Igreja no Brasil, durante o primeiro período colonial<sup>279</sup> .

Com apenas um bispado para dirigir todos os negócios eclesiásticos no Brasil, fica evidente o grau de dificuldade na administração do clero secular.<sup>280</sup> Gilberto Freyre alerta para este aspecto ao afirmar a importância da capela do engenho colonial, em detrimento de outros setores da estrutura da Igreja no Brasil.<sup>281</sup> Assim sendo, as reformas recomendadas pelo Concílio de Trento teriam grandes dificuldades para serem executadas na colônia, pois “esbarrariam aqui na lenta e tardia criação de dioceses, na freqüente e prolongada vacância dos bispados, na escassez e na desqualificação do clero secular”.<sup>282</sup>

Já as ordens religiosas, especificamente a Companhia de Jesus, - cujos Gerais sempre se esforçaram a dar um matiz internacional à ordem - gozavam de maior autonomia, pois podiam obter recursos fora do âmbito do Real Erário, através dos colégios e fazendas de sua propriedade, garantindo maior liberdade de ação. Porém, ao menos no início da colonização, essa liberdade de ação não deve ser entendida como uma dissociação entre clero regular e coroa portuguesa. Ao contrário, os missionários estiveram bastante ligados ao processo colonizador ao longo dos séculos XVII e XVIII, significando muitas vezes o elemento de fixação e expansão de fronteiras territoriais, além do encargo da propagação da fé, dentro do espírito tridentino<sup>283</sup> .

No entanto, podem-se perceber vários conflitos entre o clero secular e o regular na

---

<sup>279</sup> Eduardo Hoonart, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis/São Paulo: Vozes: Paulinas, 1992, p. 36.

<sup>280</sup> O primeiro sínodo diocesano no Brasil só se realizou em 1707, no já então Arcebispado da Bahia. Em contrapartida na América Espanhola, já no século XVI foram realizados vários concílios provinciais. Ver Elisa Luque Alcaide e Josep-Ignasi Saranyama, *La Iglesia católica y America*. Madri: Mapfre, 1992, p. 164. Apud: Celia Cristina da Silva Tavares. *Entre a cruz e a espada: os jesuítas e a América portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1995, p. 41

<sup>281</sup> Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. p. 364. v. 1.

<sup>282</sup> Ronaldo Vainfas, *op. cit.*, p. 16.

<sup>283</sup> Ver Luís Felipe Baêta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e expressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 28, quando ele analisa o caráter *bifronte* da expansão marítima que por um lado anexava terras, por outro incorporava novos fiéis à Igreja de Roma. Os jesuítas, sem dúvida, carregam essa herança no seu trabalho missionário nas colônias.

colônia. Sobre esta questão Boxer afirma que “uma característica que marcou o desenvolvimento das igrejas ibéricas de além-mar foi a tensão muitas vezes existentes entre o clero regular e o clero secular”.<sup>284</sup> Para citar um exemplo, o primeiro Bispo da Bahia, D. Pedro Fernandes Sardinha, opôs-se ao trabalho missionário dos jesuítas defendendo uma maior ortodoxia da fé e identificando a preocupação dos jesuítas em se aproximar da cultura indígena como ameaça à integridade da religião. Criticava, principalmente, a permissão que os inacianos davam para os índios assistirem à missa nus e a utilização de intérpretes na confissão auricular. A questão do rigorismo já estava, pois, colocada, apesar da relativa eficiência dos métodos jesuíticos no processo de catequese, que, no entanto, era vista com desconfiança pela autoridade máxima da hierarquia eclesiástica da colônia.

A tensão se fazia notar também nas críticas que os jesuítas faziam à má formação do clero secular, que resultaria na fraca divulgação do espírito tridentino. Além disso, segundo Gilberto Freyre, o comportamento dos inacianos era, em geral, muito mais rígido:

“no século XVI, com exceção dos jesuítas - donzelões\_intransigentes -, padres e frades de ordens mais relassas em grande número se amancebaram com índias e negras; os clérigos de Pernambuco e da Baía escandalizando o padre Nóbrega. Através dos séculos XVII e XVIII e grande parte do XIX continuou o livre arregaçar de batinas para o desempenho de funções quase patriarcais, quando não para excessos de libertinagem com negras e mulatas<sup>285</sup>.”

Mas não houve conflitos apenas com a Igreja; os inacianos entraram em colisão, muitas vezes, com os colonos. Os atritos ocorreram em várias regiões da colônia, mas podem-se destacar alguns locais onde foram mais significativos: as missões do sul - que sofreram ataques constantes dos bandeirantes paulistas, ao longo do século XVII e inícios do XVIII - e o Maranhão, onde os colonos insistiam em aprisionar os indígenas para sua utilização como mão-de-obra, apesar da constante oposição dos jesuítas:

“a questão dos índios foi sempre a mesma, invariável em todas as partes do Brasil: os jesuítas a defender sua liberdade; El-Rei a confiar-lhes oficialmente essa defesa; e os colonos a revoltar-se contra a lei, atingindo os jesuítas<sup>286</sup>.”

<sup>284</sup> C. R. Boxer, *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 85.

<sup>285</sup> Gilberto Freyre, *op. cit.* p. 720-21. v. 2.

<sup>286</sup> Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1945, p. 155-56. v. 4

No litoral, embora não tão extensos, também ocorreram conflitos. Nóbrega não era um intransigente defensor da liberdade dos índios, fazendo concessões á idéia de *guerra justa*,<sup>287</sup> tática utilizada inicialmente contra os índios caetés que mataram o Bispo Sardinha, em um ritual antropofágico. Os problemas entre jesuítas e colonos tinham raízes econômicas, mas também se referiam às práticas da religiosidade colonial, que para o trabalho do missionário significava, freqüentemente, um obstáculo a mais no processo de conversão dos indígenas. Um dos pontos principais no método de catequese era inspirar a imitação dos bons exemplos de prática católica aos indígenas. Ora, se os colonos fugiam cotidianamente dos princípios básicos da fé, como fazer para que o índio obedecesse? Assim se indagavam os jesuítas e daí a sua preocupação em *reduzir*<sup>288</sup> os indígenas nas aldeias das missões, de modo que fossem afastados do nefasto convívio com o pecado. Como afirma Baêta Neves,

O “exemplo”, a exibição concreta de virtudes, é considerado excelente estímulo e paradigma poderoso e válido para a prática cristã. Mas o poder do “exemplo” não conhece uma só direção. Ele é uma espécie de forma neutra e vazia que pode ser preenchida ou para o Bem ou para o Mal<sup>289</sup>.

Além disso, não se pode esquecer que um dos princípios básicos da pedagogia dos inicianos era o da necessidade da formação de um “outro mundo” para o desenvolvimento do aprendizado. As aldeias e missões constituíam-se, assim, em um espaço de aprendizagem, talvez mais dramático pelo seu teor civilizatório e catequético, justificando assim, seu isolamento. Assim, depois de quase dez anos de trabalhos apostólicos ao longo do litoral brasileiro, com sucessivos deslocamentos dos missionários que se viam obrigados a seguir o ritmo de vida dos povos nômades e seminômades que queriam cristianizar, o padre Nóbrega elaborou um ‘plano de colonização’<sup>290</sup> cujo item principal era a construção de Aldeamentos, onde índios de procedências diferentes seriam reunidos num mesmo aldeamento para serem

<sup>287</sup> Segundo Ronaldo Vainfas a expressão *guerra justa* era bastante utilizada nos escritos do século XVI quanto à escravização de nativos e foi sancionada nas *Ordenações Filipinas* de 1603. Ver Vainfas, *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial* Petrópolis: Vozes, 1986, p. 99.

<sup>288</sup> Esse termo era utilizado na época e contém um interessante leque de significações: restringir o indígena ao espaço geográfico das missões; subjugar o índio; separar o gentio da natureza; converter o pagão à verdadeira fé. Assim, as missões ou reduções ou, ainda, aldeias eram o corte que os missionários consideravam necessário para a transformação do índio em um ser civilizado.

<sup>289</sup> Luís Felipe Baeta Neves, op., cit, p. 58.

<sup>290</sup> Idem, Ibidem, p. 105.

catequizados. Nesses aldeamentos as casas coletivas tradicionais eram substituídas por unidades familiares e cada família deveria seguir a risca as normas do aldeamento (a hora da reza, a hora do trabalho, a hora do descanso). A principal atividade econômica a qual todos se dedicavam costumava ser o trabalho agrícola visto pelos inácianos como educativo para o indígena:

“a agricultura é a forma econômica ideal para se combater um série de vícios que acompanhavam a caça e a pesca. Com agricultura combate-se o "nomadismo", considerado, como vimos hábito "bárbaro". A agricultura requer que grupos humanos se restrinjam a áreas previamente determinadas e de limites delineados. Requer divisão de tarefas, atribuídas a unidades produtivas específicas. A agricultura é uma forma de controle da natureza”<sup>291</sup>

Portanto, as aldeias serviam para desnaturalizar o indígena, aproximando-o da civilização, além de tentarem protegê-lo do mau exemplo que os colonos forneciam. Uma série de antigos hábitos, crenças e costumes dos indígenas foram quebrados para se construir o esplendor da obra jesuítica da cristianização. Assim, citando mais uma vez Baêta Neves,

“as Aldeias são uma utopia concreta e necessária para evitar uma contaminação originada no comportamento pecaminoso dos colonos. Comportamento que estaria minando - e mesmo, às vezes - comprometendo seriamente, um projeto que o espírito determinado de obediência e hierarquia dos missionários não permitiria que fosse abandonado ou derrotado. Se uma das linhas de força do pensamento pedagógico jesuítico é o exemplo, como suportar que o olhar dos indígenas só visse aquilo que realmente o aproximasse da Verdade e não fosse confundido em seu processo de socialização?”<sup>292</sup>

Deve-se perceber também que, na concepção dos jesuítas, o índio estava tão próximo à natureza que dela absorvia os mais variados elementos, ou seja, ele era meio animal. Daí a necessidade de civilizá-lo, quer dizer, de desnaturalizá-lo, para afastá-lo do convívio com o demônio, pois a vida natural dos indígenas era vista como obra de 'satanás' que os levava a viver uma vida sem lei, sem ordem, sem religião. Assim, vários fatores concorriam para a “fixação dos índios em comunidades, onde são reconduzidos à fé cristã e à vida vigiada (*reducti*. daí o nome redução, dado às aldeias cristãs)”<sup>293</sup>.

Por outro lado, os aldeamentos significaram uma forma de arregimentação de mão-

<sup>291</sup> Luis Felipe Baeta Neves, *op. cit.*, p. 131.

<sup>292</sup> Luís Felipe Baeta Neves, *op. cit.*, p. 161.

<sup>293</sup> Máxime Haubert, *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.76

de-obra indígena para a colonização, mesmo que esse não fosse o objetivo principal da ação dos jesuítas. A violência desse processo acarretou na destruição de vários grupos indígenas.<sup>294</sup> Outro fator determinante na destruição dos povos indígenas do litoral foi a proximidade dos engenhos, fazendas e vilas coloniais, favorecendo a escravização.<sup>295</sup> Neste ponto, será útil destacar o estudo de Laura de Mello e Souza que indica dois aspectos para as tensões entre os inacianos e os colonos. O primeiro é que nem a religiosidade popular européia, nem a colonial caracterizava-se pela observância estrita dos dogmas católicos, revelando, isto sim, um grande apego ao exteriorismo dos ritos - daí a ênfase nas procissões, missas, promessas. O segundo aspecto observado pela autora é a reação do Concílio de Trento contra esta falta de ortodoxia da população.<sup>296</sup>

A Companhia de Jesus era o organismo melhor instrumentado para enfrentar essa situação - excetuando-se, talvez a Inquisição, também muito aparelhada para identificar os deslizos em relação aos dogmas da Igreja-, e, portanto, os conflitos proliferavam em torno desta questão. No entanto, mesmo para os inacianos o aspecto das demonstrações exageradas do exteriorismo da religiosidade não foi contornado com facilidade. Os indígenas, por exemplo, se compraziam em explicitar a sua devoção através de grandes eventos que os próprios jesuítas organizavam. Mas também junto a população escrava tiveram uma atuação diferenciada.

O poder dos senhores de engenho, ou antes, a sua freqüente permissividade às práticas de sincretismo religioso dos negros africanos - acreditando apaziguar os ânimos de seus escravos - por várias vezes foi criticado. No entanto, pode-se constatar que o fenômeno de mesclagem religiosa foi vitorioso. De tal modo que resultou na formação de uma religiosidade que pode ser chamada especificamente de “colonial”,<sup>297</sup> e, portanto distinta de qualquer uma que a tenha formado. Assim, presença da Companhia de Jesus tanto junto aos índios aldeados quanto aos escravos (fossem eles índios ou africanos ou seus descendentes) foi determinante para se compreender a relação entre senhores e escravos e principalmente o modo como os escravos se inseriram no universo católico colonial.

---

<sup>294</sup> Eduardo Hoornaert, *op. cit.*, p. 58.

<sup>295</sup> Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial* Petrópolis: Vozes, 1986, p. 86.

<sup>296</sup> Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 88-92.

<sup>297</sup> Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 88.

#### 4.1 – Os Jesuítas no Rio de Janeiro

Já na luta contra os invasores franceses os jesuítas marcaram sua presença dando consolo espiritual e ânimo aos soldados e índios lutaram com Estácio de Sá.<sup>298</sup> As primeiras grandes propriedades ou sesmarias doadas datam dos dois últimos anos da conquista (1565-1567), e foram distribuídas para garantir a defesa das terras locais em favor do monopólio comercial do pau-brasil e de outras matérias primas de grande valor no mercado europeu, e implantar as bases locais da empresa agro-exportadora de açúcar, já instalada em outros pontos do litoral da Colônia. A esses objetivos somava-se mais um, o de povoar o recôncavo com colonos que pudessem plantar e alimentar a crescente população que começou a chegar a partir de 1565. Como já foi dito, as primeiras sesmarias da região que veio a constituir a freguesia de Jacutinga tinha exatamente essa função.

Foi nesse contexto e no ato de transferência da cidade do morro Cara de Cão para o morro do Descanso em 1567, que os jesuítas receberam os chãos nos quais construíram o Colégio do Rio de Janeiro, nos moldes do Colégio da Bahia, tendo tido como data de fundação, segundo Serafim Leite, 1 de março de 1567.<sup>299</sup>

Em junho de 1565 o padre Gonçalo de Oliveira (que chegou ao Rio de Janeiro junto com Anchieta) requereu a Estácio de Sá uma sesmaria. A mesma foi concedida e confirmada por Mem de Sá, então governador geral, em agosto de 1567 em terras entre o Rio Comprido e a tapera de Inhaúma, na altura dos rios Faria e Timbó. À sesmaria original foram acrescentadas mais duas propriedades, por compra e doação, formando-se então três núcleos rurais: Engenho Velho (que possuiu 3 currais de gado e um engenho de açúcar); Engenho Novo (substituiu o engenho Velho e possuiu importante engenho de açúcar e aguardente); e a Quinta de São Cristóvão (usada como casa de campo do Colégio, que possuía grande pomar, horta e forno de cal). Ao longo do século XVII varias faixas de terra foram arrendadas aos moradores, dando origem a uma intrincada ocupação onde meeiros e chacareiros se

---

<sup>298</sup> Ver texto de Gabriel Soares de Souza “Notícias do Brasil”. Jacinto do Prado Coelho (org.). *O Rio de Janeiro na literatura portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional da Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965, p.24

<sup>299</sup> Serafim Leite, historia p. 3 nota 1.

entremeavam nas terras exploradas diretamente pela ordem.<sup>300</sup> Ao lado dessas terras os jesuítas administravam ainda os aldeamentos indígenas.

Em torno dos limites sul e sudoeste da sesmária de Iguaçu, doada em 1565, os jesuítas travaram prolongada disputa com o poder municipal, alegando que a sesmária da cidade do Rio de Janeiro, concedida no mesmo ano por Estácio de Sá e também confirmada por Mem de Sá em 1567, adentrava em suas terras. Esse conflito se prolongou por cerca de dois séculos e foi sobretudo devido a essa disputa que foi feita a primeira medição e demarcação da sesmária da cidade, em junho de 1567, sendo mesmo assim embargada ao norte e a noroeste pela ordem jesuítica. Outra tentativa de demarcação foi vetada pelos jesuítas em 1753.<sup>301</sup> A polêmica só se resolveu pela expulsão da Companhia de Jesus em 1759, quando finalmente foi feita a demarcação definitiva das terras patrimoniais da cidade. Em 1761, as terras da Companhia foram parceladas e vendidas em hasta pública.<sup>302</sup> Na ocasião muitos dos arrendatários arremataram as terras que já ocupavam e exploravam, seja na forma de partidos de cana, ou produção de alimentos, todas elas fazendo uso extensivo do trabalho escravo.<sup>303</sup>

Para que o leitor melhor acompanhe a distribuição dessas terras, e esclarecedor explicar que a sesmária dos Jesuítas era uma área contínua que ia desde os fundos da cidade até os mencionados rios e que o Engenho Velho era a principal sede e onde se concentrava um maior número de moradores. Para exemplificar a importância desse engenho, por provisão régia, em 1761 a igreja da fazenda do Engenho Velho foi instituída em Capela Curada e em 1762 foi elevada à Vigararia encomendada, filiada à Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Por fim em 1759 foi elevada a Paróquia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, título que detém até hoje.<sup>304</sup> As terras que circundavam a igreja foram progressivamente desmembradas e vendidas e passaram a constituir a freguesia do Engenho Velho, a freguesia rural mais próxima do centro da cidade. Ao longo de todo esse tempo a área da Fazenda de São Cristóvão esteve vinculada a paróquia do Engenho Velho. Já no

---

<sup>300</sup> Serafím Leite, *op. cit.* Tomo VI, Livro 1, Capítulo III, p. 67.

<sup>301</sup> Joaquim Justino Moura dos Santos. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996, p.33-42.

<sup>302</sup> Joaquim Justino Moura dos Santos, *op. cit.*, 42-43.

<sup>303</sup> Joaquim Justino Moura dos Santos, *passim*.

<sup>304</sup> Francisco Agenor Noronha Santos. *As freguesias do Rio Antigo / Vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro, RJ : O Cruzeiro, 1965., p. 43 (notas de Paulo Berger)

século XX foi desmembrada dando origem as paróquias do Engenho Velho e São Cristóvão.<sup>305</sup>

Apesar da importância do trabalho missionário, não se deve esquecer que os jesuítas se encarregavam também da educação dos colonos. A tradição de fundar colégios nas sedes das principais capitânicas é uma característica inaciana desde os primeiros tempos e faziam parte do seu projeto missionário.

Os primeiros anos do Colégio de Rio de Janeiro foram difíceis. A partir da década de 1560 a instituição se fortaleceu, graças principalmente, ao alvará de 1564 de D. Sebastião que fixou o padrão de redízima de todos os dízimos e direitos que pertenciam a El-Rei em todo o Brasil para sustentação do Colégio da Bahia, benefício depois estendido aos colégios do Rio de Janeiro e de Olinda. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, outros colégios foram fundados, tais como o do Maranhão e o do Pará. Os colégios podiam ser responsáveis pelo ensino das primeiras letras (ler, escrever, contar e cantar), de estudos médios (latim, retórica, humanidades, poesia) e, ainda, pelo curso de artes, espécie de preparatório para curso de nível superior, além do curso de teologia para os candidatos ao sacerdócio (teologia moral e teologia especulativa). Os alunos eram internos (seminaristas candidatos à Companhia de Jesus) ou externos (alguns com destino ao clero secular e outros que se formavam para profissões civis e liberais). Na América Espanhola, os jesuítas dirigiam também Universidades, o que não ocorreu na colônia portuguesa<sup>306</sup>.

Além dos serviços do registro civil, a difusão do catolicismo atribuída à Igreja era executada por seus párocos e capelães através das sedes paroquiais e capelas locais, bem como por intermédio das ordens religiosas, em particular a dos jesuítas. Referindo-se a Portugal e ao Brasil Boxer acrescenta que, no século XVI, como decorrência do elevado grau de devoção ao catolicismo na metrópole portuguesa:

“as ordens religiosas eram por igual de suma importância na vida da colônia, chegando a sobrepujar, a esse respeito o clero secular... Os jesuítas, embora não tivessem sido os primeiros nesse campo, foram (a partir de 1549) os mais ativos, os mais ubíquos e os mais poderosos. A posição que desfrutavam como protetores dos índios..., a grande influência que tinham da corte e o controle que exerciam da educação foram fatores decisivos na configuração da sociedade brasileira durante mais de dois séculos”<sup>307</sup>

<sup>305</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43, 49 e 131.

<sup>306</sup> Riolando Azzi, *A Instituição eclesiástica durante a primeira época colonial*. In: Eduardo Hoornaert, *op. cit.*, p. 193-194.

<sup>307</sup> Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. p. 50.

Sua atuação nas colônias pode ser vista nas palavras de Boxer, ao dizer:

“Pondo de lado suas atividades puramente como missionários, os jesuítas chamaram a si, em escala muito maior do que os frades, a educação dos meninos nas colônias, mantendo muitas escolas anexas aos seus colégios...”<sup>308</sup>

Ao referir-se à instrução dada aos filhos dos leigos em São Paulo e no Rio de Janeiro, o mesmo autor afirma que:

“Nesses lugares não se ia muito além de ensinar escrever e contar, ao que às vezes se acrescentava um pouco de latim, para os alunos mais destacados. Mas, em todo o século dezessete, em qualquer parte da Europa, dificilmente se ensinaria mais do que isso”<sup>309</sup>

#### **4.2-Os jesuítas e a escravidão**

Em *Ideologia e escravidão*, Ronaldo Vainfas procurou demonstrar de que maneira os jesuítas se posicionaram em face ao regime escravista instalado na América Portuguesa, procurando desvendar porque, não obstante defendessem ideologicamente a escravidão, se opunham frontalmente às práticas senhoriais então vigentes. Para o autor foi no século XVII que os jesuítas passaram a se preocupar mais frequentemente com a escravidão africana, pois até então a Companhia de Jesus se havia limitado, em matéria de escravidão, a combater o cativo dos índios, opondo-se claramente ao sentido mercantil da colonização em favor da missão.

Quanto aos africanos, Vainfas observou que no século XVI não havia qualquer preocupação com a catequese e nenhuma indignação contra os apresamentos injustos ou castigos exagerados. Ao contrário, no XVIII os jesuítas perceberam que se fazia necessário cuidar da alma dos negros e travar um embate com os senhores de engenho para amenizar o infortúnio do cativo, sem, no entanto, questionar a legitimidade da escravidão africana. Os fatores que explicam essa tomada de consciência, segundo Vainfas, residiam no crescimento do tráfico, na escravidão africana no litoral, nas fugas e rebeliões daí conseqüentes. Mas é

---

<sup>308</sup> Idem, *Ibidem*, p. 24.

<sup>309</sup> Idem, *Ibidem*, p. 24-25.

importante ressaltar que o sentido socialmente conservador da Contra Reforma no além-mar não seria, porém, exclusivo da colônia nem unicamente motivado pelas revoltas de escravos; estava também na metrópole dirigido aos pobres.<sup>310</sup> A combinação entre o catolicismo tridentino e o escravismo colonial é chamado por Ronaldo Vainfas de projeto escravista-cristão, projeto este

“contrário ao excesso de castigos, à superexploração do trabalho escravo, à permissividade sexual supostamente vigente nas casas-grandes e senzalas. Projeto radicalmente oposto aos batuques e calundus que os senhores facultavam aos negros, impedindo-os de adentrar o caminho de Deus. Projeto contrário a que os escravos trabalhassem para si nos domingos e dias Santos, dias de Deus, dias de Missa. Projeto empenhado em fomentar o sacramento matrimonial entre os africanos para que cessassem as libidinagens e aumentasse a prole servil nas leis de Cristo, criando-se uma comunidade cativa clemente a Deus e totalmente vergada a um cativo de estilo cristão. Cativo moderado, justo, racional, rentável, equilibrado. Cativo perfeitamente adequado às regras e dogmas do Concílio de Trento e completamente imune às rebeliões.”<sup>311</sup>

A busca por informações relevantes acerca do tratamento dispensado aos escravos do Engenho Velho e da fazenda de São Cristóvão revelou-se menos profícua do que se gostaria. As poucas informações que encontramos sobre o Rio de Janeiro na história da Companhia de Jesus de Serafim Leite nos remetem à Fazenda de Santa Cruz, situada ao sul da cidade do Rio de Janeiro. Mas a passagem em que o autor dedica a Santa Cruz deixa entrever que ele se refere não só a esta fazenda, mas ao conjunto das fazendas que os jesuítas tinham na região:

“O pessoal da grande Fazenda (*Santa Cruz*) distribuía-se por centenas de habitações. Só no núcleo central havia 232 senzalas, onde as famílias viviam sobre si mesmas, à parte, se eram de prole numerosa. Os jesuítas deixavam perfeita liberdade aos seus escravos de escolherem as noivas e noivos, sem se preocuparem com a cor, o azeviche africano ou o bronze indígena. Mas a lei era que se casasse cada qual dentro da sua categoria social. Se se casasse um livre com escrava, a prole seguia a parte da liberdade. Para coibir algum abuso, há várias instruções dos Superiores Jesuítas, reagindo contra o velho aforismo de que a prole seguia o ventre. Se o pai fosse livre, o filho sairia livre, ainda que a mãe fosse escrava. O caso é que no regime servil de então, a vida das Fazendas dos Jesuítas estava tão abrandada que os escravos, com a suavidade do trato, o acesso à propriedade, as suas festas e ocupações moderadas, quase esqueciam a sua condição, que hoje reputamos triste, e o era realmente. Mas para a época, e não podendo suprimi-la nem

<sup>310</sup> Ronaldo Vainfas. “Jesuítas, escravidão colonial e família escrava: a especificidade do Nordeste seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001, p. 214.

<sup>311</sup> Idem., p. 216.

a podendo dispensar por não haver outros trabalhadores, as Fazendas dos Jesuítas eram o paraíso dos escravos.”<sup>312</sup>

Deixando de lado a discussão sobre o maior ou menor rigor no trato dos escravos, o que nos importa descobrir aqui é em que medida a escravidão nas propriedades jesuítas se diferenciou daquela dos engenhos e plantações gerenciadas por senhores laicos, no que diz respeito à formação de famílias pelos escravos. Seria o discurso inaciano, como afirma Vainfas, uma utopia? Teriam eles efetivamente tentado uma maior brandura no trato de seus escravos como quiseram nessa mesma época Antonil e Benci? É o que procuraremos explorar a seguir.

### **4.3 - A escravidão nas propriedades jesuítas do Rio de Janeiro**

Os dados da tabela abaixo se referem ao total de batismos (livres e escravos) registrados na fazenda de São Cristóvão entre 1635 e 1745 e no Engenho Velho entre 1642 e 1747. Infelizmente não foi possível localizar o livro do Engenho Novo. Por esses livros é possível, de início, perceber que os escravos da Companhia estão nitidamente divididos em três grupos: os chamados escravos do Colégio, os chamados escravos da fazenda (ou seja, São Cristóvão) e os chamados escravos dos engenhos (Velho e Novo). É importante frisar que os escravos assim identificados nem sempre estão registrados nos livros de cada propriedade. Muitos deles estão em outro lugar, indicando uma grande circulação. Talvez por isso mesmo fique tão clara essa diferenciação. Ou seja, a identificação diferenciada é importante exatamente porque eles circulam então é preciso que se registre a todo momento a que local pertencem.

Um caso interessante, por exemplo, é a presença de várias escravas mulheres do Colégio, batizando seus filhos em São Cristóvão. Embora seja apenas uma dedução, tudo indica que quando grávidas eram deslocadas para parir fora da cidade e aí permaneciam por algum tempo depois de darem a luz. Além desses são ainda registrados nos mesmos livros os escravos de outros proprietários que estão de algum modo vinculados a essas três propriedades como os arrendatários, meeiros, chacareiros e também os empregados da Companhia. É o caso, por exemplo, de um feitor das fazendas que será tratado mais adiante.

---

<sup>312</sup> Serafím Leite, op.cit., p. 59

É importante ainda esclarecer que muitos registros não informam se o indivíduo mencionado é livre, forro ou escravo. Nesses casos, sempre que essa informação foi omitida o indivíduo foi contado como livre para evitar distorcer a análise sobre os escravos. Os números expressam a distribuição dos indivíduos por proprietários. Para as análises posteriores nos restringiremos aos escravos da Companhia.

**Tabela 4.1: Distribuição por proprietários dos escravos registrados no livro de São Cristóvão. São Cristóvão. 1645-1745.**

| Categoria | Colégio | Fazenda | Engenho | De Fora | Outros proprietários | S/inf.* | Forros | Total |
|-----------|---------|---------|---------|---------|----------------------|---------|--------|-------|
| Padrinhos | 257     | 2       | 0       | 1       | 5                    | 389     | 2      | 656   |
| Madrinhas | 263     | 5       | 1       | 1       | 5                    | 378     | 3      | 656   |
| Pai       | 362     | 1       | 3       | 0       | 10                   | 241     | 2      | 619   |
| Mãe       | 370     | 1       | 3       | 0       | 21                   | 255     | 2      | 652   |
| Batizados | 649     | 0       | 1       | 0       | 6                    | 0       | 0      | 656   |
| Total     | 1901    | 9       | 8       | 2       | 47                   | 1263    | 9      | 3239  |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

\* Sem informação quanto à condição jurídica.

**Tabela 4.2: Distribuição por proprietários dos escravos registrados no livro do Engenho Velho. Engenho Velho. 1642-1747.**

| Categoria | Colégio | Fazenda | Engenho | De Fora | Outros proprietários | S/inf.* | Forros | Total |
|-----------|---------|---------|---------|---------|----------------------|---------|--------|-------|
| Padrinhos | 391     | 3       | 1       | 0       | 11                   | 278     | 0      | 684   |
| Madrinhas | 356     | 6       | 1       | 6       | 15                   | 294     | 5      | 683   |
| Pai       | 489     | 5       | 0       | 1       | 12                   | 136     | 4      | 647   |
| Mãe       | 498     | 5       | 0       | 0       | 21                   | 156     | 4      | 684   |
| Batizados | 674     | 0       | 0       | 0       | 10                   | 0       | 0      | 684   |
| Total     | 2408    | 19      | 2       | 7       | 69                   | 804     | 13     | 3382  |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747.

\* Sem informação quanto à condição jurídica.

É importante que fique claro que apesar de cada livro de batismos pertencer à propriedades específicas (um da fazenda e outro do engenho) como se pode ver, os escravos pertencem, em sua maioria, ao Colégio. Colégio parece ser uma designação mais genérica do que a aplicável aos escravos que efetivamente trabalhavam no Colégio do Rio de Janeiro, no Morro do Descanso. Já os identificados especificamente como de São Cristóvão, da Quinta, do Engenho Velho e do Engenho Novo são bem poucos. Em um registro de engenho Velho os

padrinhos são assim caracterizados: *Salvador de S. Christovão e Izabel desta Fazenda, escravos do Coll.º*. Percebe-se uma diferença entre as localidades ao qual estavam vinculados (São Cristóvão e Engenho Velho) e à propriedade ao qual pertenciam (Colégio dos jesuítas). Para melhor visualização reunimos em uma única tabela as duas localidades, dividindo os escravos entre Colégio, fazenda ou engenho.

**Tabela 4.3: Total dos escravos dos jesuítas  
(Colégio, fazenda e engenho)**

| Categorias | Número de Registros |         |         |       | %    |
|------------|---------------------|---------|---------|-------|------|
|            | Colégio             | Fazenda | Engenho | Total |      |
| Padrinhos  | 648                 | 5       | 1       | 654   | 15,3 |
| Madrinhas  | 619                 | 11      | 2       | 632   | 14,5 |
| Pais       | 851                 | 6       | 3       | 860   | 19,7 |
| Mães       | 868                 | 6       | 3       | 877   | 20,0 |
| Batizados  | 1.323               | 0       | 1       | 1.324 | 3,4  |
| Total      | 4.309               | 28      | 10      | 4.347 | 100  |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

Por esses números não é difícil perceber que o engenho não poderia funcionar com um tão reduzido número de escravos, mesmo que os registrados correspondam a uma parcela do total. Por outro lado, também seria inconcebível pensar em milhares de escravos trabalhando no colégio, o que faz crer que na verdade boa parte dos escravos do Colégio estivessem distribuídos pelos engenhos e fazendas. Fica em suspenso os motivos para serem assim denominados e assim distribuídos.

Outro indício desta mobilidade são as profissões, executadas no Engenho Velho, em São Cristóvão e no Colégio. Há menção a escravos que desempenhavam funções de boticário, carpinteiro, cozinheiro, pedreiro, mestre de açúcar, padeiro, sacristão, ferreiro, oleiro e vaqueiro. Segundo Serafim Leite as fazendas e engenhos dos jesuítas sustentavam o Colégio, cuja Botica e enfermaria eram abertas aos pobres. A botica também fornecia remédios para outras boticas da cidade do Rio de Janeiro,<sup>313</sup> e quem sabe para outras partes. Na maioria dos casos os homens é que possuem ocupações, e exatamente por isso chama a atenção duas mulheres de São Cristóvão, Maria e Domingas, que são marinheiras. Elas serviram de madrinhas em dois registros cada, mas não há mais nenhuma informação a seu respeito, nem de procedência, nem se pertenciam aos jesuítas ou a outros proprietários. No livro de São

<sup>313</sup> Leite, Serafim. Op. cit. p. 15.

Cristóvão há, além delas, os marinheiros Jacinto e João e no livro de engenho Velho um barqueiro por nome Manoel, mas sem referência a proprietários ou procedências.

Interessante notar que as ocupações vinham imediatamente após o primeiro nome dos indivíduos constituindo uma característica que os diferenciava dos demais, mas nem todos pertencem aos jesuítas. O problema, já anteriormente explicado na crítica às fontes, é que as lacunas podem ter sido deixadas pelo transcritor em função, talvez, do mau estado dos livros, ou pelo padre. Isso porque alguns nomes aparecem duas vezes ora registrado com escravo ora não. A fim de amenizar o problema reunimos em uma única lista todos os indivíduos que possuíam alguma ocupação encontrados nos dois livros para identificar como cada um aparece denominado quanto aos seus proprietários, excetuando-se dela os padres e feitores. Em apenas dezoito dos noventa registros foi possível identificar os proprietários a partir dessa metodologia. Assim, dos noventa registros cujos indivíduos possuíam ocupações, 39 pertenciam ao Colégio e dois a São Cristóvão, ou seja, 45 por cento.

#### ***4.3.1-A mobilidade***

Volto aqui à questão da mobilidade apontada acima. Ao cruzar os nomes dos escravos e de seus respectivos proprietários das duas propriedades (São Cristóvão e Engenho Velho) pude observar que alguns nomes aparecem em ambas, assim como os padres que assinam os registros. Dos 249 religiosos identificados 61 aparecem em ambas as propriedades. Já para os escravos fica difícil confirmar se é realmente a mesma pessoa. Não se pode supor que um mesmo Antonio Cardoso que ora aparece como escravo de São Cristóvão ora de Engenho Velho seja o mesmo indivíduo, a menos que possua características muito peculiares anotadas no registro. Numa escravaria tão numerosa tal dedução seria leviana. Pode ser verdade que boa parte delas seja escravo dos inacianos, mas preferimos nesta metodologia não arriscar. Consideramos que os únicos casos em que podemos considerar pequenas as probabilidades de confusão com homônimas são dos nomes dos cônjuges quando aparecem juntos, mesmo assim apenas quando possuem ambos, no mínimo, um sobrenome.

#### ***4.3.2-A família***

O livro do Engenho Velho tem apenas um assento de casamento, mas esse único caso já embasa a questão da mobilidade desses escravos, pois a noiva é do Engenho Velho e o

noivo de São Cristóvão. Nesta fazenda foram transcritos ainda treze registros de casamento, sem menção a seus proprietários nem à sua condição jurídica impedindo portanto que se afirme serem escravos. Também nos registros de batismos foi verificada a composição familiar dos que receberam este sacramento, distribuídos abaixo de acordo com a presença ou ausência dos pais e mães nos registros.

**Tabela 4.4: Composição Familiar dos batizados de São Cristóvão. São Cristóvão. 1645-1745.**

| Categoria              | Colégio | Fazenda | Engenho | Outros | S/inf.* | forros | Total | %    |
|------------------------|---------|---------|---------|--------|---------|--------|-------|------|
| Casais                 | 362     | 1       | 3       | 9      | 214     | 2      | 591   | 90,0 |
| Somente a mãe presente | 8       | 0       | 0       | 12     | 17      | 0      | 37    | 5,6  |
| Somente o pai presente | 0       | 3       | 1       | 0      | 0       | 0      | 4     | 0,7  |
| Pai e mãe ausente      | 0       | 0       | 0       | 0      | 24      | 0      | 24    | 3,7  |
| Total                  | 370     | 4       | 4       | 21     | 231     | 2      | 656   | 100  |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

\* Sem informação quanto à condição jurídica.

**Tabela 4.5: Composição Familiar dos batizados de Engenho Velho. Engenho Velho. 1642-1747.**

| Categoria              | Colégio | Fazenda | engenho | Outros | S/inf.* | forros | Total | %    |
|------------------------|---------|---------|---------|--------|---------|--------|-------|------|
| Casais                 | 489     | 5       | 0       | 12     | 116     | 4      | 626   | 91,5 |
| Somente a mãe presente | 9       | 0       | 0       | 9      | 20      | 0      | 38    | 5,5  |
| Somente o pai presente | 0       | 0       | 0       | 0      | 0       | 0      | 0     | 0    |
| Pai e mãe ausente      | 0       | 0       | 0       | 0      | 20      | 0      | 20    | 3,0  |
| Total                  | 498     | 5       | 0       | 21     | 136     | 4      | 684   | 100  |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747.

\* Sem informação quanto à condição jurídica.

Nas duas propriedades é quase absoluta a opção pelo casamento: 362/370 para São Cristóvão e 489/498 para o Engenho Velho. Um perfil bem diferente dos escravos de outros proprietários: 9/21 em São Cristóvão e 12/21 no Engenho Velho. Nesse sentido, o alto índice de administração do sacramento reforça as palavras de Serafim Leite, indicando que os jesuítas tinham efetivamente uma grande preocupação com a vida religiosa de seus escravos e que praticavam com eles o que pregavam junto aos demais proprietários desde Viera, ate Benci e Antonil. Para concluir de um total de 860 casais foram encontradas apenas dezessete crianças sem pai e quatro sem mãe. Se a ausência do pai aponta para abandono, a ausência da

mãe mais provavelmente aponta para morte por ocasião do parto. Mais uma vez o baixo número de mães ausentes indica que os partos ocorriam em boas condições e que a taxa de mortalidade no parto era baixa.<sup>314</sup> Baseada ainda na descrição da Fazenda Santa Cruz, uma boa parte desses casais provavelmente coabitavam em casas mononucleares, o casal e seus filhos.

**Tabela 4.6: Composição Familiar das propriedades jesuítas.  
(Colégio, fazenda e engenho)**

| Categorias        | Propriedades |         |         |     |
|-------------------|--------------|---------|---------|-----|
|                   | Colégio      | Fazenda | Engenho |     |
| Casais            | 851          | 6       | 3       | 860 |
| Pai ausente       | 17           |         | 0       | 17  |
| Mãe ausente       | 0            | 3       | 1       | 4   |
| Pai e mãe ausente | 0            | 0       | 0       | 0   |
| Total             | 868          | 9       | 4       | 881 |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

#### **4.3.3-Enjeitados e expostos**

Situação não ocorrida em Jacutinga nem em Irajá, os jesuítas registraram ao todo vinte crianças expostas em suas propriedades: nove em São Cristóvão e onze em Engenho Velho. Neste último uma menina branca é enjeitada a Amador de Aguiar e outra ao Feitor Mor Apolinário Cardozo, homens de alguma forma ligados aos jesuítas posto que aparecem em diversos outros registros seja batizando escravos ou servindo de padrinhos. Pelo que observei exatamente os dois nomes mais expressivos em ambos os livros. Ainda em E. Velho outra menina foi lançada na portaria do Colégio, um menino no próprio engenho e outro na casa de um negro na fazenda do macaco. Mais dois registros são peculiares porque informam os nomes dos pais das crianças, fato não muito comum de acordo com a historiografia. Um casal é africano e pertence ao Colégio e o outro não possui nenhuma informação.

São os únicos registros com informações mais relevantes. Os demais informam apenas que os batizados são expostos ou enjeitados e quem lhes serviu de padrinho, não seguindo ainda uma recomendação ou ordem do padre Manoel Dias em 1723 que no livro de São Cristóvão registra “que nos assentos dos Enjeitados do Coll.<sup>o</sup> se declare serem expostos na

<sup>314</sup> Infelizmente não foi possível localizar taxas equivalentes para comparação.

portaria do Coll.<sup>o</sup> ou da Fazenda”. Já em Engenho Velho há que se notar que a palavra enjeitado aparece desde 1648 até 1696 e muda para exposto no século seguinte aparecendo desde 1717 até 1735. Em São Cristóvão o termo enjeitado ainda persiste até 1720 e depois passa para exposto até 1737 indicando alguma mudança no significado dessa atitude.

#### **4.3.4-O compadrio**

Não foi apenas a respeito dos expostos e enjeitados que o padre Manoel Dias lançou advertências. Acerca do compadrio e dos casamentos ele foi taxativo em alguns aspectos, como se vê pela passagem abaixo, apesar da quase ilegibilidade do assento

Porque succede [poução vezes], a alguns escravos das nossas fazendas pretendem trazer Padrinhos **de fora** [por os oleos]. Bautizados e cazam.tos [\_\_\_\_\_] lembrança da **proibição** sobre isto ha [nas v\_\_\_\_tas] pellos **inconvenientes**, se tem ponderado. **Por [padrinhos de] fora não se entendem leitores e serventuarios das mesmas fazendas.** No tocante a [fauvadores], ou farão [\_\_\_\_\_] de [\_\_\_\_\_] [**fora**] da Fazenda, não se tomarão por Padrinhos dos Bautizados **sem especial licença** in scripts do P. [Ro]. Tambem deixo advertido e encomendado, foros asentos dos bautizados, e nos dos contralentes e declarem se são escravos do Coll.o, e que nos asentos dos Enjeitados do Coll.o se declare serem expostos na portaris do Coll.o ou da Fazenda. Manoel Dias

E que os Bautismos ou Cazam.tos **de fora** não asentem neste livro: [marde] som.de [depo se] certidão ao pê da faculdade do Paroco ou da [S.e] do Vig.ro Geral. Em [Vi\_\_\_\_\_] aos 18 de Abril de 1723. (grifos nossos)

Não fica claro se “de fora” remete a escravos de fora, o que explicaria o baixo número de padrinhos e madrinhas de outros proprietários, ou se referia a outros indivíduos da sociedade. Em alguns poucos registros aparece o termo “de fora” para os padrinhos: dois em São Cristóvão e cinco em Engenho Velho e todos anteriores à visita. Ao que parece os “de fora” continuaram apenas “lá fora” após a bronca de Manoel Dias. Como ele mesmo diz que por padrinhos de fora não se entendem leitores e serventuários das fazendas, talvez isso explique o tão elevado número de pessoas não-escravas que serviram como padrinhos e madrinhas dos escravos dos inicianos. As tabelas abaixo ilustram as proporcionalidades do compadrio.

**Tabela 4.7: Distribuição dos padrinhos de São Cristóvão segundo a situação jurídica. São Cristóvão. 1645-1747.**

| Categoria | Colégio | Fazenda | Engenho | De Fora | Outros donos | S/inf.* | Forros | Ausentes | Total |
|-----------|---------|---------|---------|---------|--------------|---------|--------|----------|-------|
| Padrinhos | 257     | 2       | 0       | 1       | 5            | 364     | 2      | 25       | 656   |
| Madrinhas | 263     | 5       | 1       | 1       | 5            | 356     | 3      | 24       | 656   |
| Total     | 520     | 7       | 1       | 2       | 10           | 720     | 5      | 49       | 1.312 |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

\* Sem informação quanto à condição jurídica.

**Tabela 4.8: Distribuição dos padrinhos de Engenho Velho segundo a situação jurídica. Engenho Velho. 1642-1747.**

| Categoria | Colégio | Fazenda | Engenho | De Fora | Outros donos | S/inf.* | Forros | Ausentes | Total |
|-----------|---------|---------|---------|---------|--------------|---------|--------|----------|-------|
| Padrinhos | 391     | 3       | 1       | 0       | 11           | 247     | 0      | 31       | 684   |
| Madrinhas | 356     | 6       | 1       | 5       | 15           | 263     | 5      | 31       | 684   |
| Total     | 747     | 9       | 2       | 5       | 26           | 510     | 5      | 62       | 1.638 |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

\* Sem informação quanto à condição jurídica.

Fica claro que os escravos estabeleceram dois critérios para o compadrio nas duas propriedades: buscaram formalizar alianças com os próprios escravos ou com pessoas que exerciam alguma atividade nas fazendas ou no engenho (o que é apenas uma suposição, caso não fossem realmente escravos), nada que pudéssemos estranhar considerando-se o tamanho das unidades produtivas. Desta forma também nas propriedades jesuítas o compadrio se mostrou uma aliança vertical para cima. Entre os padrinhos livres (pessoas sem denominação quanto ao estatuto jurídico, mas com outros designativos esclarecedores de sua condição) feitores marcaram presença em 22 registros de Engenho Velho ao lado de dez mestres-de-açúcar. Em São Cristóvão os feitores também somaram 22 registros ao lado dos padres que serviram de padrinhos em nove assentos. Dentre os feitores que foram padrinhos destaca-se Apolinário Cardozo, que será tratado adiante.

#### **4.4 - Os proprietários além dos jesuítas: o caso de Apolinário Cardoso e Amador de Aguiar.**

##### **4.4.1-Apolinário Cardoso**

Dentre todos os proprietários de escravos que conviviam nas terras dos jesuítas o Feitor-Mor Apolinário Cardozo tem presença destacada. Já mostramos anteriormente que ele recebeu uma enjeitada. Seu melhor desempenho foi como padrinho: batizou dezoito escravos no Engenho Velho e quatro em São Cristóvão, todos escravos do Colégio. A tabela abaixo expressa os diversos papéis que desempenhou:

**Tabela 4.9: Distribuição da propriedade escrava de Apolinário Cardozo.**

| Proprietário            | E. Velho | S. Cristóvão |
|-------------------------|----------|--------------|
| Dos batizados adultos   | 6        | 1            |
| Dos batizados inocentes | 5        | 4            |
| Dos casais              | 6        | 6            |
| Da mãe                  | 2        | 1            |
| Do padrinho             | 1        | 1            |
| Da madrinha             | 1        | 1            |
| Total                   | 21       | 14           |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747 e Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

Nenhuma referência sobre sua vida foi encontrada nas obras genealógicas. Apenas foi informado em um dos registros em que aparece que era feitor mor do engenho velho, notadamente onde possuía maior número de escravos e onde mais apadrinhou. Aliás, Apolinário Cardoso serviu como padrinho de escravos em dois registros de outro proprietário de escravos que atuava dentro das terras dos jesuítas: Amador de Aguiar, que veremos em seguida.

#### **4.4.2- Amador de Aguiar**

Amador (?) de Aguiar Daltro nasceu em 1607 e faleceu em 1655. O local de seu nascimento não pôde ser precisado. C. G. Rheingantz informa que tinha terras em Itanhaném, SP. Era Irmão de Ana de Aguiar e tio das filhas de Cristóvão de Aguiar Favacho. Casado no Rio em 1637 com Margarida Cabral (ou Pinheira), filha de Antônio Pinheiro e de Bárbara Borges; não deixaram geração. Algumas informações dão indícios de ser este Amador o mesmo que aparece nos registros dos jesuítas: o nome da esposa, que nos registros de Engenho Velho aparece como Margarida Pinheira; não há menção a seu nome depois de 1655, ano de seu falecimento, e nem a nenhum filho.

Amador de Aguiar esteve presente em doze registros como proprietário: do batizando: cinco; de casais: três; de mães solteiras: dois e de Madrinhas: dois. Serviu de padrinho em quatro registros de escravos do Colégio. Sua esposa foi madrinha em quatro registros, sendo um com o marido; ambos receberam uma enjeitada branca da qual serviu sua esposa como madrinha; pelo fato de não terem filhos devem tê-la devotado afeição especial. Apolinário Cardoso foi padrinho em dois registros de seus escravos, como já mencionamos, sendo um deles com Margarida Pinheira. Possuía índios e africanos e é sobre estes que gostaria de pontuar algumas circunstâncias.

No capítulo 2 demos destaque aos indivíduos registrados como “da casa de”, que englobavam forros, pardos, índios e até escravos, além dos parentes de sangue. Nas propriedades jesuíticas o termo casa aparece em vários momentos ligados à habitação, construção: remete a uma criança batizada em casa por estar em perigo de morte, a um enjeitado deixado na casa de alguém. As outras referências à casa aparecem nos registros de Amador de Aguiar do mesmo modo que em Jacutinga: agrega índios, escravos, e a parentela.

Pertenciam à sua “casa” uma mulher por nome Maria de cujo filho foi madrinha a esposa de Amador; Gabriel inocente do gentio de [guarena] cujos pais eram pagãos; Thereza inocente da mesma casa cujos pais eram Ambrósio Índio e Margarida de Angolla; Maria da Terra, Mariana inocente cujos pais eram Manoel Carijó e Ignacia de Guiné. Aqui é flagrante o envolvimento entre índios e africanos e que esses índios não eram nem escravos, nem serviçais; pertenciam à parentela. Ou seja, o caso de Amador de Aguiar serve para ilustrar a) as redes entre os proprietários que atuavam nas propriedades jesuítas, nesse caso entre Amador de Aguiar e Apolinário Cardoso; b) a importância da parentela não-consanguínea, que se configura desde a primeira metade do XVII e perdura, pelo menos, até a primeira década do XVIII.

#### **4.5-Dos sobrenomes às relações**

Outro aspecto relevante da sedimentação social nas propriedades jesuítas é a presença de escravos com sobrenome. Na Fazenda Santa Cruz, estudada por Carlos Engeman, em 1791, com exceção de um caso, todos os escravos possuíam um nome composto, isto é, um nome com dois termos.<sup>315</sup> Numa escravaria com centenas ou milhares de escravos um nome

<sup>315</sup> Carlos Engemann. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador*. Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1790-1820). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

simples não cumpriria a função de diferenciar alguém dos demais. No entanto, isso não invalida uma pesquisa a esse respeito, já que a praticidade está no uso de dois termos no nome, e não na escolha de que termos seriam esses.

Uma vez que muito dificilmente uma tal tarefa seria aleatória,<sup>316</sup> a questão colocada por Engemann é saber os critérios que presidiam a escolha dos nomes dos cativos da Fazenda Santa Cruz. É corrente na historiografia o costume dos escravos tomarem o sobrenome de seus senhores, informação que geralmente aparece nas cartas de alforria, mas que deixa a dúvida sobre o momento exato em que esse sobrenome é adotado. Muitos escravos quando se casam, por exemplo, já apresentam sobrenomes, coisa que não acontece no ato do batismo.

No caso que temos nas mãos trata-se de um grupo substantivo e não de indivíduos isolados; e são escravos, não forros. Como vimos no capítulo anterior, escravos e livres estão mais próximos do que se possa imaginar e muitos escravos foram bem sucedidos em suas alianças verticais para cima. A questão é saber como essa nomeação se dava dentro das propriedades jesuítas. Os fatores que levaram à escolha dos sobrenomes de cada indivíduo, estavam provavelmente ligados às próprias relações no interior da Companhia, no Rio de Janeiro e talvez até mesmo no interior de cada uma de suas unidades.

Essa foi também a interpretação de Carla Casper Hackenberg quando analisou o grupo de escravos pertencentes à fazenda do Cabussú no Rio de Janeiro no século XVIII.<sup>317</sup> Carla postula que a nomeação é, também entre os cativos, uma forma de homenagem a antepassados ou parentes próximos. Embora uma elevada percentagem de sua amostra (35% dos casos) esteja relacionada aos proprietários, 62% se referem a parentes e padrinhos. Em Cabussú o que estava em jogo era o primeiro nome.

No caso dos escravos dos jesuítas o que se quer saber e como se da a combinação de dois nomes. Em primeiro lugar precisa ficar claro que nem sempre é possível afirmar que o segundo nome é um sobrenome. Muitos deles parecem ser apenas nomes compostos, do tipo Maria Francisca, Manoel Antonio. Outros têm suas profissões agregadas ao nome. O primeiro passo foi estabelecer alguns critérios que nos permitissem definir com um mínimo de confiabilidade, quais seriam sobrenomes e, por conseguinte, os termos que apontassem para

---

<sup>316</sup> “... atribuir um nome resume experiências pessoais, acontecimentos importantes, visões de mundo e valores culturais.” Manolo Florentino e Roberto Góes, “Comércio negreiro e estratégias de socialização parental entre os escravos no agro-fluminense”. Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP. 1994. p. 369.

<sup>317</sup> Carla Casper Hackenberg, *Famílias Em Cativo: Uma Negociação Entre Escravos e Proprietários Na Fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830)*. Dissertação inédita. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1997.

existência de algum tipo de agrupamento entre os cativos. Talvez o mais apropriado fosse defini-los pela via negativa, isto é, quais seriam os nomes compostos. Foram considerados nomes compostos aqueles que usam como segundo nome outros nomes também usados no batismo: Maria Francisca, Antonio Francisco. Foram também considerados nomes compostos aqueles que evocam expressões religiosas: Maria de Jesus, Antonio da Chagas ou dos Anjos.

A partir do tratamento proposto para os dados das fazendas de Engenho Velho e São Cristóvão, observamos pela tabela abaixo que cativos podem, com segurança, serem tidos como portadores de sobrenomes, no sentido de nomes de família ou em substituição a designativos de grupos:

**Tabela 4.10: Presença de sobrenomes nos escravos**

| Categorias | São Cristóvão |             |      | Engenho Velho |             |      |
|------------|---------------|-------------|------|---------------|-------------|------|
|            | Total         | C/sobrenome | %    | Total         | C/sobrenome | %    |
| Padrinhos  | 259           | 226         | 85,0 | 395           | 292         | 73,9 |
| Madrinhas  | 269           | 196         | 69,5 | 363           | 220         | 60,0 |
| Pai        | 366           | 289         | 78,6 | 494           | 349         | 71,6 |
| Mãe        | 374           | 248         | 62,8 | 503           | 313         | 62,2 |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747 e Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

Mas como explicar a escolha de um determinado sobrenome se, como sabemos, sobrenomes não determinam o parentesco direto nos moldes nucleares já que pais, mães e filhos aparecem, na grande maioria dos casos, com os nomes mais diversos, mesmo em famílias de livres?

Para a Fazenda Santa Cruz Engemann verificou que 53% dos cativos considerados tinham outro cativo com o mesmo sobrenome em até nove grupos familiares dispostos antes ou depois do seu, na organização da fonte consultada (um inventário). Isso nos mostra, em primeiro lugar, que mais da metade dos cativos tinham outros cativos considerados parentes que podiam ser identificados pelo mesmo sobrenome.<sup>318</sup>

No caso aqui analisado fica patente que os escravos adquiriram o sobrenome em algum momento singular de suas vidas, mas não no batismo nem no matrimônio, como poderíamos pensar de imediato. Na composição dos nomes dos batizados o máximo que se vê pelas fontes é um nome composto em que o segundo nome não indica um sobrenome. Se

<sup>318</sup> Carlos Engemann, op cit., p. 99.

os pais dos batizados apresentassem sobrenomes iguais, seria fácil de deduzir que ao contraírem matrimônio acrescentariam um sobrenome, mas isso só ocorre em trinta registros do Engenho Velho e em dezessete de São Cristóvão. No único assento de crisma também não se evidencia a adoção de sobrenome.

Os sobrenomes aparecem nos cativos em idade reprodutiva, no momento do batismo de seus filhos; mas há casos em que um ou nenhum dos cônjuges apresenta sobrenome. Essa ausência – eliminado o descaso do religioso que redigiu o assento, pois é comum o mesmo escravo aparecer sem sobrenome num registro e com sobrenome em outro – mostra que nem sempre os escravos recebem sobrenome, mesmo no interior da mesma escravaria. Com isso permanece a questão: quando e como é escolhido o sobrenome e porque uns recebem e outros não. Nem todas essas perguntas podem ser respondidas, mas no caso daqueles que recebem um sobrenome é possível defender a hipótese de que os sobrenomes escolhidos são sobrenomes de padres da Companhia. Assim, no lugar dos nomes dos proprietários, os escravos da Companhia adotariam os nomes dos religiosos, aquelas pessoas com quem efetivamente convivem enquanto submetidas ao cativo. Os sobrenomes dos escravos e dos padres são os mesmos numa grande porcentagem pelo que mostra a tabela abaixo.

**Tabela 4.11: Percentual de escravos com o mesmo sobrenome dos padres.**

| Categorias | São Cristóvão   |                     |        | Engenho Velho   |                     |        |
|------------|-----------------|---------------------|--------|-----------------|---------------------|--------|
|            | C/<br>sobrenome | Sobrenome<br>padres | =<br>% | C/<br>sobrenome | Sobrenome<br>padres | =<br>% |
| Padrinhos  | 220             | 160                 | 72,7   | 292             | 242                 | 82,8   |
| Madrinhas  | 187             | 152                 | 81,2   | 218             | 199                 | 91,2   |
| Pai        | 288             | 240                 | 83,3   | 349             | 253                 | 72,4   |
| Mãe        | 235             | 177                 | 75,3   | 313             | 283                 | 90,4   |

Fonte: ACMRJ. Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747 e Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745.

É preciso esclarecer, entretanto, que esses padres cujos sobrenomes são idênticos aos dos escravos não são necessariamente aqueles que batizam as crianças, ou seja, escravos e padres com o mesmo sobrenome não pertencem ao mesmo registro. Nem há homenagens aos padres que realizam o sacramento cujos pais das crianças poderiam adotar para elas o nome do sacerdote. A questão é mais complexa.

Ao comparar as duas fazendas aqui estudadas com a de Santa Cruz estudada por Engemam, apesar dos dados de Santa Cruz serem posteriores, percebemos o que pode ser uma tendência que se inaugura no seiscentos alcança sinais de maturidade no XVIII. O que fica em

aberto é se os cativos escolhiam esses sobrenomes e os religiosos que de algum modo queriam homenagear ou se as escolhas partiam dos inacianos. Outro nítido caso de interferência de um religioso na escolha dos nomes dos escravos foi descrito por Mariza Soares: Hyerônimo Barbosa, o coadjutor da freguesia da Sé da cidade do Rio de Janeiro, batizou vários inocentes escravos com seu nome.<sup>319</sup> Mas como já explicamos acima não são as crianças aqui que estão em evidência e sim seus pais.

Engemann mostra que em Santa Cruz as famílias estavam distribuídas no espaço interno da fazenda de modo bem regular. Isso faz pensar que a mesma distribuição espacial das moradias familiares poderiam ocorrer no Engenho Velho e em São Cristóvão. Assim o critério espacial identificado por Engemann para a adoção do sobrenome na Fazenda Santa Cruz poderia também valer para as demais. Infelizmente não dispomos de dados sobre moradia e disposição das famílias no interior das propriedades. Como as únicas informações são os próprios livros na há indicação da existência de senzalas, ou qualquer outra forma de habitação familiar ou coletiva.

Uma outra consideração importante diz respeito aos nomes e sobrenomes idênticos entre escravos e não-escravos, ou seja, aquelas pessoas que não possuem proprietários. Não sendo efetivamente escravos e sendo supostamente serventuários das fazendas, como estariam ligados, além do compadrio como já demonstrado, aos escravos? Além dos sobrenomes dos padres os escravos poderiam tomar-lhes também o sobrenome? Por hora não podemos responder. Apenas, para concluir, podemos afirmar que os jesuítas cumpriram um importante papel no incentivo à formação de famílias escravas mesmo no século XVII e que estas não ficaram restritas ao universo religioso. Nestas propriedades também, como em Jacutinga e Irajá, os escravos conseguiram alargar sua área de atuação, graças a uma mobilidade e autonomia mínimas que fossem.

---

<sup>319</sup> Mariza Soares, *Devotos da cor*, op. cit., p. 95.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando às fontes acredito que se existe um pequeno número de famílias distribuídas entre vários proprietários é que o acesso ao batismo não era fácil a todos: não dependia somente da permissão do senhor, nem da vontade do escravo, nem da pressão religiosa. Dependia da inserção em uma rede de alianças que fundamentavam os compadrios. Diante disto caberia repensar que o termo “família escrava” não pressupunha uma comunidade escrava, já que a primeira se revelou tão próxima das “famílias livres”.

Não é que o tráfico e o cativo não fizessem diferença na formação de famílias escravas, pelo contrário. O que quero dizer é que não podemos mais antagonizar padrões e instituições livres e escravas. Pelo que ficou demonstrado liberdade e cativo eram promíscuos e isso, ao meu ver, se deveu à dinâmica própria do Antigo Regime nos Trópicos, que apesar de pautado numa sociedade estamental, tal dinâmica permitia a ascensão social dos indivíduos. As populações da base da hierarquia social também recorrem a uma hierarquia da sociedade portuguesa, que é estamental. As hierarquias, portanto, devem ser pensadas em função dessa lógica a qual perpassava as várias camadas sociais, inclusive a dos escravos.

Em sua dissertação de mestrado Nielson Rosa Bezerra chamou a atenção para as confluências do mundo escravista. Segundo ele a escravidão não poderia ser um jogo de damas, onde pedras pretas e brancas somente se opõem e, num constante conflito, procuram eliminar uma as outras, sem muitas possibilidades de entrosamento ou de combinações. A escravidão poderia ser mais bem vista como um jogo de xadrez, cujo conflito também é permanente, mas as opções de jogadas e de interações são ampliadas. Algumas peças, por exemplo, podem pular casas, deslocar-se em várias direções. Assim, os agentes sociais, mesmo dentro de um regime escravista, têm áreas de ação diferenciadas, participam de redes de solidariedades, avançam para além das regras impostas, pois a escravidão não se resume às relações econômicas, são também relações socioculturais.<sup>320</sup>

No caso dos escravos havia possibilidades de ascensão social participando, por exemplo, do terço dos henriques ou das irmandades religiosas. Kalina Silva trabalhou a composição social da tropa de negros livres e forros chamada de henriques nas vilas canavieiras do Brasil nos séculos XVII e XVIII. Em seu artigo debate as possibilidades de ascensão social abertas para escravos e forros na sociedade açucareira através da estrutura

---

<sup>320</sup> Nielson Rosa Bezerra. As confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro. Iguaçu e Estrela (1833-1888). (Dissertação) Universidade Severino Sombra. Rio de Janeiro: USS, 2004. p. 48-49.

militar portuguesa, e como essa estrutura influencia na ordem da escravidão. Interessante, como mostra Kalina, a preocupação da Coroa em legitimar socialmente o terço dos henriques sem contestar, todavia, a ordem escravocrata. Ao mesmo tempo ao libertar os escravos que lhe prestam serviço acaba abrindo uma brecha na ordem escravista, criando uma possibilidade de barganha por parte dos escravos.<sup>321</sup> Já Hebe Mattos destaca a trajetória do fundador da tropa, Henrique Dias, exemplo paradigmático da sociedade que se queria imóvel, mas que estava em constante transformação, engendrando toda uma nova ordem social do outro lado do Atlântico. Segundo a autora Dias recebeu a promessa do foro de fidalgo e a mercê de Cavaleiro de uma das Ordens Militares.<sup>322</sup>

Para Mariza Soares as irmandades são uma instituição moderna, cuja organização interna está baseada nos mesmos princípios que regem as sociedades do Antigo Regime. O esforço das irmandades pobres em reproduzir os padrões adotados pelas de maior prestígio, como as do Santíssimo Sacramento, mostram exatamente esse espírito de distinção e hierarquia.<sup>323</sup> O que o escravo almeja é conseguir a alforria. Quando isso é possível, busca outras formas de escapar ao controle do senhor, em alguma esfera de sua vida cotidiana. No universo escravista, as esferas da liberdade podem estar na escolha dos parceiros conjugais, na frequência dos batuques, em ir e vir pela cidade e na possibilidade de filiar-se e frequentar uma irmandade. Assim, se de um lado são impostas aos pretos as rígidas normas da sociedade estamental, de outros lhes é franqueado um infindável rol, de atalhos por onde as pessoas têm acesso a distinções e dignidades, em diferentes esferas. A principal via de acesso a essas distinções é pertencer a uma irmandade.

No caso dos capitães-do-mato tratados por Russell-Wood a delegação de responsabilidades políticas e administrativas a indivíduos de origem africana evidencia, por um lado, o pragmatismo das diretrizes políticas metropolitanas e por outro, a ambivalência das autoridades brancas da metrópole e da colônia. A ambivalência assenta-se, segundo R. Wood, no grau de jurisdição, de autoridade, e nos instrumentos que os agentes metropolitanos

---

<sup>321</sup> Kalina V. Silva. “Os Henriques nas vilas açucareiras do Estado do Brasil”. *Estudos de História*, v. 9, n. 2, 2002. p. 153.

<sup>322</sup> Hebe Mattos. “Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português”. In: Ronaldo Vainfas et alii. *Retratos do Império*. Niterói: EdUFF, 2006. p. 29. e também \_\_\_\_\_. *Marcas da Escravidão: Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil* Tese apresentada como parte dos requisitos para o concurso de Professor Titular de História do Brasil. Niterói: Universidade Federal Fluminense: Setembro de 2004.

<sup>323</sup> Mariza Soares. *Devotos da cor*. Op. cit., pp. 165-166.

estavam dispostos a ceder às pessoas afro-descendentes, de quem desconfiavam intrinsecamente e sobre as quais não possuíam controle, mas de quem dependiam e reconheciam sua relevância funcional para a governação da colônia.<sup>324</sup> A ascensão social pelo controle de armas é inerente ao estado português; é inerente à essa sociedade. Esse controle das armas passa pela aceitação das autoridades locais. A mesma coisa são as ordenanças e o terço dos henriques. No mundo colonial não há muita alternativa senão armar escravos e negros forros porque o controle social se faz também por indivíduos considerados *outsiders*.<sup>325</sup>

Em estudo recente Sheila de Castro Faria admite ser inadequado estabelecer uma relação causal entre alforria e pobreza. A interpretação historiográfica de que os escravos que conseguiam a liberdade passavam a engrossar o contingente da população pobre precisa ser repensada (não refutada). A autora tenta indicar que as condições de vida dos alforriados foram mais complexas do que a pobreza inevitável e procura problematizar uma sociedade que deu condições para tornar possível a criação de uma elite negra, escrava ou forra. Seriam os “minas” o grupo que mais detinha tais condições.<sup>326</sup>

Essa é a ambigüidade: ao mesmo tempo que o indivíduo é outsider ele também é necessário para a manutenção da ordem. Por que esses indivíduos aceitam ter armas e lutar em favor da manutenção daquela ordem? Porque é a possibilidade de ascensão social para ele, possibilidade de se afastar da escravidão. E desse modo não nega a ordem, mas reafirma-a. A busca de ascensão social através dos parâmetros estabelecidos pelo Estado é que garante a manutenção da ordem. E essa ascensão reforça e dinamiza as hierarquias sociais porque o *ethos* da nobreza é o que prevalece; ele é almejado por todos o que faz com que esse *ethos* se fortaleça.

De acordo com Ronaldo Vainfas a importância da miscigenação étnica para o povoamento do território luso-brasileiro se deveu menos a uma suposta propensão lusa à miscibilidade com outras raças (como queriam Freire e Holanda), mas a um projeto português

---

<sup>324</sup> A. J. R. Russell-Wood. Ambivalent authorities: the African and Afro-brazilian contribution to local governance in colonial Brazil. *The Americas*, 57: 13-36, 2000.

<sup>325</sup> Norbert Elias. “Introdução”. In: *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

<sup>326</sup> Sheila de Castro Faria. Damas mercadoras: as pretas minas no rio de Janeiro (século XVIII-1850). In: Rotas Atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Mariza de Carvalho Soares (org.). Niterói: EdUFF, 2007, pp. 101-134.

de ocupação e exploração territorial até certo ponto definidos.<sup>327</sup> Assim também a abertura dada pelo centro à ascensão social dos povos ultramarinos não se deveu a nenhum tipo de tolerância aos menos favorecidos, mas porque é na própria possibilidade de ascensão que se assenta a ligação deste centro com as zonas periféricas garantindo a ordem.

O fato de prometer privilégios pelos serviços prestados reforça essa ordem; a promessa é a expectativa de uma ascensão que nem sempre chega, mas que atua nas zonas periféricas como um ímã, que vai favorecer o centro com os serviços prestados no ultramar. Quem está fora do circuito quer entrar, mesmo que ao fazer parte dele já não seja mais nem um *estabelecido* nem um *outsider* (para usar as palavras de Norbert Elias)<sup>328</sup> no caso dos negros escravos e forros, ficando numa situação intermediária. É imperativo nesse sentido a afirmação de Eduard Shils de que apesar da inserção das massas nesse sistema de valores criado pela zona central, a ordem estabelecida continua sendo hierárquica e desigual.<sup>329</sup>

Esses estudos mostram de que maneira as normas podem ser modificadas e alteradas no mundo colonial. O mundo colonial transforma as leis, as regras, as hierarquias do centro. Isso porque o sistema de valores que é do centro não necessariamente vai ser o mesmo na periferia tal qual o do centro. Na periferia existem outras regras, outro *ethos*, mas que guardam semelhanças com o centro, o que garante a relação centro-periferia.<sup>330</sup> O mundo colonial vai operar esse sistema de valores dando uma outra lógica a esse sistema que é uma lógica social. É a sociedade que vai nos ajudar a entender porque as regras mudam. Na colônia a sociedade é outra e é por isso que as regras e o sistema do centro vão ser modificados. Nesse caso os não-brancos seguiam a mesma lógica de ascensão social das elites, como ocorre com Henrique Dias, que segue a mesma trajetória e obedece aos mesmos trâmites de um indivíduo abastado para pedir mercês. Assim também os índios estudados por Regina Celestino de Almeida.<sup>331</sup>

---

<sup>327</sup> Ronaldo Vainfas. “Colonização, Miscigenação e Questão Racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. *Revista Tempo*, nº 8, Agosto de 1999, p. 8. Disponível em [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-1.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf).

<sup>328</sup> Norbert Elias. Op. cit.

<sup>329</sup> Edward Shils. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992. p. 53-71.

<sup>330</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>331</sup> Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

Para este trabalho importou ampliar essas perspectivas estudando as estratégias de ascensão social que não passam pelo centro, por exemplo, aquela que se processa à nível local como a ostentação. Em relação às fontes aqui apresentadas o estabelecimento de redes de compadrio com a elite local poderia ser visto como uma forma de ascensão social para esses escravos dentro da senzala. Não tenho fontes que afirmem que os escravos tivessem algum ganho material com esse compadrio, mas é imperativo pensar como essa relação atingia o mundo da senzala gerando mecanismos que garantissem ganhos simbólicos, como melhores condições de vida, inclusive no tocante às relações entre africanos e crioulos. De fato há uma diferença no acesso ao compadrio com as elites pautado na antiguidade na fazenda/engenho. Assim, constituir família nas propriedades dominadas por senhores laicos era um privilégio que demarcava lugares dentro da senzala. No caso dos jesuítas, com escravarias maiores os nomes e sobrenomes é que cumpriram esta função. E lá também os escravos procuraram estabelecer alianças para cima, via compadrio.

Uma outra contribuição desse estudo é exatamente a outra via do compadrio, ou seja, o que ele significou para os proprietários: manutenção da paz? Exaltação da dominação? Alianças e acordos com os escravos? Reconhecimento local? Fortalecimento de alianças políticas? Seja qual for o sentido, acredito que não tenha escapado à negociação. O que quero demonstrar com isso são dois tipos de *ascensão social* que não passavam pelo Estado e que se processavam no nível local: uma para as elites locais e outra para os escravos dessas elites. Retomando Norbert Elias ao analisar a arquitetura da corte francesa, Elias afirma que “...quase tudo o que encontramos em grande escala em casa do rei, se encontra em pequena escala na casa do grande senhor...”<sup>332</sup> O mesmo poderia ser dito para as propriedades dos senhores coloniais na relação com seus escravos.

Começamos pela família, ou melhor, pelas famílias. No primeiro capítulo vimos como se originaram os primeiros proprietários de engenho do recôncavo e suas engenhosas articulações para mantê-los. Acrescentamos, no segundo, índios e africanos que a ela se somaram e a desdobraram em diferentes matizes, carregadas de significados culturais. Mas eles também tinham as suas famílias, que apesar de formadas dentro do cativo, não estavam enredados por ele, mas dele construíram redes pela via do compadrio, como mostramos no capítulo três. A Igreja também atuou nesse processo; no capítulo quatro os padres jesuítas cumpriram seu papel na formação de famílias escravas. Este trabalho contribuiu para que se visualizasse uma grande trama colonial, cheia de fios e nós. Mostrou que é nas migalhas das

---

<sup>332</sup> Norbert Elias. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editora Estampa, 1987, p. 24.

fontes, nas exceções, nos pequenos casos, que os fios se rompem e se encontram. Sem dúvida que sua contribuição serve a historiadores do tráfico, da escravidão, das elites, da igreja, e da Baixada Fluminense. Na verdade tentou-se unir aqui os cinco recortes e esse é o ponto alto da dissertação, haja visto que é imperioso que eles sejam pensados em conjunto para compreender essa sociedade. Esta foi a maior ambição deste trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

### I - Fontes

#### a) Fontes Manuscritas:

##### **Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu**

Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, 1686 a 1721. Arquivo da Cúria Diocesa de Nova Iguaçu-ACDNI.

##### **Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro**

Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia do Engenho Velho, 1642 a 1747. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro-ACMRJ.

Livro de Assento de Batismo de Escravos da Freguesia de São Cristóvão, 1645-1745. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. ACMRJ.

##### **ABREU, Maurício de Almeida. Base de Dados de Geografia Histórica do Rio de Janeiro. BDGHRJ.**

#### b) Fontes Impressas e obras de referência:

PINTO, Bartolomeu Homem d'El-Rei. Registro de Batismos de pretos pertencentes à Freguesia de Irajá. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 108: 129-173, 1998. Di\mss II, 32, 10, 17.

ANCHIETA, José de. Cartas Jesuíticas III. *Cartas de Joseph de Anchieta S. J.* (Publicação da Academia Brasileira. Coleção Afrânio Peixoto.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000. \_\_\_\_\_ *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*- I.N.L., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 10 vols. Série Biblioteca Popular Brasileira. \_\_\_\_\_ *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 63, Volume I, 1900.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

“Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIHGB*, Tomo LXXVI (76), Parte 1, 1913. pp. 289-360.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Portugal, 1945,

RHEIGANTZ, Carlos. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro: séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965, 2 vols.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Tip. Dois de Dezembro, 1853.

## II – Bibliografia (livros, artigos, teses e monografias)

“Nota técnica nº 5: Região Centro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro”. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Pereira Passos. Diretoria de Informações Geográficas. *Rio Estudos*, nº 95, março – 2003. Disponível em: [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/91\\_notat%C3%A9cnica%20-%20plano%20estrat%C3%A9gico%205.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/91_notat%C3%A9cnica%20-%20plano%20estrat%C3%A9gico%205.PDF)

ABREU, Martha. “Etnia e identidades”. In: *Tempo*, Vol. 3 – nº 6, Dezembro de 1998.

\_\_\_\_\_. “Mães escravas e filhos libertos: novas perspectivas em torno da Lei do Ventre-Livre. Rio de Janeiro, 1871”. In: *Olhares sobre a criança do Brasil: séculos XIX e XX*. 1997.

ABREU, Maurício de Almeida. “A luta pelo controle territorial da Baía de Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos”. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Rio de Janeiro. Formas, Movimentos, Representações. Estudos de geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Faperj/CNPq. 2005.

\_\_\_\_\_. “Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII”. *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (32). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>

AB'SÁBER, Aziz Nacib. “A Baía de Guanabara através dos tempos”. In: *Scientific American Brazil*, edição 56, jan. 2007. Disponível em: <[www2.uol.com.br/sciam/artigos/a\\_baia\\_de\\_guanabara\\_atraves\\_dos\\_tempos.html](http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/a_baia_de_guanabara_atraves_dos_tempos.html)>

ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BAÊTA NEVES, Luís Felipe. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e expressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

BARROS, Paulo César de. “*Revista geo-paisagem* (on line) Vol. 1, número 2, 2002 Julho/dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/origem%20do%20Rio%20de%20Janeiro.htm>>

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: Tomke Lask (org) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.

BEZERRA, Nielson Rosa. “Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga”. *Revista Pilares da História*. Ano II – Nº 02 – Maio de 2003.

\_\_\_\_\_. *As confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro. Iguazu e Estrela (1833-1888)*. (Dissertação) Universidade Severino Sombra. Rio de Janeiro: USS, 2004.

BICALHO, Maria Fernanda. “Centro e Periferia. Pacto e negociação política na administração do Brasil colonial” In: *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, nº 6, abril-outubro de 2000.

\_\_\_\_\_. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. “Elites Coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005.

\_\_\_\_\_. “Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime” in *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005. Disponível em: <[www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br)>

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil* (dores e crescimento de uma sociedade colonial). 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Império colonial português (1415 – 1825)*. Portugal: Edições 70, 1981.

\_\_\_\_\_. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

BRANDÃO, Renato Pereira. “As relações étnicas na conquista da Guanabara: índios e o domínio do Atlântico Sul” Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RPBrandao.pdf>>

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – Família e sociedade*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

CAETANO, Antonio Felipe Pereira. *Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense (Rio de Janeiro, 1640-1667)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2003.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro do século XVII*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1965.

CURTO, José C. *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África central ocidental*. Prefácio de Alfredo Margarido. Lisboa. Editora Vulgata. 2002.

DIAS, Camila Baptista. *Escravos e Senhores: as relações sócio-econômicas no interior da Freguesia de Nossa Senhora do Bonsucesso de Piratininga (1670 – 1730)*. (Monografia) Niterói: Universidade Federal Fluminense: 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editora Estampa, 1987.

\_\_\_\_\_. *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

FARIA, Sheila de Castro, *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Florestan, *A Organização Social dos Tupinambás*. São Paulo: Progresso Editorial. 1949.

\_\_\_\_\_. *A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo, *Revista do Museu Paulista*, s. n., vol. 6. 1964.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. (1640-1769)*. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1996.

FLORENTINO, Manolo e GOES, J. R. “Parentesco e família entre os escravos de Vallim”. In: Mattos, Hebe Maria de & Schnoor, Eduardo. *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

\_\_\_\_\_. *A paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: Um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro, c.1790 - c.1830*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. “O Tráfico negreiro e os padrões de parentesco na família escrava”. *Ciência Hoje*, vol. 27, nº 157, jan/fev. 2000.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

\_\_\_\_\_. “Afogando em nomes”, *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro: UFRJ/7 Letras, nº 5, 2002.

\_\_\_\_\_. “Um mercado dominado por ‘bandos’: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001.

\_\_\_\_\_. *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c. 1600 – c. 1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFCS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos.” In: MONTEIRO, Nuno G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Estudos e investigações 36. Imprensa de Ciências Sociais. 2005.

\_\_\_\_\_. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. In: Revista Tempo, vol. 8, nº 15, julho-dezembro de 2003.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Fátima (Orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999.

FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

G. Gabriela. “Desconhecimento cria a idéia de uma só África”. In: *O Brasil negro*. (Reportagem) Disponível em: <[www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)>

GINZBURG, C. & PONI, C. “O nome e o como”, In: *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos do Rio de Janeiro”. In: GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (Orgs). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 1996.

GONÇALVES, Luciana Leite. *Cristãos-novos, negras pardas e seus filhos ilegítimos*. Monografia de Bacharelado. Niterói: UFF, 2001.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B., "Purgando o Pecado Original: Compadrio e Batismo de Escravos na Bahia no século XVIII", In: João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1988.

HESPANHA, Antonio Manuel. Prefácio. In: João Luiz Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida e Antonio Carlos Jucá de Sampaio (orgs.). *Conquistadores e*

*negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos. America Lusa, séculos XVI a XVIII.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2007.

HOONAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo.* Petrópolis/São Paulo: Vozes: Paulinas, 1992.

KNAUSS, Paulo. *O Rio de Janeiro da Pacificação.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1964.

LARA, Silvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. “Mulheres escravas, identidades africanas”. Disponível em: [www.desafio.ufba.br/gt3-006.html](http://www.desafio.ufba.br/gt3-006.html)

LASK, Tomke (org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas,* Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro – da capital comercial ao capital industrial e financeiro.* Rio de Janeiro: IBMEC, Volume I, 1978.

LOVEJOY, Paul E. “Identidade e a miragem da etnicidade”. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002: 9-39.

MAIA FORTE . José Mattoso. *Memória da Fundação de Iguassu.* Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1933.

MATTOS, Hebe. “Henrique Dias: expansão e limites da justiça distributiva no Império Português”. In: Ronaldo Vainfas, et alii. *Retratos do Império.* Niterói: EdUFF, 2006.

\_\_\_\_\_. *Marcas da Escravidão: Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil.* Tese apresentada como parte dos requisitos para o concurso de Professor Titular de História do Brasil. Niterói: Universidade Federal Fluminense: Setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Fátima (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade do Sudeste escravista – Brasil século XIX.* 1995.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670).* Lisboa: Estampa, 2 Volumes, Volume I, 1997.

MILLER, Joseph C., “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia* n. 19/20, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime” in *Almanack Braziliense. Revista Eletrônica*, nº 2. IEB-USP, novembro de 2005. Disponível em: <[www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br)>

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor de. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1965.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de - “Quem eram os 'negros da guiné'? A origem dos africanos na Bahia” *Afro-Ásia*, 19/20 (1997): 37-73.

PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII”, In: *Penélope: Fazer e Desfazer História*, N. 6, Lisboa, 1991.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_ e SILVA Eduardo, *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gisele Martins. Gisele Martins Ribeiro. *Família escrava e a decretação da liberdade dos ventres. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. 1871-1888*. (monografia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Niterói: UFF. 2006.

RIOS, A. Morales de los. “Subsídios Para a História de S. Sebastião do Rio de Janeiro” In: *Revista do IHGB*. Tomo Especial Consagrado ao Primeiro Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Ambivalent authorities: the African and Afro-brazilian contribution to local governance in colonial Brazil. *The Americas*, 57: 13-36, 2000.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750) In: *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, vol. 4, nº 7, jul-dez, 2003.

\_\_\_\_\_. “Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750”. ABPHE (org.) *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*. Belo Horizonte, ABPHE. 2003.

\_\_\_\_\_. *Na encruzilhada do Império: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 - c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *As freguesias do Rio Antigo / Vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro, RJ: O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1996.

SCHWARTZ, Stuart. B. “Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

\_\_\_\_\_. *O Rio de Janeiro do Século XVI*. Vol. I, Lisboa, Edição da Comissão Nacional de Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.

SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da escassez: Crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 1990.

SILVA, Kalina V. “Os Henriques nas vilas açucareiras do Estado do Brasil”. In: *Estudos de História*, v. 9, n. 2, 2002.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. “O vinho e a farinha, ‘zonas de sombra’ na economia atlântica no século XVII”. 2007, manuscrito.

\_\_\_\_\_. “A nação que se tem e a terra de onde se vem”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 26, mai-ago 2004: 303-330.

\_\_\_\_\_. “Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé”. In: *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX) / organização Manolo Florentino. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 161 (407), abr./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. “Mina, Angola e Guiné, nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”. *Revista Tempo*, vol. 3 - nº 6, Dezembro de 1998.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.

SOUZA, Gabriel Soares de. “Notícias do Brasil”. Jacinto do Prado Coelho (org.). *O Rio de Janeiro na literatura portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional da Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Economia e Sociedade Iguazuana*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000.

TAVARES, Celia Cristina da Silva. *Entre a cruz e a espada: os jesuítas e a América portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. “Jesuítas, escravidão colonial e família escrava: a especificidade do Nordeste seiscentista”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yeda Linhares*. Faperj, Mauad, 2001

\_\_\_\_\_. “Colonização, Miscigenação e Questão Racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. *Revista Tempo*, nº 8, Agosto de 1999. Disponível em [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-1.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf)

\_\_\_\_\_, *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_, *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

**ANEXOS**



**ANEXO II: Distribuição de Sesmarias por década na Capitania do Rio de Janeiro (1551-1665)**

| Ano                                | Número de Concessões de Sesmarias | Ano                            | Número de Concessões de Sesmarias |
|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|
| Francisco Carlos Teixeira da Silva |                                   | Antonio Felipe Pereira Caetano |                                   |
| 1551-1560                          | 0                                 |                                |                                   |
| 1561-1570                          | 115                               | 1565-1575                      | 111                               |
| 1571-1580                          | 54                                | 1575-1585                      | 59                                |
| 1581-1590                          | 22                                | 1585-1595                      | 53                                |
| 1591-1600                          | 50                                | 1595-1605                      | 64                                |
| 1601-1610                          | 63                                | 1605-1615                      | 82                                |
| 1611-1620                          | 57                                | 1615-1625                      | 52                                |
| 1621-1630                          | 51                                | 1625-1635*                     | 50                                |
| 1631-1640                          | 4                                 | 1635-1645*                     | 14                                |
| 1641-1650                          | 21                                | 1645-1655                      | 35                                |
| 1651-1660                          | 28                                | 1655-1665                      | 27                                |
| Total                              | 465                               | Total                          | 557                               |

Tabela construída a partir dos dados fornecidos por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. “Relações das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro. Extraída dos Livros e Registros do Cartório do Tabelião Antonio de Carvalho de 1565 a 1796” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, tomo 63, Parte 1, 1900, PP 93-153. (\*) Há uma lacuna nas informações do cartório pesquisado por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo entre 1632 a 1641, onde os dados só reaparecem em 1642. Apud.: Antonio Felipe Pereira Caetano. Op. cit., p. 33.

### ANEXO III: Comparação do Número de Engenhos da América Portuguesa e da Capitania do Rio de Janeiro

| Ano     | Número de Engenhos |                             |
|---------|--------------------|-----------------------------|
|         | América Portuguesa | Capitania do Rio de Janeiro |
| 1570    | 60 <sup>1</sup>    | ***                         |
| 1583-85 | 115 <sup>2</sup>   | 3 <sup>6</sup>              |
| 1612    | 192 <sup>3</sup>   | 14 <sup>7</sup>             |
| 1629    | 346 <sup>4</sup>   | 60 <sup>8</sup>             |
| 1639    | 346 <sup>5</sup>   | 110 <sup>9</sup>            |

Fonte: (1) Pero Magalhães Gandavo. Tratado da Terra do Brasil. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, s. d.; (2) Fernão Cardim. Tratado da terra e da gente do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1978; (3) Diogo de Campos Moreno. Livro que dá Razão do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fac-Similar, 1968; (4) Pedro Cadena de Vilhasanti. Descripción de la Provincia del Brasil. In: Frédéric Mauro. Portugal, Brasil e o Atlântico. Lisboa: Estampa, 1989; (5) Dados estimados a partir do relato de Pedro Cadena; (6) Fernão Cardim. Tratado da terra e da gente do Brasil. Op. Cit.; (7) Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 10 volumes, volume 8, 1949; (8) Pedro Cadena de Vilhasanti. Descripción de la Provincia del Brasil. Op. cit.; (9) : Frédéric Mauro. Portugal, Brasil e o Atlântico. Lisboa: Estampa, 1989, volume 1, p. 255-257. Chegou aos mesmos números Stuart Schwartz. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. Apud.: Caetano, Antonio Felipe Pereira. Op. cit., p. 39.

**ANEXO IV: Engenhos em funcionamento na Capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, por década, segundo as áreas produtoras**

| Áreas Produtoras       | Períodos  |           |           |           |           |           |           |           |            |            |            |            |            |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                        | 1571-1580 | 1581-1590 | 1591-1600 | 1601-1610 | 1611-1620 | 1621-1630 | 1631-1640 | 1641-1650 | 1651-1660  | 1661-1670  | 1671-1680  | 1681-1690  | 1691-1700  |
| Arredores da Cidade    | 1         | 1         | 1         | 4         | 7         | 8         | 7         | 7         | 6          | 6          | 4          | 4          | 5          |
| Baixada de Jacarepaguá |           |           | 1         | 1         | 1         | 2         | 4         | 8         | 10         | 10         | 10         | 11         | 11         |
| Inhaúma                | 1         | 1         | 1         | 1         | 4         | 4         | 6         | 9         | 12         | 12         | 16         | 17         | 16         |
| Ilha do Governador     |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |            |            |            |
| Irajá                  |           |           |           | 2         | 2         | 5         | 11        | 28        | 29         | 32         | 35         | 37         | 38         |
| Meriti                 |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |            |            |            |
| Campo Grande           |           |           | 1         | 1         | 3         | 4         | 3         | 6         | 7          | 9          | 10         | 8          | 10         |
| Guaratiba              |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |            |            |            |
| Banda d' além          |           |           |           | 3         | 4         | 9         | 12        | 22        | 22         | 22         | 26         | 29         | 30         |
| Tapacurá               |           |           |           |           |           |           |           | 4         | 4          | 8          | 9          | 11         | 10         |
| Cacerebu               |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |            |            |            |
| Guaguaçu               | 1         | 1         | 1         | 1         | 2         | 3         | 6         | 14        | 16         | 15         | 11         | 12         | 11         |
| Guapimirim             |           |           |           |           |           |           |           |           |            |            |            |            |            |
| <b>Total</b>           | <b>3</b>  | <b>3</b>  | <b>5</b>  | <b>13</b> | <b>23</b> | <b>35</b> | <b>49</b> | <b>98</b> | <b>106</b> | <b>114</b> | <b>121</b> | <b>129</b> | <b>131</b> |

Fonte: Mauricio de Almeida Abreu. Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (32).

**ANEXO V: Áreas produtoras.**

|  |
|--|
| (1) Os “arredores da cidade”, que compreendem toda a área imediatamente adjacente ao núcleo urbano, isto é, a estreita faixa de terra situada entre o maciço da Tijuca e a baía ou o oceano, estendendo-se do vale do Maracanã, incrustado em plena sesmária jesuítica “de Iguaçú”, até a lagoa Rodrigo de Freitas, em terras foreiras à municipalidade;   |
| (2) A Baixada de Jacarepaguá, ou seja, toda a área compreendida entre os maciços da Tijuca e da Pedra Branca e o oceano Atlântico;   |
| (3) Inhaúma/Ilha do Governador, área que compreende todas as terras que se estendem do litoral da baía ao divisor de águas do maciço da Tijuca, estendendo-se, grosso modo, desde o rio Faria, limite aproximado das antigas terras jesuíticas “de Iguaçú”, aos atuais bairros da Penha, Vila da Penha e Cascadura, assim como a fronteira ilha do Governador;   |
| (4) Irajá/Meriti, área que compreende os terrenos banhados pelos rios Pavuna, Meriti e Sarapuí e que se estende, pelo litoral da baía, desde o atual bairro de Brás de Pina até o distrito sede do município de Duque de Caxias, prolongando-se pelo interior até a antiga Piraquara (Realengo), no município do Rio de Janeiro, e até o distrito sede de Nova Iguaçu; engloba terras que hoje pertencem aos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Mesquita; |
| (5) Campo Grande/Guaratiba, área situada além de Piraquara e entre os maciços hoje conhecidos como da Pedra Branca e do Gericinó/Mendanha, um dos confins do termo da cidade àquela época, limítrofe ao território vicentino;  |
| (6) A “banda d’além”, topônimo que se referia, nos séculos XVI e XVII, a todas as terras localizadas à frente da cidade, do outro lado da baía, desde a foz do rio Guaxindiba, no atual município de São Gonçalo, até a oceânica Ponta Negra, em Maricá, limite do termo do Rio de Janeiro na direção da capitania de Cabo Frio, penetrando pelo interior, pelo vale do Guaxindiba, até o lugar conhecido como Ipiíba;   |
| (7) Tapacurá/Cacerebu, área que compreende, grosso modo, as terras servidas pelos tributários da margem esquerda do baixo Macacu, excluído o vale do Guaxindiba, estendendo-se por grande dos atuais municípios de Itaboraí e Tanguá;  |
| (8) A área que denominamos de Guaguaçu/Guapimirim, situada ao fundo da baía de Guanabara, que compreende, integral ou parcialmente, as bacias dos atuais rios Iguaçú (antigo Guaguaçu), Inhomirim, Suruí, Guapimirim e Guapiaçu, estendendo-se do litoral da baía até o divisor de águas da Serra do Mar.  |

Fonte: Mauricio de Almeida Abreu. Um quebra cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (32).